# MEUS ARTIGOS NA REVISTA A DEFESA NACIONAL COMO OFICIAL DA RESERVA

Volume 2 – 252 páginas



Cel Veterano Eng Cláudio Moreira Bento

**Livro Digital** 

Editado por Camila Karen C. S. Renê

# SUMÁRIO

Barao do Río Branco — Um Diplomata de Escol com Alma de Soldado 3
Bicentenário da Mais Antiga Academia Militar das Américas 6
Um Capelão do Exército, o 1º Bispo do Rio Grande do Sul
A Fortaleza de Santa Cruz (1836) (Vista por um Almirante Inglês) 9
O Exército e a 1ª Guerra Mundial (Achega)11
Caxias e a Ponte do Passo Geral do Jacuí (1848-1853) 12
O Ilustrador da História Militar do Brasil14
A Revolta da Vacina Obrigatória — 1904 15
As Duas Faces da Glória 16
Vultos do Ensino Militar 19
Centenário do Ministro da Guerra Marechal Odylio Denys 21
O Combate de Vila Amapá, de 15 de Maio de 189522
O Sesquicentenário da Pacificação de São Paulo e Minas Gerais por Caxias 23
Informações – Figuras e fatos do Sergipe
Um Jornal do Exército na Guerra do Paraguai
A Formação de Oficiais do Exército no Rio Grande do Sul (1853-1911) 29
Centenário do Sítio Federalista de Bagé
Síntese Biográfica do General Carlos Maria da Silva Telles (1848-1899) 38
1994—Ano do Jubileu da AMAN em Resende
Uma possível explicação para a Violência na Revolução ne 1893-95 42
Marechal Floriano Peixoto44
Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira(1740 - 1795) 52
Um Significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres 61
A Heurística Aplicada à Seleção de fontes históricas confiáveis 64
As Repercussões do Combate do Cerro do Ouro, na invasão do Paraná 67
Os Cercos de Bagé e da Lapa — Duas Resistências Épicas na História Militar do
Brasil 72
Perfil dos líderes das resistências aos Cercos de Bagé e da Lapa75
Contribuição Paulista ao Combate à Revolução na Armada (1893-1894)
e à Guerra Civil (1893-1895) 84
O Incidente do afundamento do Centauro e o Ataque de navios revoltosos a
Santos, Em 20 de Setembro de 1893
Operações da Aviação do Exército em Resende, na Revolução de 1932 103
Interpretação da Batalha de Passo do Rosário pelo Duque De Caxias 109
O Uso Militar de Jangadas no Brasil - Um exemplo111
As Guerras Holandesas 1624 – 1654 113
O Duque de Caxias e sua projeção como Ministro da Guerra
Draigação do Cavida na Daganyalvimento da Dautrina da Eváraita 144
Projeção de Caxias no Desenvolvimento da Doutrina do Exército 144
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba 148
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba
Caminhos Históricos Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba

# BARÃO DO RIO BRANCO — UM DIPLOMATA DE ESCÓL COM ALMA DE SOLDADO

Embora a paz mundial seja ideal a ser conquistado um dia, as nações, de modo geral, procuram dispor de forças armadas melhor organizadas, equipadas, instruídas e motivadas para um emprego eventual (indesejado, no caso brasileiro), dentro das respectivas possibilidades.

No Brasil, pouquíssimos estadistas civis como o Barão do Rio Branco, que passou à História como o Chanceler da Paz, compreenderam e responderam, em seu tempo e à altura, a esta pergunta, de difícil resposta para quem não possua perspectiva histórica: Forças Armadas Brasileiras — para quê?

Rio Branco a ela respondeu adequadamente, em função da consciência elevada que possuía, de ser fundamental o Brasil dispor de forças armadas conformadas às suas potencialidades, e com os seguintes objetivos: servirem de dissuasão a aventuras militares internas e externas; servirem de respaldo à política internacional do Brasil; servirem como elementos de pronto emprego em emergências internas e externas; servirem de núcleos de expansão na eventualidade de uma guerra e, finalmente, servirem como elementos de preservação e divulgação do patrimônio por elas acumulado, em arte e ciência militar, ao longo do processo histórico de quase cinco séculos de lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas.

Ele sabia que foram elas que, decisivamente, contribuíram para delinear, consolidar e manter um Brasil de dimensões continentais, o que não foi obra de um milagre, mas de muito sacrifício, sangue e vidas de irmãos brasileiros, nossos ancestrais.

Desta última circunstância, Rio Branco adquiriu profunda consciência através dos pioneiros e profundos estudos de História Militar do Brasil que realizou. Constatar isso é obra de simples verificação, pela leitura de suas *Efemérides Brasileira*s, lidas sempre no início das sessões ,,do sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Nessa instituição, que viria a presidir um dia, ele ingressou aos 22 anos, em 22 de novembro de 1866, na presença do Imperador, D. Pedro II quando ia acesa e viva a Guerra do Paraguai, em cujo estudos e divulgação ele se assinalou, já que, em parte, a Europa tomou conhecimento da guerra por seus escritos enviados para jornais de além-mar.

Em sua posse, Rio Branco biografou o Marechal José de Abreu, o Anjo da Vitória, herói consagrado das guerras cisplatinas (1810-27), morto em ação na batalha do Passo do Rosário (27 Fev 1827), a maior batalha campal ocorrida em território do Brasil. Na ocasião em que comandava paisanos, foi com eles imprensado num choque entre a cavalaria inimiga e a infantaria brasileira, ao comando do general Crisóstomo Calado.

Ao ouvirmos e depois lermos o discurso de posse do ilustre historiador e diplomata Roberto Luiz Assunção Araújo no IHGB, em 26 de abril de 1989, sob o título *Rio Branco historiador*, podemos ampliar, com segurança: "Rio Branco historiador militar brasileiro". Eis o que nos propomos demonstrar, apoio no citado autor e embaixador, de atuação relevante, na publicação da monumental *Obras Completas do Barão do Rio Branco*, em 12 volumes.

A vocação de Rio Branco para a História Militar do Brasil foi compulsiva.

Aos 16 anos biografou o capitão de Fragata Barroso Pereira. Aos 19, na Escola de Direito de São Paulo, escreveu *Episódio da Guerra do Prata*. A seguir, escreveu sobre o Marechal José de Abreu. E prosseguiu firme nessa linha de estudos que, segundo o citado historiador Roberto de Assunção, "desabrocharam nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas questões de limites com a Argentina, França e Inglaterra".

Era grande o interesse do Chanceler da Paz, não só pela História Militar do Brasil, como pelo nosso fortalecimento militar, que ele ajudou expressivamente a impulsionar através da Reforma Militar e nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, como Ministro das Relações Exteriores, para que "o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações".

Ele ajudou a recolocar o Exército no rumo do profissionalismo militar, depois de um triste período de esforço equivocado no bacharelismo militar (1873-1905), em decorrência dos regulamentos de ensino de 1873 e 1890, que levaram a operacionalidade do Exército, para o cumprimento de missões de defesa interna e externa do Brasil, a níveis inferiores aos dos tempos da Guerra do Paraguai.

O Chanceler que incorporou pacificamente ao território brasileiro milhares de quilômetros quadrados, por sua superior ação diplomática, "inteligente e sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância", conhecia em profundidade o processo histórico brasileiro e sua história militar terrestre e naval, as quais desenvolveu, dominou, sobretudo, valorizou, como instrumentos de desenvolvimento do Brasil.

Rio Branco conquistou a Paz preparando a nação para melhor enfrentar a alternativa indesejável de uma guerra, fato comum até hoje na História.

Em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai, o futuro "Chanceler da Paz" manteve contatos estreitos como o já consagrado Pacificador e maior de nossos generais — o Duque de Caxias, particularmente em função das judiciosas anotações que fez na *História da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*, de Louis Schneider, conselheiro de Guilherme I da Prússia, editada em Leipzig, em 1872, em 3 volumes. A respeito escreveu-lhe Caxias, em 1876, que ele, Rio Branco, conseguira realçar, com suas importantes anotações, o mérito da obra de Schneider.

Rio Branco em diversas oportunidades demonstrou afeto e consideração pelos militares. Assim o testemunha a seguinte citação.

"Minha simpatia e meu verdadeiro afeto pelos miliares de terra e mar são muito antigos, pois vem dos tempos remotos da primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me por nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e suas possessões, nesta parte do mundo e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil em sua vida independente... Tive a honra de conviver de perto com muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas de seu afeto e estima... Os sentimentos de minha mocidade para com o nosso Exército e Marinha não se

arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança de conservação da paz que ele tanta precisa e que precisam todos os povos."

Diplomata de escól com alma de soldado, assim ele definia a relação soldado x diplomata:

"Eles são sócios que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade, o outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência."

O General Tasso Fragoso, o pai da História Crítica do Exército Brasileiro, ao retornar de adido militar na Argentina, na época da Questão de Palmas, foi encarregado de saudar Rio Branco no Clube Militar, pouco antes da morte deste. Na oportunidade, ressaltou a ação do grande estadista patrício, "na estabilização de nossas fronteiras, sem o recurso da força armada, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos de História do Brasil".

E, ao editar, em 1922, seu clássico a *Batalha do Passo do Rosário*, dedicou: "A memória do Barão do Rio Branco, cuja ação e cujos escritos são exemplos de entranhado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e de saudade."

Aos brasileiros que, sinceramente, procuram resposta para a pergunta "Forças Armadas Brasileiras para quê?" aconselho recorrerem à História, como o fez um dia o hoje esquecido pela mídia, Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz.

Na História atual temos dois eloquentes exemplos de nações que prefiriram acumular riquezas, a gastá-las com forças armadas, segundo suas potencialidades. O primeiro foi o Líbano, a outrora Suíça do Oriente, hoje com sua soberania em mãos da Síria, após uma luta fratricida, por inspiração inclusive religiosa, que imolou milhares de inocentes e deixou marcas profundas em sua paisagem e no coração de seus filhos. O segundo é o Kuwait, riquíssimo mas indefeso por opção, que acabou sendo invadido, dominado e humilhado pelo Iraque, e resgatado quase em ruínas após servir de palco à mais moderna e sofisticada guerra.

Eis as lições que o historiador militar brasileiro Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz, cedo aprendeu, e que assim traduzo: "Na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas possíveis."

Segundo Carlos de Meira Matos, Rio Branco deu um grande impulso ao delineamento do pensamento estratégico terrestre e naval brasileiro atual, através do estudo profundo que fez da nossa História Militar, de 1500 a 1914, para atender às necessidades da defesa nacional.

A importância e, mesmo, a relevância dos estudos de História e Geografia do Brasil decorrem, justamente, da enorme projeção que eles tiveram, têm e terão, por certo, na formulação do pensamento estratégico brasileiro. E dessa relevância, é importante fique entendido, decorrem os estudos de Geografia e História do Brasil que vêm sendo realizados, desde 1938, pelo Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, no que foi seguido por congêneres estaduais e municipais e, desde 1937, pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Tais estudos têm-se constituído, para as grandes nações, conforme o demonstra a História, em valiosas ferramentas de formulação de estratégia nacional.

Cláudio Moreira Bento Membro do IHGB e do IGHMB

# BICENTENÁRIO DA MAIS ANTIGA ACADEMIA MILITAR DAS AMÉRICAS

Em 17 de dezembro de 1992 transcorrerá Bicentenário da mais antiga academia militar das Américas, a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, conforme abordamos em *Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil* (Rio, POUPEX, 1987).

Ela foi inaugurada e instalada na Casa do Trem em concorrida cerimônia na data acima, aniversário da Rainha D. Maria I, pelo 2ª Conde de Resende, D. José Luiz de Castro (1744-1819), que foi o 13º Vice-Rei e Capitão- General de Mar e Terra do Brasil, de 1790 a 1801. Ele criaria, cerca de 9 anos após, a vila com seu nome, Resende, a qual, desde 1944, abriga a Escola Militar de Resende, hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Essas duas criações do Conde de Resende completarão, em 1994, 50 anos de feliz união. Será um capricho da História?

A Real Academia de 1792, apesar de seu nome levar o leitor desavisado a outra conclusão, destinou-se a formar, no Vice-Reino do Brasil, oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros, como revelam seus estatutos. Seu curso era de 6 anos, sendo que os de Infantaria e Cavalaria eram concluídos no 3º ano, o de Artilharia no 5º ano e o de Engenharia no 6º e último ano.

O Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN em Resende, ao escrever, em 1938, na *Revista da Escola Militar*, sobre o histórico do Espadim dos Cadetes, justificou que "era para que não acontecesse com a história deste símbolo o que acontecera com a da Academia Real de 1810, que dela apenas sabia-se, então, que havia existido". O historiador General F. P.A. Pondé somente depois é que veio resgatar a história daquela Academia para o Exército, ao descobrir, por acaso, os livros registros da mesma nos porões da Escola Politécnica do Largo do São Francisco, onde a Academia Real funcionara depois de transferida da Casa do Trem.

Esses livros foram microfilmados e indexados pelo Arquivo Histórico do Exército em 1985, após cedidos pelo Museu de Engenharia da UFRJ no Fundão, onde se encontravam.

O citado historiador já com assinaladas contribuições à História do Exército e, em especial, à sua História Administrativa, declarou-me que a Academia Real de 1810, fundada por D. João VI, não surgiu do nada, da noite para o dia. E, sim, que ela aproveitou o mesmo local e infra- estrutura da Real Academia de 1792 existente havia 18 anos, ou seja na Casa do Trem. Declarou, enfim que houve continuidade entre as duas academias, com alteração substancial

da amplitude. A Real Academia destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros para o Vice-Reino do Brasil, passou a formar as mesmas especialidades para todo o Reino de Portugal, desde 1808 com sua sede no Brasil, em razão da vinda da Família Real, forçada por Napoleão.

O General A. Pirassinunga, em *Ensino Militar no Brasil Colônia* (Rio, Bibliex, 1958), fornece originais subsídios sobre a Real Academia de 1792. Dele conclui-se: que o pai de Caxias e futuro Regente do Brasil a frequentou; que oficiais iniciaram a estudar na Real Academia de 1792 e formaram-se na Academia Real de 1810; que, em 1809, foi nomeado professor para a Real Academia, mostrando que houve continuidade entre as duas, conforme o afirmou o General Pondé, historiador da Academia Real de 1810 *in: Anais do Congresso da Independência* (Rio, IHGB, 1975) e Paulo Pardal historiador da Real Academia de 1792.

Desde 1944, com apoio em pesquisas do então Capitão Moacir Lopes Resende e com a presença do General José Pessoa, começa a ser comemorado, em 23 de abril, o aniversário da então Escola Militar de Resende, tendo como base a data de 23 de abril de 1811, de inauguração da Academia Real Militar na Casa do Trem onde, desde 1792, vinha funcionando a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.

Esta é a data aniversário de direito da AMAN. E por que não passar a considerar de direito a data de fato, 17 de dezembro, como aniversário da AMAN? Pois foi em 17 de dezembro de 1792 que teve início, efetivamente no Brasil e nas Américas, o ensino militar acadêmico e, na histórica Casa do Trem.

Caso esta data passasse a ser adotada oficialmente como aniversário da AMAN, fruto de decisão competente, esta passaria a ser o mais antigo estabelecimento militar acadêmico no Brasil (atualmente a Escola Naval o é por datar de 1808) e nas Américas (atualmente é mais moderna que West Point criada pelo Congresso em 1801).

Além disso, teríamos, em Resende, duas criações do Vice-Rei Conde de Resende: a cidade e a AMAN que, em 17 de dezembro de 1992, poderia comemorar seu bicentenário.

A Escola Naval, criada em 1808 no Brasil, com apoio em estudos de seus historiadores, revisou sua História e comemorou, em 14 de dezembro de 1982, seu bicentenário, com base na criação, em 14 de dezembro de 1782, por D. Maria I, da Classe de Guarda-Marinhas, instituição que transferiu-se para o Brasil, em 1808, com a Família Real.

Se a idade da AMAN passasse a ser contada a partir de 17 de dezembro de 1792, ela passaria a ostentar o título de o mais antigo estabelecimento de Ensino Superior no Brasil, ora pertencente a Escola Naval, que continuaria como título de o mais antigo estabelecimento de Ensino Superior e acadêmico militar do Brasil, em razão de suas raízes em Portugal e transferência para o Brasil com a Família Real.

Estas eram as considerações que cumpria ao historiador fazê-la, dentro de sua responsabilidade social, para que estudadas e sopesadas por quem de direito, desse tempo útil para uma comemoração bicentenária condigna de nossa Academia Militar das Agulhas Negras, à altura de suas mais gloriosas

tradições, caso houver decisão com apoio na História, de considerar 17 de dezembro de 1792 como seu nascimento efetivo. Assim ela comemoraria em 17 de dezembro de 1992, seu bicentenário e na mesma data a UFRJ comemoraria o bicentenário de sua Escola de Engenharia que teve início na Real Academia de 1792, aliás já decisão firmada pela UFRJ, com apoio em estudos do historiador Paulo Pardal, após traduzidos na obra *Brasil, 1792* (Rio, Odebrecht S.A., 1985).

Essa obra estudou, com a profundidade que a documentação disponível o permitiu, a História da Real Academia de Artilharia de Fortificação e Desenho, deixando claro que houve continuidade no ensino formal de Engenharia Civil iniciado na Real Academia de 1792, com o que veio a ser na Academia Real Militar de 1810. Daí, por extensão, que o ensino militar acadêmico da Real Academia de 1792 teve continuidade e com a mesma estrutura e no mesmo local, a Casa do Trem, na Academia Real de 1810.

Independente de ser ou não considerada, como nascimento da AMAN, a data de 17 de dezembro de 1792, merece comemoração condigna, o bicentenário da introdução do ensino superior e do ensino acadêmico militar no Brasil e nas Américas, o que é muito expressivo para a História das Forças Armadas do Brasil e para a Universidade Brasileira, que também começou na histórica Casa do Trem de Artilharia, atualmente dependência restaurada do Museu Histórico Nacional.

Cláudio Moreira Bento, Membro dos Institutos Históricoe Geografico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

# UM CAPELÃO DO EXÉRCITO O 1º BISPO DO RIO GRANDE DO SUL

Em 25 de julho de 1804, depois de formar- se padre no Seminário da Lapa, Rio de Janeiro, o riograndense, Feliciano Rodrigues Prates, foi nomeado capelão militar da Fortaleza da Conceição, atual sede da Divisão de Levantamento (5ª DL). Dali, passado algum tempo, retomou ao Rio Grande do Sul, como capelão-militar de unidades do Exército e de Milícias, como o Regimento de Dragões do Rio Pardo e o de Milícias (2ª linha) de São Gabriel.

Como capelão-militar ele participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, em 1812, e das guerras contra Artigas, de 1816 e 1820.

Em 4 de janeiro de 1817, teve heróico e notável papel na batalha de Catalã, que pôs fim à 1ª guerra contra Artigas. Comandava a tropa brasileira o Governador e Capitâo-General do Rio Grande e Marquês de Alegrete, Luiz Teles da Silva, que se fazia acompanhar da sua bela e jovem esposa, D. Margarida de Almeida, Marquesa de Alegrete, filha dos marqueses do Lavradio. Ela acompanhava sempre o esposo nos momentos mais difíceis e perigosos e passou a ser chamada Anjo da Caridade, a partir desse dia, pelo motivo abaixo.

Enquanto o combate se desenrolava, a Marquesa e o capelão militar trabalhavam ativamente no Hospital de Sangue que improvisaram, dando

assistência religiosa e de saúde aos feridos que ali chegavam a todo instante. Em dado momento, uma partida inimiga investiu contra o Hospital. Sentindo o perigo de massacre de seus indefesos doentes e da marquesa, o capelão Feliciano reuniu um punhado de enfermeiros e, trocando a cruz pela espada, colocou-se à sua frente e atacou os inimigos pondo-os em debandada, conforme registrou testemunha presencial, Coronel Diogo Moraes de Arouche Lara, o primeiro historiador do Brasil Reino Unido, em *Campanha de 1816*.

Pelos serviços distintos prestados ao Exército, como capelão-militar, recebeu a Medalha do Exército Pacificador e foi feito Cavaleiro das ordens de Cristo e da Rosa, passando a merecer o apreço e estima de todo o Exército, no Sul.

Envelhecido e adoentado foi obrigado, com pesar, a aposentar-se da atividade castrense.

Fixou-se, inicialmente, em Rio Pardo, "a tranqueira invicta", onde continuou a prestar assistência aos militares e familiares da histórica guarnição militar. Daí passou a assistir Encruzilhada do Sul. de onde, pouco tempo depois, passou a ser vigário em definitivo, conforme registra o historiador. Humberto Castro Fossa, no periódico local *Folha do Sudeste* de 30 de março de 1991.

Nesta então vila, foi alcançá-lo a nomeação para 1ª Bispo do Rio Grande do Sul. Sagrado no Mosteiro de São Bento, no Rio, tomou posse em Porto Alegre no dia 3 de julho de 1853 e permaneceu à frente do bispado até morrer, em 27 de maio de 1858.

No dia seguinte à posse, os alunos da Escola Militar de Porto Alegre, na Praia de Belas, foram visitar o antigo e venera, do capelão-militar, para beijar-lhe o anel episcopal.

Cláudio Moreira Bento, membro dos Institutos Histórico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil

# A FORTALEZA DE SANTA CRUZ (1836) (vista por um Almirante inglês)

A excelente obra *Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond*(1773-1862) traduz impressões sobre o Rio de Janeiro, do citado militar, em 1825 e 1834/36, quando ali esteve. Primeiro no comando do "Wellesley", que trouxe ao Brasil o Lord Stuart, negociador do nosso tratado de Independência com Portugal. Mais tarde como comandante da Estação Naval Inglesa no Rio, a bordo da fragata "**Dublin**".

O trabalho é ilustrado com aquarelas de Emerich E. Vidal (1778-1861) e é rico em dados sobre a vida no Rio. Percebe-se que não penetrou nos meandros da vida social, politica, militar e econômica local. São frequentes reclamações contra o mau estado das ruas e caminhos do Rio, bem como contra a má educação e indisciplina dos cocheiros que era obrigado a usar em sua intensa atividade turística e social, a última no Rio. Em nossa sociedade pouco penetrou e pouca atenção esta lhe dava, o que registra diversas vezes. É um crítico severo dos costumes e figuras brasileiras, que olhava com

superioridade, exceto para o futuro D. Pedro II e suas irmãs.

Tímido com o sexo oposto, sempre registrou impressões sobre as mulheres das festas. Sentia muitas saudades de sua esposa Bessie, muito parecida com uma brasileira filha do Sr. Peixoto. De suas valiosas observações registro aqui sua visão da Fortaleza de Santa Cruz, visão abalizada de um herói da batalha de Copenhagen (2 Abr 1801), após a qual foi honrado em segurar o livro de Preces para o Almirante Nelson orar em ação de graças à vitória. E mais, trata-se de veterano de muitos combates navais, de abordagens de navios piratas e inimigos e de assaltos a fortalezas marítimas.

Ele observou, em sua visita à Fortaleza em Santa Cruz, em 28 de outubro de 1836: "Existem três níveis de baterias voltadas para a entrada da barra. No todo são 112 canhões, nenhum menor que 14 libras. Creio que, para guarnecer o forte, são necessários 1200 homens. As baterias ficam sobre plataformas, exceto a inferior, provisoriamente em seteiras. As casamatas parecem amplas. Tudo é construído de granito sólido. Não há falta de balas, nem de suprimento nenhum... Cada batería tem sua forja para tiros incandecentes. Esta fortaleza é dominada pelo Forte do Pico, inatingível com força naval. Os canhões dos navios que passam por Santa Cruz ficam inúteis, por impossível obter inclinação ideal para alcançar a artilharia do forte... Não vi maneira possível de entrar na fortaleza. Um navio não pode chegar perto dela. Mal há lugar para um grupo de homens se aproximar e tentar colocar escadas de assalto."

Seu aspecto monumental atual remonta a Questão Cristie com a Inglaterra, na qual nossa Soberania foi afrontada. Ela foi então financiada pelo povo do Rio, para prevenir futuras afrontas ao Brasil, como na citada questão.

A Fortaleza, iniciada em 1555, registra mais de quatro séculos de inexpugnabilidade e é mais antiga do que a própria cidade do Rio de Janeiro que ele tem protegido como sua sentinela marítima. Durante todos esses anos, ela ajudou a poupar o Rio de tentativas de agressões dos holandeses, espanhóis e descendentes, e de inimigos do Brasil, nas duas grandes guerras.

Na época do ouro, em Minas Gerais, que era embarcado para Portugal no porto do Rio, a fortaleza era chave da defesa de nosso porto, considerado então um dos mais bem defendidos do mundo.

Em nossas lutas internas ela impos respeito e desestimulou aventuras revolucionárias contra o Rio, ao ponto de ser o lugar mais seguro para presídio de revolucionários, como os 33 farroupilhas que lá estavam presos durante a visita do Almirante Hamond.

Esta é, em linhas gerais, a imensa e pouco celebrada projeção histórica da Fortaleza de Santa Cruz, a mais majestosa e bela, a que mais lutou e que foi sempre a mais respeitada por seu grande poder de fogo e excepcional ,posição.

Por mais de quatro séculos, ela foi a última e primeira visão aproximada do Brasil, ou do Rio de Janeiro, para milhões de viajantes brasileiros. No primeiro caso, visão nostálgica para os que deixaram o Rio. No segundo, como esperado, feliz e concreto sinal de que estavam retomando ao lar. Isto é particularmente válido para as inúmeras gerações de marinheiros mercantes e de guerra do Brasil, desde 1555.

Atualmente, dá abrigo ao Quartel-General da 1ª Brigada de Costa e Antiaérea.

#### Cel Cláudio Moreira Bento

#### Membro dos IHGB.IGHMB e IHGRJ

\* Tradução de Paulo F. Geyer, Notas de Paulo Berger, Introdução de Gilberto Ferraz, Edição JB, 1984.

# O EXÉRCITO E A 1º GUERRA MUNDIAL (ACHEGA)

O IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) acaba de editar de Francisco Luiz Vinhosa (do Dep. História — 1FCS/UFRJ) o excelente e original trabalho *O Brasil e a la Guerra Mundial* (A diplomacia brasileira e as grandes potências), que mereceu lo prêmio em concurso literário por ele promovido ao ensejo de seu sesquicentenário.

Segundo o IHGB, "trata-se de livro bem escrito, estilo claro e equilibrado, notável trabalho de pesquisa e exposição histórica, bem fundamentado, em abundante, árdua e fidedigna documentação, com revelação de importantes documentos dos arquivos oficiais, até então inéditos, além de extensos e pertinente bibliografia — Trata-se de obra de melhor qualidade, com rigor metodológico...".

Concordamos plenamente. E mais, com o mestre Arthur Cezar Ferreira Reis, de "tratar-se de obra que evidencia aos brasileiros a notável projeção internacional do Brasil àquele tempo". Mas o trabalho merece uma achega, em relação à participação do Exército, ali omitida, o que é compreensível, por havê-lo sido pela própria *História do Exército*, editada em 1972, pelo Estado-Maior do Exército, por ser considerado assunto confidencial, tratado em documentação reservada somente em 1987 revelada.

Trata-se da *Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França 1918/19,* composto de 24 oficiais, sob a chefia do General Napoleão Felipe Aché. Com o fim de absorver, durante a guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário a sua implantação no Brasil.Os oficiais dessa comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

Constituíram a Comissão, além do General Aché, o tenente-coronel José Fernandes Leite de Castro (subchefe); o tenente Octávio M. Aché (Secretário); o tenente José Nery Eubank Câmara (Administração); Major médico Joaquim M. Sampaio (Veterinário); os tenentes Alzir M. Rodrigues Lima, Mário Barbado e Bento R. Carneiro Monteiro da Aviação; tenentes Demócrito Barbosa, Sebastião Rego Barros e Carlos de Andrade Neves da Artilharia; major Tertuliano Potiguara, capitão Praxedes T. da Silva Júnior e tenente Onofre M. Gomes de Lima da Infantaria; major Firmino Antônio Borba, tenentes Izauro Reguera, José Pessoa Cavalcante de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos da Cavalaria e major médico Rodrigo de A. Aragão Bulcão, e capitães médicos Cleomenes L. de Siqueira Filho, João Afonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira, Manoel Esteves de Assis e tenente Carlos da Rocha Fernandes.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazida por esses oficiais

registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para nossa Aviação Militar e para o Exército; a introdução de blindados; a reformulação do ensino do nosso Exército, nos moldes da França e a idealização da construção da AMAN; a implantação de nossa Aviação Militar; a doutrina de emprego de gazes e a atualização das doutrinas de Artilharia de Costa e Campanha, Infantaria, Cavalaria e Saúde.

Esses elementos foram pontas-de-lança do trabalho aqui desenvolvido pela Missão Militar Francesa (1920-1979), que foi substituindo, a partir de 1921, a influência da Doutrina Alemã (1910-1921), exercida através de oficiais que estudaram na Alemanha (1910-1912), tendo como principais instrumentos de difusão a revista *A Defesa Nacional*, criada por eles em 1913, e a Missão Indígena, da Escola Militar do Realengo (1919-1921), viveiro de grandes soldados e estadistas.

Com a revolução de 30, dois deles, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante, que combateu na Cavalaria, tiveram marcante projeção na construção da AMAN e nas tradições da mesma (uniformes históricos, espadim, corpo de cadete etc.) e no seu ensino, segundo padrões de Saint Cyr. Consagrou-se herói do combate de São Quentim, o já legendário herói do episódio da Revolta da Vacina Obrigatória e do Condestado, o mais tarde general Tertuliano Potiguara.

Esse assunto foi objeto de profundo e original resgate pelo então major de Engenharia Genino Jorge Consendey, em Monografia para a ECEME (1987). Foi assunto sugerido e apoiado pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no sentido de preencher lacunas na História do Exército, como agora aqui focalizada.

Existe cópia da Monografia na ECEME, no AHEx e com o autor, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ora servindo na Brigada de Aviação do Exército em Taubaté-SP.

Cel Cláudio Moreira Bento membro dos IHGB e IGHMB

**Abreviaturas** 

EME — Estado-Maior do Exército

AMAM — Academia Militar das Agulhas Negras ECEME — Escola de Comando e Estado-Maior AHEx — Arquivo Histórico do Exército

# CAXIAS E A PONTE DO PASSO GERAL DO JACUÍ (1848-1853)

Ao final da Revolução Farroupilha, o então Barão de Caxias, na qualidade de Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande do Sul, iniciou, concluiu ou encaminhou, diversas obras públicas de positivos reflexos na modernização, economia, integração e defesa do Brasil naquela região.

Algumas delas foram mencionados por nós em *Porto Alegre* — *Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias* (Brasília, EGCF, 1989).

Ressalta, em importância estratégica e geopolítica, haver mandado construir, no Passo Geral da Jacuí, a 40km a montante de Cachoeira do Sul, monumental e ousada ponte para época, cujos pilares até hoje desafiam a ação das enchentes, da correnteza e do efeito infra-escavante que sempre a

colocaram sob suspeição.

Os pilares foram construídos de pedra de grés argamassada com cal e areia comum e revestidos de pedra lavrada. Foram construídos por Fermiano Pereira Soares, o mesmo que havia contratado e construído, com Caxias, a ponte dos Açorianos, ainda usada em Porto Alegre.

O projeto inicial foi do mercenário alemão Johann Martim Boff (1800-1880), que fora capitão do 28º Batalhão de Caçadores Alemães, que lutou em Passo do Rosário (28 Fev 1827).

É de seu traço, também, o prédio da antiga Escola Preparatória e Tática do Exército, em Rio Pardo, onde estudaram, entre outros, Getúlio Vargas, Mascarenhas de Morais e Paula Cidade e onde foi organizado, em 1912, o atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate (Itajubá-MG), tendo como base uma bateria do Regimento Mallet.

O projeto da ponte foi modificado por George K.P.T. Von Norman, projetista do Teatro São Pedro em Porto Alegre. O piso de madeira, sistema Howe, foi construído por Giuseppe Obino (1835-1875), o mesmo que construiu a catedral de Bagé.

A construção arrastou-se por 23 anos, de 1848 a 1871. Após construída, prestou relevantes serviços à integração e ao desenvolvimento econômico harmônico do Rio Grande, até ser danificada na Revolução de 1893, para dificultar o acesso dos federalistas ao norte do Jacuí. Ela valorizou e desenvolveu a pecuária nas Missões e Cima da Serra, além de facilitar o comércio com carretas através do rio Jacuí, entre o norte, término do Planalto Brasileiro, e o Sul, início do Pampa.

Por ela cruzaram manadas vacuns das Missões e Cima da Serra, destinadas as charqueadas concorrentes de Pelotas e Cachoeira do Sul . "Elas então provocavam um ruído de trovão e trepidação assustadora."

Seu comprimento era de 180m, com 9 vãos de cerca de 17m. Foi um grande desafio vencido pela Engenharia da época. Consagrou, na História das Comunicações no Rio Grande, Fermiano Pereira Soares, o construtor de seus sólidos pilares e Caxias como seu idealizar e ordenador de sua construção e seu animador, como Chefe do Gabinete de Ministros, 1861-1862, ou Chefe de Governo.

Atribuiu-se a sua desativação ao conflito de interesses entre a charqueadores de Pelotas e os de Cachoeira do Sul, que ela beneficiava mais diretamente. Pelotas tivera que recorrer, a partir de 1860, à compra de gado das Missões e Cima da Serra, pois os do Sul, do Jacuí, passaram a ser absorvidos por Montevidéu, após drenados por ferrovias uruguaias, a partir da fronteira Brasil—Uruguai.

Estes e outros aspectos relevantes nos revela a excelente obra *Episódio* do *Ciclo do Charque* (P. Alegre, EDIBA, 1987) que consagra, como historiador de raros méritos e de características beneditinas, o médico Alvarino de Fontoura Marques.

É um livro fascinante e denso que merece ser lido por todos os estudiosos da História e Tradições do Rio Grande, que nele irão deparar com preciosas e inéditas revelações da vida gaúcha, em tomo do charque — carro chefe da economia sulina, por mais de um século, a partir de 1779.

É obra destinada a tomar-se um clássico sobre o tema.

# Cel Cláudio Moreira Bento Membro do IHGB e IHGMB

# O ILUSTRADOR DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

As Forças Armadas, e em especial o Exército, encontraram no pintor e ilustrador Alcebíades Miranda Júnior o seu mais destacado pintor e ilustrador, entre 1930 e 1975, quer pela qualidade quer pelo volume de sua produção. São de sua autoria os quadros que decoram o antigo Gabinete do Ministro do Exército, no Palácio Duque de Caxias e atual gabinete do Comandante Militar do Leste, bem como o vitral Caxias em Itororó, que está ao fundo da entrada principal do referido palácio. Estão ali em razão de ele haver conquistado o 1º lugar em concurso para elaboração de pinturas destinadas à decoração daqueles locais.

Entre 1930 e 1975, suas ilustrações são frequentes nas revistas das academias militares do Exército e da Aeronáutica e da Escola Naval (Revista da Escola Militar, a Esquadra e a Galera).

Um dos seus últimos trabalhos foi a execução de primorosas ilustrações para a *História do Exército Brasileiro* — *Perfil Militar de um Povo*, editada em 1972, em três volumes, pelo Estado-Maior do Exército, sob a coordenação de sua Comissão de História do Exército, sob a Presidência do Cel Francisco Ruas Santos. Foi aí que travamos contato mais cerrado com o magnífico ilustrador, na qualidade de Adjunto da Presidência da referida Comissão e encarregado de desenvolver a inconografia histórica do Exército para um projeto de História do Exército em áudio visual, para o qual muito Miranda Jr. contribuiu.

Quem era Miranda Júnior? Era um gaúcho de Alegrete-RS, nascido em 27 de maio de 1903, filho de um oficial do Exército de mesmo nome que o seu.

Estudou em Alegrete e Curitiba, até transferir- se para o Rio de Janeiro, em 1919. Diplomou-se, em 1924, no Curso Superior de Pintura pela Escola Nacional de Belas-Artes, pela qual foi premiado, em 1925, com o prêmio Viagem à Europa. Viajou à Alemanha, a bordo do navio brasileiro "Bagé".

Miranda Júnior especializou-se nos gêneros retrato e história militar. Sua obra, nesse particular, é alentada e está a merecer um inventário e estudo especializado.

A Revista do Clube Militar em seu número 60, ano XIV, página 60, consagra-o como "o pintor do Exército". Excelente artista, não conseguiu conciliar sua arte com a administração das coisas terrenas. Viveu grandes aperturas financeiras e, por isso, sofreu grandes privações. Morreu muito pobre, em 4 de junho de 1976, em um hospital do Rio de Janeiro, aos 73 anos de idade, deixando obra de real valor para auxiliar o culto e a divulgação da Memória Militar do Brasil.

Não teve reconhecida, em vida, a grande projeção de sua obra como pintor de vultos e eventos militares históricos.

Cel Cláudio Moreira Bento Membro dos IHGB E IGHMB Nota; Ao fundarmod em 1996, em Resende a Academia de História Militar Terrestre do Brasil o consagramos como Patrono de uma de suas cadeiras.

# A REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA — 1904

De 10 a 16 de novembro de 1904, o Rio de Janeiro foi sacudido pela sua mais violenta e duradoura revolta popular, secundada pela revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, com objetivo de derrubar o governo de Rodrigues Alves e a pretexto de reagir contra a Lei de Vacina Obrigatória, aprovada, a custo, pelo Congresso e promulgada pelo Presidente da República.

Em realidade, o carioca era vítima de uma crise econômica agravada com a queda do café no mercado internacional. Em conseqüência, sentia dificuldades crescente de alimentar-se. A comida era escassa e cara. Aumentara sensivelmente a criminalidade e o desemprego. Muitos comerciantes faliram. O povo teve de abandonar suas moradias para ceder à modernização do Rio e ao seu saneamento. Os políticos oposicionistas e os militares positivistas exploraram essa situação entre o povo e entre os alunos das escolas militares.

Em 15 de novembro de 1904, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, com sede no Centro das Classes Operárias. Um dos líderes era o Tenente Coronel Lauro Sodré. A liga passou a fazer comícios na rua do Ouvidor, Largo de São Francisco, Praça Tiradentes, Largo da Lapa e ruas do Teatro e Espírito Santo, onde começaram a se registrar choques de populares, com a Polícia esta levando a pior. Foi atacado na rua o comandante de Polícia. A baderna se generalizou. Os revoltosos destruíram a iluminação pública, depredaram os bondes e a revolta espalhou-se por todas as ruas do Rio.

O mais violento confronto foi na rua do Sacramento, onde a Cavalaria de Polícia matou à bala diversos populares. Os telefones foram cortados, paralisados os transportes e incendiados diversos prédios, além de depredada a Companhia de Gás do Mangue, o mesmo acontecendo com estações ferroviárias e delegacias.

O Rio vivia o caos e o Presidente reforçou o combate à revolta com o Exército e a Marinha.

As coisas iam nesse pé quando Lauro Sodré deu ultimatum ao Presidente para renunciar, sob pena de ser obrigado a isso pelas escolas militares.

A Escola da Praia Vermelha foi então parcialmente revoltada pelo seu comandante, General Travassos, com a ajuda do Coronel Lauro Sodré.

Um encontro entre os revoltosos e as tropas do Governo deu-se na rua da Passagem. Tropas do Exército, ao comando do Coronel Caetano de Farias, sufocaram a rebelião e o General Travassos, ferido, veio a morrer.

No Realengo, o Coronel Hermes da Fonseca fez abortar a revolta da Escola Militar local.

Lauro Sodré ferido na cabeça foi acolhido em casa da rua da Passagem, ficando longo tempo inativo.

O foco da resistência popular concentrou-se no então insalubre e pobre Morro da Saúde, apelidado Porto Arthur, e teve a liderança de Pedro Prata, que deu um toque militar à resistência. Usou inclusive dinamite e toques de cometa

e simulacros de peças de artilharia.

A resistência popular foi vencida ao custo, inclusive, do bombardeamento da Saúde por um navio de guerra, no dia 16, fim da revolta e início do Estado de Sítio, no Rio, ocasião em que ocorreram muitas prisões de populares, seguidas de violenta repressão policial.

A Revolta da Vacina, ou de Quebra-Lampião, foi estimulada pelas palavras do médico carioca e professor de Medicina Vieira Souto, "de ser a vacinação obrigatória uma violência". Depois de agitada na massa e na juventude militar da Praia Vermelha, por Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza, provocou as revoltas militar e civil que obrigaram o Presidente da República a tomar a vacina facultativa.

Aos olhos de hoje, tem-se ridícula sua motivação.

Na área civil, a revolta mostrou que a população do Rio de Janeiro já possuía opinião e estava disposta a defendê-la ao custo até da desobediência civil.

Na área militar, desacreditou a Escola Militar da Praia Vermelha que, de 1873 a 1904, vinha ministrando um ensino militar equivocado, predominante bacharelesco e não profissional, voltado para questões científicas, políticas, filosóficas e matemáticas divorciadas da preparação para o combate, ou a defesa da Pátria.

Canudos é um atestado eloquente desse equívoco.

A Escola Militar, através de seus mestres e alunos, não soube administrar o conceito que adquirira por sua participação memorável em favor da Abolição e da República. Em conseqüência, foi fechada e a seguir extinta.

Logo a seguir foi editado o **Regulamento de Ensino do Exército, de 1905,** ponto de inflexão, no Exército, do bacharelismo para o profissionalismo militar, orientação que perdura há 85 anos.

Essa orientação profissional foi implantada na Escola de Guerra, em Porto Alegre, 1906-1911, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha extinta, continuada na Escola Militar do Realengo (1913-1945) e, desde 1944, na Academia Militar das Agulhas Negras.

Destacaram-se no combate às revoltas das Escolas da Praia Vermelha e de Realengo, em 1904, os então coronéis Caetano de Farias e Hermes da Fonseca, que passaram a liderar, a partir daí, a profissionalização do Exército. No ano seguinte, realizaram-se as célebres manobras de Santa Cruz, grande evento no calendário da profissionalização do Exército, sob a liderança de Hermes da Fonseca.

Cel Cláudio Moreira Bento Membro dos IHGB e IGHMB

# AS DUAS FACES DA GLÓRIA

Cláudio Moreira Bento

Trata-se de uma resposta bem fundamentada a colocações de William Waak, em livro lançado pela Editora Nova Fronteira (1985), relativas à atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em território europeu. A Redação da Revista

Em 22 de agosto de 1972, fará 50 anos a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em apoio à cruzada dos Aliados em defesa da Democracia e da Liberdade mundiais contra o nazi-fascismo. Como decorrência o Brasil enviou, para o teatro-de-operações europeu, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou no NW da Itália para libertá-la, junto com cerca de 20 divisões de onze países, americanas e inglesas em especial, mais inclusive italianas livres.

A imprensa brasileira acompanhou de perto, nos Apeninos e no vale do rio Pó, a epopéia dos pracinhas brasileiros, através dos correspondentes de guerra Rubem Braga, Joel Silveira, Egídio Squeff, Rui Brandão, José B. Leite, Alberto D. Abranches, Francisco Hallowell (inglês da BBC), Tharsilo Nilke, Horácio Sobrinho, e dos cinegrafistas Fernando Fonseca e Adalberto Cunha. Eles produziram valiosa documentação sobre a FEB, na qual registram o bom desempenho do combatente brasileiro e sua notável adaptabilidade àquela campanha. Rubem Braga, por exemplo, escreveu uma valiosa e aguda observação que atesta a grandeza do comandante da FEB, sobre o qual escrevemos: "J.B. Mascarenhas de Moraes — significação histórica" (RIHGB, Jul/Set 1984), por ocasião do seu centenário, comemorado no IHGB no qual fomos o seu orador por designação de seu Presidente Dr Pedro Calmon..

Escreveu Rubem Braga sobre o episódio de tentativa de renúncia de Mascarenhas, em dezembro de 1944, após sofrer injusta pressão do general dos EUA comandante do IV Corpo de Exército: "foi bom que ele ficasse. Com o seu Estado-Maior dividido, os inevitáveis desentendimentos (ou difíceis entendimentos) com o comando aliado, a displicência com que o Rio atendia aos pedidos da FEB, os ciúmes e prevenções da retaguarda e as durezas da guerra, só um homem da energia, da respeitabilidade e paciência do General Mascarenhas poderia levar a campanha até o fim, como ele fez com êxito".

A estes relatos da imprensa brasileira somam-se: a alentada documentação oficial da FEB reunida no Arquivo Histórico do Exército; a documentação levantada pelo Coronel Ruas Santos no *Tesaurus da FEB* e reunida, em parte, na Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB) na rua das Marrecas — Rio. Toda ela consagra, como motivo de orgulho nacional, a participação militar correta e bem-sucedida da FEB e como ela, com galhardia, superou as adaptações doutrinárias (mudança da doutrina francesa para a americana), tecnológicas (radiofonia, motorização e mecanização com suas complexas implicações logísticas e operacionais), ecológicas (adaptação à montanha e à neve) e psicológicas (distância da pátria, enquadramento por exército da maior potência industrial e enfrentamento de soldado com fama de ser o melhor do mundo etc.).

Passados 40 anos, um colega dos correspondentes citados, William Waak, após pesquisa na Europa "com a preocupação de cotejar a versão oficial e laudatória da FEB com o relato de alemães e americanos", publicou o polêmico livro **As duas faces da glória**.

O livro trouxe interessantes contribuições: sobre a 232º Divisão de Infantaria alemã, que fez frente à FEB nos Apeninos; sobre a preocupação louvável e satisfeita do General Mascarenhas de que a FEB, na expressão

popular, não viesse a ser usada como "bucha de canhão pelos Aliados"; E que foi em Monte Belvedere, que dominava Monte Castello, que o comandante alemão, veterano comandante de Corpo de Exército na batalha de Estalingrado, e então comandante da 232ª DI alemã, concentrou todo o esforço defensivo da ampla frente que lhe coube defender, por ser Belvedere o pivô da defesa do Apeninos.

Daí a resistência enorme que os alemães ofereceram aos americanos em Monte Belvedere e aos americanos e brasileiros em Monte Castello, que só caiu após o 5ª ataque aliado e desfechado pela FEB, quando Monte Belvedere já havia sido conquistado pela 10ª Divisão de Montanha dos EUA. Do contrário, ataques frontais americanos e brasileiros, sem nenhuma possibilidade de surpresa, continuariam a ser mal-sucedidos.

A obra *As duas faces da glória* é denominada, por muitos veteranos, "A outra face da glória", por conter referências predominantemente negativas atribuídas à FEB. Referências negativas que colocadas isoladas como o foram, ao que parece por mágoa política do autor contra algumas lideran ças da FEB que o seriam da Revolução de 64, agridem o soldado brasileiro que lá foi lutar e que deu o melhor de si como soldado do 3º mundo, vindo de um país essencialmente agropecuário. Soldado lançado prematuramente em ação, conforme reconhece William Waak e denunciou o próprio Marechal Mascarenhas, após a Conferência do Passo de Futa, e que, após hercúleo esforço de adaptação doutrinária, tecnológica, ecológica e psicológica, lutou, venceu e fez boa figura, ao lutar, em aliança, contra valorosos soldados do 1º mundo com mais de quatro anos de experiência naquela guerra e naquele teatro-de-operações.

As críticas de W. Waak incidem nos ataques a Monte Castello, que resistia fortemente, conforme justificamos com os elementos que ele próprio forneceu, por ser flanqueado pelo ponto mais forte da defesa alemã, Monte Belvedere. As críticas que publicou atribuídas ao comportamento do soldado brasileiro provocaram grande indignação, particularmente entre os "brasileiros humildes lançados sem treinamento na guerra e pelos quais durante sua pesquisa passou a nutrir grande simpatia", segundo escreveu. Muitos desses veteranos afeitos às letras responderam-lhe, por escrito, em artigos diversos.

Essas respostas devem ser levadas em conta, quando da leitura de **As** *duas faces da glória*, obra que, penso, denigre o perfil militar do brasileiro revelado em nossas lutas internas e externas em quase cinco séculos — lutas predominantemente vitoriosas e em grande parte responsáveis pelo delineamento, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais. Constatar é obra de simples verificação da movimentada História Militar do Brasil até 1945.

Os erros e falhas atribuídos ao combatente brasileiro e apontadas por Waak, com apoio em relatórios americanos, são comuns na guerra, a todos os exércitos e em todos os tempos. Para constatar basta por exemplo ler- se a obra *História de um Soldado* (Rio, Bibliex, 1958, 2v), escrita pelo Tenente-General Omar Bradley, traduzida pelo atual Coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, no qual aquele chefe focaliza, de observatório privilegiado, a invasão da Europa pela Normandia. "Na guerra os erros e falhas, bem como a mentira, são como terra", em razão das condições de confusão, extrema tensão, medo

e temor de perda da vida ou de mutilações etc. Daí a expressão comum nos meios militares mundiais: "Ganha a guerra quem erra e falha menos."

Assim sendo, a leitura de *As duas faces da glória* não pode ser feita isolada, por quem está empenhado em descobrir a verdade e atuar como juiz do Tribunal da História. Ela deve ser lida e comparada com os testemunhos dos correspondentes de guerra citados, que representaram a Imprensa Brasileira junto à FEB, junto com artigos de veteranos da FEB sobre a obra em foco, e junto com a alentada bibliografia nacional e estrangeira sobre o finai da batalha dos Apeninos. Isto para que, com imparcialidade e isenção, sejam retirados para a posteridade brasileira os ensinamentos que a obra de William Waak em realidade contém.

Atitude contrária será um exercício de cívico-masoquismo brasileiro. Continuar a usá-la como arma política e, agora, como instrumento de interesses nacionais e internacionais escusos, visa a desacreditar, e até a desmoralizar, as Forças Armadas do Brasil, constitucionalmente o braço armado do povo brasileiro para a defesa, *in extremis*, de seus legítimos interesses.

Em realidade, até hoje não deparamos com versão oficial que afirme que a FEB teve papel decisivo ou predominante na Itália. Ela cumpriu muito bem a missão que lhe coube, com muito mais vitórias do que insucessos, estes reconhecidos, humildemente, por seu comandante, em relato oficial, e ocorridos na fase que o próprio W. Waak reconheceu que a FEB "foi lançada na guerra sem o treinamento e preparo" que tiveram as divisões dos EUA, por exemplo.

O reestudo, de parte de Waak, de toda a bibliografia da FEB, com ênfase na face positiva que ele ficou a dever em *As duas faces da glória* e, agora, com sua experiência na Guerra do Golfo, talvez o leve a pedir até desculpas aos veteranos da FEB, de igual forma que o fizeram Oficiais R-2 que a integraram e que produziram polêmico relatório, com base em falsas perspectivas — pedido público de desculpas feito em comovente e histórica reunião no Clube Militar, em presença de numerosos veteranos da FEB, oficiais e pracinhas.

Assim Waak, brasileiro de direito, que muitos veteranos julgaram tratar-se de um europeu naturalizado, teria a oportunidade de se incorporar à nacionalidade brasileira de fato e, assim, reverenciar, na FEB, a memória dos soldados brasileiros que, em quase cinco séculos, em lutas internas e externas, ajudaram com seus sacrifícios, vigílias, sangue e vidas, a forjar a nacionalidade que hoje o acolhe.

Aí então ele vestiría a camisa do Brasil, como tão bem o fizeram seus colegas correspondentes de guerra que acompanharam a FEB.

> Cel Claudio Moreira Bento Membro dos IHGB e IGHMB

#### **LIVROS**

#### **VULTOS DO ENSINO MILITAR**

Sob o título acima o historiador Arivaldo Fontes, sergipano de Riachão do

Dantas, resgata, divulga e reverencia a memória de 55 vultos do Ensino no Exército.

São 14 ex-comandantes e 41 ex-professores do centenário Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), incluindo o Patrono do Magistério do Exército, o Marechal Roberto Trompowsky, Barão Homem de Mello, Duque Estrada, Daltro Santos, Mario Barreto, Manuel Cavalcanti Proença, Ary Quintela e outros.

E trabalho feito com amor e, sobretudo, com a autoridade do Coronel Arivaldo, ex-professor de Matemática dos Colégios Militar e D. Pedro II e da Fundação Osório (para meninas) e, ainda, como ex-aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e da Academia Militar das Agulhas Negras.

E, na atualidade, autoridade em Magistério, como Diretor Geral do SENAI, entidade cinqüentenária voltada para a formação de profissionais de alto gabarito para nossa Indústria.

Acompanhamos, na direção do Arquivo Histórico do Exército, as grandes dificuldades do autor na obtenção de dados para seu trabalho pioneiro, particularmente no tocante a professores civis. Foi o caso do maranhense Hemetério dos Santos, que deixou rastro fulgurante e grande nome como mestre de Português, e que se singularizou por ser afro descendente, mas que muito pouco deixou registrado de sua vida.

O autor evoca fatos e figuras do CMRJ de seu tempo e, na palavra de Elias Cintra, aspectos da Casa de Thomaz Coelho no cinqüentenário, em 1939.

A leitura da obra em foco nos leva a refletir de como o Magistério do Brasil, até passado recente, era valorizado e respeitado socialmente, além de remunerado condignamente, numa conjuntura econômica mais difícil que hoje.

Nossas lideranças mais representativas afirmam que o futuro do país repousa na Educação. Mas, na prática, o que se constata são dificuldades crescentes para a conquista deste objetivo, as quais se agravam a cada dia.

Recordo que um famoso almirante japonês, ao passar para a Reserva, pleiteou, como grande honraria, que lhe fosse dado o privilégio de ser mestre escola de uma aldeia, tal a importância que o assunto merecia e merece no Japão. Ao contrário, o que vem se verificando no Brasil, de uns tempos para cá, salvo honrosas exeções, é o Magistério, em geral, sendo tratado como uma atividade menor e muito mal remunerada.

**Vultos do Ensino Militar** é oportuno e muito bem-vindo no seu caráter de resgate histórico pioneiro, de divulgação e justa reverência a educadores de escól, em grande parte responsáveis pela formação, nos últimos 100 anos, no CMRJ, de lideranças da Forças Armadas e da Administração Pública e Privada do Brasil, com expressiva projeção na Sociedade Brasileira.

**Vultos do Ensino Militar** é, sobretudo, oportuno para ensejar reflexões capazes de provocarem atitudes que contribuam para reverter-se o quadro adverso em que se debate expressiva parcela do Magistério do Brasil, o qual, sem uma solução adequada e segura, comprometerá por certo o destino de grandeza sonhado pelos brasileiros para o País.

Está de parabéns o historiador Arivaldo Fontes, que produziu, com amor e carinho, *Vultos do Ensino Militar*, bem como o Dr. Afonso Creco, Diretor do SENAI de Minas Gerais e sua equipe, por editá-lo, e o ex-professor do CMRJ, Francisco Ferreira da Silva, por prefaciá-lo com palavras de verdade e justiça

ao autor, que nutre, pela Casa de Thomaz Coelho, "grande carinho e amor que beira a veneração". E o que ele define em soneto como:

"Homem temente a Deus, culto, invulgar, Afeito às grandes causas, sempre Ihano, Educador sincero e singular,

Cuja amizade eufórico me ufano..."

Cel I Cláudio Moreira Bento Diretor do Arquivo Histórico do Exercito e membro dos IHGB e IGHMB

# CENTENÁRIO DO MINISTRO DA GUERRA MARECHAL ODYLIO DENYS

17 fev 1992 assinalou o centenário de nascimento do marechal Odylio Denys, em Pádua, RJ. Ministro da Guerra de 1961 a 1962, teve assinalada carreira militar, voltada para a unidade e profissionalização do Exército, e uma existência marcante, traduzida no título de sua biografia, *Marechal Denys* — *uma vida inimitável* (Chermont de Brito, Rio, Liv. F. Alves, 1986).

O marechal deixou importantes depoimentos em *O ciclo revolucionário* 1922-64 (Rio, N. Fronteira, 1980) e no *Projeto Memória*, do Clube Militar, cujo acervo se encontra no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual o marechal era sócio honorário, por seu gosto e apoio aos estudos de História Militar do Brasil.

Ele foi, a um só tempo, um dos maiores expoentes e entusiastas da profisionalização do Exército, a partir de 1916, ano da adoção do Serviço Militar Obrigatório, e da participação oportuna, eficiente, correta e incruenta nas crises político militares ocorridas no Brasil, de 1930 a 1964.

Odylio Denys representou uma das mais precoces, senão a maior vocação de soldado de sua geração. Foi grande estudioso de História Militar e de Napoleão. Deste, admirava o gênio estratégico e, dele, absorveu este ensinamento que muito bem adaptou e praticou em nossas crises políticas: "Na batalha há sempre um momento crítico. Percebê-lo, saber aproveitá-lo e colocar os meios disponíveis em relação vantajosa aos do adversário, eis o segredo da vitória."

Foi, também, grande admirador do Duque de Caxias, o Patrono do Exército, com o qual, entre outras, assinalamos as seguintes afinidades: eram ambos fluminenses, infantes, bom cavaleiros, ex- ministros da guerra e comandantes brilhantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Ao lado dos generais Eurico Gaspar Dutra e Aurélio de Góes Monteiro, protegeu o Exército da política de erradicação de que vinha sendo alvo, entre 1831 e 1930, de parte de certos segmentos da sociedade brasileira interessados em mantê-lo fraco, dividido e desmotivado, para melhor reinarem, no sentido de priorizarem seus interesses que não coincidiam com o nacional, conforme o demonstrou o insuspeito Edmundo C. de Campos na obra *Em busca de identidade* — o *Exército e a política na Sociedade Brasileira* (Rio, Forense, 1980).

O Marechal Denys legou uma obra que merece, no transcurso de seu centenário, ser analisada e refletida pelo Exército Brasileiro do presente, em busca de indicações para a construção de seu futuro.

# Cel Cláudio Moreira Bento Membro do IHGB e do IGHMB

## O COMBATE DE VILA AMAPÁ, DE 15 DE MAIO DE 1895

Aproxima-se o centenário de um muito expressivo, mas pouco conhecido, episódio da História Militar do Brasil, o do combate da Vila Amapá, travado entre forças brasileiras, ao comando de intrépido e legendário general do Exército do Amapá, Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho) e uma Companhia de Infantaria francesa ao comando do capitão Lunier, mandada pelo governador da Guiana para libertar um colaboracionista brasileiro de nome Trajano.

O evento é relatado com competência e com todas as minúcias e circunstâncias, apoiado em fontes brasileiras e francesas, pelo historiador Sílvio Meira, na obra *Fronteiras Setentrionais* — *3 séculos de lutas no Amapá* (São Paulo, USP, 1989), em que presta grande contribuição à História Militar do Brasil.

O combate foi travado num contexto adverso ao Brasil, no qual a França insistia, contrariando o artigo 107 do Tratado de Viena de 1815, em considerar nosso extremo norte no Araguari, e não no Oiapoque, o que seria definido com o episódio em foco e a ação dé Rio Branco em Berna (01.12.1900).

A tropa francesa aportou na Vila Amapá, a bordo da canhoneira **Bengali**. Desembarcou e tomou posições de combate. Lunier, à frente de 20 homens, dirigiu-se a casa de Cabralzinho que saiu altivo em seu encontro. Perguntado três vezes se era o governador do Amapá respondeu sim. Lunier, então, deulhe voz de prisão, a que ele respondeu, determinado: "Um brasileiro não se rende a bandidos!" Ato contínuo, Lunier ordenou, à tropa, que fizesse fogo. Cabralzinho jogou-se no chão e os tiros passaram por sobre sua cabeça. Lunier sacou seu revólver e, com extrema rapidez e agilidade, Cabralzinho deu-lhe uma rasteira e o desarmou. Nova rajada da tropa não o atingiu e, ele fulminou, à bala, o capitão Lunier e, a seguir, o tenente e um sargento que foram em socorro, matando os três e deixando a tropa acéfala.

Seguiu-se cerrado e demorado tiroteio entre franceses e brasileiros que terminou com a retirada dos franceses. Aí surgiu mais uma tropa de 50 franceses ao comando do tenente Jean Destoup e o combate com brasileiros tocaiados nas casas e matas prosseguiu até às 14 horas.

Nesse interim, Cabralzinho defrontou-se corporalmente com o porta Bandeira D'Escrieme e levou a melhor, ferindo-o a bala na cabeça e arrebatando-lhe a bandeira francesa, seu revólver e sua espada. Pouco mais tarde matou, em duelo a bala, dois marinheiros. Um que assassinara a menina Joana, de 12 anos, e o outro que matara o prático do porto.

Sob pressão, a força brasileira retraiu para a mata. O porta bandeira, refeito parcialmente, incitou a tropa francesa ao saque, ao massacre, à destruição do mastro e da bandeira brasileira.

Do massacre resultou a morte de 38 brasileiros, ferimento em 22 e 2 prisioneiros. A tropa francesa pagou o pesado tributo de retornar a Guiana derrotada, sem comandante, sem bandeira, com 6 mortos e 22 feridos e com o peso na consciência de ter de explicar o covarde massacre e saque da Vila Amapá.

Cabralzinho teve, assim, melhor sorte que Antônio João, em 1865. Cel Claudio Moreira Bento Membro do IHGB e IGHMB

# O SESQUICENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS POR CAXIAS

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil viveu uma fase anárquica e turbulenta, marcada por motins, revoltas e revoluções, que só tiveram fim 14 anos mais tarde, com a pacificação da Revolução Farroupilha por Caxias, em Dom Pedrito.

O fato significou, além, a pacificação da família brasileira e a preservação da unidade nacional, seriamente ameaçada desde 1831. Nem a maioridade de Pedro II em 1840 conseguira reunificar a família brasileira, agitada por um sonho de Federação e República, estimulado pelo Ato Adicional de 21 de agosto de 1834, que deu maior autonomia às províncias e fez do Brasil uma monarquia federativa.

O Exército foi muito perseguido e prejudicado depois de 7 de abril. Sutilmente afastados das cidades para "a defesa das fronteiras e do litoral" passou a sofrer a concorrência da Guarda Nacional e das Polícias Militares, então criadas. Em realidade, ele foi alvo do maior esforço de erradicação de toda a sua História.

Na época, as fortalezas e unidades de fronteira tiveram seus efetivos reduzidíssimos. Oficiais estrangeiros, que haviam lutado no Exército por nossa independência, integridade e soberania, de 1822 a 1831, foram dispensados, inclusive o mais tarde marechal Mallet, atual patrono da Artilharia.

Essas perseguições e injustiças geraram revoltas, motins e quarteladas por todo o Brasil.

No Rio, para contê-las recorreu-se ao Batalhão Sagrado, só de oficiais, do qual o futuro Duque de Caxias foi subcomandante.

A Farroupilha foi também uma revolta da maior guarnição do Exército, depois da do Rio, em aliança com a Guarda Nacional e forças econômicas (fazendeiros e charqueadores), como protesto pelas discriminações feitas ao Exército e seus membros e sobre os quais a História tem silenciado.

Os líderes militares dessa Revolução saíram de comandos de unidades do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manuel, José Mariano de Matos, João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias) etc.

De 1831 a 1842, ocorreram as seguintes revoluções: a Cabanagem (PA, PE e AL), a Farroupilha (RS e SC), a Sabinada (BA), a Balaida (MA), e as de São Paulo e Minas.

As três últimas e mais a Farroupilha foram pacificadas por Caxias, o que lhe valeu o honroso e singular título com que foi consagrado pela História: O

Pacificador.

Em 1842, disputas acirradas entre conservadores e liberais, em Minas (Ouro Preto, Barbacena, São João dei Rei etc.), atingiram altíssima temperatura, bem como em São Paulo (Sorocaba, Itú, Porto Feliz, Faxina, Capivari e Curitiba etc.).

Os liberais visualizaram a derrubada do Gabinete de Ministros conservadores, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo, pelas leis que criaram o *Conselho de Estado*, reformaram o *Código Penal*, chefias de Polícia nas províncias, e no ato que dissolveu a Assembléia Geral.

A trama revolucionária teve curso, no Brasil, através da sociedade secreta Clube dos Patriarcas Invisíveis.

Em São Paulo, o pretexto foi a substituição do Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, a manutenção do comandante-das-Armas, e o adiamento da abertura das câmaras legislativas.

E São Paulo e Minas foram à revolução.

### A pacificação de São Paulo

Em 17 de maio de 1842, estourou a revolução em Sorocaba, cuja Câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente padre Feijó presidente e vice interinos de São Paulo. Declararam lealdade a D. Pedro II e, absolutista e oligárquico o Gabinete de Ministros.

O objetivo militar era um ataque à capital, São Paulo, para depor o presidente que substituira Tobias de Aguiar. A Corte agiu rápido. Nomeou o Barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, com carta branca para pacificar São Paulo. Caxias, com 400 homens, desembarcou em Santos. Cerrou logo para a capital alvo dos revolucionários, onde chegou em 22 de maio. Ali ocupou Mogi das Cruzes, organizou a defesa da capital e bloqueou a ponte de Pinheiros, que lhe dava acesso. Isolou os revolucionários, nas regiões de Itararé, Lorena-Guaratinguetá e Resende, apoios possíveis do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro. A essas foram incorporadas, de 18 de junho a 29 de agosto, as localidades paulistas de Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Areas e Bananal.

Os revolucionários perderam tempo e não atacaram São Paulo. Caxias pôde assim tomar a iniciativa. Em dois ataques sucessivos, obrigou os revolucionários a se retirarem para longe, perseguindo-os na direção São Paulo—Campinas. Em 7 de junho deu-se o combate de Venda Grande, no qual os revolucionários, com superioridade numérica, foram surpreendidos e batidos. Isso abriu caminho para Caxias investir Sorocaba, onde entrou vitorioso em 20 de junho, não tendo encontrado Tobias de Aguiar, que buscou a proteção dos farroupilhas. Encontrou, no comando da resistência, o padre Feijó, que tentou, sem êxito, negociar condições privilegiadas. Foi preso com todo o respeito e afastado, de São Paulo, para o Espírito Santo.

Em 20 de maio, Caxias mandara, ao comandante militar dos revolucionários, uma carta nesses termos, na tentativa de evitar a sorte das armas:

"Que pretende? Quer V. S. empunhar as armas contra o governo legítimo

de nosso Imperador? Não o creio porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue de meus patrícios, porém não deixarei de cumprir meus deveres como militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província para não a vermos reduzida ao estado do Rio Grande de São Pedro do Sul e sua vizinha. Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias."

Não atendido em seu apelo, Caxias teve de cumprir seu dever com firmeza e doçura.

Antes de retornar ao Rio e ainda em São Paulo, em 5 de julho, Caxias escreveu à esposa:

"Meu bem. Ontem te escrevi uma carta por intermédio do Ministro da Guerra, remetendo-te 200 mil réis para fazeres um vestido muito bonito com que devemos ir ao primeiro baile que houver aí no Rio depois de minha chegada... Beijos às nossas filhas. Teu Luiz."

Segundo Vilhena de Moraes, a quantia enviada para o vestido equivalia a um mês de gratificação de Caxias, correspondente ao comando que recebera.

Em 13 de julho, quando retornava ao Rio, em Guaratinguetá, Caxias soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, com carta branca, como o fizera em São Paulo.

# A pacificação de Minas Gerais

Em 10 de junho, três dias após a vitória de Caxias em Venda Grande, em São Paulo, estourou a revolta de Barbacena, cuja Câmara aclamou, presidente interino de Minas, o coronel José Feliciano, futuro barão de Cocais. Os motivos foram os mesmos que determinaram a revolta de Sorocaba. O presidente interino tomou diversas medidas administrativas. Várias cidades aderiram à revolução e muitas outras não.

A Corte, temerosa que o movimento se generalizasse pelo Brasil, tomou as seguintes providências: desarticulou a possibilidade de revolta no Rio pela adoção do estado de sítio; convocou guardas nacionais da reserva, em licença e férias e os funcionários públicos em disponibilidade; tornou obrigatório o salvo conduto para viagens em Minas; ordenou a prisão dos líderes do Partido Liberal, e direcionou para Minas os guardas nacionais que conseguiu mobilizar, bem com algumas unidades do Exército.

Os revolucionários tiveram a pronta adesão de São José del Rei, Queluz (Conselheiro Lafaiete) e outras cidades do sul de Minas ou ao norte e leste de Ouro Preto.

Ouro Preto resistiu à revolução sob a liderança do presidente legal Bernardo Veiga, que bateu os revolucionários em Mendanha (23 de junho) e Presídio (25 de junho), o que estimulou a reação à revolução.

Mas, apesar disso, os revolucionários dominavam a parte mais populosa de Minas e as comunicações com o Rio de Janeiro. Fortificaram-se em Queluz (Conselheiro Lafaiete) e fizeram de São João dei Rei a sua capital. Aí decidiram que conquistariam Ouro Preto com forças de Baependi, São João del Rei e Barbacena, após se unirem ao forte das forças revolucionárias em

Cataguases.

Foi quando tiveram conhecimento da pacificação de São Paulo, o que provocou a diminuição da euforia inicial.

A vitória que obtiveram em Queluz (Conselheiro Lafaiete), em 26 de julho, acendeu a chama revolucionária.

Caxias chegou a Ouro Preto em 6 de agosto para pacificar Minas. Sua fama fez os revolucionários desistirem de atacar Ouro Preto e a evacuarem Queluz. Divergências começaram a dividir os revolucionários que se dirigiram para o leste e conquistaram com pouca luta, Sabará, em 13 de agosto. Aí procuraram negociar uma rendição condicional, que não foi aceita. Inseguros, os revolucionários procuraram concentrar-se no arraial de Santa Luzia que proporcionava, por sua posição numa serra, comandamento de vistas e tiros sobre os seus acessos, além de apoiar um de seus flancos no rio das Velhas.

Em 20 de agosto, teve lugar o memorável combate de Santa Luzia, vencido com dificuldade pelas forças legais, que ali fizeram frente a 3.300 revolucionários, que souberam tirar grande partido tático das excelentes condições defensivas oferecidas pelo terreno. Com a vitória de Caxias em Santa Luzia, teve fim a revolta de Barbacena, que durou 2 meses e 10 dias e que causou sérias preocupações à Corte por sua maior consistência militar.

Caxias entrou vitorioso, e aclamadíssimo em Ouro Preto em 10 de setembro tendo, em 29 de agosto, sido promovido a marechal-de-campo graduado (atualmente general de divisão) com 30 anos de idade. Dois meses após, em 2 de novembro, assumia, no Rio Grande do Sul, a Presidência e o Comando das Armas para pacificá-la, o que aconteceria em 1º de março de 1845, com a Paz de D Pedrito., assunto objeto de nosso livro *O Exército farrapo e os seus chefes*, que consta do editorial da Biblioteca do Exército para este ano e no qual a ação pacificadora de Caxias é minuciosamente analisada.

Enfim, as pacificações do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul prepararam Caxias, providencialmente, para que ele conduzisse os brasileiros à vitória nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e contra o Paraguai (1866-63).

Caxias deixou, para a História Militar Mundial, um exemplo magnífico de como conduzir campanhas militares contra patrícios divergentes. Em suas campanhas de pacificação, viu nos adversários irmãos rebelados, e não inimigos. O líder Miguel Frias, de uma revolução no Rio que ele pacificou, foi o seu chefe de Estado-Maior na Revolução Farroupilha. José Mariano de Matos, Ministro da Guerra farrapo, foi o seu chefe de estado-maior, na guerra contra Oribe e Rosas.

Eis aí parte da explicação de sua maior característica, segundo Taunay: "A simplicidade na grandeza."

Cel Cláudio Moreira Bento Membro do IGHB e do IGHMB

INFORMAÇÕES
FONTES, Arivaldo Silveira. FIGURAS E FATOS DO SERGIPE. Porto

Alegre, SENAI, 1992.

O historiador e educador Arivaldo Silveira Fontes acaba de nos brindar com mais uma obra! *Figuras e fatos do Sergipe* (Palegre, SENAI, 1992).

No fundo ela é um hino de amor e trabalho de resgate e divulgação da memória histórica do seu amado, e sempre presente em suas saudades sergipanas, Riachão do Dantas, localidade que reverencia, em seu nome, João Dantas Martins dos Reis, filho adotivo do lugar, que ali construiu o Engenho da Fortaleza, e que se projetou, e o Riachão, na política de Sergipe.

Para mim e outros admiradores de Arivaldo, como o potiguar Umberto Peregrino, o seu torrão natal chama-se, simbolicamente, Riachão dos Fontes. Primeiro por ter sido fundado por João M. Fontes e glorificado, entre outros, por Joaquim M. Fontes, herói da Independência, por Lourival Fontes, grande jornalista, político e diplomata de renome nacional, e por Arivaldo Fontes historiador, educador (no Colégio Militar, no Pedro II, na Fundação Osório) e, há dez anos, Diretor Geral do cinquentenário e benemérito SENAI, cargos que lhe deram merecida projeção nacional, além de outras altas funções administrativas que exerceu com destaque.

Atribui-se a Abrão Lincoln esta afirmativa — "Gosto muito de ver um homem sentir amor e orgulho por sua terra natal. Mas gosto ainda mais de ver aquele torrão orgulhar-se daquele seu filho."

Creio, e tenho certeza, que Riachão sente muito orgulho de seu ilustre filho Arivaldo pelo que ele fez para preservar e divulgar sua memória histórica, e pelo que o projetou nacionalmente como educador de escol. Riachão por certo tem Arivaldo Fontes na galeria dos filhos mais ilustres que produziu e entre os que mais o amaram.

É uma alegria para mim, gaúcho que recebeu, de Arivaldo, muita solidariedade e apoio na edição de obras de alto sentido nacional, ver esse seu livro editado pelo SENAI do Rio Grande do Sul, estado onde muito atuou e brilhou, como historiador e escritor, o general João Pereira de Oliveira, sergipano de Itabaina e gaúcho de coração, autor do útil *Vultos e fatos de nossa História*. E mais, Rio Grande do Sul que teve, entre os seus maiores filhos, Getúlio Vargas que encontrou, no filho ilustre de Riachão, Lourival Fontes, um dos seus mais leais e dedicados colaboradores, que o acompanhou até a última morada.

Recordo-me muito bem de Lourival Fontes na noite de 24 de agosto de 1954, após o suicídio do Presidente Vargas. Eu era um dos cadetes integrantes da Guarda Fúnebre enviada pela Academia Militar das Agulhas Negras para prestar as honras de estilo ao Presidente desaparecido. Ao chegar no portão do Palácio do Catete, veio ao nosso encontro o general Aguinaldo Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar, e Lourival Fontes, Chefe da Casa Civil, e comunicaram que a família do Presidente agradecia a atenção, mas dispensava as honras militares. Não tendo para onde ir, permanecí todo o resto da noite no Catete, testemunhando aquele fato histórico e a atuação impecável e atenta de Lourival Fontes, circulando de um lado para o outro com sua característica piteira, tomando as providências cabíveis.

Arivaldo possui aquele sentimento denominado sergipanidade, que tanto se afina com o tradicionalismo gaúcho, traduzido por amor a querência que

engloba gentes, costumes, valores, tradições etc. Em seu multifacetado livro, evoca pessoas, fatos e instituições que transcendem os seus Riachão e Sergipe, como por exemplo a Faculdade de Direito do Recife e a Fundação Osório (ex- orfanato Osório) destinada a abrigar meninas órfãs de militares das três forças. Ela foi criada em 1908, centenário de nascimento do ilustre e legendário general Osório, herói popular, guerreiro do Brasil Império e uma das maiores glórias do Rio Grande.

Arivaldo traz, através do inconsciente coletivo, a influência marcante do educador de Lagarto, monsenhor Carvalho Daltro, que se traduz por acendrado amor a terra natal e grande capacidade de trabalho.

Creio que, como eu, em relação a minha terra natal, Canguçu-RS, se alguém dispusesse de nove palavras para caracterizar Arivaldo Silveira Fontes, dono de riquíssimo curriculum vitae, ele ficaria satisfeito com esta síntese: Arivaldo Silveira Fontes, natural do Riachão do Dantas-Sergipe.

#### Cláudio Moreira Bento, Presidente do

Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil.

# UM JORNAL DO EXÉRCITO NA GUERRA DO PARAGUAI

A obra *A Saudade na Guerra do Paraguai* (UFFRJ, Itaguaí, 1991), de Affonso Celso Vilela de Carvalho, resgata valiosos textos dos 40 números do Jornal *A Saudade*, órgão literário e noticioso, que circulou no seio do Exército Brasileiro em Operações na Guerra do Paraguai, com o apoio do Marquês de Caxias. Impresso na Tipografia Móvel do Exército, ele abordava a vida social em campanha e lhe era vedado tratar de assuntos de administração e operações do Exército.

Dele só se sabia por Dionízio Cerqueira, em suas *Reminiscências:* ... "os exemplares de *A Saudade*, impressos no Exército, desapareceram no torvelinho da morte como grande parte de seus colaboradores", Mas agora sabe-se que a Biblioteca Nacional possui sua coleção incompleta, bem como a de seus irmãos castrenses, *O Militar* (1851) e *O Soldado* (1881) que, no Império, estiveram ao serviço da defesa dos interesses postergados da família militar brasileira.

A Saudade nos revela que o tenente-coronel Hermes, pai do marechal Hermes, além de comandante do atual Regimento Mallet, era compositor de músicas sacras, que regia, executadas por bandas militares, em missas celebradas nas três capelas do acampamento de Tuiuti; que Caxias, condecorando a bandeira de uma heróica unidade com medalha que o Imperador havia tirado de seu peito, com a condição de que nela permanecesse, até a morte do último membro da unidade. Revela a construção do Teatro da Vitória, atrás do Batalhão de Engenheiros, com decoração do capitão Floriano Peixoto; um grande capelão do Exército, o capuchinho Fidelis D'Avola, uma espécie de Frei Orlando naquela guerra; uma grande festa no atual Regimento Mallet, em honra de sua padroeira a N.S. da Conceição, com a presença de Mallet, na qual foi oferecido um jantar, em que foi "servido um

copo d'água aos oficiais e convidados", como era costume e sinal de refinamento social.

A Saudade divulgou amplamente, no meio do Exército em operações, alentado e substancioso documento doutrinário "Os Exércitos Modernos", de análise histórica da evolução da doutrina militar das grandes potências, que vinham fazendo largo uso militar do telégrafo fixo e móvel, da fotografia, da ferrovia e dos balões cativos, melhoramentos que, logo a seguir, Caxias começa a introduzir no Exército, à exceção da ferrovia, que correu por conta da Marinha, para o apoio logístico da Esquadra contra Humaitá (Caxias em certa altura tirou proveito das que encontrou no Paraguai).

A Saudade teve sua fase áurea com seus 29 números em Tuiuti, durante a estabilidade da frente. Adormecida durante as operações de Tuiuti a Assunção, resurgiu, agora também comercial e sem apoio oficial, com este apelo saudosista: "Quem há por aí nestes restos venerando do Exército cheio de serviços, fadigas, glórias e mágoas que não se recorde de A Saudade de Tuiuti."

A obra de Affonso Celso divulga 22 gravuras expressivas e relaciona 162 livros sobre a guerra. E contribuição inédita à História do Exército.

Estão de parabéns o autor, e a UFFRJ, que o editou. *A Saudade* é sem dúvida, em sua fase de Tuiuti, um ancestral do nosso *Noticiário do Exército*.

Cláudio Moreira Bento Sócio-Efetivo do IHGB e do IGHMB

# A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO NO RIO GRANDE DO SUL (1853-1911)

O professor Laudelino F. Medeiros em *A Escola Militar de Porto Alegre* (Palegre, UFRGS, 1992), prestou relevante contribuição à história do ensino do Exército, ao resgatar importante parcela do passado da formação de seus oficiais, de 1853 a 1911, no Rio Grande do Sul. O resgate focaliza o sentido filosófico das diversas reformas do ensino em foco até 1905, ponto de inflexão do bacharelismo militar, com origem na Academia Real Militar de 1811, para o profissional militar, que desde então passou a vigorar, e que só foi consolidado na AMAN, em Resende.

O bacharelismo militar assim foi focalizado, em 1904, em relatório do Ministro da Guerra, general-de-brigada Francisco de Paula Argolo, filho do heróico marechal Argolo Ferrão:

"Terminado os 6 anos da Escola Militar da Praia Vermelha tem-se formado um oficial estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e da subordinação, com pronunciada tendência a discutir e a criticar as ordens que recebe, e que por todos os meios procura esquivar-se a uma vida cujas missões considera pouco compatível com o seu preparo teórico e o seu título científico."

O livro em foco estuda a Escola Militar de Porto Alegre em três fases: 1853-66; 1874-89 e 1889-1911, quando ela atingiu o ápice, com o nome de Escola de Guerra, decorrente do fechamento, seguido de extinção, em 1905,

da Escola Militar da Praia Vermelha, por seu envolvimento parcial com a Revolta da Vacina Obrigatória, em 1904.

O professor Laudelino focaliza a participação da Escola que estuda na Questão Militar, os prédios que a abrigaram, seus comandantes, suas denominações, sua cronologia, grandes vultos que nela serviram ou estudaram, sem esquecer que a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em Iº de janeiro de 1897, é obra de professores da Escola Militar, bem como o Movimento Tradicionalista I Gaúcho que ali foi criado pelo major Cezimbra Jaques, com o concurso de civis e cadetes.

Não foi esquecido o estabelecimento de ensino militar do Exército que funcionou em Rio Pardo, de 1888 a 1906, com suas diversas denominações e fins, onde estudaram, entre outros, os ex-presidentes Getúlio Vargas e marechal Dutra, bem como o marechal Mascarenhas de Morais, que comandou a FEB, e os futuros jovens turcos, generais Bertoldo Klinger e Paula Cidade. Essa obra, e mais a de Celso Castro, *O Espirito Militar* (Rio, Zahar Editor, 1992), são fundamentais para ter-se uma segura e científica perspectiva histórica do ensino militar no Brasil de 1792- 1990, com vistas a formação de oficiais do Exército Brasileiro, ou seja, por dois séculos, desde a criação da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho pelo Conde de Resende, 13º vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil.

Falta agora alguém que resgate a história da Escola Militar de Fortaleza.

Cel Cláudio Moreira Bento Membro dos IHGB e IGHMB

### CENTENÁRIO DO SÍTIO FEDERALISTA DE BAGÉ

Fruto de pesquisa histórica básica, o artigo propõe-se a apresentar a verdade do episódio da Revolução Federalista a qual, politicamente, ao longo dos anos, vem sendo omitida ou distorcida. A Redação.

De 14 de novembro de 1893 a 08 de janeiro de 1894, a guarnição militar de Bagé, ao comando do legendário e valente coronel Carlos Maria da Silva Telles, e integrada por forças do Exército reforçadas por tropas da Brigada Militar e patriotas republicanos, escreveu uma das mais belas páginas da História Militar do Brasil, ao resistir, cercada dentro do reduto fortificado em torno da matriz São Sebastião e praça à sua frente, a rigoroso e apertado sítio que durou 45 angustiantes dias.

O cerco foi levado a efeito por tropa revolucionária federalista, forte de 3.000 homens, à base de Cavalaria, sob o comando do general honorário do Exército João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), herói da guerra do Paraguai.<sup>1</sup>

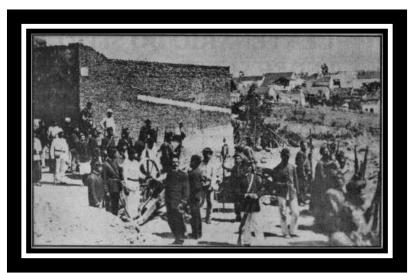
O sítio deBagé foi um confronto de titãs, uma queda de braço de vontades férreas e, sobretudo, um embate de valentes. Assim também seria o sítio da Lapa (PR), em que resistiu, até a morte, outra legenda do nosso Exército, o

<sup>1</sup> João Nunes da Silva Tavares teve seu nome ligado aos últimos momentos do marechal Francisco Solano Lopes, em Aquidaban (1º de março de 1870). O cabo Chico Diabo que lanceou mortalmente o marechal era seu comandado. A proclamação da República foi alcançá- lo exercendo muito expressiva liderança política, econômica e militar na fronteira de Bagé.

coronel Ernesto Gomes Carneiro, cujo irmão defendeu, heroicamente, em Bagé, uma trincheira, no cruzamento das ruas Dr. Veríssimo com Barão de Amazonas, após o comandante da mesma, capitão Moreira Sobrinho, haver-se passado para os federalistas.<sup>2</sup>

O sítio de Bagé foi rigoroso.

Nele, os sitiados presenciaram deserções dos fracos e dúbios, padeceram os efeitos de espionagens e de atiradores de tocaia, passaram sede e fome, tendo, inclusive, de sacrificar gatos, cães e cavalos para comerem, além de consumirem figos crus e caruru cozido na água e sal. Não escapou do sacrifício nem o tordilho negro, um **pingo de lei,** do coronel Telles. Silva Telles Ele foi ferido num ombro, ao comandar, pessoalmente, um contra-ataque à derradeira tentativa federalista de atingir o centro da resistência ao sítio, através de uma brecha resultante da demolição de muros e paredes que protegiam a posição do coronel.



Revolução Federalista de 1893 . Cerco de Bagé (RS) – Trincheira da Panela do Candal

Combateram na defesa de Bagé as seguintes unidades do Exército: 31° Batalhão, do qual o Batalhão <sup>3</sup>Tuiuti, de Pelotas, descende; 4° Regimento de Artilharia, um dos formadores do Regimento Mallet, em Santa Maria; Corpo de Transporte, cujo comandante titular era o capitão Bento Gonçalves da Silva Filho<sup>5</sup>, ferido um pouco antes do sitio, e uma companhia do 2° Batalhão de Engenheiros, atual lº Ferroviário de Lages-SC. Essa tropa do Exército foi reforçada pelo 2º Batalhão da Brigada Militar e elementos do lº; pelo 5º Corpo ' Provisório e pelo Batalhão Republicano, integrado por patriotas republicanos de Bagé e gente da Guarda Aduaneira. Os sitiados não dispunham de Cavalaria, daí a tática adotada de resistência em posição fortificada, contra um adversário fortíssimo em Cavalaria.

O sítio só foi levantado à aproximação da Divisão Sul, forte de 3.000 homens, ao comando do "coronel do Exército João Cézar Sampaio, que fora enviado em socorro de Bagé pelo Ministro da Guerra (1892-94), Francisco

<sup>2</sup> Eurico Sales, em "História de Bagé" (P. Alegre, Ed. Globo, 1951). Seu livro imortalizou o episódio em foco, o qual serviu-lhe de ilustração da capa, em expressivo desenho assinado por Danúbio Gonçalves.

<sup>3</sup> Filho do famoso líder farrapo de 1835.

Antônio de Moura.

Bagé foi encontrada pelas tropas do coronel Sampaio "com casas arrombadas, a maioria sequeada, algumas incendiadas, objetos de uso doméstico, gêneros etc... atirados à rua"<sup>4</sup>, um cenário desolador.

O prolongado e violento sítio, com seus pesados tiroteios, deixou um saldo triste de 121 baixas entre os cerca de 900 defensores da praça. Foram mortos 34, entre os quais 4 oficiais, que foram sepultados ao lado da matriz São Sebastião, em cujo interior, meio século atrás, o Duque de Caxias mandara celebrar uma missa pela alma dos irmãos brasileiros que haviam se empenhado em luta fratricida, a Revolução Farroupilha (1835-45). Outros mortos foram sepultados em terreno baldio da Rua 7 de Setembro, Dessa vez, ao invés de uma missa, a matriz São Sebastião sofreu com o tiroteio federalista, que a deixou cheia de perfurações de balas. Não a respeitaram!

Um exemplo da fortaleza moral do coronel Carlos Telles foi dado na seguinte resposta aos federalistas, no 28° dia de sítio, ao ser-lhe proposta a rendição da praça com garantia de vida a todos: "Vocês é que devem depor as armas porque estão fora da lei. Garanto a todos anistia ampla." E resistiu mais 18 dias.

A resistência determinada, e a todo custo, do coronel Telles por certo preveniu a humilhação de tropas do Exército e da Brigada, como a sofrida por suas irmãs, em 28 de novembro, no sítio do Rio Negro, levado a efeito pelas mesmas tropas ao comando do general Joca Tavares que sitiaram Bagé. Aí, tropas legais com o seu comandante, general do Exército Isidoro Fernandes, também preso, foram obrigadas a assistir, impassíveis, ao degolamento, segundo a tradição, de 300 de seus aliados civis do Corpo de Cavalaria, ao comando do coronel Manoel Oliveira Pedroso, também degolado, inerme e de forma humilhante para um bravo. O massacre foi um crime contra a humanidade, até então sem precedentes na nossa História, e um deserviço e traição à causa federalista.

Parece ter sido ele o início da violência inaudita dessa revolução agravada pelo massacre de Boi Preto, em Palmeira das Missões, de degolamentos em massa de federalistas, e pelos fuzilamentos coletivos de revoltosos da Armada, em Florianópolis e no Km 64 da ferrovia Curitiba-Paranaguá. Tais fatos contribuíram para caracterizar a revolução federalista como "revolução de bárbaros" ou "maldita". Seus contendores ignoraram Simon Bolívar: "Nas guerras civis, é político ser generoso, senão a violência aumenta progressivamente."

O sítio e a resistência épica de Bagé são uma página digna dos bravos soldados republicanos e federalistas que a escreveram, e cheia de lições militares enriquecedoras do patrimônio cultural militar terrestre do povo brasileiro, do qual o Exército Brasileiro é depositário ebeneficiário.<sup>5</sup>

O sítio de Bagé, seguramente, foi o evento histórico que mais marcou a cidade. Ele serve de ilustração à obra de Eurico Sales atrás citada e de

<sup>4</sup> Eurico Salles, em "História de Bagé".

<sup>5</sup> Beneficiário com vistas a reciclar a doutrina, com apoio em experiências reais e bem sucedidas.

documentação dos três simpósios "Fontes para a História da Revolução de 93", que vem sendo realizado pelo Museu D.Diogo de Souza, de Bagé.

Fontes primárias ligadas ao sítio de Bagé encontram-se na obra já citada de Eurico Sales e na obra de Epaminondas Villalba, **Revolução Federalista no Rio Grande do Sul** (Rio, Laemmert, 1897), nos documentos de n° 58 a 62.6

Prestou depoimento sobre o sítio de Bagé o coronel Sampaio, comandante da Divisão do Sul, que impôs o levantamento do sítio, em 8 de janeiro de 1893. Seu trabalho foi editado em 1920, Sampaio já marechal, sob o título "O coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar". Nesse trabalho, ele responde à obra editada no mesmo ano, também pela Livraria Globo, sob o título Apontamentos sobre a Revolução Rio-grandense de 1893, a qual seria complementada por uma Réplica aos contraditores dos apontamentos (P.Alegre, s/ed, 1921). Através dessas obras, o leitor poderá situar-se, entre outras coisas, sobre o sítio de Bagé registrado por seu libertador, o coronel Sampaio, e o quadro dantesco por ele testemunhado em relação ao massacre do Rio Negro, quando ele por lá passou, após um mês do tristíssimo evento.

O massacre do Rio Negro foi também condenado pelo federalista Germano Hasslocher, em **A verdade sobre a revolução de 93** (P. Alegre, Ed. Mazeron, 1894, I<sup>a</sup> ed.).

Sobre o sítio de Bagé, o historiador Tarcísio Taborda escreveu, na **Revista Militar Brasileira** (n° 1, jan/mar 1970,pp. 73-87) esclarecedor artigo, que complementa, com detalhes interessantes, a visão deEurico Sales de como foi o sangrento combate de 24 de dezembro de 1893. Taborda conclui seu artigo com um grande e notável esforço de síntese muito esclarecedor:

"A insatisfação reinante após a renúncia do marechal Deodoro, em 1891, levou os chefes municipais das duas correntes que se formaram a reunir homens em armas. Formados esses exércitos particulares, começaram as arbitrariedades, as tropelias, os abusos e as vinditas, que se espraiaram por todo o território gaúcho."

E aí que penso residir a causa das violências da Revolução de 93, que se extremaram em Rio Negro e Boi Preto.

O coronel Sampaio fez de sua obra atrás citada, involuntariamente, precioso instrumento didático militar, na linha preconizada pelo marechal Ferdinand Foch:

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar."

Com base na leitura do seu livro, concluo que a Divisão do Sul foi organizada, de Porto Alegre, pelo ministro da Guerra, general Moura, como Diretor das Operações contra os federalistas, e contando com o apoio de Júlio de Castilhos, na mobilização de forças civis patriotas. Que Sampaio comandava a guarnição do Rio Grande quando foi encarregado de organizá-la, equipá-la e instruí-la para as seguintes missões: libertar Bagé sitiada;

<sup>6</sup> O último é a ordem-do-dia do tenente-coronel Francisco Félix de Araújo, comandante da 1ª Brigada da Divisão do Sul, que relata as atrocidades cometidas nos sítios do Rio Negro e Bagé e aponta os defensores do de Bagé como exemplos de abnegação e heroísmo.

preencher o vácuo na fronteira, entre Bagé e Santana, deixado pelas tropas neutralizadas por massacre ou aprisionamento, em Rio Negro, junto com o comandante-em-chefe das operações no Estado, o marechal Isidoro, e proteger a ferrovia, essencial ao apoio logístico. Que a Divisão foi constituída de 3 brigadas, com 2.500 homens, dos quais 1.100 do Exército e 1.400 civis, sem noções de disciplina, hierarquia e doutrina militar, recrutados, na emergência, em Jaguarão, Erval, Piratini, Canguçu, Tapes, Camaguã, São Lourenço e Pelotas. Que a concentração delas teve lugar na Estação Piratini (atual Pedro Osório), junto ao passo Maria Gomes do Piratini e que durou um mês e nove dias. Que os 1.100 homens do Exército procediam do 29° e do 32° de Infantaria (de Pelotas e Vitória- ES, atuais OM de Infantaria de Jaboatão-PE e Santa Maria); dos 2º e 5º de Cavalaria (de Bagé e Jaguarão, atuais OM de Porto Alegre e São Luiz); de contingente do atual Iº Ferroviário-Lages, SC. Que a tropa do Exército dispunha de três peças de artilharia 75. Que os 1.400 civis formaram os 25° e 28° de Cavalaria (provisórios) e o 9° de Infantaria (provisório), sendo seus chefes os coronéis: Elias Amaro, de Jaguarão; Antero Pedroso, de Piratini, que escapou espetacularmente do massacre do Rio Negro, onde seu irmão, amigo e comandante, Manoel Pedroso, fora degolado; Zeca Neto, com 600 homens de Camaquã e São Lourenço, e que depôs sobre o episódio em suas Memórias (Martim Livreiro); Bernardino Mota, com as forças de Canqueu que consequira reunir; e mais os chefes Bueno e Justo. A Divisão operou por 15 meses consecutivos e assistiu ao quadro dantesco do massacre do Rio Negro. Foi incansável na mobilização da Divisão Sul, em Pelotas, o Dr. Piratininho de Almeida, filho do mineiro de Diamantina e cérebro civil da República Rio-grandense, Domingos José de Almeida, que estudamos na **RIHGB** (n° 336, jan/ mar, 1983) e no **Diário Popular** (Pelotas, 20.09.1981).

O coronel Sampaio era carioca. Nasceu em 10.06.1846 e faleceu, em Porto Alegre, em 06.10.1924, aos 78 anos de idade, pouco após escrever sua obra já referenciada. Veterano do Paraguai, comandou a guarnição de Rio Grande e o 32° de Infantaria, antes e depois de Canudos, com o qual expedicionou. Comandou o Distrito Militar de Mato Grosso durante a questão Brasil-Bolívia erh torno do Acre. Foi general-de-' brigada, na ativa, e marechal, na reserva. Teve a oportunidade de defender-se de intrigas e acusações do Dr. Wenceslau Escobar e de um panfleto anônimo, provando ter sido o libertador de Bagé em 08.01.1894.

Carlos Telles, o defensor de Bagé, nasceu em 31.10.1843, em Porto Alegre. Veterano herói do Paraguai, combateu os **muckers**, em 1874 e, também, em Canudos, onde foi ferido gravemente. Faleceu general-de-brigada em 07.09.1899, aos 56 anos de idade. Adiante nos deteremos mais sobre sua biografia.

#### **ANEXOS**

- DOCUMENTO 1: ordem- do-dia do comandante da la Brigada da Divisão do Sul, em operações no Sul do Rio Grande do Sul, emitida em 13 de janeiro de 1894, sob o no 15, no Acampamento de Boa Vista. Aborda os sítios do Rio Negro e de Bagé e o comportamento dos federalistas nos mesmos:

"Camaradas da la brigada! O quadro desolador visto por nós em Bagé

traduz um vivo atestado das cenas de vandalismo praticadas por estrangeiros que o pouco escrúpulo de desorientados brasileiros trouxeram à nossa Pátria para, reunidos em número muito superior aos nossos companheiros, tentarem tomar a praça, batendo sua heróica guarnição. Narrar-vos os fatos com suas particularidades seria descrever as cenas descritas por Poe, ou o inferno de Dante em que por longos dias estiveram, não só vossos camaradas, como as famílias residentes nessa cidade. Não foram poupados os velhos octogenários, quando choravam a perda de seus filhos e parentes por eles degolados no Rio Negro. Não se condoeram das pobres esposas que viram seus maridos levados à sanga para depois do massacre terem a garganta atravessada pela faca. Foram surdos aos gritos das pobres crianças que, com estertor, no auge da maior angústia, pediam que poupassem a vida de seus inocentes pais! Cenas dolorosas para esses a quem fizeram órfãos e viúvas. Canibais! Como se tudo isto não bastasse para saciar esses descendentes de Nero, obrigaram as criancinhas a morrerem de inanição, proibindo a venda do leite. Deitaram fogo a diversas casas, saquearam a todas, exigindo de muitos moradores quantias avultadas. Os insultos, os doestos, as palavras obcenas, as injúrias assacadas aos nossos camaradas, as faziam sem respeito à moral com grande gáudio para seus diretores. Pois bem, enquanto tudo isto sucedia, a briosa guarnição militar de Bagé, dando vivas à República, defendia a praça com valor estóico, suportando com toda a resignação os vexames da fome e quiçá, muitas vezes, da sede. Emagrecidos, macilentos, os nossos camaradas não fraquejaram um só momento. Que nos sirva de exemplo essa abnegação, esse heroísmo, e todos da la Brigada de quem espavorido foge o inimigo, marchemos ao seu encalço para dar- lhes a devida punição. Viva a guarnição de Bagé! Viva a brigada da la Divisão do Sul! Viva a República! ass: Francisco Felix de Araújo, tenente-coronel".

DOCUMENTO 2: resposta do coronel Carlos Telles, ao apelo dos federalistas para que aderisse à causa revolucionária e entregasse Bagé.

"Comando da guarnição e fronteira de Bagé. O coronel Carlos Telles, respondendo ao apelo que de Pirahy foi dirigido aos oficiais desta guarnição e assinado por onze indivíduos, declara, por si só e por seus oficiais, que não toma conhecimento do mesmo apelo, por que não quer nem deve corresponder- se com desertores do Exército. Bagé, 23 de novembro de 1893. Carlos Maria da Silva Telles, coronel."

DOCUMENTO 3: Trecho do telegrama, de 15 de janeiro de 1894, de Júlio de Castilhos a Cassiano Nascimento, onde noticia as baixas republicanas e federalistas no sítio de Bagé "que resistiu a fogo incessante e assaltos por 18 dias": "Tivemos 36 mortos, dois alferes do Exército e dois capitães civis. Feridos 90 entre praças do Exército e civis. Os prejuízos do inimigo são superiores a 400 entre mortos e feridos, além de 500 deserções de bandidos orientais. Bagé muito danificada! Saquearam e incendiaram muitas casas, degolaram muitos homens indefesos e até queimaram vivos dois soldados."

<sup>7</sup> O sitio foi estimulado por pressões dos uruguaios sobre os revoltosos e pela Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893.

Estes documentos, produzidos no meio de paixões do momento necessitam de crítica histórica para que deles se extraia a verdade dos fatos.

DOCUMENTO 4: ordem-do- dia de 09 de janeiro de 1894 do comando da Guarnição: "Após 45 longos dias de sítio, é com a maior satisfação que este comando, rememorando o que então se passara, torna público o seguinte: As forças desta guarnição compostas do 31° Batalhão de Infantaria, do 4° Regimento de Artilharia e do 2ºRegimento de Engenharia, 5º Corp. Prov.; Bat. Republicano, pessoal da Guarda Aduaneira, contingentes do lo Regimento de Cavalaria da Brigada Militar e de Patriotas, privadas de comunicações com as demais quarnições deste estado, convergiram para a praça fortificada, repelindo sempre o inimigo que, por diversas vezes e em dias diferentes, tentara tomar de assalto esse centro de resistência. Desde a madrugada de 27 de novembro, porém, esta valorosa resistência foi secundada pelo Corpo de Transporte e 2º Batalhão de Reserva da B.M. procedentes do Quebracho donde se retiraram do sítio (do Rio Negro) com que o inimigo tentou isolá-los e com os quais as forças acima mencionadas perfizeram um total de 900 homens. A concentração destas forças na praça fortificada, exigida pela falta absoluta de Cavalaria, um dos mais importantes e imprescindíveis recursos nas guerras sul-americanas, bem como pela sua inferioridade numérica em relação às do inimigo, compostas de uns 3.000 homens, alentados ainda pela recente vitória do Rio Negro, talvez lhes fizesse crer no prenúncio de uma nova vitória. Assim, ilusoriamente reanimados, redobraram a intensidade dos seus fogos de fuzilaria, os quais partindo dos fundos dos quintais, das esquinas e telhados das casas, principalmente situadas ao norte e oeste da cidade, onde em maior número se alojaram, varriam a praça em todos os sentidos. É com orgulho que este comando vos assegura que nesses momentos, os mais críticos, sempre julgou esta praça inexpugnável, vendo que cada um de vós era inseparável de seu posto de honra, procurando à porfia melhor cumprir os seus deveres, tornando- os todos dignos dos maiores encômios e dagratidão nacional, mesmo porque na noite de 08 do corrente (08 de janeiro de 1894), o inimigo abatido por tão heróica resistência e já desprovido de munições e desarmados pelos grandes claros que fizestes em suas fileiras, fugiu precipitadamente, deixando muitas armas e, após, uma cidade em ruínas, saqueada e incendiada. As instituições nascentes e a integridade de nossa Pátria não perigarão jamais enquanto tiverem defensores valorosos e abnegados até o sacrifício, como vós. Diante da uniformidade de um semelhante proceder, este comando julga-se dispensado de mencionar o nome dos que se distinguiram. Por isso louva a todos os oficiais desta guarnição pela firmeza e lealdade com que se portaram durante o penoso sítio a que esteve sujeita, e determina que os senhores comandantes de corpos façam em suas ordens regimentais as distinções que julgarem de justiça. Contrabalançando as alegrias provenientes da grande vitória alcançada pelas armas gloriosas da República, este comando lamenta aqueles que tombaram no campo da luta, aos feridos, os que apenas verteram o seu sangue em prol das novas instituições, os nossos respeitos e

admiração; àqueles que sucumbiram para sempre, as nossas saudades e a gratidão da Pátria, ass. Carlos Maria da Silva Telles, Coronel."

DOCUMENTO 5: telegrama do Ministro da Guerra, de 14 de janeiro, ao coronel Carlos Telles, cumprimentando-o pela vitória sobre o sítio federalista: "Coronel Carlos Telles. Viva a República. Vós e a heróica guarnição de Bagé fizeram juz à nossa admiração e reconhecimento. Com tão valentes e abnegados soldados e patriotas, a República não pode ser vencida. Ao marechal Floriano transmiti telegrama que me enviastes. Abraço-vos e a todos os valentes camaradas da guarnição de Bagé."8

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Após levantado o sítio de Bagé, intrigas levam o defensor de Bagé, coronel Carlos da Silva Telles, e o comandante da Divisão Sul - coronel João Cezar Sampaio a uma polêmica em torno do assunto. O coronel Sampaio então foi obrigado a escrever os seguintes trabalhos, no espaço de 26 anos:

Pela verdade-defesa contra seus inimigos (Pelotas, Liv. Echenique, 1896):

O coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar (Porto Alegre, Liv. Globo, 1920), no qual se defende de críticas relativas às operações que culminaram com o levantamento do sítio de Bagé pela Divisão Sul ao seu comando. Vale a pena ser lida, pelos ensinamentos que sugere.

O coronel Carlos Telles responde, ao coronel Sampaio, na obra Resposta ao folheto-Pela Verdade, do sr. comandante João Cezar Sampaio (Pelotas, Liv. Americana, 1897). E livro que também vale a pena ser lido, pelos ensinamentos a colher.

O Dr. Wenceslau Escobar, militante federalista, colocou fogo nas brasas da polêmica em foco, com o seu discutido **Apontamentos históricos para a Revolução Federalista de 1893** (Porto Alegre, Liv. Globo, 1920).

As memórias do general Zeca Netto (Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983) que, como tenente- coronel foi comandante da 3ª Brigada da Divisão do Sul, que libertou Bagé sitiada, traz algumas informações valiosas, como resposta de Zeca Netto a uma crítica de Carlos Telles ao coronel Sampaio afirmando que "o coronel Sampaio é um oficial que faz honra ao Exército Nacional."

O coronel De Paranhos Antunes e o general Tristão de Alencar Araripe produziram elogios ao coronel Carlos Telles, em 1948, na **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,** n° 13/14 pp. 115-207. São artigos esclarecedores. Os historiadores de Bagé, Eurico Salis e Tarcísio Taborda, complementam o tema.

O general João Pereira de Oliveira em **Vultos e Fatos de Nossa História** (Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985, 3ª ed., pp.52-71) estuda o perfil biográfico de Carlos Telles e aborda, especificamente, rumoroso incidente que ele manteve, e levou a melhor, com o coronel Thomaz Tompson Flores, comandante interino, em 1896, do 6º Distrito Militar, com sede em Rio Grande.

8 Era o aplauso do Exército.

O autor narra a resposta dada por Carlos Telles ao general Joca Tavares e ao seu irmão Zeca Tavares, que haviam solicitado ao corpo consular que intercedesse para que ele capitulasse, ao que teria respondido, segundo fora anotado no Diário do promotor público Antenor Soares:

"Peço que, de minha parte transmitam, ao exm° sr. general Tavares, o seguinte: O nome e as glórias que S. Excia. alcançou, foram no seio do Exército, e, portanto, não deve ignorar que o soldado brasileiro não capitula, ainda mesmo que se encontre fraco no seu posto. Eu nunca capitularei, achando-me forte e defendendo o governo constituído legalmente e as instituições de minha Pátria. Ele general Tavares é que deve depor as armas, porque é um revoltoso. Se assim proceder, pode contar com as garantias para si e seus comandados. Mas, os soldados e oficiais desertores do Exército, que fazem parte das forças dos revoltosos, serão castigados, uns com a demissão, e outros com a baixa do serviço..."

Tarcísio Taborda conta a resposta de Carlos Telles ao apelo do padre Bittencourt para que saísse de

Bagé, atendendo à sugestão que lhe fora feita por seus amigos federalistas, resposta que invoca os mesmos valores alegados pelo pároco: "Amigo vigário Bittencourt. Em nome de Deus, da humanidade, de seus paroquianos bageenses e de nossos amigos comuns só sairei para trazê-lo de volta puchado pela orelha."

Cel Claudio Moreira Bento Fundador e Presidente do Instituto de Hisória e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos IHGB e IGHMB

# SÍNTESE BIOGRÁFICA DO GENERAL CARLOS MARIA DA SILVA TELLES (1848-1899)



Nasceu em Porto Alegre, em 31 de outubro de 1843, filho do tenente reformado Joaquim Jaime da Silva Telles de Queiroz e de D. Maria Joaquina Amália da Cunha da Silva Telles. Sentou praça em 23 de junho de 1865, no 33° de Voluntários da Pátria, e foi designado para integrar o piquete de D. Pedro II, onde assistiu à rendição dos paraguaios em Uruguaiana, em 18 de

setembro de 1865. Permaneceu no piquete do Imperador até lo de novembro. Participou da invasão do Paraguai no Passo da Pátria como alferes em comissão do 30° de Voluntários da Pátria. Foi ferido no contra-ataque de Estêro Belaco, em 2 de maio de 1866. De alferes a tenente, participou da campanha do Paraguai. Combateu em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas e assistiu à rendição de Angostura. Foi promovido a alferes em 14 de janeiro de 1869, por ato de bravura praticado em 11 de dezembro de 1866. Participou da campanha da Cordilheira como alferes e tenente comissionado, no mesmo cenário em que brilhava a estrela do general Joca Tavares, seu adversário no sítio de Bagé. Só depois da guerra é que, em 14 de abril de 1871, foi graduado tenente e começou a sua longa peregrinação por unidades de Infantaria, 6o, 40, 12°, 15°, 13°, 10°, 7°, 24°, 22°, 26°, 14° e 3° batalhões de Infantaria, cuja correspondência atual pode ser deduzida de O Exército Brasileiro, editado pelo Arquivo Histórico do Exército, em 1938, e pela Imprensa Militar. Suas promoções: 14 de abril de 1871 - tenente; 4 de janeiro de 1886 - capitão, após 15 anos; 7 de janeiro de 1890 - major, por merecimento; 21 de março de 1891 tenente-coronel, por merecimento; 12 de maio de 1893 - coronel, por merecimento e 15 de novembro de 1899 - general-de-brigada, posto em que faleceu, menos de dois anos após, em 7 de setembro de 1899, de ataque cardíaco, aos 56 anos. Foi condecorado no Paraguai com o hábito da Rosa e a Medalha Militar. Lutou no Paraguai, na Revolução de 93, contra a Revolta da Armada e em Canudos.

Foi ferido em Estéro Belaco, no Paraguai, no sítio de Bagé e gravemente no ataque final ao reduto de Canudos. Como tenente participou, em 1874, do combate aos Muckers, nas fileiras do 12° BC, atual unidade de Infantaria de Lorena - SP.

Cel Claudio Moreira Bento Fundador e Presidente do Instituto de Hisória e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos IHGB e IGHMB

### 1994—ANO DO JUBILEU DA AMAN EM RESENDE

O ano de 1994 está sendo dedicado às comemorações do jubileu de ouro da AMAN, assinalado, entre outras, pelas seguintes efemérides: Iº de março, instalação da Academia; 20 de março, início das atividades de ensino militar; e 10 de novembro, sua inauguração oficial, que contou com tocante participação da comunidade resendense. Na ocasião, as senhoras de Resende lhe ofertaram um artístico Estandarte do Corpo de Cadetes (CC), enquanto a indústria, o comércio e a agropecuária local ofertaram-lhe uma belíssima Bandeira do Brasil, com a qual foi inaugurado o grande mastro, na praça fronteira à Academia.

Ao doarem o Estandarte do CC as senhoras rescndenses reeditaram gesto de suas bisavós. 90 anos atrás, no ato de entrega da Bandeira do Brasil ao contingente de 250 resendenses Voluntários da Pátria, por ocasião de sua despedida para lutar na guerra contra o Paraguai.

O Coronel Mario Travassos, ao instalara AMAN, assim registrou no Boletim Internou" I, de Iº de março de 1944: "E preciso que as massas de concreto armado e revestimento de mármore da (Academia) criem alma e falem hoje e

sempre do grande momento em que. definitivamente, a filosofia de formação dos oficiais do Exército foi consolidada de forma a marcar época."

#### O sonho da AMAN

Vitoriosa a Revolução de 30, colocado no comando da Escola Militar, no Rio, o Coronel José Pessoa, oficial de escól que. como tenente, combatera na la Guerra Mundial, na cavalaria francesa, onde foi promovido por bravura. Foi ele o idealizador da AMAN. o maior sonho de sua vida, conforme declarou ao passar seu último dia no serviço ativo cm convívio com os cadetes de Resende.

Em 1931. a revista *Granja*, comemorativa dos 130 anos de Resende, noticiou o projeto do Coronel Pessoa e a escolha de Resende para sediara AMAN.

Em artigo na **revista ACIAR**, "Profecia do General José Pessoa sobre o turismo em Resende". Frederico Carvalho reproduziu o pensamento daquele ilustre chefe sobre as razões da escolha de Resende para sediar a AMAN: "Resende está situada em região privilegiada, com excelente clima, abundância de água, presença do Paraíba, sem endemias, meio social modesto, mas muito bem constituído, variedade topográfica (planície e montanha), facilidades de comunicação entre as duas principais capitais do Brasil, Rio e São Paulo, os dois pólos da civilização nacional, além de servida pela Central do Brasil... Sobre seu clima, umacomissão de médicos a alcunhou de Suíça brasileira... Nem mesmo lhe falta um símbolo, as Agulhas Negras, no Itatiaia."

Em 1932, na estação ferroviária local, QG das forças federais que combatiam a Revolução de 1932 no vale do Paraíba, o Presidente Getúlio Vargas prometeu concretizar o projeto AMAN. E vários estudos foram feitos pelo Coronel Pessoa, auxiliado pelo arquiteto Raul Pena firme, oficiais e cadetes, no Realengo.

Após longo período de espera, em 29 de julho de 1938, aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, em Floriano (atual), presente o Presidente Cctúlio Vargas, foi lançada a pedra fundamental da Academia.

Em expressivo discurso, que interpretava o sentimento geral no Exército, o orador oficial assim se expressou: "Que nestas plagas por onde passaram bandeiras, possa a AMAN tomar-se um templo que forme sacerdotes que tenham fé nos altos destinos do Brasil. Agora, bandeirantes de uma bandeira libertadora dos que sofrem, morejando esquecidos nos rincões do Brasil, analfabetos, sem esperanças e descrentes, disciplinando-os, educando-os c incorporando-os a uma bandeira única—a do Brasil".

Era o ideal de Olavo Bilac, ao lutar pelo Serviço MilitarObi igatório.

Por cinco anos c meio, sob a liderança do consagrado engenheiro militar, General Luiz Sá Affonscca, a área cedida para a construção da AMAN transformou-se num imenso e movimentado canteiro de obras, que injetou energias sociais econômicas na debilitada Resende, bastante ressentida, ainda, das consequências da crise do café do século passado, conforme depoimento do Dr. Nilo Gomes Jardim estabelecido no município, como médico, desde 1931.

Em 1944, a AMAN deu início a sua relevante missão. Já formou 50 turmas,

que injetaram no Exército cerca de 25.000 oficiais. A turma de 1990 foi denominada Cidade de Resende, 30 ilustres chefes militares a comandaram, incluindo o atual comandante, General Max Hoertel.

O General Ramiro Monteiro de Castro foi o primeiro general formado integralmente pela AMAN a comandá-la. Foi seu ex-comandante o futuro Presidente Médici. Atualmente, todos os oficiais-generais no serviço ativo do Exército foram formados pela AMAN. Entre eles, conta-se o primeiro e único general nascido em Resende, Álvaro Henrique Vianna de Moraes, da turma de 1961.

### Resende na História Militar

Resende foi fundada em 1744, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dea Paraíba Nova, pela bandeira do Tenente-Coronel do RI de Ordenanças de Mogi-Jacarei. Simão da Cunha Gago.

De 1778 a 1782, o local foi invadido por índio ferozes de Minas Gerais. Mandado pelo vice-Rei, o Capitão de Infantaria Joaquim Xavier Curado foi encarregado de expulsá-los. Ele organizou uma tropa com fazendeiros c moradores, cumpriu a missão e aldeou os Puris (gente timida ou miúda) em Fumaça (atual). Mais tarde, comandou a Escola Militar e consagrou-se como herói da Independência, ao liderar as tropas brasileiras que respaldaram a recusa do Príncipe D. Pedro, que passou à história como o Dia do Fico.

Em 25 de setembro de 1801, a cidade de Resende foi instalada, após criada, por ato do 13º vice-Rei, Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil, Tenente-Gencral Luiz de Castro. 2º Conde de Resende. O local tomou seu nome como homenagem do povo local, quando ele viajou para Portugal. O donatário de Resende, presente em sua instalação foi o Coronel Fernando Dias Paes Leme, veterano das guerras do sul do País.

Em 1842, Resende, sob a liderança do Coronel Fabiano Pereira Barreto, presidente da Câmara, à frente da Guarda Nacional, deu marcante contribuição a Caxias, na pacificação da Revolução dc 1842, em São Paulo e Minas.

Em 1865, os 250 Voluntários da Pátria de Resende que lutaram no Paraguai, foram adestrados no Campo do Manejo de Tropas, que deu origem ao bairro do Manejo, na época sinônimo de Campo de Instrução para manobrar, ou manejar, tropas.

### A AMAN — uma cidade dentro de Resende

A grande família acadêmica que gira em torno da AMAN, como militares e funcionários civis (ativos e inativos e pensionistas), está em torno de 12.000, segundo a **Revista** *ACIAR*.

Assim ela se constituiu numa verdadeira cidade, dispondo, para administrála, de um prefeito militar.

Hoje, pelos diversos bairros de Resende encontram-se residindo centenas de militares inativos que formam autenticas vilas militares. Igualmente são incontáveis os casamentos de militares com resendenses, gerando

resendenscs filhos de militares, neste meio século.

E uma integração crescente entre as comunidades resendense e acadêmica, que se espera seja dinamizada pela Sociedade Resendense de Amigos da AMAN (SORAAMAN), integrada por membros das duas comunidades. Ela foi criada cm 14 de julho, sob o estímulo do Ministério do Exército, e implementada pelo General Rubem Augusto Taveira, grande entusiasta da idéia e que já havia ajudado a implantar entidade similar em Campinas-SP.

A SORAAMAN acabou de contribuir para o objetivo de integração das duas comunidades, com livro dc nossa autoria **1994 -** *AMAN — Jubileu de Ouro em Resende,* o qual teve seu pré-lançamento na AMAN, em 2 de fevereiro, no jantar de despedida do General Tavcira e oferecido pela SORAAMAN, constituindo-se no marco inicial das comemorações do Jubileu de Ouro da Academia.

O livro baliza, fundamentalmente, a História da AMAN nestes 50 anos da do ensino militar acadêmico no Brasil, fundado em 1792 ,pelo também fundador de Resende—o Conde de Resende, conforme abordamos nesta Revista e mais amplamente na *RIHGB* nº 375 Abr/Jun 1992 v. 153.

Cel Cláudio Moreira Bento Presidente e Fundador do IHTRGS Sócio-efetivo do IHGB e Sócio-benemérito do IGHMB

# UMA POSSÍVEL EXPLICAÇÃO PARA A VIOLÊNCIA NA REVOLUÇÃO DE 1893-95

### Cláudio Moreira Bento\*

De 5 de fevereiro de 1893 a 23 de agosto de 1895, o Rio Grande do Sul foi aterrorizado pela mais violenta das revoluções brasileiras, a Revolução Federalista, que vem sendo tratada como revolução de Bárbaros, Maldita e da Degola.

Nela, a primeira vítima foi a verdade, degolada pelo radicalismo político que a caracterizou. Verdade difícil de ser resgatada, dentro do contexto do memoricídio a que foi condenada nos últimos 100 anos, talvez por um complexo de culpa dos que a promoveram. É questão em aberto.

Uma tropa militar constitucional, como o Exército e a Brigada Militar, possui uma doutrina sustentada nas vigas mestras da hierarquia e da disciplina, no respeito imposto pela História ao inimigo inerme quando feito prisioneiro. Deve se ater à conquista de objetivos militares que auxiliem a conquista dos objetivos políticos e não se transformar em instrumentos de vinditas de chefetes ou de flagelo das populações com que entra em contato.

Na fase pré-revolucionária de 1893, em respeito à Federação, o Exército estava impedido, pela Constituição, de intervir no Estado. A Brigada Militar não existia. E foi aí que, penso, teve início a violência, conforme Tarcísio Taborda a interpretou muito bem:

"A insatisfação política reinante após a renúncia do Marechal Deodoro da

Fonseca levou os chefes municipais, das duas facções que se formaram, a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as arbitrariedades, as tropelias, os abusos, as vinditas (vinganças) que se espraiaram por todo o território gaúcho."

E foi aí que, repito, teve início a violência generalizada, que não foi privilégio dos chefes Motta, Pedroso e Cândido Garcia, que o telegrama urgente e cifrado, do General João Telles a Floriano, datado de 2 de novembro de 1892 assinala, e que vem sendo usado sem a devida crítica histórica, como um dos raros documentos que restaram do memoricídio da Revolução.

Ausentes o Exército e a Brigada Militar, começou o festival de violência, intolerância e radicalismo político. Derrubado Castilhos e assumindo o "Governicho", os líderes municipais que o apoiavam, com a ajuda das guardas municipais e outras forças civis que mobilizaram, passaram a perseguir lideranças castilhistas que imigram e conspiraram uma revolução com apoio em forças populares. E tem lugar a derrubada do "Governicho" em Porto Alegre e, inahnente, em Bagé, em 4 de julho de 1892, ;om a deposição das armas pelo General Joca lavares, que é obrigado a emigrar, sendo o matrimônio dele e de seus companheiros atingido mor forças populares que foram recrutadas, porças essas que receberam autorização do governo do Estado de requisitar recursos de toda irdem para cumprirem a missão, no que come- :eram abusos e excessos, até com fazendeiros Correligionários. Esqueceram, as lideranças civis le ambas as facções, essa lição apreendida a Juras penas e transmitida por Simon Bolívar: 'Nas guerras civis é político ser generoso senão a vingança aumenta progressivamente."

Aí teve origem a violência requintada e incontrolável no genocídio de governistas em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893, respondido, em 5 de abril de 1894, com o genocídio de lederalistas em Boi Preto, Palmeira das Missões.

Antes da eclosão da Revolução, oficiais do Exército em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande do Sul e outros locais se manifestaram publicamente contra a formação de forças populares batizadas de *patriotas*. Mas não foram ouvidos. E deu no que deu. Ou seja, na Revolução de Bárbaros...

É do experimentado e abalizado mestre Arthur Ferreira Filho estas considerações, após aprofundar-se no estudo das revoluções gaúchas: "Que os crimes nelas praticados eram conse- qüência do mau costume repetido em todas as revoluções no Rio Grande, de confiar comandos a indivíduos fascinorosos, ignorantes e irresponsáveis. Lamentavelmente, em todas as nossas revoluções têm sido entregues comandos que desonram, a bandidos, boçais alguns e outros sem instrução."

O General João Telles, sabemos por carta de um antigo auxiliar, Floriano Florambel, era contra o uso de forças populares. Mesmo assim as usou largamente para combater a Revolução de 1993 na fronteira de Bagé. Mas seu telegrama citado compromete a memória de três deles que, numa análise

superficial, leva o leitor a concluir que só eles existiram no Rio Grande, que a análise citada de Tarcísio Taborda leva a outra conclusão.

Para a formação de tropas populares recorreram chefes civis de ambas as facções, recrutando tropas na escória social do Rio Grande ou do Uruguai, onde, segundo interpretações históricas diversas, foi introduzida a prática da degola de prisioneiros. Em Rio Negro, a degola foi executada pelo uruguaio Adão Latorre, auxiliado por uma companhia de cortinos, segundo Wenceslau Escobar, militante federalista, em sua obra *Apontamentos para a história da Revolução Federalista de 1893* (Palegre, 1920).

Na Revolução de 1993, o comando das ações táticas esteve concentrado, na maioria das.vezes, nas mãos de chefes civis improvisados; muitos abarbarizados, tendo, para comandar, tropas incontroláveis, as quais muitas vezes os ultrapassavam. Eram tropas recrutadas entre aventureiros, exescravos e desempregados rurais, mercenários uruguaiaos e argentinos. Se, numa força regular em campanha, se registram abusos de tropas, o que dizer de aventureiros e mercenários, sobre os quais os rigores de um regulamento disciplinar ou Código Penal Militar não podem incidir?

Na Revolução Farroupilha a violência foi exceção, enquanto na de 1893 foi quase regra. Penso que em razão de as massas farrapas terem sido organizadas em um Exército regular, conforme demonstramos em *O Exército Farrapo e os seus Chefes* (Rio, Bibliex, 1993, 2 v), e levadas ao combate por profissionais competentes, experimentados, egressos do Exército, como Bento Gonçalves, Bento Manoel, José Mariano de Matos, José da Silva Brandão, Joaquim Pedro Soares, Domingos Crescêncio de Carvalho etc.

Todos eles buseavam inspiração nos dois amores-perfeitos inscritos no Brasão da República Rio-grandense, simbolizando "Firmeza e Doçura". Firmeza — traduzido por lutar com toda a garra, valor e bravura para conseguir a vitória. Após a vitória, porém, respeito como religião à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inerme. E disto os líderes farrapos deram eloquentes exemplos.

A Revolução de 1923, ao reencontrar-se com o binômio inspirador dos farrapos vem sendo chamada *Revolução de Cavalheiros*, fugindo ao triste batismo da de 1993. *Revolução de Bárbaros*, *Maldita* e da *Degola*.

### \* CLÁUDIO MOREIRA BENTO

E coronel do Exército, Presidente e Fundador do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e dos \ihgb e \ighthat{lighmb}

# Marechal Floriano Peixoto Cláudio Moreira Bento\*

Resumo biográfico de Floriano Peixoto reverencia o centenário do seu falecimento. Por dificuldades encontradas na elaboração do copydesk do original recebido, o artigo deixou de ser publicado em 1995, como seria próprio.

O dia 29 de junho de 1995 registrou o centenário de falecimento do segundo presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto. Faleceu na Fazenda Paraíso, junto à estação ferroviária da divisa Resende-Barra Mansa, distrito atual de Floriano, aos 56 anos de idade. Herói nacional, foi consagrado pela História como o "Consolidador da República" e como o "Marechal de Ferro".

"Consolidador da República", por haver enfrentado e debelado diversas ameaças à República recém-instituída, entre as quais a tentativa de proclamação da República Transatlântica de Mato Grosso, vinculada a interesses ingleses, a Guerra Civil (1893-1895) na Região Sul do País e a Revolta na Armada. "Marechal de Ferro" pela energia, calma, determinação, sangue frio e coragem com que as enfrentou.<sup>4</sup>

### NASCIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Floriano nasceu no modestíssimo engenho paterno do Riacho Fundo, distrito Ipioca, próximo a Maceió (AL), em 30 de abril de 1839, quando ia acesa e viva, no Sul, a Revolução Farroupilha (1835-1845). Foi o quinto filho de numerosa prole.

Sua criação foi entregue a seu tio paterno, padrinho e futuro sogro, o Coronel José Vieira de Araújo Peixoto, rico e poderoso proprietário de três engenhos, e não possuía filhos, até então. Floriano aprendeu, com seu pai adotivo, os segredos da liderança, inclusive a militar. Hábil no comando de homens e em se fazer respeitar, Vieira Peixoto detinha expressivo poder político, tendo chefiado, em 1844, uma rebelião militar que obrigou o governador da província a fugir.

Floriano cresceu no Engenho Ponte Grande, próximo daquele onde nascera, na condição de filho único. Recebeu instrução inicial de um padre parente do pai adotivo, e este, mais tarde, montou casa em Maceió, onde Floriano continuou a estudar. Retornava sempre, porém, ao Ponte Grande, na época da moagem da cana, coincidente com suas férias, e durante toda a vida, sua alma foi a de um menino de engenho.

Em 1855, aos dezesseis anos, foi para o Rio de Janeiro, dentro do clima da vitória brasileira na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Frequentou, por dois anos, o colégio S. Pedro de Alcântara, preparando- se para cursar a Escola Militar da Praia Vermelha, de modo a satisfazer o desejo do pai adotivo.

### **FLORIANO MILITAR**

Floriano ingressou no Exército em 1857, no 1º Batalhão de Artilharia, na Fortaleza de Santa Cruz. Cursou a Escola Militar da Praia Vermelha e a do Largo de São Francisco (1857-1862).

A Guerra contra o Paraguai foi encontrá-lo servindo, como 1º tenente de Artilharia, em Bagé.

Invadido o Rio Grande por São Borja ,marchavam os paraguaios em duas colunas de cada lado do Rio Uruguai em direção a Uruguaiana, que foi conquistada. O Tenente Floriano, improvisado em comandante naval de uma esquadrilha de quatro barcos, recebeu e desincumbiu-se muito bem da missão de impedir o contato das duas colunas que tentavam reforçar a coluna invasora do Rio Grande.

Por esse feito, em que supriu deficiências com valentia, liderança e arrojo, o Tenente Floriano foi promovido a capitão aos 26 anos, e nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Na Guerra do Paraguai comandou uma Companhia do Batalhão de Engenheiros. Seus chefes ressaltaram-lhe "o entusiasmo, a coragem , a galhardia e a calma em combate".

Foi promovido a major, por ato de bravura, em dezembro de 1868, aos 29 anos. No final da guerra, comandou o 9ª Batalhão de Infantaria, quando teve participação destacada em Aquidabã, reconhecida pelo General Câmara. Ali reencontrou-se com o Coronel Joca Tavares que conhecera em Bagé.

Mais tarde, o então Marechal Câmara e o General-honorário, Joca Tavares, seus companheiros em Aquidabã, liderariam o movimento que resultou na Guerra Civil (1893-1895) visando a depô-lo. Não obstante, Floriano conseguiu demover o marechal a dela participar e prestigiou o grande soldado, através de atitudes e atos respeitosos, quando do seu falecimento, no Rio de janeiro comparecendo pessoalmente ao sepultamento.

### De 1870 a 1891

Floriano retornou do Paraguai em setembro de 1870, após nele permanecer durante todo o conflito. Peregrinou por Mato Grosso e Amazonas e diplomou-se em Ciências Físicas e Matemáticas.

Voltara combalido. Não lembrava mais o cadete caboclo de força notável, campeão de esgrima a baioneta e temido adversário nas brigas, do tempo da escola, com valentões do Rio. Pediu licença para tratamento de saúde em Alagoas.

Nos quatro meses de licença, recuperou- se e se casou no posto de tenente-coronel, aos 33 anos com sua irmã adotiva e prima Josina, no engenho Itamaracá, em 11 de maio de 1872.

Nessa licença, lembrava sempre, desfrutou os melhores dias de sua vida. Ao seu término conseguiu ser convocado para desenvolver, em Alagoas, obras militares: reparos no quartel do Batalhão de Infantaria local; construção de Enfermaria e de Depósito de Material Bélico, cuja planta está no Arquivo Histórico do Exército. Retomou ao Rio.

Em 1874, é coronel, comandante do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo. Em 1875 é diretor do Arsenal de Guerra de Pernambuco. Em 1880, nova crise de saúde e problemas econômicos nos engenho de que era sócio, levaram-no a pedir reforma do Exército, do que foi demovido pelo governador da província, ancestral do historiador; Américo Jacobina Lacombe."

Em 1883, com 26 anos de serviço, foi promovido a brigadeiro. Comandou,

então as Armas do Amazonas e Pernambuco. Em 1884, foi comandante das Armas e Presidente de Mato Grosso, pelo Partido Liberal, onde se revelou hábil político, apoiou o abolicionismo e criou o imposto de exportação de erva mate para o Prata.

Em 1882, estando em Alagoas, foi nomeado para comandar a 2ª Brigada no Amazonas. Pediu mais uma vez reforma do Exército, para dedicar-se à administração de seus engenhos e os da família, em Alagoas, Foi demovido por seus amigos - a essa altura possuía grande e discreta liderança no Exército, por seu valor militar e sólido conceito.

### O Brilho de sua Estrela

De 31 de janeiro de 1889 a 15 de novembro de 1894, dos 49 anos aos 54 anos, por mais de 5 anos, Floriano teve rápida e brilhante ascensão no cenário nacional: Comandante da 2ª Brigada do Exército, em São Cristóvão, integrada pelos 1º Regimento de Cavalaria (atual Dragões de Brasília), 2º Regimento de Artilharia (atual Regimento Floriano) e Batalhão de Engenheiros, no qual combatera no Paraguai, (atual 1º Batalhão de Engenharia de Combate, em Santa Cruz); Ajudante-General do Exército interino, até 15 de novembro de 1889, e efetivo após. Marechal-de-Campo (1889); Marechal (1890); Ministro da Guerra, 1º Vice-Chefe do Governo Provisório da República, Conselheiro de Guerra, Vice-presidente da República, eleito na chapa de oposição ao Marechal Deodoro, um e outro,por eleição indireta. Finalmente, Vice-Presidente da República no exército da Presidência, de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, mais de 3 longos e agitadíssimos anos dedicados a debelar crises políticas e diversas revoltas.

Seguramente, nenhum dirigente do Brasil, no Império e na República, enfrentou período mais conturbado do que ele, inclusive ameaças externas, na época da "Diplomacia das Canhoneiras", e a Questão de Palmas.

Após passar a presidência ao seu substituto, a conselho médico, fez estação de águas, durante quatro meses em Cambuquira.

Passou os últimos 24 dias de sua vida na Fazenda Paraíso. Ali redigiu o seu testamento político, o qual se encontra reproduzido no final deste artigo.

Teve forte crise da enfermidade que o acometia em 28 de junho de 1895. Consciente da morte próxima, lamentou deixar filhos menores para educar. Acariciou seus dois caçulas Maria Josina e José e exclamou, após acariciar o último quando chorava: - "Que infelicidade!" Manifestou desejo de ser sepultado na Estação da Divisa, atual distrito de Floriano. E faleceu!. No bolso de seu casaco foi encontrada, rascunhada, uma mensagem para jovens republicanos que estavam por visitá-lo da qual se transcreve o trecho abaixo:

"... A pretendida homenagem dos Srs. me enche a alma de um prazer imenso. Ela é um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrou de coração o melhor de sua vida e, à República, por amor à qual sacrificou o resto da saúde e vigor que lhe deixaram a penosa campanha do Paraguai. Hoje, como vedes, vivo longe do lar a procurar vários climas para a reparação de forças perdidas nas lutas pela Pátria e pelas instituições..."

A primeira autoridade vinda do Rio para seus funerais foi o Dr. Fernando

Luiz Osório, filho e biógrafo do General Osório, com quem Floriano mantinha muito boa amizade.

Estavam, com Floriano, sua esposa e os filhos: Ana com 21 anos; Floriano com 17 anos; Maria Tereza com 14 anos; José com 10 anos; Maria Anália com 8 anos e Maria Josina com 4 anos. Portanto, cinco filhos menores. A idéia que normalmente nos ocorre seria a de um homem velho, com os filhos independentes e encaminhados na vida.

# TRAÇOS DO PERFIL PSICOLÓGICO DE FLORIANO

A personalidade de Floriano foi definida por Euclides da Cunha como uma "esfinge indecifrável que olhava todos sem se fixar em ninguém, gestos breves, palavras escassas, esquivo, impassível, dono de um sorriso mecânico".

Sua meteórica ascensão política-militar, de 31 de janeiro de 1891 a 15 de novembro de 1894, em que dominou o cenário político nacional, se deve a sua excepcional capacidade política de avançar contactando com e se impondo às pessoas certas sem alardes, avesso que era à notoriedade das páginas dos jornais. Antes de 15 de novembro de 1889, já fora chamado de "ronha", sinônimo de esperto, ardiloso, manhoso, matreiro, astuto ou "moiteiro".<sup>9</sup>

"Sua capacidade política e inteligência foram subestimadas por muitos. A esses estavam reservadas grandes surpresas."

Como conseqüência, ultrapassou o 15 de novembro deixando dúvidas sobre a sua real posição como chefe do Exército, Foi eleito Vice-Presidente na chapa que se opôs a Deodoro, e conseguiu impor-se, com astúcia política, à substituição deste, enfrentando e superando, com determinação e invulgar capacidade de trabalho, seriedade e visão de estadista, as tempestades que desabaram sobre seus ombros, mesmo depois de haver restabelecido o Congresso. Sua capacidade política e inteligência foram subestimadas por muitos. A esses estavam reservadas grandes surpresas.

Segundo Osvaldo Aranha "Floriano era uma mistura de elementos físicos que lhe davam aspecto ora de rochedo, ora de penhasco, sempre de montanha distante e inacessível... incluída a capacidade de se ajustar às diversidades do tempo, às variações dos ventos e a de desdenhar as tempestades..."

Para Humberto Peregrino "autoridade rigor, probidade e espírito público eram as características principais de Floriano como homem público".

Para Mário Barata "a reação de Floriano para fortalecer a República não um enigma e sim uma reação natural de um líder de caráter, experiência e bravura".

Essa atitude de Mário Barata é justificada com a resposta de Floriano, em 15 de novembro de 1894, à Comissão que foi à sua casa para entregar-lhe

\_

<sup>9</sup> Da linguagem castrense.

uma espada de ouro. Doente, Floriano não pôde receber a Comissão. E o Tenente Aristides Villas-Boas leu seu agradecimento:

"Como chefe da Nação, em minha volta sucumbiram mártires em nome da lei, que afortunadamente venceu, para a glorificação dos Estados Unidos do Brasil, e em nome da dignidade e da honra da Pátria, para dizermos que continua a ser República toda a América. Julgando-me imensamente feliz por haver co-participado dessa tarefa ingentíssima de preservar de desgraça, de fortificar, de consolidar a República, não obstante ter sido o mais modesto de quantos se empenharam nessa gloriosa campanha."

A seguir declarou "carecer de repouso a sua saúde, de haver sido tomado pela fadiga, mas contente consigo por não se haver poupado de nenhum sacrifício no cumprimento do que ele julgou seu dever".

O General Jonas Correia Filho, estudioso de Floriano o classificou de "homem reservado e determinado", como fruto de estudos em fontes sérias e até de caráter científico. E o define:

"Retraia-se, calava-se quando o silêncio tinha a importância de uma decisão... homem de natureza resoluta, tomava decisões sensatas e coerentes e praticava atos que considerava de seu dever... Sua vida é um rosário de lições de moral, de honestidade, de bravura, de bom senso, de experiência e de conhecimento da psicologia dos homens e das multidões."

Estudos recentes no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), feitos longe das paixões da época, com isenção e critérios científicos, confirmam a probidade administrativa, a honestidade, a lisura, o espírito público e, por via de consequência, a popularidade do presidente Floriano, após analisá-lo como nacionalista e republicano sincero, soldado competente, estadista, consolidador e defensor da República. Acredito que elas dêem respostas que ajudem a recuperar informações que Floriano espírito reservadíssimo, em seu mutismo e postura de esfinge carregou para o túmulo.

Até hoje na Região Sul são atribuídas culpas a Floriano das quais ele é inocente. Na luta entre políticos maragatos e pica-paus e seus respectivos excessos, costumam usar Floriano e outros oficiais do Exército como bodes expiatórios. Pois muitas interpretações pretensamente historiográficas, como refletindo a verdade, instrumento de justiça na voz da História, ainda estão dominadas por palavras enlouquecidas das paixões do momento.

Uma das mais comuns acusações é a de "ditador" ou "exercício ilegítimo do poder". Ele restaurou o Congresso dissolvido em novembro de 1893. E foi a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do Senado que, em parecer firmado, decidiu que Floriano podia ser investido na Presidência da República, com apoio no artigo 1º e seu parágrafo 2º e das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, que rezava:

"Disposições transitórias:

Artigo  $l^{\circ}$  - Promulgada a Constituição pelo Congresso, reunido em Assembléia Geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos na primeira votação e, se nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa, na segunda, o presidente e o vice- presidente do Brasil.

Parágrafo 2ª - O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste

artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência durante o primeiro período presidencial."

E houve grande agitação política, pleiteando alguns, inclusive ilustres juristas que elaboraram a Constituição, que houvesse eleição para substituir o presidente Deodoro, com apoio nos artigos 42 e 47.

Presidente legítimo da República, como esperavam os revoltosos do Sul e na Armada, de armas na mão, a serem tratados por Floriano, presidente constitucional? Enfrentar revoltas sem o recurso do estado de sítio... É um problema de empatia.

Por ocasião do centenário de nascimento, na presença de Getúlio Vargas e do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, de fronte o monumento a Floriano, na Avenida Rio Branco, na qual foi orador oficial o então Tenente-Coronel Jonas de Morais Correia Filho, em Ordem do Dia o Exército assim se manifestou:

"Que Floriano Peixoto hoje e sempre no Exército servirá como exemplo de soldado dedicado a sua classe e como patriota, só preocupado com a grandeza e o futuro do Brasil."

O dia 29 de junho de 1939, *44º* aniversário de sua morte na Fazenda Paraíso, próxima a Resende, foi escolhido, deliberadamente, para marcar o lançamento da pedra fundamental da AMAN, em sua homenagem.

Floriano fora sempre muito ligado às escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha, que o auxiliaram, inclusive, a combater a Revolta na Armada.

Uma de suas grandes preocupações foi encarregar o Coronel Emile Jourdan de escrever sobre as campanhas do Uruguai e do Paraguai, para subsidiar estudos de tática e estratégia dos alunos de nossas escolas militares, baseados nas realidades operacionais sul-americanas.

Por suas demonstrações de coragem, física e moral, lisura, probidade, honestidade na defesa intransigente da coisa pública, e mais, por suas atitudes de simplicidade espartana adquiridas na vida de engenho e na campanha do Paraguai, conseguiu comunicar-se com o povo no seio do qual passou a desfrutar enorme popularidade e devoção por muitos anos depois de sua morte. Tinha os olhos voltados sinceramente para o povo e para a Pátria, protegendo-os dos crimes de colarinho branco e dos efeitos das lutas que foram travadas entre o Governo e os revoltosos na Armada, na Baía da Guanabara, por mais de 6 meses.

Sua comunicação com o povo valeu-lhe o apelido popular de "O Quera", que, segundo Umberto Peregrino, era sinônimo de "audaz, desabrido, invencível e destemido"

A ECEME, em pesquisa histórica, o consagra ao lado de Gomes Carneiro e Gumersindo Saraiva, como a maior figura da Guerra Civil (1893-1895) do ponto de vista militar.

Floriano jovem forte, atlético e bravo consumiu sua saúde em holocausto à defesa do Brasil durante cinco anos de guerra e em 3 anos no exercício da

Presidência do Brasil. Não mediu sacrifícios. Foi fiel a si mesmo e aos seus ideais. Foi um brasileiro providencial para um grave momento da nacionalidade. Justiça histórica se lhe faça hoje e no futuro.

À posteridade, para que encontre subsídios para cultuá-lo e colher ensinamentos, de sua vida e obra, indicamos as fontes adiante listadas, que tornarão sempre possível resgatá-lo sob a pátina do tempo, como acabamos agora de fazê-lo, com muita honra, respaldando a citada Ordem do Dia do Exército, em 1939, que o recomendou ao culto eterno pela Força, como exemplo raro de soldado e cidadão modelar do Brasil, pela comovente dedicação ao Exército e à grandeza e ao futuro do Brasil.

### O TESTAMENTO POLÍTICO DO MARECHAL

"Meus amigos - Recebo com especial agrado a sincera manifestação do vosso preço.

Ela tem para mim um valor inefável, pois revela a generosidade dos vossos nobres corações.

Ela me enche a alma de um prazer imenso, porque vejo nela um tributo de vossa gratidão a um velho servidor da Pátria, que lhe consagrou de coração o melhor de sua vida, da República por amor da qual sacrificou o resto de saúde e vigor que lhe deixou a tenosa campanha do Paraguai.

Hoje, como vedes, vivo longe do lar a procurar em vários climas a reparação das forças perdidas nas lutas pela Pátria e pela novas instituições.

Nessa peregrinação, alimento a esperança de alcançar do Criador a mercê de viver mais algum tempo para prover a educação dos filhos, órfãos há cinco anos dos cuidados paternos; e também para lograr o prazer de contemplar a jovem República livre dos embaraços que ora lhe estorvam os passos, a marchar desassombrada e feliz ao lado das nações mais adiantadas do Velho e do Novo Mundo.

A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos nimigos.

Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo.

Não vos fiéis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda.

Alerta! pois.

A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamim Constánt e Deodoro são o Exército nacional e uma parte da Armada, que à Lei e às instituições se conservaram fiéis.

Consolidador da República é a guarda nacional, são os corpos de polícia da Capital e do Estado do Rio, batendo-se com inexcedível heroísmo e selando com seu sangue as instituições proclamadas pela revolução de 15 de

novembro.

Consolidador da República é a mocidade das escolas civis e militares, derramando o seu sangue generoso para com ele escrever a página mais brilhante da história das nossas lutas.

Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso partido republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos, praticou tais e tantos feitos de bravura, que serão ouvidos sempre com admiração e respeito pelas gerações vindoura.

São esses os heróis para os quais a Pátria deve volver os olhos, agradecida.

À frente de elementos tão valiosos, não duvidei, um momento sequer, do nosso triunfo, e, pedindo conselhos à inspiração e à experiência e procurando amparo no sentimento da grande responsabilidade que trazia sobre os ombros, tive a felicidade de poder guiar os nossos no caminho da vitória.

Foi esse o meu papel.

Se mérito existe nele, não almejo outra recompensa, senão a prosperidade da República e a estima dos que sinceramente lhe consagram o seu amor.

Vou terminar: as prescrições médicas não me permitem o mais leve trabalho mental: mas, para corresponder à vossa gentileza, não duvidei infringir os conselhos da ciência e escrever estas linhas, que vos entrego como penhor e testemunho da minha eterna gratidão. - Divisa, junho de 1895 - FLORIANO PEIXOTO."

#### **BIBLIOGRAFIA**

Fontes Principais para a elaboração do presente artigo e para resgate, a qualquer tempo, da vida e obra do Marechal Floriano.

ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA... A REPÚBLICA. Rio, IHGB, 1889 (Artigo de Moacyr Pereira *et alli* sobre Floriano).

ARQUIVO NACIONAL. Arquivo do Presidente Floriano Peixoto, Rio-RJ.

BENT	Э, (	Cláudio	Moreira,	Cel.	História	da	3 <sup>a</sup>	RM	1889-1953.	Porto	Alegre.	Ed.	Palloti,	1995
(	(Gu	uerra Civ	/il 1893-1	895 r	no RGS)	V.2								

(Guerra Civil 1893-1895 no RGS) V.2.
Centenário da Revolta na Armada. Defesa Nacional. Nº 762, out/dez 1993.
Centenário do sítio federalista de Bagé. RIHGB, n° 381, out/dez 93.
Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas na História Militar do Brasil.
Anais do Congresso sobre a Revolução Federalista no Paraná. Curitiba, Assembléia
Legislativa, 1995 e Defesa Nacional 1995, nº 787. Publica Quadro Comparativo de
Cercos.
A participação de São Paulo no combate a Guerra Civil 1893-1895 e Revolta na
Armada. RIHGSP, Defesa Nacional e RIHGB em 1995.

CADERNOS DA COMISSÃO DO EXÉRCITO COORDENADORA DAS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA REPÚBLICA E DA BANDEIRA. Rio, BIBLIEX-SENAI, 1991 (Artigos do General Jonas Correia Filho, Umberto Peregrino, Mario Barata e Cláudio M. Bento).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Marechal Floriano Peixoto Memórias e Documentos. Rio, Serv.

Graf. ME, 1939. 6v (Ressalto o v. 1 biografia). MIRANDA, Salm de, General. Floriano. BIBLIEX, 1963.

## BRIGADEIRO RAFAEL PINTO BANDEIRA (1740 - 1795) Cláudio Moreira Bento\*

Resumo biográfico do terceiro brasileiro a atingir o generalato no Exército de Portugal. Reverencia o bicentenário de sua morte.

Transcorreu, em 9 de janeiro de 1995, o bicentenário de morte do lendário e bravo gaúcho Rafael Pinto Bandeira, na Vila de Rio Grande, seu torrão natal. Ele foi o terceiro brasileiro a atingir o generalato no Exército de Portugal e o primeiro filho do Rio Grande do Sul a conquistar tal distinção. Dos 14 anos aos 54, fez brilhante carreira, de Soldado Dragão do Rio Grande a Brigadeiro Comandante da Legião de Cavalaria Ligeira, tendo sido o primeiro gaúcho a comandar todas as forças do Rio Grande do Sul, como Comandante- geral e a governá-lo, interinamente, por 8 anos e 4 meses.

Pinto Bandeira distinguiu-se sobremodo na Guerra do Sul (1763-1777), em que os espanhóis, após duas invasões (1763 e 1774), chegaram a dominar cerca de dois terços do território do maior estado sulino. Sua atuação, no comando das forças que conduziram a guerra de guerrilhas contra o invasor, ordenada pelo governo no Rio de Janeiro, contribuiu decisivamente para definir, como brasileiro, o destino do seu torrão natal. Foi ele o primeiro herói militar marcante da província meridional no decorrer do século XVIII, e sua trajetória foi seguida, entre outros, pelos generais José de Abreu e Manoel Luiz Osório, no século XIX.

Até o presente, o Brigadeiro Pinto Bandeira não mereceu a homenagem que o Brasil e, especialmente, o Rio Grande do Sul lhe devem, mercê dos seus méritos militares. O desenvolvimento de uma doutrina militar genuína, "a guerra à gaúcha", praticada na Região Sul, ao que se sabe até 1926, pelos revolucionários de 1924-1926. Em que pese haver feito carreira no Exército Colonial do Brasil e a sua Legião de Cavalaria Ligeira haver sido absorvida pelo Exército Brasileiro, em 1824, até hoje nenhuma organização do Exército possui seu lendário e legendário nome como denominação histórica.

Foi ele, sem dúvida, a "maior espada continentina do século XVIII, guerreiro de prodigiosa memória que conhecia todos os recantos do Continente (atual RGS), descrevendo com exatidão todos os arroios e rios, a direção das serras, o rumo das estradas e encruzilhadas, quando não se dispunham de mapas". Homem lendário, "que mesmo em noites escuras e tormentosas jamais se desviava do caminho a seguir", foi personagem do romance O Tempo e o Vento, de Erico Veríssimo, que o imortalizou, circunstância que a TV Globo ampliou, ao levar parte da célebre trilogia referente a Rafael em duas novelas.

# NASCIMENTO, FILIAÇÃO E ASCENDÊNCIA

Rafael Pinto Bandeira nasceu no Presídio Jesus-Maria-José (atual cidade

de Rio Grande), em 16 de dezembro de 1740, decorridos quase 4 anos da fundação portuguesa do Rio Grande do Sul, com o desembarque naquele local, em 17 de fevereiro de 1737, de uma expedição ao mando do Brigadeiro José da Silva Paes. Era filho do Capitão Francisco Pinto Bandeira e de D- Clara Maria de Oliveira. O pai, lagu- nense, escolhido para comandar a la Companhia do Regimento de Dragões do Rio Grande, organizada por Silva Paes após desembarcar, constituiu-se no primeiro comandante de tropa de linha, denominação na 108 época de um integrante do Exército na área do atual Comando Militar do Sul. Rafael foi batizado no dia seguinte ao seu nascimento, na modesta capela do Forte Jesus-Maria- José, ' da Fortaleza de Santana e do Estreito, 101112 que fechava o acesso terrestre ao Presídio do Forte, ainda incipiente.'

O pai de Rafael subcomandava as tropas de Ordenanças ao comando do Coronel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, constituída de tropeiros e estancieiros estabelecidos, desde cerca de 1730, na região de Viamão.<sup>13</sup>

Sua mãe migrara, com pais e irmãos, da Colônia do Sacramento para o nascente povoado de Rio Grande. Era neta do Capitão- Mór de Laguna, Domingos Brito Peixoto, que, por sua vez, era bisavô de Rafael. Pelo lado paterno, Rafael era neto de um português do Valongo, que chegou ao Brasil, em 1696 e se estabeleceu na região de Mampituba, SC, com estância de bovinos e ovinos.

Foram padrinhos de Rafael o Coronel de Dragões Diogo Osório Cardoso, solteiro, Comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande e Comandante Militar do Continente, subordinado ao Rio de Janeiro (5 de março de 1739 a 28 de junho de 1752). Sua madrinha foi sua tia, Eufrásia Maria, de 14 anos de idade.

### **RAFAEL EM VIAMÃO EM 1741**

Em 1741, Rafael mudou-se com o pai Tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira para Viamão.

Seu pai ia cuidar da sesmaria recebida, em 15 de maio de 1740, na região atual de Sapucaia do Sul onde, em 1730, cuidava do seu povoamento, com mais de 10 mil cabeças de gado (vacuns e equinos) e com benfeitorias constantes de casa, currais e lavoura.

Rafael, aos 13 anos, acompanhou o pai até Rio Pardo (atual), para fundar o Forte Jesus-Maria-José (2-), no contexto da Guerra Guaranítica (1752-1756). Em Rio Pardo, Rafael sentou praça, com 14 anos incompletos, no Regimento de Dragões do Rio Grande, e, ao comando do pai, participou do combate de Monte Grande, próximo a Santa Maria (atual) em 2 de janeiro de 1762.

Os Dragões do Rio Pardo haviam se deslocado para fundar a Fortaleza de Santa Tereza, no atual Uruguai, na iminência de uma invasão do general

<sup>10</sup> Erigido junto ao canal, sangradouro, da Lagoa dos Patos.

<sup>11</sup> Atual hidráulica do município.

<sup>12</sup> O batismo de Rafael constou do Livro 1 de Batismos da Capela citada, á folha 16 verso.

<sup>13</sup> Área geográfica ampla, em torno da atual Porto Alegre.

Ceballos, deixando um pugilo de Dragões em Rio Pardo, para liderarem civis, visando à condução de uma guerra de guerrilhas contra os invasores castelhanos. Entre eles estavam os Dragões Francisco e Rafael, pai e filho.

Em 24 de abril de 1763, após invadido o Rio Grande, a Vila do Rio Grande, berço de Rafael, foi conquistada pelo general D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. O domínio espanhol foi exercido por 13 anos sobre cerca de dois terços do atual estado do Rio Grande do Sul. como referido anteriormente.

### A GUERRA DE GUERRILHAS CONTRA O INVASOR E SUAS BASES

Aos Dragões Francisco e Rafael Pinto Bandeira, que permaneceram na área de Rio Pardo, coube a liderança da guerra de guerrilhas contra o invasor, assim definida, em 6 de junho de 1763, pela Junta Governativa no Rio de Janeiro, que substituiu o falecido General Gomes Freire de Andrade:

"A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em inatas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar- lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes a constante e persistente inquietação."

Os executores dessa guerrilha inicialmente foram o Capitão Francisco Bandeira (até 1772). com zona-de-ação ao norte do rio Camaquã, e seu filho, Tenente Rafael, ao sul do rio Camaquã. O papel relevante desempenhado por essas guerrilhas na definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul não tem sido abordado em toda a sua projeção e significação estratégica.

Em 2 de janeiro de 1765, após 12 anos de serviços no Regimento de Dragões, já alferes, Rafael foi promovido a Tenente de Dragões da companhia do Regimento dos Dragões, ao comando de seu pai.

Nessa época, fazia um ano que Rafael integrava a guarnição do Forte São Caetano do Estreito, ao comando do pai, que barrou a via de acesso São José do Norte (espanhol) — Viamão.

Aí impediram o avanço espanhol até Porto Alegre e Viamão.

As bases dessas guerrilhas situavam-se em Encruzilhada do Duro (Coxilhado-Fogo, Canguçu), ao sul do rio Camaquã e Guardas de Encruzilhada (Encruzilhada do Sul), ao sul, ao comando de Rafael, e ao norte, ao comando de seu pai que, após falecer, em 1772, foi substituído pelo heróico paulista Cypriano Cardoso Barros Leme.

Ao assumir o governo do Rio Grande, o Coronel José Custódio Faria implementou as guerrilhas para cobrir Rio Pardo face às seguintes direções: Missões-Rio Pardo; Bagé (atual)-Rio Pardo e Rio Grande (espanhol)- Rio Pardo. Para executar essas missões, foram destacados os Dragões Francisco e Rafael.

Em 28/29 de maio de 1766, houve um fracassado ataque a Rio Grande, compensado pela recuperação de São José do Norte (atual), havia três anos em poder da Espanha. Esses dois eventos tiveram negativa repercussão em Portugal e contrariaram o Marquês de Pombal, interessado no apoio da Espanha para pressionar o Papa e extinguir os jesuítas que puseram por terra o Tratado de Madrid, em 1750.

Passaram-se sete anos, período em que as guerrilhas, agora sob a

liderança de Rafael, causaram imenso prejuízo aos espanhóis. Foi quando o governador, D. Vertiz y Salcedo, de Buenos Aires, invadiu o Rio Grande, pela campanha, em novembro de 1773, para neutralizar as guerrilhas portuguesas, as quais, segundo ele, em sua visão de inimigo, estavam lhe causando os seguintes prejuízos:<sup>14</sup>

"Viamão, Rio Pardo, sul da Vila do Rio Grande e o sul do rio Jacuí (serras dos Tapes e Herval) têm sido refúgio de delinquentes que atuam nos campos de Montevidéu, Maldonado, Soriano, Bacas, Santa Fé, Correntes e Missões. Tudo com o fim de roubar cavalhadas das nossas estâncias do oeste dos rios da Prata, Uruguai e Paraná. Meus governados, atingidos por tão continuados e incessantes ações, sofrem os maiores prejuízos ao verem suas fazendas destruídas."

Era a guerra de guerrilhas, a estratégia do "fraco contra o forte", executada pelo Capitão de Dragões Rafael secundado por

Cypriano Cardoso e um pugilo de bravos civis então estancieiros que, em maioria, chegaram ao Rio Grande em 1752 com o Exército Demarcador, como integrantes de Companhias de Aventureiros.

### O NASCIMENTO DE UMA DOUTRINA MILITAR — A GUERRA À GAÚCHA

A "guerra à gaúcha" consistia, basicamente, em retirar, dos possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande, todo o gado vacum e cavalar e as instalações estancieiras espanholas, para que nelas os invasores não pudessem se apoiar, já que, no Prata, um Exército caminhava à base do cavalo, como montaria, e do boi, como alimento autotransportável e tração de cargas mais pesadas.<sup>15</sup>

A invasão de Vertiz y Salcedo, batida por partes por Rafael em Tabantigai, em 10 de janeiro de 1774, e em Santa Barbara, em 11 de janeiro de 1774, obrigou o mexicano a retirar-se rápido para Rio Grande, deixando nele plantadas duas barreiras às incursões guerrilheiras, além da Fortaleza de Santa Tereza, a Fortaleza de Santa Tecla e o Forte de São Martinho. O atual Passo da Armada, no rio Camaquã, entre Canguçu e Encruzilhada, leva esse nome pelas dificuldades encontradas pela Real Armada de Espanha (Exército de Vertiz y Salcedo) embaraçadas por Rafael. Nesse local, ele possuiria uma estância.

Essa invasão repercutiu em Portugal, e o Marquês de Pombal decidiu, em 1774, expulsar os espanhóis do Rio Grande, enviando para o local uma poderosa força, o Exército do Sul, ao comando do Tenente-general Henrique Bohn, discípulo do Conde de Lippe, cujo esforço deveria ser conduzido sobre três pontos fortes espanhóis: Forte São Martinho — por barrar o acesso às Missões e ameaçar Rio Pardo; Forte Santa Tecla — por barrar o acesso às

<sup>14</sup> O que atesta sua repercussão estratégica.

<sup>15</sup> Essa operação chamava-se "arreada".

campanhas do atual Uruguai e ameaçar Rio Pardo e poder ser reforçado das missões pelo Passo do Rosário; e Vila de Rio Grande — por barrar o acesso português pelo litoral ao Uruguai e poder servir de base de partida a ataques a Porto Alegre, Viamão e Laguna, por terra.

O Exército se concentrou em São José do Norte.

Coube a execução das conquistas de São Martinho e Santa Tecla à liderança de Rafael, então major, comandando uma Companhia de Voluntários dei Rei, criada em 1770, e que se constituiu na raiz mais profunda do 1º Regimento de Cavalaria Mecanizada (1º RCMEC), de Itaqui-RS.

## A EXPULSÃO DOS ESPANHÓIS DO RIO GRANDE

Rafael conquistou o Forte São Martinho, de surpresa, em 31 de outubro de 1775 e, em 25 de maio de 1776, liderou a expulsão dos espanhóis da Fortaleza de Santa Tecla, em Bagé, que a seguir foi arrasada.

Por esse feito, foi promovido a Coronel e criada a Legião da Tropa Ligeira do Continente, que seria absorvida pelo Exército após a Independência. Eis trecho do ato oficial:

"Querendo nosso soberano dar-lhe (a Rafael) sinal de sua benevolência, há por bem elevá-lo a Coronel da Legião de Tropa Ligeira, privativa e composta de Aventureiros naturais do Rio Grande e de outros territórios que jazem ao sul do Rio da Prata e ao ocidente até aonde vão os confins do Continente (atual RGS)..."

Comunicada a Portugal, a conquista foi entendida como tendo a tropa sitiante se alimentado de raízes, o que não ocorreu, pois fora muito bem suprida de gado pelo governador Marcelino Figueiredo. Quem se alimentou com raízes de capim foi a cavalhada dos sitiantes, por ter sido conservada confinada em área restrita, para não ser alvo de conquista pelo inimigo. Em 1] de abril de 1776, após conquistados os objetivos de São Martinho e Santa Tecla, o Exército do Sul, em São José do Norte, assaltou a Vila de Rio Grande e concluiu a expulsão definitiva dos espanhóis do Rio Grande.

O General Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul, faz as mais lisonjeiras referências ao valor militar de Rafael e seus homens. Em inspeção a Rio Pardo, assistiu a uma demonstração de travessia do rio Pardinho, pela companhia de Rafael. Eles se aproximaram do rio, repontando uma tropa bovina. A seguir, sacrificaram os bois, tiraram os seus couros, fizeram "barcos pelotas" dos mesmos e atravessaram o rio com rapidez e galhardia.

Rafael e seu Esquadrão de Voluntários del Rei exerceram as seguintes funções militares em benefício do Exército do Sul (1763-1777): busca de informações nas bases espanholas de Maldonado, Montevidéu, Colônia e Missões; reconhecimentos das posições espanholas no Rio Grande, pela retaguarda, e fixação de efetivos espanhóis no corte do São Gonçalo; segurança a distância da base portuguesa do Rio Pardo e, depois de conquistada, a do Rio Grande, por vigilância na Serra do Tapes e corte do rio Piratini, na direção de Santa Tecla, reorganizada.

Ele combateu e expulsou os espanhóis da Campanha e neutralizou os fortes de Santa Tecla e São Martinho; arreou enorme quantidade de gado

bovino e cavalar dos possíveis caminhos de invasão ao Rio Grande, e os depositou em Canguçu, na costa do rio Camaquã; e descobriu e explorou uma nova via-de-acesso ao atual Uruguai, para diblar os bloqueios das vias-de-acesso em Santa Tereza, Santa Tecla e São Martinho. Foi a via-de-acesso balizada, atualmente, por Canguçu-Piratini, Herval do Sul-Passo Centurion no Rio Jaguarão-Cerro Largo (Mello, atualmente). Em 1801, os espanhóis bloquearam-na com o Forte de Cerro Largo. E os portugueses, cerca de 1800, com as fundações de Piratini e Canguçu, como preparativos para a vitoriosa Guerra de 1801.

### O VALOR MILITAR DE RAFAEL

Um contemporâneo cronista de Rafael assim o viu:

"Tornou-se uma tradição os elogios às qualidades guerreiras de Rafael. Era tão hábil em prevenir ciladas como em surpreender o inimigo, que lhe atribuía possuir incorporado um espírito benfazejo, de um nume familiar que prevenia e quiava."

Esta era a impressão que seu nome causava em Colônia, segundo um sargento espanhol que ali chegou em 1778:

"Desembarcamos em Colônia. Apenas acabamos de acampar, recebemos ordens de marchar contra um fidalgo tremendo que vinha arrear cavalhadas. Esse fidalgo de Portugal era o coronel Rafael Pinto Bandeira. Ele trazia sempre consigo, segundo vários testemunhos, enorme contingente de negros valentes que desconheciam o medo."

Até em Buenos Aires seu nome era uma ameaça para aquietar crianças rebeldes: "Quieto mui querido hijo, que aí viene el temeroso Rafael Bandeira." Era, portanto, uma espécie de bicho papão.

### **RAFAEL PINTO BANDEIRA (1778-1789)**

Rafael desentendeu-se com o governador Marcelino de Figueiredo, que o prendeu e o enviou ao Rio. Rafael pediu um Conselho de Guerra do qual foi absolvido e mereceu a seguinte solução da Rainha, D. Maria I:

"Tendo sido presente a S. Majestade Rainha D. Maria 1, acha-se no Rio de Janeiro o coronel Rafael Pinto Bandeira, remetido sob prisão pelo governador Marcelino de Figueiredo e estando gravado na lembrança da Real Senhora o distinto comportamento do referido Coronel em todo o tempo que durou a Guerra do Sul (1763-76). Hé a mesma Real Soberana servida em ordenar- lhe que mande de imediato restituí-lo livre ao Rio Grande e ao posto militar que dignamente ocupa. Determina a V.S. que depois de fazer ler esta no Conselho de Guerra, façam o encerramento dos trabalhos mandando-nos a juntada dos Autos..."

O governador do Rio Grande, Veiga Cabral, publicou a seguinte proclamação às tropas do atual Rio Grande do Sul:

"Em virtude da real resolução de S. M. Católica, foi reconduzido ao Continente e restituído ao cargo que dignamente ocupava o Coronel Rafael Pinto Bandeira, que antes fora preso e levado ao Rio de Janeiro, por exclusivo arbítrio do ex-governador José Marcelino de Figueiredo."

Em 1784, Rafael, comandante da Legião de Cavalaria Ligeira, em Pelotas

(atual), transferiu sua residência principal para Porto Alegre para assumir, em 25 de janeiro de 1784, o governo do Rio Grande, cargo que exerceu descontínua e interinamente por cerca de 8 anos e 4 meses, substituindo o governador Veiga Cabral, demarcador do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 no Rio Grande.

## **VIAGEM À CORTE EM PORTUGAL**

Nesse período, Rafael viajou a Portugal.

A Gazeta de Lisboa, de 22 de fevereiro de 1789, assim noticiou sua chegada:

"Em 22 de janeiro, chegou, da América, a Lisboa o sr Rafael Pinto Bandeira, Coronel da Legião do Continente, que compreende o governo da Praça do Rio Grande de São Pedro, onde deu bastante prova de seu grande valor, como foi notório nesta Corte nos anos de 1774 a 1777..."

Em Lisboa, Rafael foi recebido como herói, retratado, promovido a Brigadeiro da Legião de Cavalaria Ligeira do Rio Grande de São Pedro e confirmado em seu comando, por Decreto Real de 30 de outubro de 1789.

Foi o terceiro brasileiro a ser elevado a oficial general do Real Exército de Portugal. O primeiro fora Matias de Albuquerque Maranhão e, o segundo, Salvador Correia de Sá e Benevides, heróis das Guerras Holandesas do Nordeste.

Segundo a tradição, Rafael recusou os títulos de nobreza de Barão de São Martinho e Visconde de Santa Tecla. Preferiu a graça de ser abonado no valor correspondente ao sustento de dois cavalos em Cocheiras, para ficar em condições de deslocar-se em qualquer caso de urgência, rapidamente, para qualquer lugar do Continente. Consta que foi atendido, com a ressalva "de que em tempo algum outro oficial pudesse requerer semelhante graça".

Rafael, em sua estada em Portugal, engordou bastante. E a partir dos 50 anos começou, em 1790, a ter dificuldade de montar sem recorrer a um banquinho. Até então fora um cavaleiro excepcional. Criara-se nos lombos de cavalos. Certo dia, quando ia montar, ao aproximar-se do cavalo, este deu forte coice no banco que voou e o atingiu seriamente na canela direita. Os tratamentos nada resolveram. O ferimento agravou-se, a partir de seu 54-aniversário. Mudou-se, com a família, de Porto Alegre para o Rio Grande, em fevereiro de 1795, desesperançado de cura de sua perna atingida por gangrena.

Em 6 de abril de 1795, nasceu sua segunda filha. Falecera cerca de três meses antes, aos 55 anos, aquele que foi, "a maior espada do Continente", o primeiro gaúcho a galgar o generalato, o terceiro brasileiro a receber essa distinção, o primeiro gaúcho a governar o Rio Grande do Sul e o primeiro oficial general brasileiro nascido na área do atual Comando Militar do Sul.

Nasceu e morreu no Rio Grande, onde repousam seus restos mortais, na Igreja São Pedro.

Sem haver frequentado escola, lia e escrevia bem. Possuía prodigiosa memória e tinha escrito, de cabeça, o mapa do Rio Grande, cujo território ele devassou, assim como o do Uruguai.

O Marquês do Lavradio assim se referiu a Rafael, ao seu substituto no

Vice-Reino, D. Luiz de Vasconcelos:

"O Brigadeiro Rafael possuía gravado em sua memória, e com exatidão, um grande mapa de todo o Continente de São Pedro (atual RGS)."

### DESCENDÊNCIA E PATRIMÔNIO DE RAFAEL

O pai de Rafael faleceu em Rio Pardo, como Coronel, em 1772, com cerca de 75 anos.

Rafael havia se casado, pelo ritual minuano, em 1761, com a mestiça Bárbara Vitória, filha do cacique mestiço (branco- índio) D. Miguel de Caraí, que fora capataz do seu pai. Da união, nasceu Bibiana Maria Bandeira, criada pelo pai em razão da morte, após o parto, de Bárbara Vitória. Bibiana casou, em 1784, em Rio Grande, com o Alferes de Milícias Antonio Rodrigues Nivola, cuja descendência é desconhecida.

Rafael casou em primeiras núpcias, aos 33 anos, em Rio Pardo, com a viúva D. Maria Magdalena Pereira, com 30 anos, nascida na missão São Lourenço em 1743, e falecida em Rio Pardo, sem descendentes, em 1787, aos 44 anos. Após um ano de viuvez, casou em Rio Grande, em 6 de abril de 1788, com Josefa Eulália de Azevedo, ela com 25 anos, ele com 48. Ela era natural de Colônia de Sacramento. Desse consórcio nasceram Rafaela Pinto Bandeira, em Porto Alegre, em 30 de novembro de 1792 e falecida ali, aos 96 anos, em l<sup>ú</sup> de outubro de 1888. Ela foi casada com o baiano de Salvador, Coronel Vicente Ferrer da Silveira, assassinado, junto com o filho Diogo, em uma estância da família, no início da Revolução Farroupilha. A Rua Coronel Vicente é homenagem ao genro de Rafael. Sua filha passou a ser conhecida, em Porto Alegre, por "Brigadeira" e a sua chácara, nas imediações da Santa Casa, de "Chácara da Brigadeira". Ela e o coronel Vicente tiveram dois filhos homens, Diogo e Vicente, e cinco filhas, as "5 Marias" (Maria Josefa, Maria Rafaela, Maria Sofia, Maria Luiza e Maria Amália).

A segunda filha de Rafael, Maria Josefa Pinto Bandeira, nasceu em Rio Grande em 6 de abril de 1795, cerca de três meses após a morte do pai. Casou em Porto Alegre com um oficial do Exército de Portugal. E para Portugal foi com o marido, perdendo o contato com a irmã, a mãe e com descendentes não conhecidos.

Rafael acumulou apreciável patrimônio em cinco estâncias: Pavão, junto ao canal São Gonçalo; Estância do Passo da Armada, no rio Camaquã uma junto ao rio Capivari, abaixo de Viamão; outra junto ao rio Gravatai (herança do pai); e a das Pombas, em Rio Pardo. Nelas, acumulou cerca de 30 mil reses, 10 mil bois mansos, 4 mil cavalos e éguas, milhares de ovelhas, fora o gado alçado, além de casas em Rio Grande e Porto Alegre. Rafael era Cavaleiro da Ordem de Cristo e dominava o Tupi-Guarani. Deixou à família muita riqueza. Na época em que viveu, era considerado o mais forte estancieiro do Rio Grande.

### **FONTES**

A presente interpretação baseou-se na pesquisa das seguintes fontes, que remetem o leitor e pesquisador a outras:

BENTO, Cláudio Moreira, Coronel. "A Guerra do Sul 1763-77." 7n: Historiada 3ª RM e Antecedentes 1808-89. Palegre, SENAI, 1995. v. 1 pp. 102-131.

-----. A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774-37(no prelo na Biblioteca do

- Exército). (Possui dados inéditos sobre Rafael visto pelo General Bohn).
- -----. "O Negro na Guerra do Sul 1763-77." *Iw. O Negro e Descendentes na Sociedade do RGS*. Palegre. IEL, 1975. pp.76-92.
- -----. "O Exército e a Abolição." A *Defesa Nacional*, nº 243, maio/junho de 1989.
- —— --. "Bicentenário da Conquista de São Martinho." A *Defesa Nacional*, nº 663,1975 e *Revista do Exército*, v. 108, 1975.
- ——. "Bicentenário da Conquista de Santa Tecla." *RIGHMB.* n" 72 e 73, 1976, *Diário Popular*, Pelotas 28 de março de 1976 e *Correio do Sul.* Bagé, 25 de março de 1976.
  - . "Atuação de Rafael Pinto Bandeira na Conquista do Forte Santa Tecla." *Correio do Sul,* Bagé, 24 de março de 1970.
- CRUZ, Alcides. Vida de Rafael Pinto Bandeira. Palegre, Liv. Americana, 1906.
- NEVES, Décio Vignoli das. "Rafael Pinto Bandeira: O Terror dos Espanhóis." *In: Vultos do Rio Grande Cidade e do Município.* Santa Maria, Ed. Pallotti, 1891, pp. 17-40.
- Revista do Museu e Arquivo Público RGS. Nº 23, junho de 1930 (publica o Conselho de Guerra pedido e respondido por Rafael com absolvição).

**NOTA:** O Presídio Jesus-Maria-José (atual Rio Grande) tinha o sentido de Guarnição Militar, Praça de Guerra e local fortificado defendido por gente de guerra. Aventureiros eram tropas voluntárias, no caso formadas para lutar contra os espanhóis e para guarnecer as fronteiras. Uma Companhia de Aventureiros, ao comando do pai de Rafael, apoiou a subida do Exército Demarcador, de Porto Alegre a Passo São Lourenço. Não se constituía de gente desqualificada. Só foram extintas em 1815, por Provisão de 15 de dezembro de 1819. Figuram entre os primeiros estancieiros do Rio Grande.

Cel Claudio Moreira Bento. Fundador e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos IHGB e IGHMB

# UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES

Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano, confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos erasileiros, sertanejos e soldados do Exército e das Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por essa tragédia grega brasileira espera-se fique mais clara nos estudos que se fizerem no corrente ano.

Para nós, o episódio Canudos foi o estopim que serviu para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, a fim de promoverem a Reforma Militar (1898-1945) que modernizou o Exército e o livrou do equivocado Sistema de Ensino (1873-1905), potenciazado pelo Regulamento de Ensino de 1890 baixado, na melhor das intenções, pelo Ministro da Guerra, Tenente-Coronel Benjamin Constant.

Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho (*Em busca de Identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio, Forense, 1976), o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma política de erradicação que, ao longo dos tempos, apresentou nuances variadas. A partir de então, teve ele de concorrer com a Guarda Nacional, que se revelou incapaz de promover a Segurança Nacional (a não ser no Sul) até a Guerra do Paraguai, tomando-se instrumento político e anti-Exército, conforme se conclui de Jeanne Berrance de Castro, em *A Milícia Cidadã - A Guarda Nacional 1831-50* (Rio, Brasiliana, 359).

Finda a Guerra do Paraguai, em 1870, o espírito erradicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia, traduzida

no Regulamento de Ensino de 1873: formar oficiais doutores no Exército, para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor, para que pudessem concorrer, como bom partido, com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e fazendeiros, até então, preferidos para casamento.

Desde a Independência, para consolidar a integridade, soberania e unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo, de 1822 a 1870, em lutas internas e externas.

Assim, para casamento, representavam viuvez e orfandade potenciais, sem cobertura previdenciária compatível. Os oficiais doutores passaram a ostentar, antes do posto, o título de doutor, muitas vezes omitindo o posto militar e se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa, dedicados à atividade-fim, à segurança da Pátria, eram tratados de *tarimbeiros*, e não sem desdém, com status social inferior.

Os doutores ou bacharéis teriam, a seu cargo, a elaboração da Doutrina do Exército, através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha, encargo que, em realidade, descuraram.

Esse sistema de ensino detonou a *desprofissionalização do Exército* fazendo-o, cair a níveis de operacionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos, que deram origem a oficiais muito versados em *Ciências Físicas e Matemáticas* e pouco ou quase nada em *Arte e Ciência Militar*. Como complicador o *Positivismo*, agnóstico e mal digerido, foi introduzido no currículo da Escola Nilitar através da cadeira de Sociologia, resultando seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraguai, que desfilavam garbosos, com o peito coberto de condecorações.<sup>1</sup>

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Descritiva, na Praia Vermelha, teve desempenho militar deplorável, ao ser enviado para o Paraná, a fim de conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte, da qual escapou por empenho de seus exalunos. Na escola, não conseguia impor-se disciplinarmente, conforme depoi depoimento, mais tarde, de seu adjunto.

Foi esse Exército dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes para completar os seus quadros e enfrentar a Guerra Civil (1893-95), a Revolta na Armada (1895) e a Guerra de Canudos (1897), apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de no Sul ter seu espírito dividido, em face de seus oficiais se incorporarem aos revolucionários e revoltosos, por desinformação.

Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbeiros que sempre se dedicaram à instrução da tropa que iriam liderar com sucesso o Exército em campanha, figurando, dentre os mais assinalados, os coronéis Arthur Oscar, Carlos Telles, João Cézar Sampaio, Thompson Flores, Savaget, Tupi Caldas, Augusto Julião e Serra Martins.

Durante o combate Ponta da Armação, (Revolta na Armada), o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gramente, quando comanda uma peça de Artilharia.

Por ocasião da Guerra Canudos ele se encontra em missão na Europa, aproveitada, inclusive, para corrigir sequela deixada pelo ferimento.

Lá constatou o enorme fosso operacional entre exércitos europeus, em especial o prussiano, e a estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos, na *Revista do Brasil*, sobre a necessidade de Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e sobre como era formado um oficial alemão. Seus artigos repercutiram muito no Exército onde ele era muito acatado e admirado. Penso que eles ajudaram a detonar *Reforma Militar* (1898-1945), liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai, como os marechais Machado Bitencourt, João Nepomuceno Medeiros Mallet, Cantuária e Argolo.

Merecem destaque especial Hermes da Fonseca e Caetano Farias. O primeiro liderou as manobras de Santa Cruz, promoveu a Organizado de 1908 a criação e aoorientação das Brigadas Estratégicas e da Arma de Engenharia e a aquisição de armamento moderno (Mauser, Madsen e Krupp, com fábricas de munições). Foi quem enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia, de onde emergiu o grosso dos Jovens Turcos que fundaram a A Defesa Nacional. em 1913, e dominaram a Missão Indígena da Escola do Realengo (1919-1921), a qual produziu uma elite de oficiais cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa de 1930. À Caetano de Farias se devem o Campo de Instrução de Gericinó, o Serviço Militar Obrigatório, a extinção da Guarda Nacional, as Polícias Militares como 2ª linha do Exército e o envio de oficias para combater com o Exército Aliado na 1ª Guerra Mundial e que para cá transferiram a doutrina francesa, a criação da Aviação Militar, etc. Entre eles destacaram-se José Pessoa, Leite de Castro e outros, que atuaram complementando-os pela continuidade administrativa. Perguntado ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra, respondeu: -Devo o sucesso a ter seguido os planos deixados por meus antecessores.

Como soldado e pesquisador de história, não passamos recibo a manipulações históricas, insistentes nos últimos anos, em jornais, revistas, livros, filmes, etc., querendo responsabilizar o Exército e as Polícias Militares pelos lutuosos e sangrentos fatos ocorridos em Canudos. Muitos de seus integrantes que lá pereceram foram também grandes vítimas, por desinformação e manipulação de lideranças civis que detinham o poder constitucional para empregá-las. Isso já havia acontecido em 1875, na *Revolta dos Muckers* no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez tivesse ocorrido, não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar, como presidente do *Clube Militar*, em 1888, contra o uso do Exército como capitão de mato na perseguição de escravos fugidos.

Vale lembrar um exemplo. Qualquer chefe de família, de que é a Pátria uma amplificação, que possuir potencialmente necessidades de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e, mesmo, repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas adequadas e, principalmente manter-se-ia bem informado. Mas não foi isso que as lideranças políticas fizeram. E deu no que deu.

Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir até a FEB, quando a Força fez muito boa figura, após um grande salto de operacionalidade.

Esta é, para nós, a real projeção da fratricida Guerra de Canudos.

Cel Claudio Moreira Bento. Fundador e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos IHGB e IGHMB

# A HEURÍSTICA APLICADA À SELEÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS CONFIÁVEIS

A Heurísticaa plicada à História é disciplina auxiliar desta. Ela conclui quais, dentre os vários subsíd ios históricos coletados, podem ser fontes históricas confiáveis, quanto à sua **autencidade**, **fidedignidade** e **integridade**, passíveis de utilização pelo historiador.

Após mais de 35 anos dedicados ao trato de problemas relacionados com a produção de História, chegamos a esta conclusão: não poderá intitular-se ou ser considerado historiador aquele que não conseguir ser isento, por subordinar, falsear, arranhar ou silenciar sobre a verdade histórica, sob a influência de interesses, interferências e pressões espúrias das mais variadas formas. Em assim procedendo, ele se tornará um sério candidato à mediocridade, além de deservir a posteridade, com falsas lições.

O problema de manipulação da pretensa História, com objetivos os mais diversos, tem tido uma constante entre nós.

Já no século passado, o Barão Homem de Melo, nosso patrono na Academia Itatiaiense de História e destacado historiador, registrava, desolado, esta deformação: a manipulação da pretensa historiografia brasileira.

Em artigo na **Revista do Exército** (out/dez 1990), sob o título — "O Duque de Caxias e a manipulação da História", denunciamos e desfizemos as falsas acusações assacadas contra a sua memória, com objetivos políticos ideológicos, visando, a indiretamente, atingir a instituição Exército Brasileiro, daqual éo patrono e símbolo, uma vez que simboliza o soldado. Abordagens como esta, com a pretensa capa de História, objetivando substituir a "História Oficial", inundaram a literatura brasileira, confundindo e desservindo obras sérias que se contrapunham, de fato, à História Oficial.

Para que a interpretação e a elaboração histórica se revistam de cientificismo, é essencial o uso, pelo historiador, de fontes históricas confiáveis, criticadas com o auxílio das disciplinas auxiliares da História, em especial da Heurística, que o ajudará a concluir sobre as seguintes características da fonte:

- · Autenticidade: se a fonte é falsa ou genuína, quanto ao seu autor.
- **Fidedignidade:** se a fonte traduza verdade ou é mentirosa ou escapista, no todo ou em parte, ou até onde ela é verdadeira ou falsa, ou forj. içada.
- **Integridade:** se a fonte é original ou se sofreu acréscimos ou supressões, e até onde foi manipulada, particularmente em transcrições.

Será ideal, para o historiador, uma fonte histórica com autoria indiscutível, que traduza a verdade e seja íntegra. Do contrário, ela deformará e desacreditará a História e dará razão aos que a classificam de **balela.** 

Em informações militares, os informes merecem classificações variadas quanto ao grau de idoneidade e **veracidade da fonte** que os produziu.

Tal conceito o historiador poderá usar para classificar as fontes históricas. A produção de informações militares, aliás em muito se assemelha à produção de informações históricas. Não é de se estranhar que Arnold Toymbe, considerado o maior historiador do mundo ocidental, tenha feito carreira no

serviço secreto da Inglaterra e tenha chefiado o da Marinha daquele país. O mesmo se pode dizer do historiador Carlos Boxer, também inglês.

A verdade histórica que deve serprocurada pelo historiador ou da qual ele deve se aproximar ao máximo possível, deverá situar-se nos limites do enfoque filosófico que vier a adotar para a sua interpretação, que são inumeráveis, dependendo do ponto de observação em que se situar. Para um historiador brasileiro, a nível federal, por exemplo, penso que seu enfoque filosófico seria mais ou menos este: "sou historiador do Brasil, um país sob Deus que procura, desde seu descobrimento, preservar ou conquistar os seguintes objetivos, que cristalizam as aspirações do povobrasileiro: **integridade, unidade, soberania, independência, integração, paz social, democracia e progresso integral.**"

Assim, desde o descobrimento, ao longo do processo histórico brasileiro, personalidades portuguesas ou brasileiras ou grupos sociais concorreram para a conquista desse objetivos ou os retardaram ou prejudicaram, dolosa ou culposamente.

Nesse ponto, o historiador, como juiz do Tribunal da História, teria que distinguir o homem de sua obra. Sabe-se da existência de homens-modelos, mas que nada realizaram em prol das comunidades em que viveram. Sabe-se, por outro lado, da existência de homens polêmicos, cheios de falhas humanas e pecados, mas com obras que se refletiram, muito expressivamente, na melhor qualidade de vida de suas comunidades. Qual deles teria mais expressão e projeção e merecería a gratidão maior da comunidade beneficiária?

Esse quadro enseja, ao historiador, saber distinguir o "político", que pensa nas próximas eleições, do estadista, que pensa nas próximas gerações.

Prosseguindo, seria o caso de o historiador, e também do estudioso de História, saber distinguir os historiadores autênticos e sérios, que retiram da História para os pósteros as lições que ela encerra, para facilitar e assessorar suas caminhadas seguras rumo ao futuro. O contrário seria saber distinguir os falsos ou pretensos historiadores e, mais propriamente, os autores que subordinam suas interpretações e interferências e pressões éspúrias das mais variadas formas, enchendo de escolhos e desvios a caminhada dos pósteros, com suas enganosas e pretensiosas lições. Ou então, aquele que produz sem o mínimo cuidado com as fontes, no tocante à autencidade, fidedignidade e integridade, ou sobre a idoneidade e veracidade das mesmas.

A verdade histórica só é possível ser resgatada longe das paixões e pressões que produziram o fato histórico. Só depois de serenados os ânimos, pode o historiador começar o seu trabalho, isento e desapaixonado, de juiz, no Tribunal da História. E, assim, tiraras lições para os pósteros e mesmo contemporâneos que a História, como mestra da vida e mestra das mestras, sugere.

Não existe uma regra de prazo necessário para dar-se início a uma reconstituição histórica, seguida de interpretação. A abordagem de guerras civis brasileiras tem mostrado a inconveniência e inoportunidade de tratamento do assunto, em debate amplo, antes que decorra um século ou mais. Pois, é humano que descendentes de seguidores das facções que se confrontaram, ou mesmo participantes destas, interfiram no trabalho e não consigam, por mais que tentem, levantar a venda da paixão, para enxergar a verdade, para fazer

ajustiça, na voz da História. Insistir num debate amplo é ferir sucetibilidade se transformar a pretendida História em instrumento de discórdia, ao invés de instrumento de construção.

Deve o historiador reunir o máximo de fontes, interpretá-las e, assim, produzir e coletar fontes para que, na oportunidade ideal, outros o façam, em melhores condições, sem influências de interferências. E aqui é oportuno recordai Galileu Galilei, ao ser condenado à morte pela Inquisição, por haver declarado que a terra era redonda e se movia: "A verdade é filha dos tempos e não da autoridade". Autoridade que, no decorrer dos tempos, assume variadas formas e matizes, em seu empenho, para que a verdade e a justiça históricas sejam desvirtuadas.

Outro ponto delicado para o historiador é o determinar até onde a tradição e o folclore (lendas) podem ser considerados fontes históricas com elevados grausde **idoneidadee veracidade** 

Segundo Tardif, podem ser considerados fontes históricas as tradições:

- relacionadas com fatos históricos públicos e amplamente testemunhados;
- as tradições admitidas, por longo tempo, por pessoas que tenham interesse e meios para negá-las;
- as tradições que, comprovadamente, possuam base histórica. Daí ser a tradição filha, e não mãe da História.

Isso implica, para os tradicionalistas gaúchos autênticos, uma crítica histórica das tradições a cultuar, e não usar indiscriminadamente para não deformar a Historia do Rio Grande do Sul. As lendas, por outro lado, são um misto de fantasia e de verdade. Impõe-se ao historiador saber separar a verdade da fantasia e perceber seus escapismos.

A crítica das fontes históricas a serem utilizadas pelo historiador é fase mais complexa do processo de produção histórica. Dela depende o grau relativo de cientificismo de sua obra, ou melhor, sua maior ou menor aproximação da verdade ou distanciamento dela e, por via de conseqüência, da justiça. Ela exige cuidados especiais. Nela, o historiador, com o auxílio das disciplinas auxiliares da História, em especial da Heurística, adicionada a muito engenho e arte, adquiridos em longa prática, e a experiência que adquiriu com outros historiadores, deverá ter o máximo de certeza de que as fontes que selecionou possuem determinadas características. Para cada fonte, ele deve ter estas convicções: é fonte original, e não de 2ª, 3ª, 4ª mãos, com vistas a adotar a original no lugar das demais, se possível; seu autor merece fé, não é escapista; ele a produziu no dia X, no local Y e possuía autoridade para produzi-la; as fontes em conjunto são suficientes, ou elucidariam mais a questão fontes seguintes, se encontradas.

Em resumo, a crítica de uma fonte histórica comporta a crítica de **autencidade** (autor, data e local) e a de **qualidade** (integridade, originalidade, fidedignidade, valor relativo, veracidade e suficiência).

São de Alexandre Herculano as regras práticas de crítica de fontes de História, a utilizar ou reieitar, abaixo enumeradas.

- Para evitar tomar a mentira como verdade e deformar o trabalho:
- não se deixar dominar pelas afeições e desafeições pessoais dos autores de fontes. Procurar caracterizá-las e dar o devido desconto;

- avaliar qual o real objetivo da fonte histórica produzida. Se seu autor é engajado em serviço de grupos das mais variadas naturezas e, em especial, políticos, econômicos, sociais etc;
- analisar quais os preconceitos, as vaidades, grau de maturidade e a filosofia em que se apóia o autor da fonte. Ou seja, quais os fundamentos de crítica ou de análise usados pelo autor, na elaboração da fonte histórica.
- Dar preferência à testemunha contemporânea do fato, distante dele, verificando:
  - se o contemporâneo foi original, isento e preciso;
- se o atual fez trabalho maduro, apoiado em fontes primárias **fidedignas** e sólida argumentação. Neste caso, preferir o atual.
- Desconfiar de abordagens modernas, não mencionadas por autorestestemunhas, ou de omissões que foram mencionadas por autores contemporâneos.
- Não desprezar, desde que sinceros e precisos, os antiquários, os autores de resumos, de cronologias e de compilações históricas. Não esquecer os microhistoriadores que dissecam detalhes históricos utilíssimos para a macrohistória, dando a esta maior característica científica.
- Preferiras fontes primárias, após submetidas e aprovadas pela Heurística, às demais fontes.

Enfim, a crítica de fontes históricas é um assunto muito complexo a que demos certo desenvolvimento na obra *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro* (Brasília, EME-EGGCF, 1978), editada pelo Estado-Maior de Exército, e, desde então, usadas na Academia Militar da Agulhas Negras e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Fica caracterizada, assim, a importância da crítica das fontes históricas com apoio na Heurística, para que a História, segundo Cícero, seja "a verdadeira testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a embaixatrizda antiguidade". E o historiador, "o tabelião dos tempos", na expressão de Osório Santana Figueiredo.

É impositivo que o leitor saiba distinguir o que é História do que é manipulação da História, tão comum no Brasil de nossos dias e usada como inst rumento político.

Cel Claudio Moreira Bento. Fundador e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e membro dos IHGB e IGHMB e Acad\êmico Correspondente da da Academia Portuguesa sa Hisória

# AS REPERCUSSÕES DO COMBATE DO CERRO DO OURO NA INVASÃODO PARANÁ

(de 11 Jan a 20 Mar 1894)

Em 27 de agosto de 1893, forças ao comando de Gumersindo Saraiva, reforçadas por um corpo do mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes, destacado da coluna do General Salgado, comandante-geral, por carta passada por Joca Tavares, obtiveram massacrante vitória, em Cerro do Ouro, São Gabriel-RS,

sobre forças governistas do General Portugal. A vitória seria um estímulo para que a força vencedora, composta de muitos aguerridos lanceiros gaúchos e uruguaios blancos, veteranos de guerras intestinas no Uruguai e de quase 7 meses de revolução no Rio Grande do Sul, invadissem o Paraná, cerca de 3 meses e meio mais tarde, e cercassem e ultrapassassem Tijucas e Lapa que, juntas, retardaram, em cerca de 30 dias, o avanço federalista e da Revolta na Esquadra rumo a São Paulo e, depois, ao Rio. Foi um retardo precioso, que deu tempo ao governo para organizar e adestrar a Esquadra Legal, ou "Esquadra de Papelão", como, ironicamente, numa ação hoje caracterizada como psicológica, o líder federalista no Uruguai, Gaspar Silveira Martins, a batizou. Foi o tempo para que ela viesse a participar do combate à Revolta no Rio e em Santa Catarina e Paraná, fatos determinantes do retorno de Gumersindo Saraiva para o sul, após sua épica marcha, que teve seu ponto alto na vitória de Cerro do Ouro, acima citada.

As forças do governo eram compostas de cerca 900 homens, civis alistados como Patriotas, em São Gabriel e Santa Maria, na Cavalaria da Guarda Nacional. Ao estudar-se o combate, parece que se tratava de uma Infantaria Montada, sem experiência no uso da lança e, muito menos no uso do fuzil *Comblain.* O futuro Marechal Isidoro Dias Lopes, que ali combateu, observou sobre a baixa operacionalidade dos governistas, que talvez ali estivessem tendo o seu batismo de fogo:

"que a instrução de tiro era nula, que o fuzil usado era o *Comblain,* com alcance máximo não eficiente de 1200m e todos com a alça para esta distância. Observei que quanto mais perto se chegava dos governistas menor era o perigo. Daí a facilidade de nossas cargas de Cavalaria, muitas vezes inoportunas, mas que davam bons resultados. O cavalo e a lança eram a força máxima dos revolucionários."

Isso explicaria, em parte, os mortos govemistas, em número de 300 a 400, contra 12 federalistas, pois os tiros disparados contra lanceiros, a pequena distância, com alça de 1200 m e com a baixa velocidade inicial de tiro dos *Comhlain,* passavam bem por cima dos alvos. Assim, era o mesmo que os governistas estarem desarmados. Possuíam melhores armas e munição, mas não sabiam usá-las com eficácia.

Os federalistas eram em número de cerca de 2000, armados de 800 fuzis, e os demais de lanças, segundo o citado Isidoro. Interviu no combate só o pessoal de Gumersindo e Isidoro, das tropas do General Salgado. Este, oriundo do Exército, tinha a patente de comandante da invasão, passada pelo chefe Joca Tavares. Era, portanto, chefe de Gumersindo.

A Isidoro se deve o relato mais seguro, preciso e abalizado que ele prestou ao Coronel João Baptista Magalhães, em **A Consolidação da República**. Rio, Bibliex, 1946.

Gumersindo obteve surpresa tática completa contra os governistas, ao usar o seguinte ardil, ou a seguinte dissimulação tática. Chegou até o passo de Salso e, encontrando-o ocupado e oferecendo resistência, simulou uma retirada ou fuga da luta. Foi acampar num cerro distante, onde acendeu fogueiras, à noite.

Mas, sorrateiramente, deslocou-se, nessa mesma noite, com toda a sua tropa para o arroio do Salso, que atravessou por uma picada que mandara

abrir. Pela manhã, sob proteção de um nevoeiro, surpreendeu totalmente o General Portugal. Gumersindo iniciou o ataque com uma carga de Cavalaria em forrageadores à vontade, ou seja, liberdade total de ação e de iniciativa para cada lanceiro.

Assim descreveu a ação, de que participou o mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes: "A força inimiga em linha singela de atiradores (seguramente a pé) muito rarefeita, por muito extensa, após tiroteio pouco duradouro foi atacada por uma carga de Cavalaria em forrageadores e completamente destroçada. A retaguarda da (IA) linha de atiradores, a uns 500 metros, outra linha mais singela e mais rarefeita que a primeira e que, após alguma resistência, fez parar e mesmo retroceder a carga de Cavalaria (em forrageadores) um tanto desorganizada pela dispersão. Foi também atacada, em seguida, debandando destruída. No sentido da profundidade, não havia reserva... A carga de Cavalaria foi surpresa!"

Em suma, o dispositivo tênue e esparso da defesa permitiu uma penetração nas duas linhas, seguida de envolvimento, debandada governista e de aproveitamento do êxito e da perseguição, até São Gabriel, por cerca de 5 léguas.

E prossegue Isidoro: "A coluna Portugal foi completamente aniquilada, salvando-se grupos dispersos, nunca superiores a 50 homens. Muitos mortos e poucos prisioneiros, sendo tomadas também carretas com gêneros, munições e mulheres".

Assim, não houve resistências em quadrados de Infantaria, como afirmou um escritor contemporâneo. A hecatombe não foi maior porque muitos conseguiram escapar, pelo passo do Salso, para São Gabriel. Isso por não ter o General Salgado guardado como devia o passo do Salso e se interposto entre o General Portugal e São Gabriel.

Escaparam, entre outros, o General Portugal e o Dr. Fernando Abbot, expresidente do Rio Grande do Sul e médico humanitário em São Gabriel, onde conquistou a fama de possuir olhos de Raios-X, tal a precisão de seus diagnósticos, segundo Osório Santana Figueiredo, estudioso hecatombe, em São Gabriel na História (São Gabriel, 1993). Ali, perderam a vida tantos conterrâneos gabrielenses, sob as lanças federalistas. E fácil concluir a ingenuidade da defesa governista após ser surpreendida, quando julgava o inimigo longe e em retirada. Não existiu reserva e nem teria instrução para defender-se, formando quadrados, de execução mais complexa que atirar de Comblain. Seguramente, a surpresa gerou pânico, o que atesta 300 a 400 mortos governistas contra apenas 12 lanceiros federalistas. Só no Apertado, passagem estreita entre dois cerros, foram mortos 117 governistas.

Osório Santana Figueiredo, estudioso do Cerro do Ouro de 1894, para tirar lições para a posteridade, em 1994, classificou Cerro do Ouro como hecatombe. Ele informa, em seu estudo muito equilibrado e sem paixão, que "as tropas legalistas, tomadas de pânico, abandonaram as suas posições, fugindo desordenadas e deixando, em sua esteira, um caminho juncado de cadáveres, a que Ângelo Dourado denominou a Estrada da Morte (cerca de 5 léguas)". Esse, testemunha do evento que acompanhou Gumersindo, no Paraná, assim a descreveu em *Voluntários do Martírio'*.

"As bandeirolas brancas das lanças pareciam aves de rapina que se precipitavam sobre a presa. Era um abaixar-se e erguer-se as lanças, sem cessar. Em poucos, as bandeirolas brancas tomaram a cor do sangue em que se molhavam. Gritos, lamentos, súplicas, promessas, gemidos, extertores, imprecações, insultos formavam a harmonia desse cataclismo que se chama guerra civil, onde um mata para libertar-se e, morrendo, quase sorri, e outros matam ou morrem, por obediência, para que os que mandaram matar ou morrer, possam gozar. Depois, os grupos em luta se afastavam, ou corriam para pode viver, e outros voltavam após, para matar. O meu caminho era indicado pelos cadáveres e feridos. Por onde passávamos, via-se o triste rastro de um exército em derrota. Um fato doloroso desta guerra, onde os pequenos se matam para gosto dos grandes."

Gumersindo Saraiva apresou nesta luta mais de 329 fuzis, em maioria *Comblain*, e cerca de 125.000 tiros, que seriam em grande número despejados sobre Tijucas e sobre a Lapa, bem como outros preciosos itens bélicos, menos Artilharia, que obteria em Paranaguá, em Tijucas e Curitiba, para o bombardeio da Lapa.

Após Cerro do Ouro, Gumersindo e Salgado rumaram para Itaqui, no vale do Rio Uruguai. A Revolta na Esquadra no Rio, depois de 9 dias do combate do Cerro do Ouro, seguida da capitulação de Santa Catarina à revolta, a 27 dias de Cerro do Ouro, e do estabelecimento do Governo Provisório do Brasil em Florianópolis, 48 dias após o combate em foco, fez com que as tropas vencedoras de Cerro do Ouro se dirigissem para Santa Catarina, pressionadas pelas divisões gaúchas do Centro, ao comando do General Arthur Oscar Andrade Guimarães, mais tarde comandante da última expedição a Canudos e da do Norte, do General Lima e de Pinheiro Machado.

Essa tragédia, que vitimou tantos filhos humildes de São Gabriel e de Santa Maria, teve repercussões negativas profundas, em Santa Catarina e no Paraná, estados invadidos literalmente por Gumersindo Saraiva, o vencedor da hecatombe de Cerro do Ouro, respectivamente, em 2 de novembro de 1893 e 11 de janeiro de 1894. Foram invasões precedidas de lenda muito aumentada, que aterrorizava as populações e autoridades das localidades de que se aproximavam. Este fenômeno assim o viu Izidoro:

"A lenda é a sombra da História. Todos sabemos que a sombra aumenta à proporção que o sol se encaminha para o ocaso. E a lenda dos revolucionários Gumersindo, Juca Tigre e tantos outros (Torquato Severo, Aparício Saraiva, etc) vinha das coxilhas do Rio Grande ejá se aproximava de São Paulo, centuplicando a grandeza e bravura do grande Exército Libertador."

Esse exército, centuplicado pela lenda, fez com que muitos, sem combater, a ele se rendessem ou nele procurassem abrigo seguro, inclusive lideranças que deveríam dar bom exemplo. E foi esse exército, centuplicado pela lenda e reforçado pelos revoltosos na Armada, que a determinação de Gomes Carneiro e os heróis da Lapa retardaram 26 dias.

Foi um tempo precioso ganho pelo Governo para organizar e adestrar, no Recife e em Salvador, a Esquadra legal do Almirante Jerônimo Gonçalves, que foi importante para o término da Revolta na Armada no Rio, em Santa Catarina e no Paraná, determinando a retirada de Gumercindo para o Sul, apavorados seus lanceiros com os boatos, segundo o federalista tão citado, o então Tenente-Coronel Isidoro Dias Lopes, de "que os canhões pneumáticos adquiridos pela Esquadra Legal nos EUA conseguiram dar tiros na Lua". Aí, a fantasia multiplicou por milhões a realidade.

A vitória de Cerro do Ouro foi um estímulo à chegada de seus vencedores, em marcha épica e heróica, até Ponta Grossa.

As vítimas de Cerro de Ouro foram, em maioria, junto com poucos mortos federalistas, sepultadas em cova comum, hoje balizada por um monumento. Foram ali sepultados 240 mortos, em maioria filhos de São Gabriel e Santa Maria. Numa cruz, existe a seguinte inscrição, segundo Osório Santana Figueiredo, em sua obra citada: "Em memória das vítimas que o destino da pátria fez inimigos e a morte os irmanou nesta cova de bravos". Os demais foram sepultados nos locais onde tombaram.

Relativamente à realidade do que se passou em Cerro do Ouro, com apoio no relato de federalistas que ali estiveram presentes, o Dr. Ângelo Dourado, como médico, e oTenente- Coronel Isidoro Dias Lopes, oriundo do Exército e que aí combateu, deu parecer de que:

- a tropa civil atacada era inexperiente, nula em instrução de tiro e de tática e, principalmente, em noções de segurança em ação;
- não foi tomada a mais simples medida de segurança para a proteção de um possível ataque da tropa que simulou uma retirada. Assim, o resultado foi a surpresa completa de um deslocamento, à noite, ruídos de abertura de uma picada. Essa foi a razão da surpresa total, seguida de pânico, responsável por cerca de 300 a 400 mortes governistas contra 12 federalistas, ou de homens armados de fuzis *Comblain* contra lanceiros, em carga de forrageadores à vontade:
- os fuzis *Comblain*, com alça a 1200m, para tiro aproximado, foram inúteis, passando seus tiros sobre a cabeças dos alvos;
- estabelecido o pânico na tropa bisonha atacada, houve um ataque de aniquilamento, mesmo durante a perseguição, por cerca de 5 léguas balizadas por cadáveres de governistas, e poucos prisioneiros foram feitos (faltam elementos para dimensionar todo o drama);
- a vitória foi fruto de surpresa tática completa sobre uma tropa civil bisonha, dirigida por chefes ingênuos, que não tomaram nenhuma medida de segurança e proteção contra um possível ardil;
- as considerações até aqui se situaram no campo da realidade, a qual, como lenda, dentro de um quadro de ação psicológica, chegou ao Paraná infundindo medo na sua população e em muitos dirigentes, contribuindo para

que, por uma avaliação superestimada dos atacantes, as forças do Paraná não reagissem à altura, sendo o comandante militar o primeiro a procurar abrigo em São Paulo, passando recibo da superestimação do valor revolucionário e levando, em sua esteira, uma região de crédulos em suas avaliações pessimistas;

• a Lapa e seus heróis, liderados pelo Coronel Gomes Carneiro, do Exército, junto com seus companheiros, também do Exército, Coronéis Serra Martins e Dulcídio Cardoso e mais o líder civil, o Coronel Joaquim Resende Corrêa de Lacerda, não se deixaram levar pela lenda e resistiram, 26 dias, tendo contra eles recursos humanos e bélicos govemistas, capitulados em Paranaguá, Tijucas, e mesmo deixados ao abandono, em Curitiba, na pressa de deixarem o Paraná, conforme assim o descreve Isidoro Dias Lopes, que a tudo assistiu: "as colunas revolucionárias, com a adesão das praças de pré-legalistas (só o Batalhão Franco-Atiradores tinha 150 homens armados *ile.Manulicher*)e com boa Artilharia, seguiram para a Lapa..."

Assim, a rendição da Lapa ia ser feita em grande parte com material bélico e humano governista, apreendido em Florianópolis (atual), em Paranaguá, em Curitiba e em Tijuças.

E, no Paraná, segundo Isidoro: "a lenda dos revolucionários vinha das coxilhas do Rio Grande (em especial da hecatombe governista de Cerro do Ouro), centuplicando a grandeza e a bravura do grande Exército Libertador".

E, assim, as forças que defendiam o Paraná, à exeção dos bravos da Lapa, capitularam à lenda, e não à realidade, de que poderíam ter feito frente com vantagem. Foi assim que repetiu centuplicada a lenda da vitória arrasadora de Cerro do Ouro no Paraná, a única expressiva da grande e épica marcha de Gumersindo Saraiva.

Fontes: DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio.* Pelotas, 1896 (existe edição *fac simile* de Martins Livreiro, Porto Alegre, 1977.

FIGUEIREDO, Osório Santana. *História de São Gabriel*. São Gabriel, 1993;

LOPES, Isidoro Dias, Mal. *Depoimento* in: MAGALHÂES, J.B. CeLA **Consolid Cel** 

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito do IGHMB.

### OS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA — DUAS RESISTÊNCIAS ÉPICAS NA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O autor apresenta um enfoque original sobre duas brilhantes páginas da história do nosso Exército, escritas na República.

No tópico "O Exército na Revolução Federalista", apresenta aspectos da evolução histórica da Força passíveis de repetição, em função do grau de sensibilidade política às necessidades e aspirações que lhe são peculiares. A Defesa Nacional

Em 5 de fevereiro de 1893, teve início a Revolução Federalista que ensanguentou e enlutou o Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, com padrões de violência inauditos, registrados de parte de ambos os contedores, razão de haver passado à História como a Revolução dos Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos.

Nessa data, invadiram o Rio Grande, pelo Uruguai, forças federalistas, ao comando de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) e de Gumersindo Saraiva, rio-grandense com experiência nas lutas intestinas no Uruguai, vocação militar nata, consagrado como o "Napoleão dos Pampas".

A Invasão teve seu destino selado na indecisa batalha de Inhanduí, em 3 de maio de 1893, próximo a Alegrete, após o que os federalistas retomaram ao Uruguai.

Os chefes citados, respectivamente, liderariam os cercos de Bagé e da Lapa. Joca Tavares cercou Bagé por 46 dias, após vitória marcante em Rio Negro, seguida de um massacre por degola, sem precedentes. Gumersindo Saraiva cercou a Lapa por 26 dias. O estudo em paralelo dos dois eventos é feito aqui, pela primeira vez.

Gumersindo voltou ao Rio Grande em 15 de julho de 1893, em pleno inverno, e deu início a sua épica marcha de cerca de 2.500km, de Jaguarão a Ponta Grossa, de onde retornaria. Em sua marcha obteria aniquilante vitória em Cerro do Ouro, São Gabriel-RS, até ser retardado na tranqueira da Lapa, que resistiría, a todo o custo, por 26 dias, dando tempo à organização da Barreira de Itararé, que o obrigou a retomar a Ponta Grossa, e à organização e adestramento da Esquadra Legal, no nordeste, que libertaria o Rio, Santa Catarina e Paraná dos revoltosos na Armada.

Joca Tavares, sob pressão uruguaia e estímulo da Revolta na Armada (de 1/5 de seus integrantes), invadiu o Rio Grande. Deu início ao cerco de Bagé. Com o grosso de suas tropas, atacou, em Rio Negro-RS, o Comando-em-Chefe das Operações contra a Revolução no Rio Grande, o Marechal Izidoro Fernandes. Após renhido combate, Izidoro Fernandes rendeu-se, sob promessa de garantia de vida. O que seguiu, foi descrito por Pedro Calmon: "Em Rio Negro capitulou a tropa govemista com o Marechal Izidoro e sua oficialidade. Manchou a vitória o sacrifício dos prisioneiros, em terrível carniçaria (carnificina) de funestas conseqüências para a Revolução Federalista."

Após Rio Negro, Joca Tavares apertou o cerco de Bagé, que durou 46 dias em razão da liderança épica da resistência a todo o custo, levada a efeito pelo Coronel Carlos Telles, Comandante da Guarnição e Fronteira de Bagé.

# O EXÉRCITO BRASILEIRO NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

O Exército, segundo o insuspeito Edmundo Coelho de Campos, foi alvo de uma política de erradicação violenta, de 1831 a 1841, prudente e sutil, de 1841

a 1889, e de cooptação na República Velha.

Após as lutas externas (1851-70) e, particularmente, das mortes dos senadores General Osório, em 1879, e Caxias, em 1880, a erradicação acentuou-se ao ponto de ser criado, em 1881, o Diretório Militar, sob a liderança, inclusive, do Marechal Deodoro, com vistas à eleição de oficiais das Forças Armadas pelos três partidos para, no Congresso, lutarem pelos interesses do Exército e da Armada. Não obtiveram êxito. Sua luta foi desaguar na Questão Militar e, em conseqüência, na fundação do Clube Militar (1887), na Abolição (1888) e na República (1889).

Após as lutas externas, pelo Regulamento de Ensino do Exército de 1874, ficou consagrado o "oficial bacharel", e engenheiro, com o título de doutor mais apreciado, então, que o do posto hierárquico. Em conseqüência, os não bacharéis, chamados "tarimbeiros", passaram a ser discriminados pelos bacharéis e pela sociedade e, assim, descuradas e desprestigiadas as atividades voltadas para a segurança do País.

O Regulamento de 1874 procurava, a um só tempo, a solução de dois problemas: evitar a erradicação do Exército e valorizar, socialmente, o oficial com títulos de bacharel e doutor. No período de 1822-70, de lutas internas e externas, o casamento com um oficial profissional era viuvez e orfandade potenciais, ao lado de ausências prolongadas do chefe de família, aliado a um sistema previdenciário precário. Os bons partidos eram os advogados, médicos, comerciantes, fazendeiros de café, etc...

Foi assim que o Exército chegou à República, abandonado, discriminado, desequipado, desmotivado e com operacionalidade muito inferior a que atingira na última guerra. A culpa era das autoridades dirigentes e não da instituição.

Com a República esta situação não se alterou.

Pelo contrário, foi agravada com o Regulamento de 1890, baixado pelo Doutor Tenente-Coronel Benjamin Constant, que conquistara o Ministério da Guerra por sua liderança marcante no processo que desaguou na República.

Foi este Exército, com a maioria de suas lideranças voltadas para questões divorciadas do desenvolvimento de sua Doutrina (organização, equipamento, instrução, motivação e emprego) que enfrentou a Revolução Federalista combinada com a Revolta na Armada na Região Sul e, a Revolta na Armada, no Rio de Janeiro.

Esse equívoco doutrinário no ensino do Exército perdurou por 30 anos e só começou a ser corrigido após a Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar, em 1904. A Revolta foi seguida do fechamento e extinção da Escola e a adoção do Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar.

Tal ponto de inflexão foi iniciado ao ser implantada a Escola de Guerra em Porto Alegre (1906-11), Escola para não deixar dúvidas sobre as finalidades do seu ensino.

O Regulamento de 1905 foi implementado, de fato, com a Missão Indígena no Realengo (1919-21) e ali consolidado pela Revolução de 1930, através do Coronel José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, inaugurada há 50 anos, em l° de março de 1944.

O Regulamento de Ensino de 1905 foi baixado pelo Ministro da Guerra, General Francisco Paula Argolo, que fora comandante da atual 5ª RM em

Curitiba, e passara, por ordem superior, o comando da Lapa a Gomes Carneiro e o da 5ª RM atual ao General Pego Junior, na iminência da invasão federalista do Paraná.

A baixa operacionalidade do Exército, em decorrência da política de erradicação e dos regulamentos de 1874 e 1890, já citados, soma-se a grande influência das disputas políticas civis nos quartéis da Região Sul durante a Revolução. A política originou pressões familiares que dividiram os oficiais republicanos e federalistas, provocando muitas deserções neutralizando operacionalmente muitas unidades. E o governo teve de recorrer a civis denominados Patriotas, muitos valorosos, mas sem experiência militar. Os Patriotas constituíram a Cavalaria do governo no Rio Grande do Sul, já que a do Exército, por falta crônica de cavalos, esteve ausente dos confrontos. Por falta dessa Cavalaria foi que Carlos Telles e Gomes Carneiro tiveram que recorrer à defesa a todo o custo em localidades. O Marechal Izidoro, surdo aos conselhos do líder de sua Cavalaria civil, Coronel Manoel Pedroso de Oliveira, no sentido de reforçar Carlos Telles em Bagé e lá resistir a invasão, teve o triste fim já mencionado.

São considerações que se impõem antes de avançarmos em nossa exposição.

## PERFIL DOS LÍDERES DAS RESISTÊNCIAS AOS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA

## Carlos Maria da Silva Telles (1848-99)

Nasceu em Porto Alegre, em 31 de outubro de 1848. Foi Soldado do 33ª Batalhão de Voluntários da Pátria (VP). Integrou o Piquete de Segurança de D. Pedro II que o acompanhou até a rendição de Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865. Transferido para o 30ª Batalhão de VP, tomou parte na Campanha do Paraguai. Foi ferido em Estero Bellaco e participou das ações mais arriscadas do seu Batalhão. Foi ferido, pela segunda vez, em Itororó, sendo promovido, por bravura, a alferes do Exército. Foi ajudante do comandante do 2ª Corpo-de-Exército e condecorado com a Medalha do Mérito Militar, em 28 de junho de 1865, por atos de bravura. Finda a guerra, serviu na Infantaria nos 6ª (São Paulo), 4ª (Recife), 12ª (Rio Grande). Neste, combateu os Muckers, em São Leopoldo-RS, em 1874. Capitão em 1886, serviu nos 15ª (Pará), 13ª (Porto Alegre), 10<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> (Rio). Em 1888, integrou a Força de Observação, em Mato Grosso, ao comando do Marechal Deodoro, no 7<sup>a</sup>. Serviu no 22<sup>a</sup> (Rio) e no 20<sup>a</sup> (Goiás). Com este, viajou para o Amazonas, dentro de um esquema de esvaziar, no Rio, o apoio ao Marechal. Proclamada a República, retomou com o seu batalhão ao Rio. Major aos 25 anos de serviço, foi para o 26ª (Alagoas) e, a seguir, para o 14° (Recife). Tenente-Coronel, em 21 de março de 1891, foi comandar o 31ª (Ouro Preto). Em 1893, logo depois do início da Revolução Federalista, foi transferido, com o 31<sup>a</sup>, para Bagé, onde assumiu o comando da Guarnição e Fronteira de Bagé, a cuja frente teve o seu glorioso e épico encontro com a História, ao comandar a resistência a todo custo, de Bagé, sob cerco dos federalistas.

Carlos Telles com essa resistência, impediu os federalistas de

conquistarem Bagé — a chave de acesso a Pelotas, liderança republicana da Zona Sul do Estado, exercida pelo Coronel Pedro Osório, sobrinho do General Osório e seu alferes heróico em Monte Caseros — e mais a ciade de Rio Grande — porto marítimo onde poderiam operar a junção dos federalistas de Joca Tavares com os revoltosos na Armada, para, dali, conquistarem Porto Alegre e derrubarem Julio de Castilhos, além de atraírem as divisões gaúchas do Centro e do Oeste que operavam em Santa Catarina.

Permitiu, outrossim, que a Divisão do Sul, enviada em seu socorro, substituísse, na imensa fronteira aberta entre Bagé e Santana, a tropa do General Izidoro neutralizada por prisão ou degola.

Mais tarde, Carlos Telles socorreu a tempo o porto de Rio Grande, ameaçado pelo ataque de federalistas e revoltosos liderados pelo Almirante Custódio de Mello. Em Canudos, Telles, com o seu legendário 31ª, participou da 4ª e última expedição, na Coluna Savaget. Foi ferido em combate. Improvisou, com seus infantes, um Esquadrão de Cavalaria que desempenhou importante e inovador papel tático, na prevenção de emboscadas e surpresas, e logístico, no arrebanhamento de gado, essencial à alimentação da coluna.

Ele retornou a Bagé coberto de glórias como general-de-brigada, promovido em 15 de novembro de 1897, aos 49 anos de idade e 32 anos de serviço.

Seu nome virou legenda na fronteira de Bagé, no Rio Grande do Sul, e no Exército.

Faleceu de ataque cardíaco, em Bagé, na manhã de 7 de setembro de 1899, ao montar seu cavalo para presidir à parada comemorativa do 77ª aniversário da Independência do Brasil.

## Antônio Ernesto Gomes Carneiro (1846-94)

Nasceu em Serro-MG, próximo a Diamantina, em 18 de novembro de 1846. Encontrava-se no Rio ao eclodir a Guerra do Paraguai. Tentou, sem sucesso, ingressar na Escola Militar. Decidiu então ser médico. Ele foi o Voluntário da Pátria nª 1 a alistar-se no lª Corpo ali organizado. Como soldado VP combateu os invasores paraguaios em São Borja, em 10 de junho de 1865, ao comando do Coronel João Manoel Mena Barreto. Combateu em toda a Campanha do Paraguai. Ferido gravemente em Estero Bellaco, ficou aleijado da mão esquerda. Foi ferido, pela segunda vez em Lomas Valentinas e, pela terceira, em Peribebuí. Neste último combate, viu tombar, ferido de morte, o agora General João Manoel, seu primeiro e bravo comandante.

Em defesa da Pátria, empenhou nesta guerra a sua juventude, o seu sangue, o seu corpo e a sua alma. Ascendeu a tenente no Corpo de Voluntários. Antes do término da guerra, foi promovido a alferes do Exército, por bravura, e mandado servir no 14º BC (raiz do 6ª BI de Caçapava-SP). Freqüentou a Escola Militar no Rio(1871-75, Infantaria e Cavalaria). Em 1876 cursou, com brilho, fazendo jus a Espada de Honra, a Escola de Tiro (Realengo) comandada pelo intrépido e legendário herói popular do Exército, Coronel Antônio Tibúrcio Ferreira, que o convidou para secretário e instrutor de Artilharia. Com Tibúrcio, seguiu para a Escola Militar de Porto Alegre e lá se

constitui no melhor colaborador de seu comandante o qual, a certa altura, lhe fez esta referência oficial consagradora: "Este oficial sempre conquista menção especial dos chefes com quem serve. Pertence à turma brilhante dos estudantes que correram pressurosos às armas como Voluntários da Pátria. De soldado, e sem o menor privilégio ou recomendação que não por mérito pessoal, virtudes militares e valor revelados em muitos combates, conseguiu elevar-se ao posto de tenente... Não tenho encontrado, durante 27 anos de serviço, soldado mais completo e nem oficial mais nobre do que o Capitão Gomes Carneiro... Ele estuda com interesse tudo o que se refere à profissão das armas..."

A admiração recíproca entre os dois bravos, foi selada com o casamento de Gomes Carneiro com Margarida, filha do Coronel Tibúrcio.

Em 1880, Gomes Carneiro concluiu Engenharia na Escola Militar, aos 34 anos. Era um soldado completo: Infante, Cavalariano, Artilheiro e Engenheiro. Trabalhou na construção de ferrovias e linhas telegráficas e esteve no Paraná e Santa Catarina como inspetor das colônias Juathy e Santa Tereza. Integrou a Comissão de Construção de Linhas Telegráficas, onde fez o seguinte apelo: "Tenente Cândido Rondon, venha desbravar os sertões do Brasil comigo!", edele, Rondon, recebeu influência decisiva. Militarizou o Corpo de Bombeiros do Rio, onde combateu a Revolta na Esquadra. Foi aí que recebeu a derradeira missão, que cumpriria exemplarmente, com o sacrifício da própria vida. Missão que assim interpretamos: "Conter a todo o custo os federalistas e revoltosos na Armada concentrados em Santa Catarina que invadirão o Paraná com o objetivo de conquistá-lo e após atingir São Paulo e o Rio de Janeiro. Isto, até dar tempo para que o governo possa enviar recursos ou concentrá-los na barreira de Itararé, em São Paulo e organizar a Esquadra Legal."

No "cumprimento fiel a todo o custo" teve o seu glorioso e épico, mas mortal, encontro com a História Militar do Brasil, na Lapa.

A ele muito se ajusta este verso de Camões, o poeta soldado:

"Faz as pessoas altas e famosas A vida que se perde ou que periga, Que quando ao medo infame não se rende Então, se menos dura, mais se estende."

#### O CERCO DE BAGÉ

Joca Tavares, ao invadir o Rio Grande pela segunda vez, deu início ao cerco de Bagé, em 23 de novembro de 1893. A seguir, com o grosso estimado em 5.000 homens, atacou o Comando-em-Chefe das Operações contra a Revolução no Rio Grande, na Estação de Hulha Negra, próxima a Bagé. Após renhido combate, os governistas, ao comando do Marechal Izidoro, se renderam sob garantia de vida. A negociação foi feita por representação govemista delegada ao Coronel de Infantaria Donaciano Pantoja, comandante do 28ª BI do Exército, a mais expressiva força à disposição do Marechal Comandante- em-Chefe.

O acordo de rendição sob garantia de vida foi desrespeitado pelos federalistas, dando lugar, segundo consenso da história, tradição e folclore do Rio Grande, ao massacre, por degola, de mais de 300 civis que constituíam a Cavalaria Civil Patriota do Marechal Izidoro.

O massacre sem precedentes em nossa História Militar, foi executado, segundo o escritor federalista Wenceslau Escobar, "pelo uruguaio Adão Latorre com uma companhia de argentinos, mercenários correntinos". O escritor assim se referiu ao episódio: "Perante as leis da Humanidade, jamais os assassinatos de Rio Negro poderão ser justificados." Sob a responsabilidade moral de Joca Tavares, até que o Tribunal da História o absolva, foi executado, segundo aponta a História, por seu irmão, genro e sobrinho José Bonifácio Nunes da Silva Tavares (Zeca Tavares).

Tropas capturadas do Exército, do 28ª BC e parte do Corpo de Transportes, foram obrigadas a lutar contra o Governo com o centro da resistência ao cerco, através de uma brecha resultante da demolição de muros e paredes de casas. Essa resistência lendária, mas pouco conhecida e divulgada no Brasil, provocou, entre os 900 defensores, 121 baixas, das quais 24 mortos. Um irmão de Gomes Carneiro comandou a resistência na trincheira entre as ruas Amazonas e Veríssimo.

Escreveram essa página épica, sob a liderança de Carlos Telles, o 31<sup>2</sup> BI (formador do 9<sup>a</sup> BI Mtz-Pelotas), o 4<sup>a</sup> R Artilharia (unidade ainda em Bagé), parte do Corpo de Transporte, ao comando do neto homônimo do líder farrapo Bento Gonçalves da Silva, e um contingente do atual I<sup>a</sup> BFv sediado em Lajes-SC. Esse conjunto do Exército foi reforçado por um batalhão da Brigada Militar, por Patriotas de Bagé e pela Guarda Aduaneira. Não havia Cavalaria.

Cercar Bagé por 46 dias e ali esgotar-se, após eliminada a resistência de Rio Negro, foi um grave erro estratégico de Joca Tavares. Ele poderia, com sua força à base de Cavalaria, ter fixado Bagé e prosseguido sobre Pelotas e Rio Grande por ferrovia. Em Rio Grande, acolhería revoltosos da Armada, para prosseguir sobre Porto Alegre, derrubar Julio de Castilhos e, a seguir, apoiar os federalistas e revoltosos de Santa Catarina e Paraná rumo ao Rio, por atrair sobre si as divisões gaúchas do Centro e do Norte. Ao contrário, se exauriu no cerco de Bagé e deu tempo para a mobilização da Divisão do Sul, enviada para libertar Bagé ao comando do Coronel Sampaio, que deixou, sobre sua missão, importante mas raríssima fonte de ensinamentos, muito pouco explorada e curiosamente ausente na maior parte das bibliografias de trabalhos sobre a Revolução Federalista no Rio Grande. Predominando, em seu lugar, a obra de Wenceslau Escobar, em resposta à sua. Elas são, insisto, fontes xifópagas que não podem ser apreciadas isoladas por quem se intitula historiador.

Carlos Telles recebeu diversos apelos para a capitulação. Entre eles, os de Joca Tavares e Zeca Tavares, aos quais mandou dizer: "Peço que transmitam ao General (Joca) Tavares que o nome e as glórias que alcançou foram no seio do Exército, e, portanto, não pode ignorar que o soldado brasileiro não capitula, mesmo que se encontre fraco, e muito menos nós que estamos fortes, defendendo um governo legalmente constituído e as instituições de nossa Pátria. Ele, General Tavares, é que deve depor as armas, porque está fora da

lei como revolucionário... "

Enviou recado duro e firme aos desertores do Exército, das tropas de Tavares que apelaram a que se rendesse.

#### O CERCO DA LAPA

A Revolta na Armada, com apoio de federalistas, estabeleceu seu governo na Ilha de Santa Catarina. Atraídos por este evento e sob pressão das divisões gaúchas do Centro e do Norte, os revolucionários Gumersindo Saraiva, Piragibe e Salgado, para lá se dirigiram.

Para reconquistá-la, o Governo nomeou o General Argolo, comandante da atual 5ª RM que, no Paraná, encontrou um quadro desolador: as unidades do Exército (17º BI, 8º RC e 4º R Art) eram nominais; juntas, possuíam um efetivo de cerca de 200 e, com o Batalhão de Segurança do Paraná, somavam 400 homens.

Após fazer o possível dentro do alcance de sua liderança para colocar essa tropa urbana em campanha, iniciou sua missão. De 1º a 12 de novembro de 1893, percorreu Curitiba, Lapa, Rio Negro, Lençóis, São Bento e Thompson, sem receber os reforços esperados. Informes que recebeu deram conta da possibilidade de ser atacado pela frente e retaguarda, pelos federalistas, e colocar em perigo a única força do Exército do Paraná. Contramarchou, de 13 a 26 de novembro, até a Lapa, onde passou o comando ao Coronel Gomes Carneiro e retomou ao Rio. No Sul, faziam três dias que havia sido iniciado o cerco de Bagé e estava sendo travado o combate do Rio Negro. A nível federal, a situação era grave e, no Rio, a Revolta na Armada continuava ameaçadora.

Por 51 dias, até o início do cerco da Lapa, Gomes Carneiro fez tudo para bem cumprir sua missão.

Projetou uma ofensiva que a prudência do líder civil da Lapa o bravo Coronel Lacerda desaconselhou e que Floriano prudentemente desaprovou em 14 de dezembro de 1893, através do General Pego Junior, que então assumira o comando da atual 5ª RM. A desaprovação chegou no momento que Gomes Carneiro havia obtido brilhante vitória sobre Piragibe, em 13 de dezembro, na ponte sobre o Rio da Várzea. A partir de 14, recebeu ordem de defender, a todo o custo, a Lapa. No Sul, à essa época, havia ocorrido o massacre do Rio Negro, Bagé estava no 21ª dia de cerco e a Divisão do Sul, para socorrê-la, em organização em Pedro Osório-RS atual.

O efetivo da Lapa fora reforçado com a Guarda Nacional e oscilou de 400 a 1.400, caindo para 900, após dali serem retirados 500 homens pelo General Pego Junior, e, finalmente para 500 homens, em consequência de deserções, mortes e ferimentos durante o cerco.

Quando o General Pego Junior partiu em socorro da Lapa, com 400 homens/ela já estava cercada. Retomou a Curitiba, célere, e sua tropa "evaporou-se no caminho". No dia 19 de janeiro, já levantado o cerco de Bagé havia 11 dias, o General Pego se dirigiu a São Paulo com somente 70 homens.

No dia anterior, a Lapa tinha sido isolada do mundo pelo telégrafo e pela ferrovia. O General Pego Junior foi destituído do comando, julgado e condenado a morte, por haver desamparado Gomes Carneiro. Posteriormente, foi absolvido pelo STM e reintegrado ao Exército, como professor de Descritiva, na Escola Militar. Teve sua atitude defendida por Rocha Pombo e pelo Coronel Cordolino de Azevedo — defesas a serem consideradas num julgamento sereno pelo Tribunal da História. Pego Junior viera do comando da atual 3ª RM e esta é uma grande diferença dos cercos de Bagé e da Lapa. Para socorrer Bagé foi organizada a Divisão do Sul. Em 22 de janeiro de 1894, sétimo dia de cerco, a Lapa conheceu a retirada do general para São Paulo e a queda de Tijucas, fato que provocou muitas deserções. A Lapa teria que contar somente com os seus recursos para enfrentar reforços da frente de Tijucas etc.

## A RESISTÊNCIA DA LAPA

O cerco durou 26 dias, de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, ou 20 dias menos do que o de Bagé. Na Lapa, os atacantes ocuparam elevações ao seu redor, com dominância de vistas e fogos, o que não ocorreu em Bagé, onde a posição de resistência era protegida pelo casario e pelas trincheiras, muitas delas feitas com fardos de lã de ovelha.

Os atacantes cercaram a Lapa a distância e, aos poucos, foram apertando o cerco e dirigindo, sobre suas defesas, descargas de fuzil e Artilharia. Dia 18 foi cortado o telégrafo. De 15 a 21 de janeiro, foram seis dias de expectativas. Dia 22, após Gomes Carneiro repelir proposta para parlamentar, travou-se um grande combate. Foi grande a decepção na praça ao conhecer a queda de Tijucas e a retirada do General Pego e, com isso, a desesperança de reforços. Houve muitas deserções e os atacantes conquistaram importantes posições aproximadas da resistência, no Cemitério, Engenho Lacerda e Estação Ferroviária. De 23 a 26 de janeiro, por quatro dias, os defensores foram caçados a tiros de fuzil e martelados pela Artilharia, reforçada com canhões terrestres e navais, para ali enviados depois das quedas de Paranaguá, Curitiba e Tijucas.

Dia 27 de janeiro os atacantes assestaram um canhão e uma metralhadora no Cemitério e ocuparam a importante posição do Alto da Cruz. Aí o cerco aproximado da Lapa se consumou e a resistência se concentrou num retângulo de cerca de 800 x 400 metros. A essa altura dos acontecimentos, o panorama era desolador. Animais mortos, homens cansados e estressados, a munição escas seando. As chuvas transformaram as trincheiras em lodaçais e a posição continuava sendo martelada por fuzis e Artilharia. Dia 2 de fevereiro, sob a liderança de Gomes Carneiro, foi repelido um ataque pelo Sul, Norte e Leste.

Dia 4, os atacantes usaram o ardil de um combate simulado com republicanos em socorro à Lapa, para obrigar Gomes Carneiro a sair das trincheiras, à procura de junção com os socorristas. Nem se moveu. Preocupados, seus auxiliares perguntaram como ele havia descoberto o ardil e o antigo instrutor de Artilharia respondeu: "Os canhões estão dando tiros de

pólvora seca..."

Dia 7, travou-se violento combate, e os federalistas que tentaram penetrar na posição foram repelidos. Aí começou a tragédia da Lapa. Quando Gomes Carneiro liderava a resistência, foi ferido mortalmente ao socorrer um companheiro. Atingido quando praticava a forma mais excelsa de virtude militar, a camaradagem, o socorro de um companheiro ferido. Gomes Carneiro continuou a exortar à defesa a todo o custo. Dia 9, após seu corpo baixar a sepultura, tudo começou a desmoronar. Ainda havia víveres para 4 dias e 400 homens nas tricheiras. O comando foi repartido entre as forças do Exército e as civis. Mario Tourinho mencionou cerca de 61 baixas das quais 6 oficiais mortos, 3 feridos e 50 soldados, entre mortos e feridos, ou seja, a metade das baixas em Bagé, mais acentuada entre os oficiais. Dia 11, ocorreu a capitulação generosa, diferente da de Rio Negro, onde os civis foram massacrados, e talvez o tivessem sido em Bagé, caso ela tivesse caído em poder dos mesmos responsáveis morais pelo massacre de Rio Negro. A capitulação é descrita por Davi Carneiro e Mario Tourinho, que ali combateu.

"A resistência da Lapa cavou a sepultura da Revolução." Os deferalistas hesitaram entre fixar a Lapa e prosseguir para o Norte, ou eliminar a sua resistência, temendo que as divisões gaúchas do Centro e do Norte a libertassem e, com ela, engrossassem as forças republicanas em seu encalço.

O tempo gasto com a resistência a todo o custo dos heróis da Lapa, civis e militares, liderados pelo providencial General Gomes Carneiro, secundado pelo Coronel Joaquim Lacerda, permitiu tomar intransponível a barreira de Itararé e ganhou tempo para a organização da Esquadra Legal no NE, livre de intervenção de Custódio de Mello, que a Lapa fixou e que possuía domínio naval sobre o litoral.

A equação do tempo foi agravada com os revolucionários desperdiçando-o em festas e bailes em Curitiba, segundo Izidoro Dias Lopes, revolucionário também.

A dupla ata de capitulação da Lapa exigida pelos líderes revolucionários abriu as portas, na Lapa legendária, aos demônios de dificílima exorcização, que todas as revoluções carregam em suas entranhas e que determinam, na maioria das vezes, sua própria destruição. As contradições, disputas por liderança, inveja, ciúmes, vaidades e ambições incontroláveis, etc. determinaram a perda da unidade de comando e a confusão. Os "demônios" minaram a revolução da Lapa, Curitiba e Ponta Grossa dando tempo • precioso às forças do Governo lançadas de Itararé para que, sem reação, entrassem em Curitiba, em la de março de 1894, cerca de 2 meses e meio após a capitulação da Lapa e libertassem o Paraná. Esta foi, mais uma projeção da resistência a todo o custo da Lapa imortal, para não se falar no tempo que assegurou à organização da Esquadra Legal no Recife.

A barreira de Itararé, que provocou a reunião de federalistas em Ponta Grossa, de onde decidiram retornar ao Sul, foi documentada pelo Coronel PMSP Pedro Dias Campos, em obra pouco conhecida, consultada e

referenciada.

As resistências épicas aos cercos de Bagé e da Lapa colocaram, no Panteon dos heróis militares do Brasil, os Generais Carlos Telles e Gomes Carneiro e seus liderados nas resistências que comandaram, bem como Gumersindo Saraiva e seus "Voluntários do Martírio", e Custódio de Mello, generosos na capitulação de Paranaguá, Tijucas e Lapa.

O General Joca Tavares, embora tenha representado a revolução, na Paz de Pelotas, não mereceu o mesmo destaque pela responsabilidade moral perante o Tribunal da História pelo massacre do Rio Negro, de civis inermes que capitularam sobre garantia de vida.

E mais, por haver se esgotado no cerco de Bagé, onde fracassou, ao invés de fixá-la, desperdiçando as seguintes possibilidades:

- conquistar Pelotas, centro da resistência republicana, liderada pelo Coronel Pedro Osório;
- conquistar Rio Grande e, ali, em seu porto, operar junção com a Revolta na Esquadra, que lhe criaria condições de:
- ligar-se, através dos navios revoltosos, com os federalistas de Santa
   Catarina e Paraná, pelos portos de Florianópolis (atual) e Paranaguá etc;
  - conquistar mais um porto para a Revolta na Esquadra;
- com auxílio da Revolta na Esquadra, tentar conquistar Porto Alegre, depor Júlio de Castilhos e assumir o controle do Estado;
- atrair, sobre o Rio Grande, as divisões gaúchas do Centro e do Norte, aliviando as frentes federalistas em Santa Catarina e Paraná;
- e, finalmente, reforçar os revolucionários de Santa Catarina e de Paraná, e prosseguir para o Rio.

História é verdade e justiça!.

A razão de não haver prosseguido sobre Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre é um enigma. Passou a integrar o rol das ocasiões perdidas, como, na última guerra, Dunquerque não ter sido atacada e impedida a retirada de ingleses e franceses para a Inglaterra.

# SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras.

ANAIS do CNHPPC da República no Brasil — Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil. Rio, IHGB, 1989, 3v.

BIBLIEX — Biblioteca do Exército.

CADERNOS da COMISSÃO... — Cadernos da Comissão Coordenadora no Exército das Comemorações dos Centenários da República e da Bandeira Nacional. Rio, Bibliex-Senai, 1991.

ADN — A Defesa Nacional, revista.

QG — Quartel General.

RCM — Revista do Clube Militar.

REB — Revista do Exército Brasileiro.

RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RM — Região Militar. S Doc Ge Marinha — Centro de Documentação Geral da Marinha. VP — Voluntários da Pátria.

> Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB.

## QUADRO COMPARATIVO DAS RESISTÊNCIAS AOS CERCOS DE BAGÉ E DA LAPA

FATORES DE COMPARAÇÃO	CERCO DE BAGÉ 23 Nov 1893 - 8 Jan 1894	CERCO DA LAPA 16 Jan a 11 Fev 1894
- Comandantes da resistência	- Cel Inf. Carlos Telles	- Cel Eng. A. Gomes Carneiro
- Comandantes dos cercos	- João Nunes da Silva Tavares	- Gumersindo Saraiva
- Duração dos cercos	- 46 dias	-26 dias
- Efetivo atacante	- Cerca 3.000	- Cerca 3.000
- Efetivo cercado	-900	-900
- Baixas nos defensores	-Cerca de 124	- Cerca de 63
	- 4 of mortos 4 of feridos	- 09 of mortos 8 of feridos
	30 pr mortas e 4 pr feridas	21 pr mortas, 33 pr feridas
- Natureza das baixas	As baixas não incidiram sobre as lideranças da resistência. Alguns oficiais mortos eram auxiliares de Carlos Telles que foi ferido	As baixas por mortes incidiram sobre as lideranças da resistência — Gomes Carneiro, Dulcidio, Amintas e foi o dobro entre os oficiais do que Bagé.
- Uso de Artilharia pelos atacantes	- Não usaram e não a tinham	- Houve uso pesado e reforçado
- Atuação Infantaria na defesa da posição cercada	- Foi em maior n° e mais eficaz com o 31° BI mais treinado	- Foi em menor n° e reduzida a do 17s BI com a metade em SC
- Domínio de vistas e fogos sobre a tropa cercada	- Não houve. Os atacantes estavam no mesmo nivel da defesa.	- Houve das elevações que circundam e dominam a Lapa.
- Temor de massacre dos defensores	- Havia face ao massacre do Rio Negro conhecido em Bagé.	- Não houve à luz da capitulação generosa de Tijucas
- Esperança de recebimento socorros	- Havia e ocorreu no 46° dia de cerco com a Divisão do Sul	- Não havia e não ocorreu. Era a única resistência
- Deserções	- Houve em menor número. O moral era mais elevado.	- Houve em grande número após o 5° dia de cerco
- Fome entre os defensores	<ul> <li>Houve. Foram esgotadas as provisões e consumido tudo que pudesse servir de alimento</li> </ul>	- Na capitulação ainda existiam viveres para 4 dias
- Munição dos defensores	- Escasseou mas não faltou	- Escasseou mas não faltou
- Uso da Artilharia pelos defensores	- Existia e atuou bem	- Existia e atuou bem
- Qualidade da posição	- Melhor e não dominava. Houve apoio de Engenharia	- Pior e dominada
- Resultado da resistência	-Não capitulou	- Capitulação 26º dia de cerco
- Unidade de Comando	- Houve nas mãos de Carlos Telles todo o tempo	- Não foi efetiva houve problemas e ruiu após o ferimento de Gomes Carneiro.

Projeção Estratégica das Resistências

Impediu Joca Tavares de:

- Conquistar Pelotas liderança republicana na Zona Sui-RS
- Conquistar o porto de Rio Grande e operar junção com a Revolta da Esquadra.
   Com apoio naval conquistar Porto Alegre e depor Júlio de Castilhos.
- Atrair para o Rio Grande do Sul suas divisões do Centro e Norte aliviando a Revolução no Paraná e Santa Catarina.
- Integrar a revolução no Rio Grande com SC, PR, RJ e DF através do mar. - Permitir a cobertura da fronteira aberta Bagé-Santana, com a Divisão do Sul que substituiu a tropa do Governo presa ou massacrada em Rio Negro
- Liberar as atenções do Ministro da Guerra a Lapa cercada e a Revolta na Armada na Guanabara e apoiar com alunos das escolas militares a formação das guarnições dos navios da Esquadra lega!

Gomes Carneiro na Lapa: - Assegurou cerca de 36 dias a organização da Barreira Itararé - Cerca de 26 dias para o Governo concentrar seus esforços no combate a Revolta no Rio

- Cerca de 30 dias para a organização e adestramento da esquadra legal no Nordeste que atuou em SC e PR, 2 meses após a capitulação da Lapa.
- Ajudou a fixar o Alte Custodio em SC^ PR e não atacar, tendo o domínio naval, a Esquadra Legal em organização no Nordeste. Deu tempo a aproximação das divisões gaúchas do Centro e Norte pressionaram mais perto a Revolução no PR e SC
- Retardou por cerca de 135 dias o ataque de Custódio ao Porto do Rio Grande que por volta de 20 Jan teria sido surpreendido conquistado e de difícil retomada e, assim, dotar a Revolução e a Revolta de portos Rio Grande, Paranaguá, Florianópolis e Rio etc.
- Se Tijucas tivesse resistido mais e não se rendido em condições de muito resistir segundo Izidoro Dias Lopes, teria se agravado mais o retardo da Revolução e Revolta no Paraná.

#### **CONCLUSÃO**

Para a menor duração da resistência na Lapa concorreram:

- Dominância de vistas e fogos sobre a posição.
- Uso pesado de Artilharia contra a Lapa reforçada por Artilharia de Tijucas etc.
- Moral mais baixo com mais deserções, após conhecida a fuga do governador e cmt militar do Paraná e desesperança de receber reforços.
- Neutralização do comandante da resistência no 21º dia junto com 2 dos comandantes de unidades.
- Menor dosagem de tropas do Exército em especial infantaria e baixas entre os oficiais defensores mais de o dobro do que em Bagé, que não sofreu bombardeios de Artilharia. A desesperança de socorros minou o moral de muitos defensores menos o de Gomes Carneiro que vivo afirmava: Por aqui não passam!
  - Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS
  - Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB.

# CONTRIBUIÇÃO PAULISTA AO COMBATE À REVOLUÇÃO NA ARMADA (1893-1894) E À GUERRA CIVIL (1893-1895)

Resultante de pesquisa histórica básica, o artigo resgata a importante contribuição prestada, pelo Estado de São Paulo ao Governo Federal, durante os dois episódios que marcaram o início da nossa República. A Defesa Nacional

Em 5 de fevereiro de 1893, estourou, no Rio Grande do Sul, a guerra civil que ficou conhecidacoma Revolução Federalista, e hoje ela é chamada Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos, pelos padrões

de violência que a caracterizaram, no massacre de republicanos, no Rio Negro. respondido pelo massacre de federalistas do Boi Preto. Sob o estímulo dessa guerra, estourou, em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro, a Revolta de 1/5 da Armada, nome, à época, de nossa Marinha de Guerra. Os dois movimentos armados, que tinham o objetivo comum de depor o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, envolveram, aterrorizaram e ensanguentaram as regiões sul e sudeste do Brasil à exceção de Minas Gerais e Espírito Santo. Eles dividiram profundamente a família da região sul entre maragatos e pica-paus. Por tudo isso explica-se, de certa forma, o memoricídio a que foram condenados, evitando reabrir feridas em cicatrização.

A historiografia aborda a guerra civil em foco como tendo ocorrido na região sul, deixando esquecido o envolvimento expressivo de São Paulo — inicialmente para tentar contê-la (combinada com a *Revolta na Armada*), no Paraná, na Lapa, em Tijucas e Paranaguá; em seguida para, efetivamenie, barrar seu avanço, em Itararé e outros pontos da Fronteira São Paulo- Paraná, e, finalmente, com emprego de expressivas forças mobilizadas, concentradas e apoiadas logisticamente pelo presidente de São Paulo, Dr. Bernardino de Campos, para libertar o Paraná da ocupação e domínio por forças do *Governo Provisório* que a Revolta estabeleceu em Desterro, durante cerca de cem dias.

Ela não destacou o hercúleo esforço de guerra do Estado de São Paulo, sob a liderança de seu presidente, para assegurar a inviolabilidade do porto de Santos, chave de acesso a São Paulo e objetivo inicial de conquista, segundo o plano da Revolta na Armada, o qual visava a estabelecer, na capital paulista. O *Governo Provisório do Brasil* e, em Santos, sua base de operações, para facilitar o reconhecimento externo da beligerância da revolta. Não destacou, também, o esforço despendido para guarnecer e defender os portos do litoral norte de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, vias-de-acesso ao vale do Rio Paraíba, leito da ferrovia Rio—São Paulo, única via de ligação entre as duas capitais, em razão do domínio naval com que contava a Revolta. Eram portos que poderiam servir de apoio aos navios revoltosos, do mesmo modo que os de Iguape e Cananéia, além de base para ataques navais e terrestres, na direção Paranaguá—Santos.

Foi nesse contexto de defesa dos portos paulistas, que o cruzador *República* e o cruzador-auxiliar *Pallas* bombardearam, em 20 de setembro de 1893, os fortes da Barra e Augusto, em Santos dos quais foram repelidos, com algumas baixas para seus defensores, do Exército e da Polícia Militar de São Paulo. O ataque foi repelido na cidade de São Sebastião, em 5 de outubro de 1893, pela torpedeira *Marcílio Dias* e pelos cruzadores auxiliares *Pallas e Íris,* que haviam se apossado do porto, a partir da base que estabeleceram em Ilha Bela.

De 6 de setembro, início da Revolta na Armada, até 8 de abril de 1894, paragem da *Esquadra Legal* por Santos, ao comando dt Almirante Jerônimo Gonçalves, para bate remanescentes da Revolta baseados em Santa Catarina e Paraná, Santos e os demais portos paulistas viveram 7 meses de angústias, e incertezas, alimentados pela desinformação, petos boatos alarmantes sobre ameaças de ataques de navios revoltosos, derem barcando federalistas em

suas praias. As possibilidades eram centuplicadas pelo temor do confronto com tropas "habilíssimas no uso da lança e adeptas do extermínio dos adversários pela degola". Havia chegado, em São Paulo, a notícia da vitória de Gumersindo Saraiva, em Cerro do Ouro (20 de agosto de 1.893), onde seus lanceiros mataram, em campo aberto, de 300 a 400 republicanos, bem como a notícia sobre o massacre do Rio Negro, próximo a Bagé, onde foram degolados, após se renderem sob garantia de vida, cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria republicana ali presente.

Desse modo, São Paulo, em seu esforço de guerra, conseguiu evitar as tentativas da Revolta (em combinação com a Guerra Civil) de utilizar Santos e demais portos paulistas, bem como de interferir na ferrovia São Paulo-—Rio. com o apoio de simpatizantes, da Revolta e da Guerra Civil, no Estado.

Acreditamos que, decorrido já o centenário daqueles sangrentos eventos fratricidas, seja a primeira vez que é evocada e interpretada a expressiva participação paulista, para a consolidação do regime político sonhado na Convenção Republicana de Itu.

Para conter o avanço federalísca na barreira de Itararé e negar, à Revolta na Armada, a passe dos portas paulista, em especial o de Santos, o enorme esforço de guerra paulista, se caracterizou, segundo concluímos:

- pela aquisição, na Argentina, de cerca de 7.000 fuzis *Mannlicher*, com cerca de 6.000.000 de cartuchos, através do Ministro Pienipotenciário do Brasil em Buenos Aires. Dr Joaquim Francisco de Assis Brasil, os quais começaram a dar entrada em Santos em 5 de fevereiro de 1894, seis dias antes da capitulação da Lapa (PR). Armamento e munições foram fornecidas às tropas da Polícia Militar, do Exército e da Guarda Nacional que tramaram o Corpo Expedicionário que defendeu a fronteira São Paulo Paraná e, depois, libertou o Paraná:
- pela fabricação e fornecimento de fardamento, calçados e equipamentos para as tropas do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Militar, em São Paulo:
- pela aquisição de expressiva quantidade de cavalos e muares pura os comboios de abastecimento logístico e para as operações, em especial nas ligações Tatuí-Itararé, Caçapava – Paraibuna - Caraguatatuba e Santos -Cananéia;
- pelo apoio logístico a 8.000 homens do Exército, da Polícia Militar, da Guarda Nacional e da Guarda Cívica, que atuaram na defesa do litoral, da fronteira São Paulo— Paraná, e que combateram em Típicas (PR) e na Lapa (PR);
- pelo apoio ao fabrico de granadas, na Fábrica de Santana do Ipanema, para a artilharia que defendeu Santos;
- pelo estímulo à fabricação de pólvora, por indústria de Perus, e pela confecção de minas elétricas, que minaram o canal de acesso ao porto de Santos.

História é verdade e justiça. Estes são os objetivos do presente ensaio, ao ensejo dos centenárias da Revolta na Armada e da Guerra Civil recentemente

ocorridos. São Paulo impediu que a Revolta usasse o porto de Santos como base de operações e os federalistas transpusessem a barreira de Itararé, chave para a conquista da cidade de São Paulo e, a partir desta, do Rio de Janeiro, com a consequente deposição de Floriano Peixoto.

Este estudo visa também a atender ao conselho do Marechal Ferdinand Foch:

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz para melor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livoro mais fecundo em meditações do que o da História Militar".

O estudo militar dessa luta interna é ricamente propício a neditações e, consequentemente, à obtençao de ensinamentos táticos, logísticos e estratégicos pelos milnares das nossas Forças Armadas, como o foram a anterior. Revolução de 1842, e as posteriores de 1924, 1930 e 1932, que envolveram São Paulo, incidindo em pontos expressivos da geografia militar paulista para a condução de operações militares, tais como: cidade de São Pauto, portos de Santos e São Sebastião; cidades de Campinas, Sorocaba e Itararé; cidades do Vale do Paraíba (Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Lorena), articulando o litoral com o Vale e a Mantiqueira; cidades da Serra do Mar (Paraibuna, São Luiz e Cunha), articulando, na serra, o litoral com o Vale do Paraíba.

Penso que as lições colhidas nessa luta interna foram bem aproveitadas pelos revolucionários de 1924 e 1930, e pelos revolucionários paulistas de 1932.

# SÃO PAULO E A GUERRA CIVIL NA REGIÃO SUL, 1893-1895

Ao estourar a Guerra Civil no Rio Grande do Sul. São Paulo se solidarizou com o governo da União O apoio foi traduzido na Lei 120. de 15 de março de 1893. votada pela Assembléia Paulista, a qual autorizava o governo de São Paulo "a prestar à união os auxílios que forem necessários para manter a integridade da Pátria e as instituições republicanas", e que foi promulgada, no mesmo dia, pelo presidente de São Paulo. Dr. Bernardino.

Esse apoio, na prática, traduziu-se em linhas gerais, pela doação à União de 2 mil contos de réis para a compra de armas, pelo pagamento das despesas para a defesa do porto de Santos, pelo pagamento das despesas decorrentes das movimentações das forças militares em São Paulo e pela organização da 1ª Divisão do Corpo-de-Exército Expedicionário, destinado a defender Itararé e, depois, libertar o Paraná da Revolta e da Guerra Civil Isso tudo implicou uma despesa estimada de 8 mil contos de réis, dos quais a União ficou devendo 6 mil, afora a doação de 2 mil. Em contrapartida, a União cedeu a São Paulo, por ocasião da revolta do Almirante e Senador Wandenkolk, o aprestamento da fortaleza da Barra de Santos, uma bateria do 2º Regimentode Artilharia, do Rio, e também do Rio, um contingente do 22º Batalhão de Infantaria — transformado, em 1938, no 3º Regimento de infantaria. Essas providências visavam a melhor defender Santos, que só dispunha do 3º Batalhão da Polícia

Militar - a capital dispunha do 10° Regimento de Cavalaria Ligeira, que, em 1938, passou a ser o 6° Regimento de Cavalaria, de Alegrete, após ter sido aquartelado, em Sorocaba, de 1894 a 1908.

#### SANTOS E A REVOLTA NA ARMADA

Ao estourar a Revolta na Armada, em 6 de setembro, Santos possuía os meios de defesa acima descritos, e era o objetivo de conquista do Plano da Revolta. Aí seria a base de operações a serviço de um **Governo Provisório**, a ser instalado na cidade de **São Paulo**, possibilidade que foi comunicada, em 8 de setembro ao presidente de São Paulo, pelo presidente da República.

Dia 6 de setembro, o Presidente da República telegrafou ao Presidente de São Paulo, comunicando-lhe o início da revolta. E assinalou: "Previno-vos. recomendando atividade e prudência. Olhai a cidade de Santos".

O presidente de São Paulo, em resposta, telegrafou protestando apoio e solidariedade ao Presidente Mortano Peixoto, nos seguintes termos, os quais foram mantidos ate o final da Revolta e da Guerra Civil; "Dou e darei todo o apoio a vossa autoridade porque sois o poder legítimo. Confiai em minha lealdade. Bernardino de Campos."

#### A DEFESA DO PORTO DE SANTOS

Constando do plano da Revolta, e do alerta do presidente da República, ser o porto de Santos o objetivo principal de conquista dos revoltosos, para torná-lo base de operações contra o governo no Rio. foram tomadas providências urgentíssimas para mantê-lo em condições de resistir aos ataques da Revolta Tais ataques teriam tido maior viabilidade se o Almirante Saldanha da Gama não tivesse mantido neutralidade, controlando importantes efetivos que a Revolta não pôde usar para desembarcar em Santos, conquistá-lo e, a seguir, conquistar São Paulo, sede do **Governo Provisória** pretendida.

Em 9 de setembro, o presidente da República informou, ao presidente de São Paulo, que não poderia destinar à defesa de Santos mais tropas do Exército, pois toda ela estava empenhada no combate á Revolta, no Rio, e à Guerra Civil, no Rio Grande do Sul.

Como medidas de defesa urgentes registrem se

- a transferência, para Santos, do comando do 4º Distrito Militar (atual 2ª Região Militar), sediada em São Paulo, ao comando do Coronel José Jardim;
- o recolhimento urgente, de Santos para São Paulo, de 10 mil toneladas de carvão que poderiam servir aos revoltosos;
- o recolhimento de todo o numerário das repartições federais e estaduais, de Santos para São Pauto;
- a estruturação da defesa de Santos, sob a liderança do presidente Bernardíno de Campos, obedecendo o seguinte esquema de comanda: comandante do 4º Distrito Militar, Coronel José Jardim; comandante da Polícia Militar de São Pauto, Coronel PM Inocêncio Ferrai, o comandante da Praça de Santos, Dr Theodoro de Carvalho, chefe da Polícia;

- a organização da defesa de Santos, em *5* linhas, ao longo da praia, como se segue; 1ª linha, Paquetá Ponta da Praia, ao comando do Tenente-Coronel A Pinto Paca; 2ª linha: Ponta da Praia Praia José Menino, ao comando do Coronel Xavier Baptista; e 3ª linha: José Menino—São Vicente, ao comando do Coronel J. S. Torres Homen;
- a obstrução do canal de acesso ao porto, com pontões, guardadas as margens do canal pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, transformado em Infantaria, e ao comando do Tenente-Coronel do Exército José Carlos da Silva Telles que vem sendo confundido com seu tio Carlos Telles, herói da resistência ao cerco Bagé, que ocorreria três meses mais tarde;
- concentrar, nas três linhas de defesa de Santos em Ponta da Praia. Conceiçãozinha, Outerinho e Alto da Serra, contingente da Polícia Militar de São Paulo (do 3º Batalhão de Polícia Militar, Santos; do 2º, Jundiaí, e contingente do 5º, São Paulo);
- reforçar a fortaleza da Barra de Santos com contingentes do 22º Batalhão de Infantaria e 20º Batalhão de Infantaria - Goiás, ambos do Exército.
- destinar a bateria do 2º Regimento de Artilharia, do Rio (Regimento Floriano), para guarnecer o forte Augusto e operar duas peças *Krupp 75* e duas La *Hitte* raiados, retirados do navio de guerra *Centauro*, posto a pique pela própria guarnição, para não servir à defesa de Santos;
- utilizar o 10º Regimento da Cavalaria Ligeira, do Exército para a defesa da ponte de Paquetá e auxiliar a artilharia da Barra;

guardar a Alfândega, com o 3º Batalhão de Polícia Militar, e defender seu quartel com as duas únicas metralhadoras disponíveis cm Santos.

- proteger a ferrovia Santos-São Paulo com os efetivos assim distribuídos: Cuba tão (40 homens), Alto da Serra ( 20 homens), Rio Grande (20 homens), Ribeirão Pires (20 homens) e Sito Bernardo (25 homens);
- em caso de ameaça de ataque a Santos, ficaria essa cidade em condições de receber os seguintes reforços, todos à disposição do comandante do Distrito Militar: 1º e 5º Batalhões de Polícia Militar, da capital, e 4º, do interior. 300 guardas nacionais armados e mais duas metralhadoras, da capital. Esse foi o dispositivo que fez frente ao ataque de navios revoltosos, em 20 de setembro de 1893, e que será descrito adiante

O efetivo de defesa de Santos, variou, durante sete meses, de 550 a 1.200 homens do Exército e da Polícia Militar. A defesa não dispõe de nenhum meto naval, pois o *Centauro*, com que contava, foi afundado, como dito atrás, em 8 de setembro, por sua própria guarnição.

Após o ataque sofrido em 20 de setembro, sua defesa foi melhorada sensivelmente Paquetá foi artilhada com duas peças, bem como a ilha Porchat. Foi-lhe dado, em reforço, o lº e o Batalhão Bernardo Ellis, ambos da Guarda Nacional e, mais tarde, o 109° e mais o Batalhão Republicano, de Santos, da mesma Guarda Nacional. Foi ativado o sistema de minas elétricas, desenvolvidas por engenheiros paulistas, alimentados por um dínamo, no forte Augusto, e acionados das posições de Outerinhos, Conceiçãozinha e Entrada da Barra. Estavam artilhadas Paquetá (duas peças), ilha Porchat (duas peças *Krupp 75*), forte Augusto (duas peças *Krupp 75*, duas *La Hitte* ratados e quatro

Awstrong). As granadas estavam sendo fabricadas pela Fábrica de Santana de Ipanema, dirigida pelo Exército, e a pólvora era produzida em fábrica existente em Perus Os corpos da Guarda Nacional de Sorocaba, Campinas e São Carlos substituíram a Polícia Militar Merecia especial atenção a vigilância sobre a ilha Porchat, a ponta do cabo submarino em uma casa da praia José Menino, a praia de São Vicente, pela possibilidade de um desembarque de tropas nesses locais, segundo boatos insistentes.

# O INCIDENTE DO AFUNDAMENTO DO CENTAURO E O ATAQUE DE NAVIOS REVOLTOSOS A SANTOS, EM 20 DE SETEMBRO DE 1893

A defesa de Santos pensou contar com o navio *Centauro*, em missão de serviço quarentenário em Santos e que protestara solidariedade ao governo. Mas, na manhã de 8 de setembro, correu a notícia de que ele havia sido posto a pique pela própria guarnição, liderada peto imediato. tenente João F. dos Reis Junior em razão de seu comandante estar doente em terra. O Tenente Reis Jr embarcou o que foi possível nos rebocadores *Mauro* e *República*, e rumou para o norte, mdo desembarcar na ilha Grande, com 14 tripulantes, após seu grande e ousado feito naval.

Foi encarregado de resgatar, do lundo, o *Centauro*, o hoje consagrado herói naval, o entào capitão tenente, João Soares Dutra, que não o conseguiu entretanto, a tempo de ser usado na defesa de Santos.

Os rebocadores *Mauro* e *República*, usados pela guarnição do *Centauro*, foram recuperados na Ilha Bela e, de lá, resgatados por uma expedição chefiada por Soares Dutra e composta de 30 policiais militares do 3º Batalhão de Polícia Militar. Touxeram 6 tripulantes do *Centauro*, que se entregaram, inclusive o Tenente João Fagundes Lins. Comandava o *Centauro*, o Capitão-de-Fragata Júlio Brito. Indiscutivelmente foi um grande feito naval para a causa da Revolta.

A Revolta despachou, do Rio, em 17 e 18 de setembro de 1893, a Divisão Naval Expedicionária, ãocomando do Capuào-de Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorvna, constituída do cruzador *República*, da torpedeira *Mandlio Dias* e do cruzador - auxiliar *Palha* Eles forçaram a barra do Rio em brilhante feito naval Sua missão era "acelerar a vitória contra o governo, inutilizando instalações e apreendendo as navios que encontrasse" segundo o Almirante Leoncio Martins."

A notícia, ao chegar a Santos, encheu sua população de pavor, Grande parte dela procurou sair da cidade rumo a São Paulo e a cena Havia uma grande inferioridade da artilharia de terra em relação a dos navios revoltosos. Eram esperados, em Santos, 4 navios revoltosos. Em 20 de setembro, pela manhã, se apresentaram, na barra de Santos, o República e o Pallas que, por suas atitudes, deram a impressão de que submeteriam Santos a bloqueio naval, conforme constava do plano inicial da Revolta. Em seguida, das 9h30min às 11h30min, os navios revoltosos atacaram. com xia artilharia e de posições não ideais, os fones da Barra e Augusto A resposta da artilharia das fortalezas não atingia os navios, fora que csuvam do alcance delas. Um projétil

calibre 32 de uma peça *Armstrong*, do *Republica*, atingiu a muralha do forte Augusto. Os estilhaços do impacto feriram o cabo Francisco Nascimento e o soldado Pedro Augusto do Nascimento, do Exército, do 22º Batalhão de Infantaria. Granada caída próximo do forte Augusto feriu, com um estilhaço, o soldado Joio Baltazar, do 2ª Batalhão de Polícia Militar (Jundiaí).

O forte Augusto foi quartel-general da resistência. Ah se encontravam o presidente de São Paulo e o comandante do 4º Distrito Militar. É atribuída ao Dr. Bernardino de Campos esta resposta, ao pedirem que se abaixasse na muralha para proteger-se de uma granada que passou sibilante sobre sua cabeça quando, ereto, acompanhava a situação: "O Estado de São Paulo não se abaixa."

A defesa do forte da Burra esteve a cargo de 189 homens de artilharia e infantaria do Exército (do 20 e 22º Batalhão de Infantaria) A defesa do forte Augusto esteve a cargo da Batem do 2ª Regimento de Artilharia. com apoio dos soldados do 3º Batalhão de Polícia Militar. A fortaleza da Barra foi comandada pelo alferes Covas e o fone Augusto pelo capitão de Artilharia João José Lima. Os revoltosos não se aventuraram no canal defendido pelo Corpo de Bombeiros e por civis, inclusive a *Rivadávia Correia*, ao comando do Tenente-Coronel Silva Teles O 10º Regimento de Cavalaria estava na defesa de Paqu (ponte e a defesa da Alfândega era feita pelo 3º Batalhão de Polícia Militar.

Os navios revoltosos rumaram para o sul. Com apoio das autoridades c do povo, a ilha de Santa Catanna capitulou à Revolta, em 29 de setembro, cm condições generosas. Comandava a guarnição da ilha o Coronel de Infantaria Juldo Serra Martins Ele fez tudo ao seu alcance para defender a ilha. Mas só põde contar com 11 oficiais, entre eles o Tenente Muricy, que imortalizou o episódio, na obra 4 *Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná* (Rio, Bibliex, 1946).

O Coronel Serra Martins foi deixado, pelo *Pallas*, no litoral, em Sepetiba e, depois de justificar-se em Conselho de Guerra, retomou por São Paulo ao Paraná, para ter saliente papel na resistência da Lapa e, após, como comandante da fronteira São Paulo- Paraná, em Itararé. É um bravo esquecido.

Ao invés de tazê-lo na cidade de São Paulo, como era plano da Revolta, o Governa Provisório do Brasil foi estabelecido em Florianópolis (atual). Dali, a Guerra Civil e a Revolta da Armada se irradiaram ao Paraná e passaram a ameaçar São Paulo, chave para a conquista do Rio de Janeiro e a conseqüente deposição do presidente da República, Marechal Flonano. São Pauto continuou a desenvolver as defesas de Santos e dos portos de Ilha tuba, Caraguatatuba. São Sebastião, Iguape e Cananéia e, da fronteira, em Itararé, contra o avanço de federalistas que dela se aproximavam.

## O ATAQUE DA REVOLTA A SÃO SEBASTIÃO

Ficaram operando, no litoral norte de São Pauto, a torpe de ira *Mareílio Dias* e o cruzador-auxiliar *íris*. Eles causaram preocupações a São Pauto, pela possibilidade de. com apoio de simpatizantes da Revolta em São Sebastião.

São Luiz do Paraiprttnga e Taubaté. executarem as ações que se seguem

- interferência nas ligações telegráficas Rio—São Paulo, em Sio Sebastião.
   Caraguatatuba e Ubafuha.
- atuação nas direções Ubatuba—São Luiz do Paraipitinga—Lorena e São Sebastião—Caraguatatuba— Paraibuna— Caçapava, para interromper, com o apoio de simpatizantes da Revolta, a ferrovia Rio— São Paulo, o que isolaria o Rio de Janeiro por terra, porquanto já o fora por mar,
- utilizar os portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como base de apoio aos revoltosos e para ações contra Santos.

Idêntica preocupação existiu em relação aos portos de Iguape e Cananéia, estratégicos para a Revolta e o Governo, por usar o litoral Santos—Paranaguá, a fim de manter contato com o Paraná e nele injetar toda sorte de apoios. Isso aconteceu até 10 de janeiro de 1894, quando o Paraná foi invadido pela Revolta e a Guerra Civil, testando somente receber apoio por Itararé.

A revolta pretendia usar o litoral e os portos de Cananéia e Iguape como via-de- acesso para atacar Santos por terra e mar, em combinação com um ataque terrestre por Itararé, conforme plano do chefe do estado maior de Gumersindo Saraiva, coronel do Exército Jaques Ouriques, o estrategista da invasão do Paraná

Para fazer face gessas possibilidades. o presidente de São Pauto tomou as seguintes providências, guarnecer pontos estratégicos da ferrovia Rio - São Pauto, em especial, as pontes sobre o Rio Paraíba, e guarnecer, com 30 homens de Caçapava e os restantes enviados de São Pauto, a via-de-acesso São Sebastião—Caraguatatuba—Paraibuna. servindo a última de base de apoio no litoral, e de resistência na serra.

• São Sebastião, onde havia muitos simpatizantes à Revolta, pediu, através de sua Câmara, a retirada das tropas, para não atrair represálias dos revoltosos. Não foi atendida pelo presidente de São Paulo.

Decorridos 8 dias do ataque da Revolta a Santos, os revoltosos ocuparam São Sebastião por sete dias (de 28 de setembro a 5 de Outubro de 1893). O telégrafo foi interrompido. As ligações de São Paulo com o litoral norte passaram a ser feitas por Ubatuba e Caraguatatuba, através do quartel-general do Exército, na Praça da República. Foi guarnecida a via-de-acesso Ubatuba—São Luiz de Paraipitinga—Lorena, com forte contingente em São Luiz.

Em 5 de outubro, todos os portos do litoral paulista estavam guarnecidos. O litoral norte estava deféhdido por elementos do 5° Batalhão de Polícia Militar (capital) e mais o Corpo de Bombeiros, todos ao comando do Tenente-Coronel José Carlos Silva Teles. Cornam insistentes boatos, segundo os quais a Revolta desembarcaria, tropas federalistas do Gumersindo Saraiva, em São Sebastião. Boynuganga e Bertioga, para um novo ataque a Santos

Em 5 de outubro, Silva Teles libertou São Sebastião, completamente abandonada pelas autoridades e pela população. Nesse dia, a torpedeira *Matvílio Dias* e o cruzador-auxiliar *íris* despejaram, sobre *São Sebastião*. em dois ataques, cerca de 50 granadas, que causaram estragos em edifícios. Temendo maior envolvimento, Silva Teles retraiu para Giraguatatuba, deixando um pequeno efetivo em São Sebastião. No dia 12 de outubro, recebeu duas peças de artilharia que, em feito épico, desceram a serra. Foram assestadas

em Caraguatatuba, num ângulo de 30 graus e cobrindo um raio de cerca de 3.000m.

Ali, o Tenente-Coronel Teles recebeu a seguinte diretriz do Dr. Bernardino: "Abrir com urgência caminho por terra São Sebastião- Caraguatatuba; guardar a serra de Paraibana; vigiar e armar emboscadas em São Sebastião, assegurando seguro retraimento de lá; guardar o telégrafo e reprimir qualquer tentativa de interrompê-lo; guardar Juriqueriquerê."

No dia 16 de outubro de 1893, foi fuzilado, em Caragualatuba, o soldado Eurico de Oliveira do 4º Batalhão de Polícia Militar (interior) que, após haver-se insubordinado com o alferes Heitor Ouinard, durante uma instrução, saiu de forma e, de modo covarde, deu-lhe um tiro no rosto. Os oficiais da guarnição de Caraguatatuba o condenaram a morte por fuzilamento e assinaram ata a respeito. Foi fuzilado frente a toda a tropa formada. O presidente de São Paulo, ao conhecer o crime do soldado Eurico e as circunstâncias em que foi praticado, enviou telegrama, no dia imediato, onde dizia "Aprovo o que foi resolvido e executado."

Por volta de 13 de novembro, a pressão sobre o litoral norte foi aliviada. Ficaram guarnecendo Caraguatatuba 100 homens O coronel Teles retomou, com o corpo de Bombeiros, para viajar o canal de navegação de Santos A artilharia foi destinada para Itararé.

## A DEFESA DO LITORAL SUL DE SÃO PAULO

A penda da ilha de Santa Catarina pelo Governo, em 29 de setembro de 1893, e o estabelecimento do *Governo Provisório do Brasil* em Florianópolis, para onde se dirigiram contingentes de federaliSTas do Rio Gran de do Sul, que se aproximavam, assim, de São Paulo, determinou a necessidade de defesa da fronteira paulista em Itararé e a defesa dos portos de iguape e Cananéia. Pelo litoral Santos-Paranaguá, a União e o estado de São Paulo introduziram reforços de toda ordem, inicialmente visando a expulsar a Revolta e a Guerra Civil de Santa Catarina Mal sucedido esse objetivo, o caminho litorâneo foi usado, pela União e por São Paulo, para enviar reforços ao Paraná, objetivo de conquista do *Governo Provisório* instalado em Santa Catarina. Conquistado o Paraná, o próximo passo, com apoio no plano do citado estrategista Coronel Jaques Ouriques, era atacar São Paulo, por Santos e Itararé. São Paulo envia, então, reforços ao Paraná e dá apoio aos enviados pela União.

Em 10 de outubro, passou por Santos o General Argolo. para assumir o 5ª Distrito Militar (atual 5ª Região Militar) e comandar a expulsão da Revolta e da Guerra Civil de Santa Catarina Pelo mesmo caminho litorâneo, seguiu o Coronel Serra Martins, que capitulara em Santa Catarina, em 26 de outubro, para assumir saliente papel na defesa da Lapa e o comando da Fronteira de Itararé. Após servir com Argofo, em sua expedição frustrada até Santa Catarina, ele se retiraria para a Lapa, por não ter conseguido os apoios esperados, em um meio de simpatia, ou grande temor. A Revolta e aos federalistas. Pelo litoral passou o Batalhão de Franco Atiradores, de tristíssima memória entre a população do litoral. Por terra, em tempo recorde de viagem

no eixo Tatuí-Itararé-Lapa, chegou, a 26 de novembro, o Coronel Gomes Carneiro, e assumiu o comando das forças que Argolo conseguira reunir na Lapa. Nesse dia, chegara no Recife navios comprados nos EUA, na Inglaterra e na Prússia pelo governo, para formar a *Esquadra Legal*, a fim de combater a Revolta na Armada, que estourara fazia cerca de 80 dias. No sul, a 2ª invasão federalista havia dado início aos cercos de Bagé e do Rio Negro. No último, após 3 dias de resistência, forças do governo, ao comando do Marechal Isidoro Dias Lopes, capitularam sob garantia de vida-acordo que não foi respeitado e que resultou no massa- em, por degola, de cerca de 300 civis que constituíam a cavalaria governista. Foi um ato de triste memória executada por mercenários Uruguaios e argentinos a serviço dos federalistas, ali liderados pelo General honorário Joca Neves. Bagé resistiu ao cerco, feito pelo mesmo general, até 8 de janeiro de 1894, sob a liderança do Coronel Carlos da Silva Teles. O cerco foi levantado à aproximação da Divisão do Sul ao comando do Coronel João Cezar Sampaio, o que veio frustrar a 2ª invasão.

Desde 10 de outubro, havia a idéia de guarnecer a fronteira de São Paulo em Itararé. Havia convicção, no governo da União, de que o 5º Distrito Militar possuía condições de resolver sozinhoa situação e isso foi informado ao presidente de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 1893, o Almirante Custódio de Melo, com o encouraçado Aquidabã e o cruzador-auxiliar Esperança, forcou com sucesso a barra do Rio de Janeiro e rumou para o sul. Esse fato causou enorme alarme no litoral de São Paulo e, em especial, em Santos, embora os revoltosos nunca tenham atuado na região.

Em 7 de dezembro de 1893, o Almirante Saldanha da Gama aderiu à Revolta, emitindo uma proclamação até hoje polêmica, por inquinada de restauradora da Monarquia, circunstância que foi habilmente explorada pelo Governo, com a idéia força de luta pela consolidação da República. Esse fato foi criticado por Lorena.

Com o Aquidabã, a enquadra fora do Rio foi muito reforçada. O imaginário popular multiplicava o seu poder por mil. A Revolta possuía domínio naval absoluto sobre o litoral sul e nada a ameaçava Possuía ampla e total liberdade de atuar.

Em 10 de janeiro de 1894, forças do *Governo Provisório*, seguindo plano de Jaques Ouriques já referido, invadiram o Paraná, por Paranaguá, Tijucas e Lapa, visando a conquistar Curitiba e, por via de consequência, o Paraná. Conquistaram Paranaguá, em 15 de janeiro, fechando o caminho terrestre Santos- Paranaguá – Curitiba, essencial ao Paraná para receber apoios da União e de São Paulo. Tijucas capitulou era condições generosas, em 17 de janeiro. A Lapa resistiria por 26 dias, até 11 de fevereiro de 1894, quando capitulou, após haver tombaio ferido de morte o líder e alma da resistência, o Coronel Antônio Gomes Carneiro. As capitulações de Tijucas e da Lapa ao General Gumersmdo Saraiva se fizeram sob condições generosas, bem ao contrário do que ocorreu em Rio Negro. Ali foram libertados oficiais de São Paulo enviados para a defesa do Paraná, muitos dos quais estão imortalizados no Panteon da Lapa. Em 20 de janeiro de 1894, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o Governo do Paraná, e o exerceram por mais de 100 dias, até sua restauração legal.

A resistência legendária da Lapa por 26 dias, e que teria se prolongado por mais tempo, não fora a morte de seu líder, ganhou estrategicamente precioso tempo para a organização da defesa de itararé, para a defesa do governo no Rio, beneficiado, ainda, durante o cerco, em 26 de janeiro, com o fim do bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, imposto por Esquadra dos EUA sob as ordens do presidente Cleveland, e mais tempo para organização e adestramento da *Esquadra* no Recife, pois, em 22 de janeiro de 1894, no quinto dia de resistência da Lapa, o Almirante Jerônimo Gonçalves assumiu o seu comando, no Recife e, no mesmo dia, zarpou para Salvador.

No litoral sul paulista, Cananéia havia sido guarnecida e o acesso a seu porto dificultado por um cabo de aço. Após recolher todas as embarcações do rio da Ribeira que pudessem ser úteis a Revolta, sua guarnição procurou defender-se em Iguape, inacessível a vapores, ligada a Santos por telégrafo e mais fácil de ser apoiada com refoços vindos da retaguarda. Santos foi mais reforçada, ainda, pela Guarda Nacional e duas peças de 70.

Sem meios navais, o governo usou largamente navios estrangeiros para enviar recursos humanos e bélicos a Santos e, mesmo, a Montevidéu, para onde rumara o Almirante Jerônimo e sua equipe, e mais o futuro Almirante Batista das Neves." entre outros, para guarnecer navios do Brasil, estacionados na capital uruguaia, e que viriam integrar a *Esquadra Legal*. Os revolucionários os usaram também.

Embora sem condições de fazer desembarques no litoral paulista, os navios revoltosos e suas admiráveis guarnições fixaram, no litoral de São Paulo, importantes efetivos, em detrimento da defesa de Itararé, posição da qual se aproximavam com suas possibilidades centuplicadas pela tenda de guerreiros habilíssimos no uso da lança e acostumados a degola de prisioneiros, segundo Isidoro Dias Lopes. Havia muito já chegara à fronteira de São Paulo notícias das centenas de governistas mortos a lança em Cerro do Ouro e por degola em Rio Negro. O imaginário se encarregava do resto. Essa lenda contribuiu muito, no Paraná, para provocar deserções, dificultar o recrutamento e a colaboração da população. Ao contrário, a Guerra Civil, com a euforia fafácil vitória, fez surgir os batalhões patrióticos, de descendentes de estrangeiros, cujo entusiasmo arrefeceu por ocasião da retirada federalista e da ofensiva governista. Não havia consci ência popular das idéias em jogo.

# A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DA PRONTEIRA EM ITARARÉ

Para a defesa de São Paulo na fronteira com o Paraná, de onde partiríam as ações para libertar o Paraná e Santa Catarina da Revolta e da Guerra Civil, fot organizado, progressivamente, um corpo-de-exército, cujo comando passou a ser exercido pelo General Ewerton Quadros, em Itararé, em 28 de março de 1894, quando a sua 1ª Divisão já havia invadido o Paraná e se encontrava, havia 2 dias, em Jaguariaiva. Esse corpo-de-exército, integrado por forças do Exército, Guarda Nacional e Polícia Militar de São Paulo, teve, ao final, a seguinte organização:

• 1ª Divisão comandada pelo Coronel Firmino Pires Ferreira, que se assinalara por atos heróicos no Paraguai;

- 1ª Brigada comandada pelo Coronel Braz Abranches e integrada pelo 20º Batalhão de Infantaria (Goiás, formador do 1º Batalhão de Infantaria em 1938): 39º Batalhão de Infantaria (formador do 15º Batalhão de Infantaria em Curitiba, em 1938); Batalhão Campineiro (Guarda Nacional de Campinas, SP) e Batalhão Frei Caneca (Guarda Nacional de São Paulo);
- 2ª Brigada —comandada pelo Coronel João da Silva Braga (PMSP) e integrada pelo 1º Batalhão da Polícia Militar (capital), 2º (Jundaí) e 3º (Santos), além do Batalhão Silva Telles (da Guarda Nacional de São Paulo):
  - 2ª Divisão comandada pelo Coronel Manoel Eufrazio Santos Dias;
- 3ª Brigada comandada pelo Coronel José Maria Marinho da Silva e integrada pelo 9º Batalhão de Infantaria (Bahia, formador de Organizações Militares de Infantaria em Florianópolis e Joinville); 37º Batalhão de Infantaria (São Paulo, formador do 11º Regimento de Infantaria, São João del Rey); 1º Regimento de Cavalaria (Rio, atual Dragões da Independência de Brasília); Batalhões Francisco Glicério e Operário (da Guarda Nacional de São Paulo);
- 4ª Brigada comandada pelo Coronel José Delgado Dias de Carvalho e integrada pelo 1º Batalhão de Artilharia de Posição (duas peças); 15º Batalhão de Infantaria e 2º Regimento de Cavalaria (da Guarda Nacional de São Paulo).

Eram do Exército o comandante do Corpo-de Exército, das divisões e das 1º e 3º brigadas. Os da 2ª e 4ª brigadas, presume-se, eram da Polícia Militar de São Paulo.

Forneceram contingentes de guardas nacionais para a defesa da fronteira as seguintes localidades paulistas, além da capital Amparo, Campinas, Caçapava, Jundiaí, Mococa, Mogi Mirim, Porto Feliz, São José dos Campos e Sorocaba, que vigiou a serra próxima a Iguape.

Para o apoio logístico de Itararé, foi estabelecido, desde Tatuí, fim da ferrovia, um comboio de mais de 1 500 mulas e carroções. A linha telegráfica chegou a Itararé, vinda de Tatuí, em 5 de fevereiro de 1894, 20º dia da rexistência da Lapa. Itararé ficou ligada ao Palácio do Governo, no Rio. Ainda a 2 de fevereiro, chegaram a Santos, destinados a defesa de Itararé e invasão do Paraná, 5 mil carabinas *MannUcher* e 4 milhões de cartuchos, adquiridos por São Paulo, através do ministro Pleniputenciáno em Buenos Aires. Dr. Francisco Assis Brasil que, em 1923. lideraria a Revolução do Rio Grande

Em 13 de fevereiro, segundo dia da capitulação da Lapa, chegou a Itararé o ajudante-de-ordens do Coronel Gomes Carneiro, em busca de socorro, tendo declarado "calcular 3 000 federalistas no Paraná, mal armados e com pouca munição, em especial de Artilharia; que 500 homens seriam suficientes para romper o cerco da Lapa, que o Coronel Gomei Carneini esperava resistir mau 18 dias, ou 44 no total, até receber socorro de São Paulo, de Xanxerí ou da divisão gaúcha da norte, de Pinheiro Machado".

Essa comunicação não correspondia a realidade, a julgar por depoimento do mais tarde marechal Isidoro Dias Lopes, que liderou a Revolução de 1924 em São Paulo e que, como federalisla, acompanhava Gumersindo Saraiva, "os federalistas e a Revolta possuíam cerca de 6.000 homens e muita anilharia; que eles se haviam fortalecido com armas, munições e homens capitulados em Florianópolis. Paranaguá, Tijucas, Lapa e que haviam encontrada

abandonados, em Curitiba, na pressa da retirada do General Pego Junior".

Dia 16 de fevereiro de 1894, chegou em Itararé a notícia da capitulação da Lapa, ocorrida cinco dias antes, fornecida pelo Coronel Telemaco Borba, federabsta, o qual informou "que todos os defensores haviam morrido, os federalistas estariam em Castro, em 18, e em seguida, em Jaguariaiva e itararé".

A notícia exagerada alvoroçou toda São Paulo. Gumersindo Saraiva e seus tanoeiros estavam prestes a invadir a cidade, pois o Governo conhecia o plano da Revolta e da Guerra Civil pelo qual, a partir do Paraná, em ataques combinados, por mar e terra, conquistariam São Paulo capital. Essa pressão sobre Itararé perdurou por cerca de um mês, até os federalistas conhecerem a capitulação da Revolta no Rio, em 12 de março de 1894. Sobre Santos, perdurou até por ah passar com destino ao sul, em 8 de abril de 1894, a *Esquadra Legal*, o que tomou possível a liberação de maiores meios para a fronteira em Itararé, em apoio a 1ª Divisão, que marchava em direção a Curitiba.

### O DESENVOLVIMENTO DA DEFESA DE ITARARÉ

Em 17 de janeiro de 1894, início do cerco da Lapa, Itararé era guarnecido com 500 homens da Guarda Nacional, tendo recebido 15 oficiais do Exército. Em 20 de janeiro, a Revolta e a Guerra Civil assumiram o governo do Paraná. Somente a Lapa resistia, dando tempo para fortalecer Itararé Em 26 de janeiro, o efetivo da Lapa subiu para 860 homens, carentes de armas e munições. Teve início a construção do telégrafo Tarai Itararé, pelo Capitão Ximenes Vílleroy, do Exército, que espalhou a avaliação alarmista de que "Itararé seria atacada por 8000 mil federalistas e que não resistiria, 5 minutos" — apreciação que teve seu lado positivo, no sentido que fosse dada maior atenção à defesa de Itararé e da fronteira adjacente. O presidente de São Paulo telegrafou ao Presidente da República: "Comunico que concentrarei em Itararé um corpo-de-exército e solicito oficial competente para comandá-lo. Estão impedidos o Coronel Inocêncio Ferraz, por ser o comandante da Polícia Militar, e o Coronel José Jardim, por comandar o 4ª Distrito Militar, em Santos, cuja defesa não pode deixar. Ofereci o comando ao General Pego Junior, que abandonara o Paraná, e ele recusou o oferecimento, seguindo para o Rio e deixando as forças que o acompanharam em Itapetininga "

Em 1º de fevereiro 1894, 14º dia de resistência da Lapa, itararé conheceu a capitulação generosa de Tijucas, inclusive de Tropas retiradas de Itararé. Nesse dia, assumiu o comando da fronteira o Coronel Braz Abranches, do Exército, herói do Paraguai, reforçando a posição com o 20º Batalhão de Infantaria (Goiás), o 1º Batalhão de Polícia Militar, o Batalhão Operário e um contingente de Jundiaí, ambos da Guarda Nacional. Em 2 de fevereiro, chegaram em Santos armas e munições adquiridas na Argentina para o corpode-exército, dia em que o General Pego Junior passou em São Paulo. No Rio. o general respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado a morte Não foi executado, segundo o historiador Ari valdo Pontes, por interferência dos alunos da Escola Militar, que o admiravam?

Em 12 de fevereiro, dia seguinte à capitulação generosa da Lapa, toda a fronteira São Paulo—Paraná estava bem guarnecida (Itararé, Rio Verde.

Ribeira e Paranapanema) e já dispunha de novo comandante, o Coronel Firmino Pires Ferreira, do Exército, herói de Guerra no Paraguai e natural do Piauí. Ele dispunha de 2.000 homens do Exército, da Polícia Militar e da Guarda Nacional.

Segundo o mais tarde Marechal Isidoro Dias Lopes, que lutou como federalista no Paraná, seus companheiros desperdiçaram cerca de um mês em bailes e fotos em Curitiba, ao invés de darem curso à marcha em direção a Itararé, marcha que não seria fácil e rápida, tal o volume do problema logístico que iriam enfrentar, longe que estavam de um porto e num itinerário que não contava com a ferrovia que. de Ponta Grossa, dirigia-se a Itararé — trecho que a divisão do Coronel Firmino. com todo o apoio logístico oficial, levou mais de um mês para percorrer. A artilharia federalista seria um grande trambolho num caminho assim.

Em 24 de fevereiro de 1894, 13º dia da capitulação da Lapa, a fronteira Paraná São Paulo, com o seu centro de gravidade em Itararé, estava guarnecida por 3 000 homens. Nesse dia, foi promulgada a Constituição de São Paulo. Informes chegados a Itararé diziam existir, em Jaguariaiva, força federalista de 200 homens, "em maioria ar geniinos e uruguaios armados de lanças e outras armas extravagantes". Havia um temor generalizado, em Itararé, de que a cavalaria federalista, precedida de uma fama que ora centuplicada pela lenda, pudesse envolver, cercar e isolar Itararé, aproveitando diversas passagens.

Em 27 de fevereiro de 1894, o capitão federalista Luiz Pinto Peretra apresentou-se, como desertor, e declarou a existência de um plano em curso para conquistar a cidade de São Paulo, numa manobra combinada Itararé—São Paulo e Paranaguá—Santos, por terra e por mar, e, daí, por terra até São Paulo. Esse plano existiu e era da lavra de laques Ouriques.

Em 1º de março de 1894. a *Esquadra Legal*, guarnecida metade por brasileiros e metade por marinheiros estrangeiros contra lados nos EUA, deixou Salvador rumo ao Rio. A guarnição brasileira era integrada por marinheiros que não aderiram à Revolta e alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha. Em São Paulo, 1.200 homens estavam sendo preparados para seguir para Itararé. A fronteira estava bem guarnecida. Só lhe faltava cavalaria, para ações de cobertura e de arrebanhamento de gado nas fazendas ao sul no Paraná. Postos avançados, no Paraná, mantinham a vigilância.

Em 11 de março de 1894, a Revolta capitulou no Rio, Saldanha da Gama e seus marinheiros foram acolhidos a bordo de navios de guerra portugueses, que os transportaram para o Uruguai, onde se evadiram em grande número, antes de serem levados para Portugal. O acolhimento provocou o rompimento das relações Brasil—Portugal Nesse dia, chegou informe em Itararé de que o coronel federalista Juca Tigre, forte de 1000 homens, se aproximava de Itararé, e que, à sua retaquarda, vinha Gumersindo Saraiva.

A capitulação da Revolta no Rio. conhecida no Paraná pelos federalistas, foi o ponto de inflexão, da ofensiva sobre São Paulo, para a retirada para o Rio Grande. Coube expressivo papel, na capitulação da Revolta, à presença no Rio da *Esquadra Legal* do Almirante Jerônimo Gonçalves. 17 apelidada por Gaspar Silveira Martins, de "Esquadra de Papelão", tal como Pinheiro Machado apeli-

dara os federalistas de "maragatos", e Júlio de Castilhos a junta que o depusera do governo de "Governicho", todos apelidos com grande força irônica e que passaram à História.

Era grande a expectativa, em Santos e Itararé, de um ataque. O Coronel Firmino declinou de passar à ofensiva, por dispor de informe que podena comprometer sua retaguarda sem a devida cobertura, e que dava conta de "haver chegado em Jaguariaiva 3.000 federalistas, com 10 peças de artilharia e 200 cavalarianos, ao comando do coronel federalista, dos quadros do Exército, Antonio Carlos da Silva Piragybe, de Infantaria". De fato, Piragybe enviou uma proclamação a Itararé, e depois se retirou, viajando para o Uruguai, em 22 de março, tendo se incompatibilizado em Castro.

Por essa época, face à capitulação da Revolta no Rio, os federalistas se reuniram em Ponta Grossa e, à luz da realidade estratégica, decidiram que "face à inevitável capitulação da Esquadra de Fora, da Almirante Custódio, à Esquadra Legal, do Almirante Jerônimo Gonçalves, os federalistas ficariam sem apoio naval para prosseguir Decidiam então retomar ao Rio Grande do Sul divididos em 3 colunas".

## A OFENSIVA DO GOVERNO NO PARANÁ E SANTA CATARINA

Em 21 de março, o Coronel Firmino deu início à ofensiva, com a 1ª Divisão. Avançou na Ribeira, Rio Verde. Paranapanema e Itararé. Nessa localidade, deixou duas peças guarnecidas por 500 homens, um contingente de Infantaria e os doentes. Nesse dia, era nomeado comandante do Corpo-de-Exército em Operações no Paraná e 5º Distrito Militar, o General-de-Brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Acompanhava as tropas do Coronel Firmino, para reassumir o governo do Paraná, o Dr. Vicente Machado, que não se cansava de exaltar e agradecer o apoio recebido de São Paulo e de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos.

Em 26 de março de 1894, o Coronel Firmino entrou em Jaguariaiva e encontrou os federalistas em franca retirada. Dois dias após, o General Ewerton chegou a Itararé para implementar a organização da 2ª Divitâncta estratégica da resistência da luipa e da *Esquadra legal* para acelerar o *término* da Revolta e da Guerra Civil no Paraná e Santa Catarina, bem como da defesa da fronteira de Sto PauloParaná em Itararé.

Em 6 de maio de 1894, a vanguarda da 1º Divisão. do Coronel Firmino. entrou em Curitiba, levando o Dr. Vicente Machado, que foi reempossado no governo do Paraná. Ordem- do-dia do corpo-de-exército, do General Ewerton Quadros, declarou Santa Catarina e Paraná libertados da Guerra Civil e da Revolta na Armada Em 9 de maio, o 2º Batalhão de Polícia Militar da 2º Brigada foi mandado retomar a Paranaguá e passou a guarnecer Marretes, Antonina e Restinga Seca.

A participação de São Paulo aqui descrita, sob a liderança de seu presidente, Dr. Bernardino de Campos, foi relevante para a libertação do Paraná. Este agradecimento do governador do Paraná resume o que afirma-

mos: "...ao benemérito patriota (Dr. Bernardino de Campos) que preside os destinos de São Paulo e a quem o Paraná e o seu governo legal devem os mais assinalados serviços... Dr. Vicente Machado."

Em 26 de maio de 1894, no km 65 da ferrovia Curitiba-Paraná foram fuzilados, sumariamente, o barão de Serro Azul e 5 dos seus companheiros — epílogo lamentável, à espera de um julgamento sereno pelo inbunal da História.

## A CONSOLIDAÇÃO DA RETOMADA DO PARANÁ

Em 7 de abril de 1894, Gumersindo Saraiva encontrava-se em Ponta Grossa a concluir a ordem-do-dia nº 6 que emitiu. Nesse de Castro, que ocupou em 13 de abril. Em 12 de abril, o Almirante Custódio havia sido repelido da cidade de Rio Grande e o Almirante Jerônimo Gonçalves estava chegando, com a *Esquadra Legal*, em Santos, a caminho de Florianópolis. Por essa época, em 10 de abril, ocorreu o massacre do Boi Prelo, em Palmeiras das Missões. Cerca de 300 federai isras foram mortos por forças do Coronel Firmmo de Paula, como vingança expressa do massacre do Rio Negro, ocqrrido em 28 de novembro de 1893.

Na ordem-do-dia citada, reproduzida por VILALBA. E (Rev. Fed do ROS, Rio, Laemmert, 1897. doc. 133, pág. 252), Gumersindo declarou, entre outras afirmações:

- que assumira o governo do Paraná importante chefe paulista, o Dr José Antônio Ferreira Braga, que já fora presidente do Pará;
- que o Almirante Custódio estava forçando a barra do Rio Grande com 4.000 homens, para conquistar aquele porto e, a *seguir*, Pelotas e Porto Alegre, de acordo com os chefes federalistas Joca Tavares Salgado. Prestes Guimarães, Marcelino Pina, Rafael Cabeda, Silveira Martins e tantos outros, para depor Júlio de Castilhos da presidência do Rio Grande do Sul;
- que iria concentrar seu Exército em Ponta Grossa, espalhado que se encontrava, pelo Paraná e Santa Catarina, da seguinte forma: uma brigada na fronteira, frente a Itararé, com Telemaco Borba e P. Pinto; outra no Assunguy. com Jocelyn Borba. Teixeira Freitas e Abranches: o forte do Exército em Ponta Grossa, com Torquato Severo e outros chefes; a guarnição de Curitiba, ao comando de Cesário Saraiva e do Amaral e a Artilharia ao comando do Coronel Colônia, outra brigada em Paranaguá, com Paim, Leoni e Cavalcanti; outra em Rio Negro, com Felício, Figueiras e Fragoso; uma divisão em Guarapuava, com Juca Tigre, e outra em Chopim, com seu irmão Aparício Saraiva, que teria, mais tarde, grande projeção no Uruguai.

Gumersindo, ao se referir a seus comandantes subordinados, usou largamente os adjetivos: denodado, valente, intrépido, ilustre, audaz,

destemido, mvencível — este só para seu irmão Aparício. Aqui talvez residisse um dos segredos de sua enorme liderança. É uma lição de História.

Prosseguindo em suas considerações Gumersindo assinala:

- que depois de "2 meses de descanso do seu invencível Exército, recomeçaria as operações de guerra", que seriam dirigidas contra a coluna Coronel Firmino, que se lançaria a partir de Itararé, a qual estava reservado o mesmo destino das de Paranaguá, Ambrósios (Tijucas) e Lapa o Coronel Firmino já estava próximo de Castro, com cerca de 17 dias de marcha, desde Itararé;
- repelida a coluna do Coronel Firmino, chegaremos à fronteira de São Paulo, onde adotaremos os seguintes comportamentos alternativos:
  - "se São Paulo pegar em armas contra o governo federal em seu território, eu não ultrapassarei a fronteira";
  - "se São Paulo pegar em armas contra o governo eu irei auxiliá-lo com todo o meu Exército e, juntos, libertaremos os de mais Estados";
  - "caso São Paulo não pegue em armas contra o governo, a minha consciência diz que devo proclamara independência do Paraná, de Santa Catarina e, do Rio Grande do Sul".

E termina, entre outros brados, com um "viva o Paraná independente!"

O Coronel firmino, antes de lançar-se para o sul com a 1ª Divisão, emitiu uma proclamação às suas tropas (VILALBA. op. cit.. doc, 132, pág. 251), na qual diz que nunca deixaria de ver, com a maior angústia e pesar, que os que se encontravam nas fileiras federalistas eram nossos irmãos, por serem filhos da mesma pátria E apela às suas tropas, em maioria de São Paulo nos seguintes termos: "E a vós paulistas, invocando o vosso glorioso passado na formação da pátria brasileira e os vossos assinalados serviços na obra de fundação da República. A vós, particularmente, eu peço a contribuição indispensável de vossa energia e de vossa coragem para pedir-lhes que este solo tão belo, tão rico e tão fértil, não venha a ser esterilizado pelas pegadas dos invasores."

Cerca de seis dias antes de dar inicio à contra-ofensiva para libmar o Paraná, o Coronel Firmino havia recebido uma proclamação do Coronel Piragybe, intitulado comandante do 1º Corpo-de-Exército Nacional Provisório, com seu QG em Jaguariai va (segundo VILALBA. *op. cit.,* doc. 130, pág 248). onde, entre outras considerações, enfatizava que:

- as divisões gaúchas do centro (Aithur Oscar ) e do norte (General Lima e Pinheiro Machado) haviam sido batidas em Santa Cata, ma e haviam "fugido" para o Rio Grande do Sul,
- o Coronel Gomes Carneiro sucumbira na Lapa e suas tropas, numerando 800 homens, haviam capitulado e entregaram 6 peças de Artilharia;

- o Coronel Eugênio Melo capitulara em Paranaguá, com cerca de 1.000 homens e 10 peças de Artilharia;
- o General Pego Junior e o governador do Paraná, Dr. Vicente Machado. "se evadiram" de Curitiba, deixando abandonadas 4 peças de Artilharia. 800 armas diversas, muitas espadas, lanças e fardas;
- à vista desse quadro adverso às tropas do governo em Itararé, seria inútil elas prosseguirem para o Paraná.

Decorridos sete dias, Piragybe deixou o comando dessa frente e tomou um navio estrangeiro com destino a Montevidéu, em 22 de março de 1894. Segundo Isidoro Dias Lopes testemunhou, ao chegar a notícia da capitulação da Revolta na Esquadra, no Rio, o imaginário popular espalhou essa notícia que alarmou suas tropas, ao ponto de acreditarem que a *Esquadra Legal* que se aproximava do sul, "possuía canhões automáticos capazes de acertar na lua". A proclamação de Piragybe, em parte verdadeira no tocante à bemsucedida invasão do Paraná, no que se refere às divisões gaúchas do centro e do norte situavam-se num quadro de Guerra Psicológica, que produzia efeitos negativos, pois não se dispunha, como hoje, de um sistema de informações em campanha, com metodologia para separar informações de informes e boatos.

Ao invés de ofensiva, os federahstas se retiraram do Paraná em três colunas, com junção prevista em Campos Novos, o que somente duas conseguiram, sendo que a de Juca Tigre teve de internar-se na Argentina. O 1° Batalhão da Polícia Militar da 2º Brigada perseguiu-os até Rio Negro A 1ª Brigada, do Coronel Braz Abranches, saiu ao encalço de Juca Tigre, guiado por Telemaco Borba, tendo ocomdo o combate de Passo Iguaçu, onde se destacou o Batalhão Frei Caneca, paulista A 3ª Brigada do Coronel José Mana Mannho, natural de Pelotas, com o 1º Regimento de Cavalana (atual Dragões, de Brasília), aluou na perseguição até o Rio Grande do Sul. Um destacamento dessa brigada, ao comando do Tenente-Coronel Emídio Dantas Barreto (37ª Batalhão de infantaria, 2º Batalhão de Polícia Militar e um piquete de Cavalana), fizeram o rescaldo nos vales do Iguaçu, Negro, Putinga e Timbó, a pnxura de líderes federalistas, do Coronel Amazonas, líder meontestr em União da Vitória, e do governador federal ista do Paraná, Dr. Braga. Esse contingente operou em Nonoaí e o 2º Batalhão de Polícia Militar chegou até Cruz Alta (RS), cidade fundada por paranaenses, de Castro, ou "birivas" curitibanos, como Atanagildo Pinto Martins, que exercera grande influência no planalto médio do Rio Grande do Sul — Cruz Alta. Passo Fundo. Soledade. Carazinho. Espumoso, Santa Bárbara — conforme o demonstra Roseiy Vellozo Roderian em Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (Curitiba. IGHA Paranaense, 1992), livro que ciemons tra que os gaúchos federahstas, no Paraná, se sentiam meio em casa. O 37º Batalhão de Infantaria por muitos anos guarneceu o Paraná. O 2º Batalhão de Polícia Militar foi a última tropa paulista a retomar ao seu Estado, o que ocorreu em 14 de janeiro de 1895, quando, fazia cerca de 65 dias, havia sido fundado o Instituto Htstónco e Geográfico de São Paulo (1º de novembro de 1894).

Grande parte do que foi preservado da memória da epopéia ora resgatada, e deve a um sargento integrante do 2º Batalhão de Polícia Militar, mais tarde

assinalado historiador e comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel Pedro Dias de Cans, filho de Araçoiaba, através de obra que não tem sido explorada, por raríssima, nos estudos sobre a Revolta na Armada e a Guerra Civil aqui focalizadas. A obra reflete o pensamento de Bernardino de Campos (CAMPOS, Pedro Dias, Tenente-Coronel, PMSP), A Revolta de Seis de Setembro — Ação de São Paulo (Paris,—Lisboa, Ailaud Alves, 1913), que usamos para dela tirar-se cópia, como contribuição ao Congresso do Centenário da Revolução Foderalista (Curitiba-PR, maio 1994) previsto na Constituição Estadual A Secretaria de Cultura tirou a cópia. Sobre o autor e citador, escreveu o General Paula Cidade em suas Memórias, após com ele conviver na cidade de São Paulo, no combate a Revolução de 1924: "Era um homem moreno, de pequena estatura, tipo militar japonês, dados os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu haveria de admirar nele um dos exemplares mais completos de soldado com que me tenho defrontado" (A Defesa Nacional n° 709, setembro/outubro de 1983).

Pedro de Campos foi coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo e um dos maiores comandantes dessa força, além de historiador militar brasileiro notável, conceito que a obra citada esquecida reforça.

Os federalistas de Gumersindo Saraiva, ao chegarem até Jaguariaiva e após se retirarem, percorrendo cerca de 2.500 km em sua grande marcha, escreveram uma página épica na História Militar do povo brasileiro, cujos sacrifícios e privações estão imortalizados na obra da testemunha Ângelo Dourado, *Voluntários do Martírio* (Pelotas, Livraria Americana, 1896 — reedição *fac-similar*, em 1977, por Martins Livreiro). Em sua marcha, não deixaram a mácula de massacres como o de Rio Negro.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos

# OPERAÇÕES DA AVIAÇAO DO EXÉRCITO EM RESENDE, NA REVOLUÇÃO DE 1932

Cláudio Moreira Bento\*

Matéria extraída de comunicação proferida no XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba.

A Revolução de 1932 durou noventa e cinco dias - de 9 de julho a 3 de outubro. Resende, na maior parte desse movimento revolucionário, o de maior expressão até hoje, foi o centro de gravidade das operações terrestres e aéreas que contra ele se desenvolveram em todo o Brasil. Sediou, então, o quartel-general (QG) do Destacamento Exército do Leste, na Estação Ferroviária, em um comboio ferroviário, ao comando do General Pedro Aurélio Goes Monteiro, que havia sido, também, o comandante militar da Revolução de 1930. Agora dirigia as operações na principal frente, a do Vale do Paraíba, apoiado pelo grosso do Grupo de Aviação do Exército, o único existente, co-

mandado pelo Major Eduardo Gomes, herói dos 18 do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922), quando ainda era tenente de Artilharia.

De 28 de julho a 6 de outubro, o atual Campo de Parada da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi o campo de aviação base do Destacamento Resende do Grupo de Aviação que aí instalou seu QG, transferindo-o, a seguir, para Resende.

Eduardo Gomes atuou como observador em vôos de ligação das tropas do Vale do Paraíba com as de Minas Gerais, da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI). Inclusive, tomou parte no bombardeio do campo de pouso de Guará em 23 de agosto, e de um pouso noturno em campo iluminado, façanha digna de registro na época, durante a noite de 14 de agosto, tendo como piloto o legendário Tenente Mello.

A mudança do Grupo para Resende em reforço ao Destacamento foi motivada por terem ficado provadas as inconveniências de atuar a partir dos Afonsos, no Rio, devido a enorme distância dos objetivos e por ter, na ida e na volta, de enfrentar a travessia da Serra do Mar, com problemas de condições meteorológicas adversas que abortavam operações, além de grande desgaste dos motores.

O Destacamento Resende instalou-se em Resende no 18º dia da Revolução, iniciando a ampliação e melhoria da pista, derrubando mangueiras do Horto Florestal, então administrado pela ferrovia Central do Brasil.

Atuaram, com base em Resende, como comandantes do Destacamento os seguintes oficiais da Arma Aviação do Exército, que havia sido criada em 1927: 1ºs tenentes Joelmir C. Araripe de Macedo, José Cândido da Silva Muricy Filho, e Capitão Henrique Dyott Fontenele, que ampliou o campo de pouso ao custo de árvores importantes do Horto. Alertado por um resendense de que eram essências raras, assim consolou o reclamante, segundo nos contou e mais tarde Brigadeiro Lavenère-Wanderley (àquele tempo citado como Vanderlei): "Fique tranqüilo, se estas árvores eram raras, ficarão mais raras ainda

Foram pioneiros do Destacamento, além do Tenente Araripe, os tenentes Nelson Lavenère-Wanderley, e Júlio Américo dos Reis. Também atuaram em Resende os tenentes José Sampaio Macedo, João Adil de Oliveira, Waldemiro A. Montezuma, Benjamin Manuel Amarante, Homero Souto de Oliveira, Joaquim Tavares Libânio, Antônio Lemos Cunha, José Vicente Faria Lima, Anizio Botelho e Geraldo Aquino que, destacado no Campo de Marte, em São Paulo, conseguiu escapar de ser preso, evadindo-se. Atingindo o Rio em 15 de julho, foi enviado para Resende, não tendo a mesma sorte sua os outros oficiais lá destacados, inclusive o tenente Montenegro.

Estiveram eventualmente operando em Resende os gaúchos Rui Presser Bello, Nero Moura e outros, na fase final, como França, Capitão Alves Seco, etc.

Durante os 70 dias em que o Destacamento atuou a partir de Resende, foi a fração governista mais atuante na primeira e única Batalha Aérea travada no Brasil, realizando operações aéreas pioneiras, como se verá. Nesse período, executou 665 missões de combate, em 1.043 horas, além de 255 vôos de treinamento. Consumiu 85.200 litros de gasolina, lançou 2.476 bombas, tirou

847 fotos aéreas, e consumiu 21.900 cartuchos de metralhadoras.

Seu esforço operacional concentrou-se, em agosto, sobre formações revolucionárias em São José do Barreiro, Morro Frio, Areias, Silveiras, Cachoeira Paulista, Vila Queimada e Pedreiras, e sobre o trem blindado revolucionário.

Em 13 de agosto, o Destacamento Resende recebeu o primeiro caça Niuport Delage, pilotado pelo "Melo Maluco".

E foi nesse dia 13, pela madrugada, entre 01h30 e 03h00, que um audaz e ousado avião revolucionário, partindo de Lorena, depois de sobrevoar o Campo de Pouso de Resende e o QG do Destacamento do Exército do Leste, lançou 3 bombas em campos da orla resendense, só para efeito psicológico sobre a tropa e o povo. Constituindo-se no 1º bombardeio noturno na América do Sul, causou enorme temor e sensação entre os resendenses que, no dia seguinte, fizeram romaria aos locais de impactos.

Em resposta, ao amanhecer, partiu de Resende uma esquadrilha que bombardeou o campo de pouso em Lorena, mas não impediu que aviões revolucionários o evacuassem, ilesos, e fossem para São Paulo, contando com o ousado feito do dia anterior.

Na noite de 14 de agosto, a população de Resende passou por outro susto, ao divisar, à noite, aviões iluminados sobrevoando a cidade. Acreditavam ser um bombardeio mais efetivo que o da madrugada anterior, até que souberam, no outro dia, do que se tratava. Eram aviões Moth govenistas testando o equipamento de iluminação de campanha do campo de pouso (farol e grupo eletrogêneo). O primeiro vôo-teste foi pilotado pelo Ten Mello ("Mello Maluco") tendo como observador o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo de Aviação e, o segundo, o capitão Fontenele, então comandante do Destacamento. A crônica e a memória local registram o susto que levaram os resendenses pensando tratar-se de outro bombardeio aéreo, mas, agora para valer!

Pouco depois o campo de Resende passou a ter cobertura antiaérea com metralhadoras recebidas.

Em 22 de agosto, o espaço aéreo entre Resende e Queluz teria testemunhado o primeiro combate aéreo registrado no Brasil, entre dois aviões governistas, pilotados pelos tenentes Lavenère-Wanderley e Muricy, contra dois aviões revolucionários. Depois de se enfrentarem com metralhadoras, os revolucionários tomaram a iniciativa de romper o contato, por distantes de sua base. Os governistas eram um Potez de observação e bombardeio, e um Waco com metralhadora, pilotado pelo Tenente Lavenère, que socorreu o Tenente Muricy atacado por um caça Niuport Delage e um Waco. Consideramos este, salvo melhor juízo, o primeiro combate aéreo no Brasil, pois houve reação recíproca, ao contrário do ataque sofrido pelo Potez 25 TOE A-117 na tarde de 8 de agosto, na região de Buri, por três aviões governistas. Sem reação, atingido seu radiador, conseguiu aterrar em território sob controle governista sem danos pessoais, mas com perda total do equipamento. E considerado o primeiro avião abatido na América do Sul em operação aérea. Foi uma perseguição sem reação, face a superioridade revolucionária liderada pelo mais tarde Brigadeiro Lysias Rodrigues, nosso primeiro mestre em Geopolítica do

Brasil, com a obra **Geopolítica do Brasil** para Iniciantes, uma legenda na aviação dos Gaviões de Penacho, apelido dos pilotos revolucionários.

No dia 23 de setembro, o Pelotão de Bombardeio, com 5 aviões, do Destacamento Resende bombardeou, pela manhã e pela tarde, o campo de Guaratinguetá (no Hipódromo) sendo que, no último, foi atingido e destruído no solo o Potez TOE, dos revolucionários. Foram pilotos os Tenentes Macedo, Lavenère-Wanderley, Muricy, Melo e Araripe. O último, à tarde, conduziu, como observador, o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo Misto de Aviação, com quartel-general em Resende. Esse pelotão bombardeou, pela terceira vez, o campo de Guará, no Hipódromo, em 24 de agosto.

Em 25 de agosto, o Destacamento Resende recebeu 4 Waco CSO (que se popularizam como "vermelhinhos") adquiridos nos EUA, sendo um deles pilotado pelo Tenente Nero Moura, 12 anos mais tarde comandante do 1º Grupo de Caça (o Senta Pua), na Itália, ministro da Aeronáutica e atual patrono da Aviação de Caça da FAB. Vinham equipados com metralhadoras e portabombas, com capacidade de bombardeio picado. Com esse avião ele tomou parte no bombardeio de Lavrinhas, em 29 de agosto. Em 30 de agosto, foi constituído o Destacamento de Aviação de Pouso Alegre-MG subordinado ao Grupo Misto de Aviação, sendo destacados, de Resende para lá, os tenentes Araripe (chefe), Júlio e Nero Moura.

No início de setembro, o Major Eduardo Gomes fez ligações Resende-Pouso Alegre de coordenação dos destacamentos Resende e Pouso Alegre que apoiava a 4ª DI de Juiz de Fora, no Vale do Paraíba mineiro. Foi piloto o Tenente Lavenère- Wanderley. Hoje são patronos da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN) e ambos foram ministros da Aeronáutica. O último, historiador da FAB, tem obra prefaciada pelo primeiro, a qual mencionamos nas fontes consultadas.

Privamos com o Brigadeiro Lavenère nos IGHMB e IGHB, do qual guardamos excelente recordação. Lembro que em tom de brincadeira o convidamos para uma palestra no Arquivo Histórico do Exército, que dirigíamos, dizendo-lhe: "Confrade, o Arquivo Histórico do Exército está necessitando de apoio aéreo E ele prometeu comparecer, pois tinha grande orgulho de sua origem como artilheiro do Exército. Nesse ínterim, ocorreu sua internação urgente em São Paulo, onde veio a falecer. Não esqueceu-se ele de, nesse momento, encarregar um familiar de telefonar-me desculpando-se de não poder comparecer. Deixou muita saudade entre seus confrades historiadores, que lembram o carinho e devoção pela História da Aeronáutica, que ajudara a fazer, com modéstia incrível, encobrindo sua participação destacada.

Em 8 de setembro, mais três Waco CSO reforçaram o *Destacamento Resende* e tomaram parte no apoio aéreo às conquistas de Silveiras e das de Pinheiros e Cruzeiro, em 13 de setembro, e da de Cachoeira Paulista, em 14 do mesmo mês.

Em 16 de setembro, o Destacamento Resende recebeu mais três Waco CSO de reconhecimento, equipados com dispositivos fotográficos e rádio, Em 17 de setembro, recebeu mais três e passou a usar Cruzeiro como campo de pouso avançado. Em 20 de setembro, o campo de pouso de Lorena passou a

ser usado como campo avançado do de Resende. Em 20 de setembro, dois do Destacamento de Pouso Alegre foram queimados no solo por bombardeio da aviação revolucionária, sendo seus pilotos os Tenentes França e Guilherme. Em 21 de setembro, aviões do Destacamento de Aviação de Resende bombardearam os campos de pouso revolucionários de Guará e Taubaté, hoje sede do Comando de Aviação do Exército. No dia 23, o piloto Capitão Alves Seco, Tendo como observador o tenente Amarante, bombardearam o campo de Guará, com o Waco CSO 18.

De 23 a 26 de setembro, têm lugar diversos vôos de ligação do campo de Resende com seu campo avançado em Lorena, sendo que. em 25 desse mês, o tenente Mello, partindo de Lorena, realizou um reconhecimento aéreo noturno das posições revolucionárias em Guará. Em 26 de setembro, ocorrendo o bombardeio de Aparecida, a partir do campo avançado de Lorena, em avião Waco 19 pilotado pelo tenente Lampert, tendo como observador o Tenente Montezuma e ataques a Guará - Aparecida, a bomba e com reconhecimento, pelos Waco 14 e 19, dos tenentes Loiola e Amarante, em horários diferentes e reconhecimento fotográfico pelo Tenente Araripe (futuro Ministro da Aeronáutica) com o Waco 21, tendo como observador o Tenente Balloussier. O Waco 18, pilotado pelo Tenente Lampert executou uma missão de regulação de tiro de Artilharia. O dia 27 foi movimentado. Aviões partem de Resende e executam missões de reconhecimento armado sobre Guaratinguetá e Aparecida e aterram nos campos avançados de Cruzeiro e Lorena. São cerca de 14 missões de reconhecimento e bombardeio.

Nesse dia caiu na decolagem, por perda de força, um Moth pilotado pelo Tenente Rui Presser Belo, tendo como observador o Coronel Alzir.

O avião ficou inutilizado. O Coronel Alzir, pilotando outro Moth, decolou de Resende com destino ao Campo dos Afonsos, tendo como observador o Capitão Aroldo. Em virtude do mau tempo, o Moth se chocou com a Serra de Itaguaí, com perda total do equipamento, perecendo o observador, Tenente Aroldo, e ficando gravemente ferido o Coronel Alzir.

No dia seguinte, decolaram de Resende 6 Waco e 1 Moth para localizar o Moth sinistrado, do qual não se possuíam informações em Resende.

Ainda nesse dia, decolaram, do campo avançado de Lorena, 6 aviões para reconhecimentos com ataques a bomba sobre alvos em Guará-Aparecida, consumindo-se 30 bombas de 25 libras, segundo Diário de Campanha.

Em 29, correu a notícia do início das negociações para a cessação das hostilidades. Nesse dia, tem lugar quatro missões de reconhecimento, inclusive foto, e 11 vôos de treinamento. Dia 30, intensificam-se reconhecimentos com ataques a bomba sobre alvos em Aparecida e Guará. Foram realizadas 31 missões. O Major Eduardo Gomes, no Waco 19, pilotado pelo tenente Lavenère-Wanderley, coordenou as atividades dos destacamentos Resende e Pouso Alegre, fazendo o vôo de ligação Pouso Alegre-Cachambu-Cruzeiro-Resende. Em 1º de setembro, desenvolvem-se negociações de paz. Intensificam-se vôos de reconhecimento sobre a concentração revolucionária em Guará. No dia 2 de setembro, conhecida a cessação das hostilidades, o Destacamento de Aviação de Resende acompanha o movimento de evacuação das forças revolucionárias, sendo realizadas 8 missões nessa tarefa.

Dia 3 de setembro, foram suspensas as hostilidades e só houve um vôo de

reconhecimento sobre os eixos de retirada para prevenir congestionamentos.

No dia 6 de setembro, os aviões do Destacamento Resende começaram a se retirar para o Campo dos Afonsos só permanecendo três, para uma emergência.

No dia 11 de setembro, pousaram no campo de Resende dois aviões Curtiss Falcon apreendidos dos revolucionários, o que causou sensação entre curiosos civis e militares de Resende, que fizeram romaria ao campo de pouso.

Um acidente antecedeu a chegada do Destacamento em Resende. O Potez TOE A 216 pilotado pelo Tenente Faria Lima, ao aterrar com os tenentes Anízio e Aquino, quebrou o trem de pouso ao entrar numa vala, tendo de ser levado, para o Rio de trem. Foi em 27 de julho. Em 5 de julho um Waco, pilotado pelo Tenente Botelho, tendo como observador o Tenente Balloussier, ao aterrar, capotou. Chegava de um reconhecimento de Areias, Queluz e Morro Frio. Ficou indisponível.

Em 9 de agosto, um Potez, pilotado pelo Tenente Araripe, tendo como observador o Tenente Montezuma, foi atingido por balas revolucionárias, em Silveiras.

Em 19 de agosto, um Moth pilotado pelo Tenente Amarante, tendo como observador o Tenente Muricy quebrou o trem de pouso contra um barranco ao aterrar.

O Diário de Campanha do Destacamento Resende do Grupo de Aviação do Exército, da Diretoria de Aviação, assinalou: "A organização da Aviação Militar (do Exército) era a mais precária que se possa imaginar ao estourar a Revolução de 32". E, prossegue: "falta de recursos pessoais e materiais e de organização principalmente".

Ao final da revolução, foi reconhecida a ação da Aviação Militar, que manteve a superioridade aérea na Frente do Vale do Paraíba, sem nenhuma perda humana ou material em combate, nos seguintes termos, em documento oficial:

"...A Aviação Militar se lançou galhardamente para a frente e, com verdadeira elegância, soube sofrer, lutar e vencer..." Para esta útil atuação não prendeu- se à teoria, idealizada para recursos que não logrou reunir. Aceitou as situações como elas se apresentaram, resolveu-as com os recursos existentes e dentro das circunstâncias ambientais em que se desenvolveram. Assim, terminou a campanha gozando a confiança das armas irmãs. E o resultado obtido não foi sem sacrifícios..."

### **FONTES CONSULTADAS**

BENTO, Cláudio Moreira, Cel., Uma História Militar do Vale do Paraíba.
Redonda, 1996. (Conferência XIII Simpósio História do Vale do Paraíba).
Resende: Cenário do único combate aéreo no Brasil. O Ponte Velh
Resende, jun/1996.
. Resende: alvo do 1º bombardeio aéreo noturno na América do Sul. O Pon

**Velha**. Resende, ago/1996. (Focaliza bombardeio de Resende na madrugada de 13 de agosto de 1932 por um avião revolucionário.)

BOPP, Itamar. **Resende 1848-1948**. São Paulo, 1975, pp. 248-256 (Revolução 1932).

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. História Geral da Aeronáutica Brasileira. (Revolução 1932). Rio, INCAER, 1990. pp. 339-363.

Diário de Campanha do Destacamento de Aviação de Resende do Grupo de Aviação da Diretoria de Aviação do Exército em 1932. (Arquivo INCAER).

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. Ten-Brig Ar. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio, MA, 1975. 2ª ed. (Revolução de 1932).

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos

# INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO PELO DUQUE DE CAXIAS

Em 20 de fevereiro de 1827 teve lugar, próximo da atual cidade de Rosário do Sul, a maior batalha campal travada no Brasil. Nela se enfrentaram forças terrestres do Brasil com forças terrestres argentinas e orientais e cujo resultado foi indeciso, para uns, derrota brasileira, para outros, ou vitória, para outros tantos.

Em 28 de agosto de 1854, decorridos 27 anos da batalha, o então Marquês de Caxias, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 11 de maio de 1847 respondeu a questionário de 9 quesitos que lhe dirigira o secretário do IHGB, Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

Caxias, recém egresso da vitoriosa campanha contra os ditadores Oribe e Rosas (1851-52)respondeu o questionário com apoio em dados que colhera in loco, onde acampara por mais de 4 vezes, e em depoimentos de vários oficiais brasileiros, argentinos e uruguaios que participaram da batalha. Eis a síntese de como interpretou a batalha:

"Os brasileiros dispunham de 5.007 homens (Cavalaria 2.731, Infantaria 2.036 e Artilharia 240). Os argentinos e orientais de 10.557 (Cavalaria 8.379, Infantaria 1.538 e Artilharia 600). Não participaram da batalha 1.720 brasileiros, que fariam subir o efetivo brasileiro na batalha para 6.627, caso tivessem combatido.

O movimento inimigo retrocedendo através do passo do Rosário foi estratégico. Podería ter sido previsto e não o foi, por não ter sido levado em conta que um exercito invasor e superior não poderia fugir à perseguição de um inferior numericamente enem abandonar as posições que ocupara sem ter conquistado o fim a que viera.

O campo em que o General Alvear esperou as tropas brasileiras que marchavam às cegas e sem ter informações seguras sobre o inimigo, pôde por

ele ser escolhido, e nele se exercitou por 2 ou 3 dias, segundo ouvi de oficiais argentinos e uruguaios, inclusive do General Eugênio Garzon, que interroguei. Os brasileiros, surpreendidos, tiveram de aceitara batalha no terreno para onde foram atraídos. A posição do inimigo, de antemão escolhida, forçosamente deveria ser muito mais favorável do que a deixada para os brasileiros.

Mas, em abono a verdade, não foi a posição favorável ao inimigo que lhe favoreceu na batalha. Se os brasileiros logo que tivessem reconhecido o inimigo mudassem a frente à direita, mais para cima, teriam anulado essa vantagem de posição, obrigando o inimigo a manobrar para combatê-lo e, logo a seguir, impedi-lo de adotar nova linha de batalha.

A surpresa impediu a reflexão. E tudo foi confusão ao se avistar o inimigo onde ele não era esperado. O terreno ocupado pelo inimigo era mais próprio à Cavalaria do que à Infantaria e dominava o terreno ocupado pelos brasileiros, sendo assim mais favorável a sua Artilharia, superior a nossa, quantitativa e qualitativamente.

Havia, entre os Exércitos, uma sanga sem água e que era um fosso enxuto que só dava passagem à Cavalaria em poucos lugares. E qualquer dos exércitos que a atravessasse à vista do outro teria a dupla desvantagem de desfilar dominado pelas vistas e fogos do outro ataque, e na retirada, em caso de insucesso.

O nosso general, não levando em conta as vantagens do inimigo, em efetivo e posição, ordenou o ataque. Adotou a Ofensiva quando julgo deveria ter adotado a Defensiva, esperando o inimigo na posição que os brasileiros foram obrigados a ocupar, compelindo o inimigo a atacar as tropas brasileiras e, assim, deixar a posição que vantajosamente ocupava.

As formações dos dois exércitos foram sempre paralelas. Aí tentativas de flanqueamento só foram feitas com vantagem pelo inimigo. Pois, no início da batalha, conseguiram tomar-nos as bagagens e as munições de reserva, só escapando as cavalhadas que seus encarregados, sem ordens e por iniciativa, as conduziram para São Gabriel. As duas divisões de Infantaria brasileiras permaneceram nas posições e só as deixaram mediante ordens.

A batalha durou 11 horas mais ou menos e, durante esse tempo, as unidades sustentaram as posições que lhes foram designadas pelo general. A retirada foi competentemente ordenada pelo General-em-Chefe e muito bem aconselhada na falta de reservas; a de munições, tomadas no início da batalha; a de cavalhadas, evacuadas para São Gabriel, eade tropas, que haviam sido engajadas na batalha, se encontravam exaustas.

A ausência de 1.200 homens da melhor Cavalaria, ao mando do Coronel Bento Manoel Ribeiro, destacada com o fim de observar o inimigo e com ordem de se reunir ao Exército, logo que ouvisse os primeiros tiros, o que não cumpriu, não obstante ter ouvido os estrondos da Artilharia inimiga. E, antes, retirou-se para mais longe supondo o nosso Exército perdido.

E opinião geral de todos os oficiais práticos da natureza da guerra que se faz nos campos do Sul de que os brasileiros não deveriam ter perseguido o inimigo que se retirava da frente do nosso. Não pelo receio de combater, por ser ele superior em forças, mas por estratagema.

A distância de Coronel Bento Manuel, quando teve início a batalha, não passava de 6 léguas castelhanas. As baixas brasileiras foram mais de 200 e as

argentinas e orientais mais de 1.000.

Fez bem o Marquês de Barbacena em ordenar a retirada em direção a São Sepé, em razão de os brasileiros estarem faltos de munição logo no início da batalha, a Cavalaria quase inutilizada, depois de 11 horas de batalha, e no mesmo estado os muares da nossa Artilharia. Seria impossível ao Marquês de Barbacena tentar outra vez a sorte das armas enquanto não pudesse se refazer de munições e cavalhadas.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

#### O USO MILITAR DE JANGADAS NO BRASIL - UM EXEMPLO

De 1763 a 1777, a posse do Rio Grande do Sul foi disputada pelas armas entre Portugal e Espanha. Os espanhóis o invadiram a partir de Buenos Aires, em 1763, pelo litoral e, em 1773-1774, pela campanha, chegando a controlar cerca de 2/3 de seu atual território, com suas bases em Rio Grande, Santa Tecla (próximo a Bagé) e São Martinho (próximo a Santa Maria), chave do acesso aos Sete Povos das Missões.

Em 1774, Portugal decidiu desfechar uma contra-ofensiva para recuperar o Rio Grande, tendo organizado o poderoso Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Bõhn, contratado por Portugal para liderar a empresa, e mobilizando recursos de toda a ordem em Portugal, no Brasil e em Angola. O Exército foi concentrado em São José do Norte tendo, como base logística, Porto Alegre e efetivos em Rio Pardo, para atuar na campanha à base de guerrilhas, na condução da guerra à gaúcha.

E primeiro expulsou os espanhóis de São Martinho, em 31 de outubro de 1775, de Santa Tecla, no início de 1776, e reconquistou a Vila de Rio Grande (1º de abril de 1776) que havia 13 anos estava em poder de Espanha.

Para o sucesso dessa feliz empresa foram usadas, no transporte das três vagas de assalto à margem sul do sangradoúro da Lagoa dos Patos, 13 jangadas, construídas com madeira especial enviada de Pernambuco, por um sargento e 7 soldados pernambucanos do Regimento de Henriques que quarnecia a ilha de Santa Catarina.

Os detalhes dessa operação pouco conhecida foi feita na obra *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774- 1776* (Rio, BIBLIEX. 1996), com apoio nas memórias e cartas ao Vice-Rei do Tenente-General Bõhn, as quais revelamos pela primeira vez, no todo e em português, depois de traduzidas do francês pelo Coronel Nei Paulo Pannizzutti e anotadas com 260 notas e vários outros complementos, inclusive respondendo a quesitos formulados pelo Estado-Maior do Exército para pesquisas em seu proveito.

A presença de jangadas foi assim resumida na Memória de Bõhn:

...Em 5 de janeiro de 1776, recebi de Pernambuco várias suniacas com madeiras de Pernambuco para a construção de jangadas. Pedi a

pernambucano aqui residente que construísse uma, o que ele fez pequena sem responsabilizar-se por sua eficiência. Ela movimentou-se bem a remos e a vela, apezar de haver provocado risos na tropa por seu aspecto (...) Pedi ao governador de Santa Catarina que me enviasse soldados de Pernambuco ali destacados e que soubessem fabricá-las, operá-las e carregá-las. Em 26 de janeiro de 1776, ele enviou um sargento e 7 soldados capazes, que logo iniciaram a construí-las com madeira mais porosa e leve do que a cortiça, só conhecida em Pernambuco, já acontecendo de algumas terem chegado até a Bahia (...) Essas jangadas têm calado ínfimo e aqui andam muito depressa. Mandei construir 4 na Fronteira Norte (São José do Norte atual) e 4 no Lagamar (enseada fora da barra onde aportavam navios portugueses sem interferência inimiga). Comecei a exercitar os soldados a manejá-las e a nelas confiar quanto a sua segurança...

Seu plano era usá-las no assalto a fortes espanhóis na margem sul. Assim Bõhn escreveu ao Vice-Rei em 10 de março de 1776:

...O rei possui agora aqui barcos muito apropiados para navegar (no Sangradoúro da Lagoa dos Patos). As jangadas são o que há de melhor para atravessar e transportar pessoas e tem acesso a todos os locais, em razão da pouca profundidade das margens do sangradouro. Quando mandei construira primeira a tropa riu a socapa. Logo a seguir, aplaudiram o seu desempenho operacional...

Na madrugada de 1º de abril de 1776, elas transportaram, com sucesso, em dois escalões de ataque com 200 granadeiros cada, as duas primeiras vagas de assalto, sendo a do ataque principal guiada pelo Tenente de Dragões e Ajudante-de-Ordens de Bohn, nascido em Rio Grande — Manoel Marques de Souza, atual denominação histórica da 9ª Brigada Motorizada, com quartel-general em Pelotas. Granadeiros do atual Batalhão Sampaio encarregaram-se do ataque secundário.

Em carta de 8 de setembro de 1776 ao Vice-Rei Marquês do Lavradio, Bõhn escreveu:

...A opinião de V Excia. sobre o uso militar das jangadas é tão justo que sem elas eu teria tido dificuldades de atravessar o Sangradouro (de São José do Norte atual a Rio Grande). Ficaria encantado de receber mais madeira para fabricá-las...

A Revista Militar Brasileira, atual Revista do Exército (janeiro/junho de 1976, p. 26) publicou uma gravura da época focalizando uma dessas jangadas, em artigo de Abeillard Barreto.

Este é mais um eloqüente exemplo da criatividade militar luso-brasileira e da sua singular contribuição para o sucesso da grande operação anfíbia conjunta, Exército e Esquadra, que reconquistaram a Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, definindo assim, pelas armas, o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, confirmado pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Hoje os que andam de jangada a vela sobre trilhos, atração turística no molhe sul da barra do Rio Grande, longe estarão de imaginar que treze delas foram importantes para transpor, de São José do Norte para o lado da cidade de Rio Grande, as tropas luso- brasileiras que a reconquistaram aos espanhóis, em 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, nome primitivo da cidade de Pelotas que reverencia aquela feliz reconquista.

#### Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

#### AS GUERRAS HOLANDESAS 1624 - 1654

Matéria evocativa do 350º aniversário da vitória luso-brasileira na Primeira Batalha dos Montes Guararapes.

Se a união das Coroas Ibéricas, de 1580 a 1640, atraiu para o Brasil tradicionais inimigos da Espanha, possibilitou também a sua expansão territorial além do meridiano das Tor- desilhas, por bandeirantes paulistas e pelo Capitão Pedro Teixeira, em nome do Rei comum às duas Coroas.

Essa expansão ocorreu quase que ao mesmo tempo histórico das lutas para expulsar os franceses do Maranhão, os ingleses, irlandeses e holandeses do estuário e do baixo Amazonas e dos holandeses do Nordeste, onde atuaram de 1624 a 1654.

A disputa comercial e religiosa (catolicismo espanhol x calvinismo holandês) terminou envolvendo o Brasil depois dessa união.

Para invadir o Brasil, colônia portuguesa sob a Coroa espanhola, a Holanda organizou a Companhia das índias Ocidentais e forneceu- lhe navios, tropas e dinheiro. Coube a essa companhia invadir o Nordeste do Brasil por duas vezes. A primeira, na Bahia, em 1624, e a segunda, em Pernambuco, em 1630.

As invasões deram lugar às Guerras Holandesas ou Guerra dos Trinta Anos do Brasil, extensão da Guerra dos Trinta Anos na Europa (1618-1648).

A maior riqueza do Nordeste do Brasil da época era a cana-de-açúcar, que encontrava ambiente ideal de cultivo nos terrenos de massapê, e próximos ao litoral, e que vinha assegurando excelentes lucros a Portugal e a Espanha.

O Nordeste estava despreparado militarmente para fazer frente a uma invasão potente e planejada. Somente os portos do Recife e Salvador possuíam condições satisfatórias para repelir ações de corso, mas não de esquadras.

Podem ser considerados quatro os períodos dessa guerra: invasão e recuperação da Bahia, 1624-1625; invasão e conquista de Pernambuco, 1630-1636; governo do Príncipe Maurício de Nassau, 1637-1644; Insurreição e Restauração Pernambucana, 1645-1654.

## INVASÃO DA BAHIA 1º PERÍODO

No dia oito de maio de 1624, surgiu poderosa e ameaçadora esquadra da Holanda frente a Salvador.

Compunha-se de vinte e seis navios armados com quinhentos canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação. Era uma fração expressiva de um dos mais famosos exércitos da época. O Almirante Jacob Willekens comandava essa potente força militar.

No dia 9, os holandeses atacaram e nossas fortalezas responderam.

O invasor, com um plano detalhado das fortificações, procurou evitar ser atingido. Usando 16 embarcações, fixou as defesas de Salvador, para as quais atraiu as reservas da cidade.

Enquanto as fortalezas duelavam com a esquadra inimiga, 5 navios, que os holandeses haviam deixado fora da barra, aproximaram- se do Forte de Santo Antônio e desembarcaram na praia, sem reação. Era uma força de 1.500 homens, aproximadamente.

Sem deter a avalanche de invasão tão bem planejada e contra a qual era inútil resistir, a guarnição e a população abandonaram Salvador, durante a noite, rumo ao interior. No dia seguinte, os holandeses, por terra e mar, desfecharam o ataque sobre a cidade abandonada.

Constatando o exôdo, o invasor penetrou em Salvador, saqueando a cidade e aprisionando o Governador- Geral, que não abandonara seu posto.

A sede do Governo-Geral do Brasil caiu em mãos estrangeiras.

Próximo, (uma légua), das muralhas de Salvador, os baianos levantaram o Arraial do Rio Vermelho. Daí por diante esse arraial, em combinação com um sistema de emboscadas ou guerrilhas, tornou-se obstáculo à ex- panção da invasão para oeste.

Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerras nativas brasileiras, organizaram-se as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor.

Surgiu, assim, no Brasil, um novo tipo de guerra, a guerra brasílica, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus, com uma doutrina militar local genuína.

Em pouco tempo, as emboscadas cercaram por completo Salvador, levando a morte e a destrução a todo o inimigo que deixasse as muralhas, na tentativa de buscar suprimentos para a manutenção da conquista.

Tombaram mortos sob a ação de emboscadas, sucessivamente, o Governador holandês Van Dorth e seu sucessor, o Coronel Alberto Shouten, comandante da força terrestre.

O êxito das emboscadas e o pavor de que foi tomado o invasor fizeram aumentar a confiança, a audácia e a determinação dos defensores, no sentido de expulsá-lo.

O testemunho do Padre Antônio Vieira, então vivendo na Bahia, dá conta do heroísmo e dos sacrifícios da gente baiana para libertar a terra invadida:

Passaram noites e dias sem dormir e descansar, viviam e dormiam sem um teto, alimentavam-se precariamente de farinha, padeceram por vezes seguidas, frio, fome e sede, além de estarem faltos de munição que foi conseguida com o próprio inimigo, através das emboscadas.

A única coisa abundante entre os luso-brasileiros foi o ânimo para a luta, além do grande desejo de libertar a Bahia.

Destacaram-se, sobremaneira, na reação, índios flecheiros das aldeias baianas, valiosos instrumentos ofensivos, nos períodos agudos de carência de munição.

Com freqüência, formações compactas holandesas viram cair sob seus peitos, de surpresa, nuvens de setas que lhes causaram muitas mortes e ferimentos. Os inimigos mais ousados, ao prepararem : arcabuz para revidar o

cjúm ao solo, com peito varado por flechas.

Verificaram, por fim, que a Companhia das índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica. Não percebera a alma do povo, preocupada que estava com lumes fáceis e altos dividendos, resultando tudo na feliz expressão de Luís Delgado, *um confronto de uma alma um negócio, em que a alma sairia vitoriosa.* Era dar tempo ao tempo. Era preciso completar o cerco de Salvador com o bloqueio marítimo.

E logo, esquadrilhas improvisadas, de canoas e inchas armadas, singravam a baía e concretizavam o isolamento do invasor por mar. Dificultaram-lhe assim de embarcar em outros pontos do Recôncavo para buscar recursos de sobrevivência.

O sítio de Salvador tornou-se cada vez mais rigoroso.

No interior da muralha foram encurralados mais de 1.400 luso-brasileiros, cerca de 2.800 inimigos, dos quais 1.600 soldados, 700 mercenários de diversas nacionalidades e 500 escravos armados.

No dia 29 de março de 1624, fundeou, próximo à Ponta do Padrão, poderosa esquadra luso-espanhola, sob **o** comando de D. Fradique de Toledo. Era composta de 52 navios de guerra e cerca de 12.000 homens, entre soldados e marinheiros, dos quais 4.000, aproximadamente, eram portugueses. Havia perto de 1.200 bocas de fogo.

Mais significativo ainda foi o reforço à resistência baiana por um contingente de brancos e índios trazidos do Rio de Janeiro, via marítima, por Salvador Corrêa de Sá e Benevides e, de Pernambuco, por Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Continuava a tradição de solidariedade e apoio mútuo das diferentes partes do Brasil nascente, em prol da integridade territorial e cultural católica do País.

Salvador foi submetida a rigoroso cerco, que se foi apertando aos poucos, até que o invasor, cedendo terreno, abandonou os Fortes e buscou proteção nas muralhas da cidade.

A partir de 6 de abril de 1625, a luta tomou-se cada vez mais intensa e, segundo Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular, durante vinte e três dias não se passou um quarto de hora, de dia e de noite, sem que se ouvisse o estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte.

O invasor capitulou, perante a evidência da inutilidade de reação, no dia 30 do mesmo mês de abril.

Entregou Salvador com todos os seus valores, além do armamento e munições, navios, escravos, e libertou os prisioneiros. Em contrapartida, foi-lhe permitido retomar à Holanda com a roupa, suprimentos para três meses, armas e munições para a defesa na viagem. Os oficiais conservaram as espadas.

A ls de maio de 1625, D. Fadrique de Toledo, à frente de bravos luso-brasileiros da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e das poderosas tropas trazidas da Espanha, entrou triunfalmente em Salvador, antes que a dominação holandesa completasse um ano.

## INVASÃO DE PERNAMBUCO 2º PERÍODO

O corsário holandês Peter Heyn capturou, nas Antilhas, a Frota de Prata, da

Espanha, equivalente a mais que o dobro do capital inicial da Companhia das índias Ocidentais. Isso animou-o a realização de mais uma invasão do Brasil.

Escolheram Pernambuco, próspera capitania hereditária e não real, menos defendida do que a Bahia, mais próxima da Europa e do litoral africano.

Além disso, existia o porto de Recife, base naval natural excelente, capaz de abrigar e proteger enorme esquadra de ataque.

Baseados em Recife, acreditavam dominar e manter o Brasil com poucos gastos, arruinar a navegação luso-espanhola na costa e se apossar, através de ações de corso, de fabulosas riquezas transportadas da América do Sul para a Europa, por Espanha e Portugal.

Com poucos gastos, poderia Recife tornar-se inexpugnável contra investidas vindas de terra, desde que mantivessem em seu poder o controle do acesso marítimo.

Tal apreciação estratégica foi válida, pois essa base naval e terrestre resistiría durante 24 anos, até que os holandeses perdessem a supremacia naval na área para a Inglaterra.

Assim, em Pernambuco procuraram não o açúcar, mas uma base naval e terrestre inexpugnável por terra, o Recife, protegida por dois enormes fossos naturais, os rios Capibaribe e Beberibe. Essa é a real visão da escolha de Pernambuco, no estratégico Saliente Nordestino.

Assim, em Pernambuco procuraram não o açúcar, mas uma base naval e terrestre inexpugnável por terra, o Recife, protegida por dois enormes fossos naturais, os rios Capibaribe e Beberibe. Essa é a real visão da escolha de Pernambuco, no estratégico Saliente Nordestino.

O povo Pernambucano não era dado a tratados de "mútua amizade e aliança" com o dominador pois, após um século de colonização portuguesa, jápossuía acendrado amor à terra e aos seus símbolos. A grande maioria do povo pernambucano já comungava do ideal luso- espanhol a dilatação da fé e do império.

O Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, ao saber da pretendida invasão fez tudo ao seu alcance para transformar Recife e Olinda em fortes praças de guerra.

#### A Conquista de Recife e Olinda

No dia 15 de fevereiro de 1630, apresentou-se ameaçadora, frente a Recife, a poderosa esquadra holandesa ao comando do Almirante Hendrick Loncq. Compunha-se de 50 navios, com total de 7.000 homens.

Enquanto a maior parte da esquadra duelava com os defensores de Recife, 16 navios com 3.000 homens velejaram para o norte, sob o comando do Coronel Waerdenburg. Desembar caram tranqüilamente, sem nenhuma reação, na desguarnecida praia de Pau Amarelo.

No dia 16 de fevereiro, pela manhã, o invasor iniciou a progressão rumo a Olinda com três regimentos. A resistência em Olinda foi feroz, mas desigual. Recife foi atacado, em 20 de fevereiro e o Forte São Jorge reagiu bravamente, sob a liderança de Antônio Lima. O inimigo atacou o Forte São Jorge em Is de março. Para esmagá- lo e seus bravos defensores, concentra uma tempestade de granadas, lançadas de canhões do mar e de terra. Os pernambucanos não desanimaram, redobraram em coragem e firmeza, repelindo todos os ataques

durante um dia. A 2 de março, após algumas horas de bombardeio, Antônio Lima constatou que se haviam desmoronado as muralhas do Forte e desmontados os canhões, com grande número demortos e feridos entre seus bravos, em função do fogo inimigo. Rendeu-se assim o Forte de São Jorge diante da esmagadora superioridade bélica inimiga. Porém mostrou ao Coronel Waerdenburg, conforme ele escreveu à Holanda, que os soldados desta terra são vivos e impetuosos e não são de nenhum modo cordeiros, e não, como julgara antes, fáceis de serem atraídos a mútua amizade e aliança.

Após s rendição do Forte de São Jorge os holandeses, esperando ansiosamente a rendição de numerosa guarnição, ficaram surpreendidos e desconcertados, quando viram sair das ruínas, altivo, o bravo Antônio Lima acompanhado de meia dúzia de sobreviventes.

Recife foi ocupada a 3 de março de 1630, após quinze dias de resistência memorável e comovente. Mas os pernambucanos não renunciaram à luta. Matias de Albuquerque proclamou para toda a capitania a disposição de lutar até a morte.

Reunindo todos os bravos solidários com a sua atitude, em local onde se uniam muitos dos caminhos que de Olinda a Recife demandavam o interior, estabeleceu em curto prazo o Arraial do Bom Jesus. Forte construído ,om sólidos baluartes e bem protegido por formidáveis trincheiras e fossos, resistiría, impávido, durante cinco anos, às arremetidas e à ânsia de conquista do invasor.

O sistema defensivo foi completado com o estabelecimento de um anel de cerco em torno de Recife e Olinda, constituído de estâncias, para evitar que o inimigo saísse impunemente de Recife para abastecer-se de água e lenha.

Esse conjunto fazia parte, ao mesmo tempo, do sistema de defesa do interior pernambucano a da linha de bloqueio terrestre de Olinda e Recife.

Era uma solução brasileira estratégica, inteligente e criativa para o problema militar, e uma manifestação de doutrina militar terrestre genuína ou brasílica.

Os holandeses se fortificaram. Construiram os Fortes do Brum e das Cinco Pontas, até hoje existentes. Tal trabalho de fortificações não foi calmo e tranqüilo. Os luso- brasileiros organizaram emboscadas e, a toda a hora do dia e da noite, desfecharam ousados e mortíferos golpes- de-mão contra o inimigo. Ao invasor não foi permitido andar despreocupado, mesmo em seus domínios. A morte rondava seus passos, quando se aventurava sair das fortificações. A ligação terrestre Olinda-Recife transformou-se em estrada fatal para os holandeses.

Em consequência, plantados na terra, dela nada usufruíam para a subsistência e manutenção da conquista.

Sua alimentação tornou-se dependente da Europa ou de alguma expedição corsária sobre o litoral. A terra e os filhos de Pernambuco negavam tudo ao invasor, tornando-lhe a vida um inferno.

Nas estâncias de cerco de Recife e Olinda, os defensores revesavam-se na enxada e no arcabuz, plantavam e lutavam.

Segundo Lopes Santiago o mantimento era escasso, sucedendo, muitas vezes, os soldados não terem uma espiga de milho para a ração.

O invasor era reforçado continuamente. Até o final de 1630, chegaram a

Pernambuco 3.500 homens.

Para os defensores, nada foi enviado da Metrópole, em um ano e meio.

No início de 1631, fundeou em Recife a esquadra de Adrian Jansen Pater, composta de 16 navios e cerca de 1.000 homens. A 13 de julho, aportou em Salvador a esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Antônio de Oquendo, constituída de 32 navios com 2.000 homens.

Em 12 de setembro, as duas esquadras se enfrentaram em Abre Olhos (Abrolhos), resultando em vitória espanhola. Ela possibilitou ao Arraial do Bom Jesus (Velho) ser reforçado com tropas do Príncipe de Bagnuoli.

Golpes-de-mão mais audazes foram desferidos contra o inimigo, que passou a temer o duplo ataque por terra e por mar. Tratou então de abondonar Olinda e fortificar-se ainda mais em Recife. Antes do abandono de Olinda, propuseram entregá- la mediante pesado resgate, caso contrário, a arrasariam.

Matias de Albuquerque, o primeiro brasileiro a ser general de Portugal, assim respondeu:

Os pernambucanos, com armas na mão, não compram, conquistam. Sabem dar cargas de balas de mosquete e não de caixas de açúcar. Com os inimigos a quem falta a fé são instáveis os contratos que firma o sangue, e de nenhuma firmeza os que afiança a palavra. Queimai Olinda, se a não podeis guardar, que nos saberemos edificar outra melhor.

E concluía que desejava deixar na lembrança de Pernambuco, por todos os tempos futuros, os triunfos da capitania e o castigo que sofreria o invasor.

No dia 25 de novembro de 1631, os bravos heróis da resistência, com lágrimas nos olhos e a revolta na alma, viram ser consumida pelas chamas a bela, rica e majestosa capital de Pernambuco, fruto de quase um século de trabalhos árduos e sacrifícios ingentes.

A soldadesca batava estava desiludida com essa maneira de guerrear que consumia vidas, roubava tempo e poucos resultados apresentava.

Quando o desanimo começou a lavrar entre eles, desertou para suas fileiras e passou a auxiliá-los o pernambucano Domingos Fernandes Calabar. Sua deserção mudou o curso da guerra. Hábil e astuto nas emboscadas, passou a guiar o inimigo desvendando-lhe os segredos da terra que lhe servira de berço. Ensinou-lhe a guerra brasílica.

E teve lugar a campanha expansionista da conquista.

Durante essa vitoriosa campanha expansionista, destacou-se a brava resistência no Rio Formoso, um Forte comandado por Pedro Albuquerque, que dispunha de 20 homens.

Intimados à rendição, responderam que lutariam até o último alento de vida.

Na quarta investida, o inimigo penetrou na fortificação e encontrou os corpos dos seus 20 bravos defensores, que cumpriram com honra e glória o juramento que fizeram, num protesto contra a invasão, Pedro de Albuquerque, ferido, entre eles.

O chefe Von Schkoppe comoveu-se com a bravura e heroísmo daqueles homens e apontou o belo exemplo a seus soldados. Ao ver Pedro de Albuquerque caído, mas com a espada empunhada, um combatente holandês correu para tomar-lhe a espada

Von Schkoppe, ao perceber, gritou: Alto! Não se toma a espada gloriosa de

*um herói.* Pedro de Albuquerque foi socorrido e tratado com grande respeito. Concederam-lhe liberdade, sob palavra, até partir para Lisboa.

Que grande diferença de atitude, a do pernambucano Calabar, guiando o inimigo sobre o Rio Formoso e a da legendária e heróica reação do bravo pernambucano e seus 20 heróicos soldados do Rio Formoso!

O valente defensor morreu como Governador do Maranhão. Seus restos en contram-se em Belém do Pará, na Igreja N. S. do Carmo.

A 24 de março de 1633, guiados ainda por Calabar, 1.200 holandeses atacaram, de surpresa, o Arraial do Bom Jesus. Luís Barbalho e outros bravos capitães contra-atacaram, fora do Forte, com tremenda violência. Repeliram a tentativa, ocasionando pesadas baixas. O próprio governador holandês, ferido mortalmente, faleceu logo após.

A guerra alcançou estágio bárbaro e desumano. Foi celebrado um acordo para coibir a selvageria. Proibiram-se a queima de templos, a fortificação de igrejas, a destruição de imagens, o tiro com armas de cano raiado, balas envenenadas e mastigadas, ofensas a prisioneiros e a execução de padres, crianças e mulheres.

E a expansão holandesa se acelerou. Em 12 de dezembro, capitulou o Forte dos Três Reis Magos e ficou a Paraíba entre fogos cruzados. Mas os luso-brasileiros se faziam presentes onde o inimigo tentasse um desembarque.

Devia-se isto à excelente posição estratégica do Arraial de Bom Jesus (Velho) onde se concentrava o esforço defensivo dos pernambucanos, combinado com excelente rede de espionagem, no Recife. Assim que Matias de Albuquerque descobria a saída da esquadra holandesa para determinado ponto do litoral, enviava reforços do Arraial para o ponto ameaçado, os quais chegavam juntos com os navios do invasor.

Na noite de 1º de março de 1634, desferiu ousado golpe-de-mão sobre Recife o célebre Capitão Martim Soares Moreno. Era o que se denominaria, hoje, uma operação de comando. Ele visava a incendiar a povoação e a destruir suprimentos. Com 500 homens, atacou o porto em pontos diferentes. A incursão espalhou morte, confusão e terror entre defensores, por atingir o interior do recinto fortificado.

Após o período de resistência épica, disputa furiosa e o cerco de um mês, em 8 de abril de 1635 o Arraial de Bom Jesus (Velho) capitulou.

Cumprira com o dever, como quartel-general da resistência ao invasor, por 5 anos, quando seus defensores escreveram página imortal com muito sangue, vidas, fome, renúncias, heroísmo e sacrifícios. Nele, a alma vigorosa do povo, catalizada pelo ideal de defesa da terra e da fé católica, reuniram-se para um longo, sofrido, imortal e épico protesto contra a invasão da terra brasileira.

Renderam-se com dignidade, esgotadas a alimentação e a munição, e perdidas as esperanças de receberem qualquer auxílio. Não há na longa história de Guerra Holandesa símbolo mais significativo do espírito de resistência. Por isso, as ruínas existentes no atual Recife, no sítio da Trindade, devem ser percorridas com respeito e reverência patriótica por todos os que as visitarem. Os bravos que ali se bateram deram expressiva contribuição, no passado distante, para a conquista dos elevados objetivos de soberania, integridade, integração e preservação dos valores morais e espirituais do

Brasil.

Sob a liderança de Mathias de Albuquerque, deu-se a retirada para Alagoas. O percurso foi marcado por túmulos e cruzes de muitos retirantes que sucumbiram ao longo do caminho, de cansaço, fraqueza, fome e doença.

Era o *êxodo dos que não desesperavam*, na expressão de Capistrano de Abreu.

Perderam aqueles bravos uma batalha. Muitos retornariam para ganhar a guerra decisiva. Muitos tiveram a ventura de voltar.

Na retirada, reconquistaram Porto Calvo, onde prenderam o traidor Calabar. Este, submetido a julgamento, foi condenado à morte. A coluna do sofrimento e da humilhação assistiu à sua execução e ao seu esquartejamento.

Não há na longa história de Guerra Holandesa símbolo mais significativo do espírito de resistência. Por isso, as ruínas existentes no atual Recife, no sítio da Trindade, devem ser percorridas com respeito e reverência patrióticas por todos os que as visitarem.

A coluna de Matias de Albuquerque reuniu-se à tropa do Conde Bagnuoli, em Alagoas. Em 18 de janeiro de 1863, teve lugar a Batalha de Mata Redonda, onde foi morto em combate D. Rojas y Borja, substituto de Mathias de Albuquerque, que fora chamado à Europa. Sem liderança, os luso-brasileiros retiraram-se e só não se completou o desastre tático, graças aos bravos Rebelinho e Felipe Camarão. Estes, na cobertura da retirada, praticaram prodígios de audácia e valor, criando condições para que os destroços do exército fossem acolhidos em Porto Calvo.

Na realidade, as operações do General D. Rojas, marcadas de modo tão trágico no campo tático, foram, no campo estratégico, de brilhantes consequências. Obrigaram o inimigo a abandonar Porto Calvo mais uma vez, interrompendo, assim, a execução do seu plano de criar uma zona mortal ao sul do Rio Manguaba.

Ocupada fortemente a região pelos nossos, ficava o invasor, com sua via de transporte terrestre, se não cortada, pelo menos seriamente ameaçada.

Bagnuoli assumiu o comando e concentrou a resistência em Porto Calvo, cobrindo-se da direção norte, na linha do Rio Una.

A localidade atraiu para ela quantos desejavam lutar contra o invasor, reunindo 2.000 homens. Tornou-se então o mais poderoso baluarte da resistência, centro de irradiação de lutas e última esperança de vitória dos holandeses.

Foram organizadas Companhias de Emboscadas, sob a liderança dos mais bravos e experimentados capitães. Elas irromperam, inesperadamente, em todos os pontos do território ocupado, destruindo canaviais, tomando recursos, punindo colabora- cionistas e mantendo viva, nas populações subjugadas pelo invasor, a esperança de liberdade.

O inimigo perdeu a possibilidade de locomover-se na conquista. Em todo canto, hora e lugar, a morte rondava-lhe os passos, sob a forma de flecha, espada ou bala.

As iniciativas de soer- guimento econômico da lavoura canavieira pelo invasor eram frustradas por essas emboscadas, que tudo incendiavam e

destruíam como estratégia do fraco contra o forte.

## GOVERNO DE MAURÍCIO DE NASSAU 3º PERÍODO

Em 23 de janeiro de 1637, desembarcou no Recife o Príncipe Maurício de Nassau. Ao chegar, reconheceu que era essencial eliminar o último foco de resistência - Porto Calvo. Essa condição era essencial para restabelecer a segurança no campo, visando ao soerguimento da lavoura canavieira, além de destruir as derradei ras esperanças dos pernambucanos na reconquista da terra.

Em 3 de março de 1637, caiu em suas mãos Porto Calvo, depois de uma luta desigual de 10 x 1, com sítio terrestre que durou 15 dias e que contou com o bombardeio com canhões de grosso calibre. Bagnuoli, forçado por Nassau, retirou-se para o sul do Rio São Francisco.

Após neutralizar Porto Calvo e expulsar Bagnuoli para o sul do São Francisco, na sua margem esquerda, Nassau levantou dois Fortes, consolidando assim a conquista.

A Holanda dominava, agora, imenso, rico e estratégico território do Brasil, desde o Rio Grande do Norte até o Rio São Francisco.

As perspectivas de rápida recuperação econômica da capitania, combinadas com a tolerância religiosa mínima e o clima de respeito aos moradores, fizeram arrefecer um pouco o sentimento de revolta dos luso-brasileiros para com o invasor.

Em consequência, Nassau criou ambiente tranquilo em torno da base naval do Recife. Isso feito, aplicou-se a estender o domínio da Holanda ao restante do Brasil.

Em 1º de maio de 1658, Nassau atacou a Bahia, em Salvador. Ao ultimato endereçado aos baianos, teve como resposta:

As cidades de el-rei não se rendem senão com balas e espada na mão e depois de muito sangue derramado.

Nassau não conseguiu sitiar completamente a praça, deixou abertas algumas comunicações com o interior.

No dia 18 de maio de 1638, 3.000 holandeses investiram as trincheiras com fúria. No mais aceso da peleja, acometeu a retaguarda inimiga, de surpresa, o bravo Capitão Luís Barbalho.

O contra-ataque obrigou o invasor a retirada precipitada, causando muitas baixas em suas fileiras. A 26 de maio de 1638, por ter se tornado insustentável a permanência na Bahia, Nassau retomou a Pernambuco, humilhado com o insucesso da expedição.

Na defesa das trincheiras de Salvador, morreu o intrépido Capitão Sebastião Souto, considerado um mestre da arte de guerra de emboscada.

Sucedeu-lhe, no comando e na fama, nesse tipo de guerra, Antônio Dias Cardoso, que tão assinalados serviços iria prestar à continuação da luta.

Essa expedição de Nassau era o terceiro gro dos holandeses, no sentido de ocupar território baiano.

O Recôncavo estava defendido por onze Fortes e a cidade envolvida por muralhas protegidas por trincheiras. Salvador era agora, *jardim com fortes muros e tesouro muito bem garantido*. Aprendera muito com a invasão de

1624.

Em janeiro de 1639, aportou em Salvador a esquadra do Conde da Torre, que vinha incumbido de libertar Pernambuco. Enviou líderes em emboscadas para a Paraíba e Pernambuco, a fim de atrair o invasor para o interior.

Recrutou tropas no sudeste, inclusive o bandeirante Raposo Tavares, que liderou tropa expedicionária vinda de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao tentar desembarcar em Pau Amarelo, o Conde da Torre foi impedido pela esquadra invasora. Perseguido, aceitou combater e foi batido. Foi um grande desastre.

Parte da esquadra do Conde da Torre foi desembarcada em Ponta do Touros, no Rio Grande do Norte. A tropa desembarcada era comandada por Luís Barbalho e integrada por Henrique Dias e combatentes sulistas, ao comando de Raposo Tavares. Decidiram abrir caminho de volta à Bahia a ferro e fogo, percorrendo 400 léguas de território acupado pelo inimigo.

Ao fim de quatro meses de épica marcha na retaguarda inimiga, assinalada por combates e padecimentos, entraram triunfantemente em Salvador, após vencerem inúmeros obstáculos, relatados por Luís Barbalho e Henrique Dias, em documentos revelados por José Antônio Gonçalves de Mello Neto, historiador pernambucano.

Comandou esse feito, e com ele se imortalizou, Luís Barbalho, atualmente denominação histórica da unidade de Infantaria de Feira de Santana, na Bahia.

Esses bravos, liderados por filhos da terra brasileira, salvaram de destruição a força expedicionária. Chegaram em tempo à Bahia para fazer malograr uma expedição punitiva. Reacenderam a chama da reação e causaram grandes prejuízos no plano de Nassau de recuperação econômica de Pernambuco. Legaram às gerações bra- úleiras exemplo imortal de esponsabilidade na defesa terra.

Dessa marcha, participaram tropas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitanias do Sul, que já ofereciam, no passado distante, magnífico exemplo de solidariedade e integração, uma constante na história militar do povo brasileiro.

Em março de 1640, Nassau enviou à Bahia uma expedição punitiva de 1.300 homens.

Em fevereiro de 1641, chegou ao Brasil a notícia da restauração do Trono de Portugal por D. João IV, pondo fim à união das Coroas. Impossibilitado de sustentar guerras contra a Holanda e a Espanha, Portugal concordou em celebrar um tratado de aliança ofensiva e defensiva com a Holanda e um armistício de dez anos nas lutas das colônias. Reconheceu a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses no Brasil, enviando determinação expressa nesse sentido. A Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas no Brasil durante dez anos.

Enquanto isso fora acordado entre Portugal e Holanda, Maurício de Nassau expandiu a conquista no Sergipe, em 1841, e no Maranhão, e fez publicar o tratado, só dois anos depois.

Nassau mandou recensear as populações das vilas, para controlá-las rigorosamente e, assim, descobrir com base em sua movimentação, a presença de companhias de emboscadas partidas da Bahia e da insurreição

pernambucana em marcha.

Aos luso-brasileiros, ficou assegurado tratamento de confiança e sem constrangimentos. Essa foi a deixa para o Governador da Bahia enviar agentes para agitar Pernambuco e ajudar a planejar a insurreição dessa província.

A resistência heróica dos luso-brasileiros havia debilitado os negócios da Companhia das índias no Brasil. Nassau partiu para a Holanda em julho de 1644. Antes, em 28 de fevereiro desse ano, com o concurso do Pará, o Maranhão libertara-se do jugo holandês.

A insurreição estava em marcha no Nordeste. Os holandeses, para atrair os índios para a sua causa, concedeu-lhes liberdade ampla e total. E estes passaram a guerrear os luso-brasileiros com crueldade. No Rio Grande do Norte, eles os massacraram quando reunidos numa igreja, em Cunhaú, matando-os barbaramente - inclusive alguns tiveram os corações arrancados pelas costas. Isso incendiou o ânimo dos luso-brasileiros.

## A INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA 4º PERÍODO

Os luso-brasileiros prosseguiram na luta, a despeito de ordens em contrário de Portugal. Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criariam condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e espiritual do Brasil.

Por essa razão, esse período, que poderia ser chamado Epopéia Brasílica, reves- te-se da maior relevância, do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército Brasileiro, cujo dia foi consagrado, pelo Presidente Itamar Franco, por proposta do Ministro do Exército, General-de-Exército Zenildo de Lucena, como o 19 de abril, lembrando a vitória luso-brasileira na la Batalha dos Guararapes.

Em 1945, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que integrou, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, o V Exército dos EUA, ao retomar vitoriosa ao Brasil, depositou os louros da vitória no campo de batalha dos Guararapes. Na ocasião, o seu comandante, General Mascarenhas de Morais, proferiu estas palavras imortais: Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da nação brasileira.

#### Causas da Insurreição

Podem-se apontar, nos parágrafos abaixo, as causas da Insurreição Pernambucana:

- Insolvência de dívidas de luso-brasileiros e holandeses, em decorrência do fracasso da lavoura canavieira, por circunstâncias adversas de toda ordem, determinando a queda das ações da Companhia das índias Ocidentais, do valor nominal de 100 para 33.
- Agravamento da situação, por especulações extorsivas praticadas por comerciantes estrangeiros de Recife, operando em mercado paralelo à Companhia e fora do controle desta.

- Antagonismo religioso (católicos x calvinistas), exacerbado com a partida de Nassau.
- Rivalidade de moradores luso-brasileiros e holandeses do campo versus
   Companhia e comerciantes de Recife, por terem ficado reduzidos, os primeiros,
   à condição de escravos econômicos dos segundos, em razão da insolvência de suas dívidas.
- Expansionismo da Holanda, ameaçando conquistar todo o Brasil e domínios de Portugal na África, em desrespeito ao tratado celebrado, aproveitando-se da fraqueza militar de Portugal, em guerra contra a Espanha.
- Malquerença política irreversível, pernambucanos x invasores, resultado de seis anos de luta cruel e feroz pela posse da terra, sentimento abrandado com Nassau e exacerbado após sua partida, com o tratado com os índios.
- Fraqueza militar do invasor em Pernambuco, reduzido em seus efetivos, em consequência de armistícios e compressão de despesas.

## Desdobramentos da Insurreição

Para responder à astúcia do conquistador, Portugal e patriotas elaboraram um plano secreto, que objetivava a conquista rápida de Recife, com a finalidade de expulsar os holandeses que, sem respeitar o tratado, continuavam expandindo suas conquistas no Brasil e na África.

Devia ser demostrado, por todos os meios, que a Insurreição era iniciativa única dos patriotas de Pernambuco e à revelia de Portugal e da Bahia, tudo dentro da realidade diplomática da época, em que as pessoas não correspondiam às ações.

Se descoberto o apoio e incentivo de D. João IV ao plano, ficava em perigo a própria independência de Portugal.

Uma esquadra sob o comando do Almirante Salvador Correia de Sá e Benevides seria enviada para as águas de Recife, simulando intenção de auxiliar os holandeses a debelar a insurreição, mas, na realidade, visando a desembarcar e consolidar a conquista dos insurgentes.

Enquanto isso, Portugal, através de manobras diplomáticas habilidosas, procuraria mostrar inocência na intervenção, para evitar abrir frentes de luta com a Holanda, pois já guerreava com a Espanha.

Da Bahia, foi enviado o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso para, em 6 meses, antes do início da Insurreição, organizar e treinar secretamente o exército patriota na mata do Brasil, em íntima ligação com o líder civil do movimento em Pernambuco, João Fernandes Vieira, que mantinha contrato com o invasor para a exploração do pau-brasil.

Aquela região eleita, base de guerrilhas patriotas, compreendia os atuais municípios de Vitória de Santo Antão, São Lourenço e Nazaré da Mata, onde era explorado o pau-brasil sob a direção e controle de Fernandes Vieira.

Completou-se o apoio externo pelo envio, para Pernambuco, das tropas de Felipe Camarão e de Henrique Dias, simulando-se que o primeiro se havia rebelado e que o segundo fora mandado em seu encalço para prendê-lo e recambiá-lo para a Bahia.

Dias Cardoso fora um bravo e experimentado militar, veterano das lutas

do período 1624-1641. Hoje é denominação histórica do Batalhão de Forças Especiais do Exército, pela semelhança da sua missão com as destinadas às Forças Especiais, circunstância que por muito tempo prejudicou o reconhecimento público de sua ação, por razões diplomáticas.

Possuía excepcional folha de serviços, aliada à reputação de mestre na arte da guerra de emboscadas. Profundo conhecedor da região, era estimado e respeitado, pela sua bravura, intrepidez e valentia, por Vidal de Negreiros, Camarão, Henrique Dias e pelo próprio Fernandes Vieira.

João Fernandes Vieira assim resumiu a vida desse bravo, desde sua chegada até a insurreição:

Deu cumprimento às ordens que possuía, com fervor necessário a tão importante missão, começou a atrair e adestrar militarmente o povo para a sua insurreição em diversos locais, dispendendo com isto sete meses, todos passados nas matas (do pau-brasil) ao rigor do tempo, para fugir ao inimigo que se pôs a buscá-lo, colocando em grande perigo sua vida.

No dia 23 de maio de 1645, 18 líderes insurretos firmaram o seguinte compromisso sagrado: nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas contra qualquer inimigo, na restauração da nossa Pátria; para o que obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém sob pena de quem o contrário fizer, será tido e rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam.

Surgia assim, pela primeira vez no Brasil, a palavra Pátria e a firme disposição de restaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal.

Faltando poucos dias a insurreição, os patriota ram traídos, e caiu por terra o plano de conquista rápida do Recife.

Ao ser ordenada a prisão dos líderes, não foram estes encontrados. Perseguidos, os patriotas, reunindo 1.600 homens do povo e com 250 armas, encetaram sua marcha em 13 de julho de 1645, foi engrossando pelo camihl com novas adesões, sob te pressão inimiga.

No Sítio do Covas, em que os patriotas acamparam dias, surgiu séria disputa pela liderança, que foi vencida Fernandes Vieira. E prosseguiram sob fortíssima pressão.

A 3 de agosto de 1645, travou-se, no Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, o primeiro encontro entre um contingente do Exército holandês a serviço da Companhia das índias Ocidentais e o Exército Patriota, constituído, principalmente, de civis pernambucanos sob a assessoria profissional do Sargento- mor (major) Antônio Dias Cardoso.

Dias Cardoso, ao perceber a aproximação do inimigo, do Monte das Tabocas despachou em sua direção pequena força de cobertura, ao comando do Capitão João Nunes da Mata, com a finalidade de atraí-lo para o citado Monte.

O inimigo bateu e dispersou essa força, prosseguindo até a margem do Rio Tapucurá, quando carregou, com enorme alarido e estrondo, sobre a vegetação da margem, ao imaginar que ali existissem emboscadas.

A vanguarda atravessou o rio e Dias Cardoso foi ao seu encontro, a fim de atraí-lo às emboscadas que preparara com o intrépido Capitão Agostinho

Fagundes e 40 homens.

Após oferecer alguma resistência, essa fração foi obrigada a retrair, através de uma única passagem no áspero e impenetrável tabocal que corria na base do Monte, envolvendo-o pelo oeste e pelo sul.

O inimigo atravessou o rio e tomou formação de combate, numa larga campina entre a margem do Tapacurá e o tabocal. A seguir, com um flanco apoiado em cada lado, progrediu em direção à passagem do tabocal, de onde saíria novamente Agostinho Fagundes em seuencontro. Tinha caído na armadilha de Dias Cardoso: três emboscadas lhes esperavam!

Atrás da trincheira vegetal de 15 metros de espessura e com um único acesso para dois homens lado a lado, Dias Cardoso adotou o seguinte dispositivo: cerca de 90 armas em linha, ao longo do tabocal, em posições de tiro previamente preparadas, constituindo as emboscadas; reserva de aproximadamente 50 homens em duas frações, em condições de reforçar as emboscadas ou a defesa da entrada da trincheira natural formada pelo tabocal; o restante das armas, 110, distribuiu-as com a força de cobertura, com Agostinho Fagundes e frações de segurança de retaguarda e flancos; com a reserva, composta de 1.350 homens, para a defesa de Fernandes Vieira, deixou 30 armas.

A vanguarda inimiga, após grande resistência, obrigou Agostinho Fernandes a retrair e infiltrar-se no ta- bocal. Parte do corpo de batalha conseguiu penetrar na passagem estreita, por cuja posse se travou luta feroz e demorada, sob a direção de Dias Cardoso. Este substituiu os combatentes mais cansados pelos menos cansados, até que repeliu o atacante.

A tentativa de envolvimento foi evitada pela segurança de retaguarda e por um atirador isolado da proteção de flanco. Este atingiu, mortalmente, o comandante da vanguarda, Capitão Falloo.

Após se reorganizar, o inimigo partiu para outro ataque em toda a frente, visando a penetrar ao longo da linha do tabocal. Progrediu e conseguiu, após muita luta, introduzir-se em diversos pontos da linha de resistência, isolando e fixando seus defensores, inclusive Dias Cardoso, que os investiu bravamente.

Fixada parte das tropas dessa linha, o inimigo começou a adiantar-se em direção ao alto do Monte, onde se encontrava a reserva desarmada, constituída do povo e sob a direção do Capitão Padre Simão de Figueiredo e do próprio governador da insurreição, Fernandes Vieira.

Na eminência do perigo, este conclamou o povo ao esforço derradeiro, à luta pela honra de Deus. Prometeu liberdade a 50 escravos de sua guarda pessoal que se mostrassem valorosos no combate. Os escravos, na perspectiva de liberdade, desceram o Monte em duas partes, armados com arcos, flechas, lanças e facões, tocando flautas, atabaques e buzinas.

Na esteira desses bravos, veio todo o povo, com os mais variados tipos de armas, na maioria instrumentos de trabalho. E o contra-ataque transformouse num corpo-a- corpo, feroz e desordenado, com patriotas a surgir de todas as direções, lançando-se aos magotes sobre o inimigo, obrigando-o a bater em retirada. Venceram os insurretos. *Graças ao Sargento- Mor Antônio Dias Cardoso e mediante favor divino, alcançamos vitória, tudo alcançado, após Deus, pela boa ordem com que Dias Cardoso dispôs a batalha, dando a todos os oficiais muito exemplo com sua militar doutrina e conhecido esforço que, em* 

quatro horas de batalha, mostrou sem descansar, acudindo a todas as partes com bravo ânimo, como atestou o líder político Fernandes Vieira.

Em 17 de agosto de 1645, o Exército Patriota reforçado e com moral elevado, atacou a Casa Forte. Coube a Antônio Dias Cardoso a concepção e disposição do ataque ao engenho de Ana Pais. Após breve período de combate, renderam-se os remascentes do exército da Companhia, efetivo de 450 homens, entre índios e brancos. Aos 250 holandeses foi dado quartel e condições de regresso à Europa. Os índios, somando 200, foram justiçados sob o argumento de traição à fé católica, conforme as leis de guerra da época, e como exemplo aos demais. Punia-se assim, também, o massacre do Cunhaú, no Rio Grande do Norte.

E o incêndio patriota se alastrou, com vitória atrás de vitória e adesões em massa à insurreição. Resistiam, em mãos do invasor de Recife, a Ilha de Itamaracá e os Fortes dos Três Reis Magos e Cabedelo, no final de 1644.

Falhou no plano de D. João IV em relação à queda rápida do Recife. Sem o concurso de artilharia de sítio, Recife era fortaleza inexpugnável, por estar separada da terra por largos e profundos fossos - os rios Capibaribe e Beberibe. Não foram aprisionadas as autoridades holandesas, cujo resgate seria a entrega de Recife, conforme o plano insurreicional inicial.

A 12 de agosto de 1647, D. João IV, vencido na luta diplomática, decidiu mandar restituir o que os patriotas haviam tomado no Brasil, com a condição de ser-lhe devolvida a Ilha de Itaparica. Perigavam a independência de Portugal e todo o esforço dos patriotas no Brasil.

A luta no Brasil prosseguiu e a ordem para a sua cessação, emanada de Portugal, recebeu a seguinte resposta dos patriotas:

Combateremos até o fim, e somente após expulsar o invasor, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência.

Não contando com o bloqueio naval de Salvador de Sá e sendo inútil qualquer tentativa de reconquistar Recife, decidiram os patriotas cercá-la por terra.

Foi construído o Arraial Novo do Bom Jesus, onde se abrigaram os patriotas e a alma da resistência. Recife foi cercada por estâncias, as quais tinham a missão de ali fixar o inimigo e retardá-lo, até o recebimento de reforços do Arraial, em caso de rompimento do cerco ou de ataque a qualquer delas. Os patriotas ficaram com liberdade total no interior e mais com o porto de Nazaré para comunicar-se com o exterior e receber reforços.

Na madrugada do Ano Novo de 1646, Recife foi acordada com o troar ensurdecedor dos canhões do Arraial, tomados aos holandeses em Porto Calvo. Eles anunciavam ao inimigo a disposição de um povo heróico. *Não vos iludais, senhores, que o Brasil não foi feito para vós, não percais tempo, voltai para casa.* Foi o que disseram os nossos, pela voz de um dos seus chefes.

Do heroísmo e disposição dos bravos do Arraial diz este depoimento holandês:

Apesar de suportarem duramente reveses do mar, muita necessidade de vestiário, de carne e de tudo, e de viverem em contínuo sobressalto, recusaram o perdão que lhes oferecemos. Nenhum veio ter conosco, persistem obstinados

em sua rebelião.

À projeção histórica dos Montes Guararapes liga-se intimamente o Arraial Novo do Bom Jesus, abrigo sagrado do espírito de resistência. E hoje chão sagrado da nacionalidade brasileira; sua revitalização estava projetada pelo Exército, em 1997.

O cerco de Recife tomou- se rigoroso em junho de 1646, e a situação da praça angustiosa e insustentável. Foi estabelecido racionamento severo para enfrentar a fome com todos os seus horrores.

A penúria era tamanha, que atingiu as pessoas mais influentes. Consumiram-se ratos, cães e gatos. Os escravos de holandeses foram vistos desenterrando cavalos mortos de inanição para alimentarem-se. Viram-se oficiais batavos, no leito em vazante do Capibaribe, disputando com o povo um carangueijo.

Quando a praça estava prestes a capitular, chegaram da Europa reforços e víveres. Os holandeses em expedição atacaram mais uma vez Salvador.

Os patriotas pernambucanos, por seu turno, aproveitando o enfraquecimento de Recife, com a saída da expedição à Bahia, urdiram ousado e inteligente plano.

Secretamente, durante vinte e três noites, levantaram a Fortaleza do Asseca, no atual cais da Aurora, nela trabalhando, indistintamente, oficiais, soldados e civis, não tendo sido admitida mão escrava.

Concluída, na manhã de 7 de novembro de 1646, rompeu violentíssimo bombardeio patriota sobre Recife, acompanhado de toques de tambores e gritos.

Do que foi este bombardeio e seus efeitos, diz bem Lopes Santiago:

O inimigo desocupou os sobrados e refugiou-se em abrigos que construiu nas lojas onde passaram a dormir. E as naus holandesas que entravam e saíam pela barra eram atingidas. Essa resolução foi uma das coisas mais importantes que se fez neste Estado.

Uma partida patriota, aproveitando-se da confusão, numa ação típica de comandos, penetrou na praça e invadiu o antigo palácio de Nassau, matando muitos e trazendo diversos troféus.

Tão grandioso feito militar teve enorme repercussão estratégica. Fez Nassau voltar ao Recife de sua expedição da Bahia, retornando assim às mãos dos baianos, sem luta, a Ilha de Itaparica. Ele criou condições para que aportasse, em Salvador, tranquila e sem luta, furando o rígido bloqueio naval holandês, uma esquadra portuguesa, com reforços e o novo Governador-Geral D. Antônio Teles de Menezes.

A 24 de abril de 1646, ocorrera em Tejucopapo, próximo a Goiana, belo e comovente episódio, no qual mulheres e jovens imberbes enfrentaram e venceram uma tropa do invasor com determinação e bravura.

Um desembarque holandês atacara o Fortim Tejucopapo de pau-a-pique. Percebendo que se desagregara a resistência, o inimigo, a golpes de machado, iniciou a abertura de brechas na paliçada para penetrar no Fortim e trucidar e desonrar seus ocupantes, em represália aos efeitos mortíferos das emboscadas.

Nesse momento crítico, em que o pânico começou a lavrar, destacou-se

uma brava mulher, com um crucifixo na mão, percorrendo o reduto. Ela concitou as outras a pegar em armas e correrem à paliçada, para morrerem juntas, lutando pela liberdade divina e pela Pátria. Seu apelo foi atendido. Todas, apanhando foices, porretes e tudo o que estava ao alcance das mãos, lançaram-se aos magotes, junto com jovens meninos, sobre o adversário, que já penetrava no reduto por brechas abertas na paliçada, obrigando-o a retroceder. Outras começaram a lançar, nos rostos dos invasores que se aplicavam em alargar as brechas, água com pimenta malagueta.

Atacados por reforços, o inimigo desenganjou e reem- barcou humilhado e abatido.

Tejucopapo é um dos poucos episódios conhecidos de participação coletiva armada da mulher e da juventude brasileira em defesa do solo pátrio.

A 23 de janeiro de 1648, fugiu de Recife, onde se encontrava preso havia quase um ano, o mestre-de-campo General Francisco Barreto de Menezes, mandado a Pernambuco por D. João IV para comandar a Guerra da Restauração.

Barreto foi recebido no Arraial Novo do Bom Jesus com grande euforia, e assumiu a chefia das operações. Sua experiência militar decorria, entre outras, da sua participação da epopéia da marcha de Luís Barbalho, do Rio Grande do Norte à Bahia.

A 18 de março, aportou em Recife poderosa esquadra holandesa da Companhia das índias Ocidentais, composta de 41 barcos, transportando víveres e 6.000 soldados.

Com esse poderio, o invasor decidiu romper o cerco de Recife e marchar na direção sul, zona de retaguarda patriota, para conquistar o Cabo e adjacências. Isso com a finalidade de controlar bases de suprimentos próximas e afastadas, cortar nesta região o apoio externo aos patriotas e criar condições de prosseguimento por terra, para a conquista da Bahia.

Ao executar esse ambicioso plano, ocorreu a Primeira Batalha dos Guararapes.

## A Primeira Batalha dos Guararapes

Ao clarear do dia 18 de abril de 1648, o Exército da Companhia das índias Ocidentais, ao comando do Te- nente-General Von Schkop- pe, marchou na direção dos Guararapes, com 6.300 homens.

Ao atingir Afogados fez uma finta, para demonstrar que sua intenção era um ataque ao Arraial Novo do Bom Jesus, para ali fixar os patriotas.

Dias Cardoso, despachado por Barreto para esclarecer a situação, descobriu o verdadeiro propósito inimigo. Em Conselho de Guerra, os lusobrasileiros decidiram retardar o invasor na Barreta, travar batalha o mais distante de Recife e defender o Arraial do Bom Jesus contra uma ação diversionária tentada pelo inimigo.

Em cumprimento à decisão, o Exército Patriota, composto de 2.200 homens, rumou para o Sul a fim de, em caminho, interceptar o invasor e travar a batalha decisiva.

O General Barreto, prudentemente, confiou aos seus chefes imediatos a condução pormenorizada das ações, pois eles conheciam melhor o terreno e a tática desenvolvida naquela luta - a "guerra brasílica".

Após um Conselho de Guerra para decidir o impasse entre Vidal de Negrei- ros e Fernandes Vieira sobre o local adequado para a batalha, e atendendo à sugestão de Dias Cardoso, na qualidade de soldado mais prático e experiente em tudo, rumaram para o Boqueirão dos Guararapes, que foi ocupado às 10 horas da noite de 18 para 19 de abril de 1648.

O exército inimigo, após vencer uma resistência patriota na Barreta, degolando barbaramente muito de seus bravos defensores, seguiu tranquilo e vagaroso para o Sul, esperando encontrar 200 patriotas à sua frente, da quarnicão dos Montes Guararapes.

Na manhã de 19, no momento em que os da Companhia das índias Ocidentais se aproximavam de Boqueirão, passagem estreita, mas longa, entre o monte central e os alagados em sua base, saiu-lhes ao encontro Dias Cardoso, no comando de 200 homens, enquanto todo o restante do Exército Patriota permaneceu escondido. Com imprudência e entusiasmo, os holandeses desdobraram- se e partiram para atacar a fração de Dias Cardoso, o único inimigo que esperavam encontrar. Este retraiu pelo interior do Boqueirão, tentando envolver, através dos alagados e dos montes, a vanguarda e o corpo de batalha do inimigo.

No momento em que o inimigo progredia nos alagados e, em grande número, no interior do Boqueirão, com drástica redução de frente, teve enorme surpresa, pois caíram em grande emboscada, executada com habilidade por Dias Cardoso, reeditando o seu feito da batalha do Monte das Tabocas, em 17 de agosto de 1645.

O Exército luso-brasileiro até então semi-escondido, à ordem de "Às espadas!", atacou inesperadamente e com grande fúria e iniciativa.

O Terço de Pernambuco, o mais forte, ao comando de Fernandes Vieira, assessorado por Dias Cardoso, investiu no Boqueirão, rompeu o grosso inimigo e envolveu a sua ala esquerda (flanco esquerdo) nos alagados.

O de Felipe Camarão assaltou a ala direita (flanco direito) e o de Henrique Dias a ala esquerda, ficando o de Vidal de Negreiros em reserva, junto ao Boqueirão.

O primeiro embate foi vencido, ocasionando muitas mortes e deserções nas fileiras batavas. Refeito da surpresa, o inimigo acometeu com a retaguarda, forte de 1.200 homens, a ala de Henrique Dias, na proporção de 1 para 3. Contido, foi em seguida atacado vigorosamente pela reserva comandada por Vidal de Negreiros.

Após luta feroz de quatro horas, os patriotas impuseram a retirada ao inimigo, com Von Schkoppe ferido e muitos oficiais mortos.

As perdas holandesas totalizaram 1.038 homens, entre mortos e feridos, contra 480 dos patriotas, dos quais 80 tombaram para sempre, sendo sepultados em local à frente de onde foi erigida mais tarde a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes.

A vitória dos Guararapes nesse dia não foi obra fortuita dos acontecimentos, mas o resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e do espírito combativo dos soldados que constituíam aquele indomável exército de patriotas.

Nessa data, comemora-se o dia do Exército Brasileiro, por ali haver despertado o seu espírito no concenso de analistas de nosso processo his-

tórico.

A 12 de maio de 1648, partiu do Rio de Janeiro, ao comando de seu Governador, Salvador de Sá Correia de Sá e Benevides, uma expedição composta de luso-brasileiros, com destino a Angola, para devolvê-la a Portugal.

Após furar o bloqueio flamengo ela atingiu a África. Lá, através de vitoriosas manobras militares contra uma força superior e bem fortificada em São Paulo e Luanda, reconquistou aquela possessão, em agosto do mesmo ano. Nucleava esta força o atual Regimento Sampaio. Foi a primeira expedição transcontinental militar brasileira, conforme já divulgado nos artigos "Angola e a primeira Força Expedicionária Brasileira - 1648". (A *Defesa Nacional,* 744, ju ago 1989, p. 150) e "A sag. do Regimento Sampaio (*Noticiário do Exército,* nº 8666,11 jun 1993).

## A Segunda Batalha dos Guararapes

A 17 de fevereiro de 1649, 3.650 holandeses, ao comando do Coronel Brinck, decidiram deixar Recife e ocupar os Montes Guararapes. Dali esperavam atrair os luso-brasileiros, com seus 2.640 homens, para uma batalha decisiva. Após uma marcha forçada, estacionaram nos Guararapes, numa cópia da manobra usada pelos patriotas na primeira batalha.

O Exército Patriota, ao ver ocupado o Boqueirão, infiltrou-se durante a noite de 18 de fevereiro, através de passagens existentes a oeste dos montes. Postou-se pela manhã à retaguarda do Exército da Companhia das índias Ocidentais, sem revelar sua força e dispositivo.

Frustrados em seu plano e castigados pela sede e pelo sol inclemente, os holandeses decidiram retornar a Recife no início da tarde de 19, na crença de que os patriotas, muito enfraquecidos, segundo informes recebidos, não interferiríam na manobra.

A tarde, após retirar quatro regimentos de posição, para iniciar a marcha de retorno ao Recife e deixar somente dois para cobrir o re- traimento, os holandeses foram atacados de surpresa. E foram vítimas de mais uma aniquilante derrota militar.

Os luso-brasileiros, desdobrados em seis unidades de Infantaria, comandadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias, Felipe Camarão, Figueiroa, Vidal de Negreiros, Dias Cardoso e duas companhias de Cavalaria chefiadas por Antônio Silva e Manoel de Araújo, atacaram em toda a frente, saindo de locais de onde se mantiveram ocultos até então.

Von Schkoppe, assim se referiría, mais tarde, a esse último grande fracasso militar terrestre da Companhia das índias Ocidentais no Brasil nesta  $2^a$  Batalha dos Guararapes:

... a Cavalaria e a Infantaria se lançaram sobre os nossos regimentos e causaram tanta desordem que nem os oficiais, quer inferiores quer superiores, nem os soldados, puderam cumprir o seu dever, o que provocou tal consternação entre os nossos que a pena não poderia descrever (....) e a maior parte de nossas tropas se pôs a fugir, deixando-se matar sem resistência, como crianças...

E um comentarista luso- brasileiro, contemporâneo da batalha: A destruição não foi maior na perseguição porque cansados estavam os holandeses de fugir e os patriotas de matar e vencer.

O Major Antônio Souza Júnior, no final da análise desta vitória memorável escreveu:

Mais uma vez os patriotas, inferiores em número, mas superiores como combatentes, derrotaram esmagadoramente os soldados de um dos melhores exércitos da Europa.

Esse desastre militar assim foi descrito por Van Goch, oficial holandês durante a batalha:

... tivemos que recuar por causa da excessiva força do inimigo que atacou com tanta impetuosidade que nossas tropas começaram a fugir e acharam-se logo na maior confusão, que nem palavras nem força puderam retê- las, apesar de todos os esforços dos oficiais. As nossas tropas, entregues à desordem, à deserção e à confusão, dispersaram-se aqui e ali, por diversos caminhos, em direção ao mato e ao rio...

Antônio Dias Cardoso, ao representar o Exército Patriota na troca de mortos e prisioneiros, respondeu, com toda a sua autoridade de mestre da guerra brasílica, a um oficial inimigo que assegurou vitória no próximo confronto, combatendo disperso com o Exército Patriota:

Melhor para nós, pois cada soldado nosso é um capitão, enquanto cada um dos vossos necessitará um capitão ao lado para combater.

Dias Cardoso estabelecia, assim, a diferença entre o soldado patriota, encaminhado à luta por motivos patrióticos e espirituais, e o mercenário, engajado por dinheiro.

#### A DERROCADA FINAL DO INVASOR

Ao rude golpe militar econômico sofrido pelo invasor nas duas batalhas dos Guararapes, somam-se outros: a organização, em Portugal, da Companhia Geral de Comércio do Brasil; a guerra entre Inglaterra e Holanda e a ruína da Companhia das índias Ocidentais. Tudo isso contribuiu para que a Holanda perdesse a supremacia naval no litoral do Nordeste.

A 14 de janeiro de 1654, em ação combinada do Exército Patriota e da esquadra da Companhia de Comércio do Brasil, composta de 44 navios, teve início o assédio do Recife. E em 10 dias de operações, a cidade caiu em mãos dos luso-brasileiros.

No dia 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, fronteira ao Forte de Cinco Pontas, os holandeses assinaram a rendição de todas as suas forças no Brasil. A Guerra de 30 Anos do Brasil chegara ao seu final.

Como consequências da vitória final luso-brasileira nas guerras holandesas, destacaram-se: o fim das invasões estrangeiras no Brasil por motivo de conquista; foi mantida a unidade geográfica e cultural católica do Brasil, assim como na América do Sul, ameaçada pelos holandeses baseados no Saliente Nordestino; surgiu o despertar da consciência nativa de que o Brasil era mais que uma colônia e já o esboço de uma nação, capaz de defender-se sem auxílio de Portugal (era o nascente sentimento de nacionalidade e de força armada despertado pelas vitoriosas batalhas dos Montes Guararapes, vencidas com uma doutrina militar genuína, desenvolvida na longa luta para a expulsão do invasor); foram lançados os fundamentos da grande democracia étnica brasileira, em consequência do irmanamento de brancos, negros, índios e mestiços na luta comum; procedeu-se o desbravamento do litoral nordestino,

em especial do Recife a de Sergipe; surgiu o despertar do sentimento de unidade nacional, em razão da solidariedade à causa pernambucana de parte de outras regiões do Brasil, em especial do Nordeste; fortaleceu-se a projeção da indústria canavieira pernambucana no cenário internacional com novas técnicas agrícolas introduzidas pelo invasor.

Nos Guararapes foi definido o endereço do Brasil. O de ser uma e não dois ou três hostis entre si, conforme acentuou o Deputado Gylberto Freire em discurso na Câmara Federal.

Vale ainda lembrar a antológica interpretação do grande historiador natural de Amargosa (Bahia) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1948: Foi nos Montes Guararapes, há trezentos anos, A maior batalha. O supremo desafio.

O duelo mortal do invasor e do filho da terra

Do estrangeiro e do nativo Da poderosa opressão e da liberdade heróica.

#### LISTA BIBLIOGRÁFICA

A presente interpretação se baseou no estudo e análise das seguintes fontes, listadas a seguir, que remetem o leitor a outras fontes sobre as guerras holandesas no Brasil.

A fonte 1 é a parte de combate do general luso-brasileiro vencedor das duas batalhas. As fontes 3-10 foram produzidas pelo autor, então major de Estado-Maior do Exército, quando preparava a obra "As Batalhas das Guararapes - análise e descrição militar".

A fonte 11 foi produzida por um dos comandantes holandeses que lutaram nos Guararapes, o mesmo valendo para a fonte 35.

A fonte 18 foi produzida por um general que analisa algumas obras pertinentes as guerras holandesas, como a fonte 13.

As fontes 27 e 28 foram produzidas por um padre beneditino e publicadas na RIAHGP (Revista do Instituto Arqueológico Geográfico e Histórico de Pernambuco).

A fonte 36 foi produzida por um bispo católico.

As fontes 37 e 38 e referidas nas fontes 11 e 35 foram produzidas por um major do Estado-Maior do Exército, uma das grandes autoridades no assunto e que reuniu na fonte 35 valiosas e importantes fontes primárias sobre as duas batalhas.

As fontes 29-31 foram produzidas pela maior autoridade em guerras holandesas e que traduziu diversos documentos do holandês para o português. Foi o grande revelador do Mestre-de-Campo Dias Cardoso, até então pouco conhecido e muito menos destacado em sua imensa projeção como profissional, devido ao culto que se fazia baseado nos heróis locais representantes das três raças, sofrendo ele uma espécie de preconceito por ser português.

As fontes 22 e 23 foram produzidas pelo diretor do Arquivo Público de Pernambuco, entidade que produziu as preciosas fontes 19 e as contantes *ãa Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 1949, comemorativa dos 300 anos das Batalhas.

A fonte 26, segundo Antônio de Mello Neto foi produzida por autor que nunca esteve no Brasil e que repete Lopes Santiago, com erros.

A fonte 13 aborda a guerra até 1646, antes das Batalhas, e contextualiza o quadro geral onde estas se inseriram. A fonte 34 é de testemunha importante e básica.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. A remuneração de serviços na guerra holandesa. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

- 2. BARRETO, Francisco. *Parte da Primeira Batalha dos Guararapes,* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 56, 1893, p.71-5.
- 3. BENTO, Cláudio Moreira. Mestre-de-Campo Antônio Dias Cardoso estrategista e tático da insurreição. Jornal do Commercio. Recife, 13set. 1970. (Tricentenário de sua morte no Recife).
- 4. \_\_\_\_\_. Arraial Novo do Bom Jesus. Jornal do Commercio. Recife, 1 nov. 1970.
- 5. \_\_\_\_\_.Bombardeio do Recife holandês (inédito) Jornal do Commercio, Recife, 22 nov. 1970.
- 6\_\_\_\_.Heroinas de Tejucopapo. Jornal do Commercio. Recife, 6 dez. 1970.
- 7\_\_\_\_.A Batalha do Monte das Tabocas (síntese de pesquisas), Jornal do Commercio, Recife, 14 nov. 1971.
- 8\_\_\_\_.Aniversário da Segunda Batalha dos Guararapes. Jornal do Commercio. Recife, 14 fev. 1971.
- 9.\_\_\_\_. Ossadas humanas nos Guararapes. Jornal do Commercio. Recife, 21 fev. 1971.
- 10\_\_\_\_.O Parque Histórico Nacional dos Guararapes, uma realidade. Jornal do Commercio. Recife, 21 fev. 1971.
- BRANDE, Cornellius van den. *Parte de Batalha*. In: SOUZA JUNIOR. *Do Recôncavo aos Guararapes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1942. p.226-7.
- 12. BRASIL-Ministério da Educação e Cultura. *Documentos holandeses.* Rio de Janeiro, 1955
- 13. CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade.* 4ª ed. São Paulo: Edições Cultura, 1943. 2v.
- 14. CALMON, Pedro. *Guararapes, a aliança de dois destinos.* Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
- 15. CALOGERAS, Pandiá. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1948.
- 16. CASCUDO, Luís Câmara. Geografia do domínio holandês. [S.Ls.n.], 1949.
- 17. Conferência. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
- 18. CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de três séculos literatura de militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1959.
- 19. COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público de Pernambuco, 1965.
- 20. DELGADO, Luiz. A Restauração Pernambucana. Recife: [s.n.], 1945.
- 21. EMERENCIANO, Jordão. *A Primeira Batalha dos Guararapes.* Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1948. (No tricentenário da 1- batalha).
- 22. \_\_\_\_ A Segunda Batalha dos Guararapes. Recife: Imprensa Oficial, 1949.
- 23. ESTADO DE PERNAMBUCO. Inventário das armas epetrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial. 1940.
- 24. FREYRE, Gilberto. Discurso na Câmara Federal. Diário de Pernambuco. Recife, 22 abr. 1948.
- 25. GOCH, Michel van. Relatório sobre a Segunda Batalha dos Guararapes. In: SOUZA JUNIOR. Do Recôncavo aos Guararapes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p.229-33.
- 26. JESUS, Rafael de. O Castrioto Luzitano. Lisboa: [s.n.] 1679.
- 27. LUNA, Lino de Monte Carmelo. Memória sobre a localização do Boqueirão dos Guararapes. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. 15. Recife, 1869.
- 28. \_\_\_\_ Memória sobre os Montes Guararapes. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. 17.

Recife, 1870.

- 29 MELLO NETO, José Antônio Gonçalves de. *Restauradores de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
- 29. \_\_\_\_\_João Fernandes Vieira. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.

- 30. \_\_\_\_ Tempo dos flamengos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.
- 31. PINTO, Lauro Alves. A *guerra e expressão das validades culturais.* Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
- 32. RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil* Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Livro, 1949.
- 33. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco. 2ª ed. Recife: 1943.
- 34. SCHKOPPE, Segismund von. Parte da Primeira Batalha dos Guararapes. In: SOUZA JUNIOR, Antônio. Do Recôncavo aos Guararapes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1942. p. 223-4.
- 35. SILVA, Augusto Álvaro. *Religião e Patriotismo*. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. Recife, 1949.
- 36. SOUZA JUNIOR, Antônio de Souza. *Do Recôncavo aos Guararapes.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1942.

Aspectos militares da Primeira Batalha dos Guararapes. Revistado Arquivo Público de Pernambuco. Recife: 1949.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

#### O Duque de Caxias e sua projeção como Ministro da Guerra

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta aspectos pouco divulgados da biografia do Duque de Caxias. Ao mesmo tempo, resgata a memória de alguns militares ilustres seus contemporâneos. A Defesa Nacional

Caxias foi Ministro da Guerra por 6 anos, 6 meses e 24 dias em três períodos distintos: 24 de junho de 1855 a 04 de maio de 1857, 02 de maio de 1861 a 24 de maio de 1862 e de 12 de março de 1857 a 05 de janeiro de 1878.

Nesses períodos, acumulou o cargo com a chefia do Governo do Brasil, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, exceto de 14 de junho de 1855 a 3 de agosto de 1856 (1 ano e 19 dias), em que só foi Ministro da Guerra.

Foi tempo suficiente para promover uma reforma administrativa profunda no Exército, com a criação da Repartição do Ajudante General.

Criada por Lei de 30 de junho de 1856 e instalada em 31 de janeiro de 1857, teve ela como primeiro Ajudante General, o experimentado tio de Caxias, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, ex-Ministro da Guerra (1831-32 e 1835-36), e ex-subcomandante do Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia.

A reforma deu continuidade à administração do Exército, pois os ministros da guerra, em expressiva maioria, eram parlamentares civis que se sucediam na pasta, sem conhecimento ou interesse por seus problemas, às vezes lhes eram até hostis. A eles se subordinavam diretamente os Comandos das Armas, até então descoordenados.

O Ajudante General era, em realidade, o comandante do Exército, como se verá, e o Ministro não possui a força que passou a ter após a República, para cuja proclamação o Ajudante General de então, o Marechal Floriano Peixoto,

foi o fiel da balança.

O Ajudante General passou a ter, sob seu comando direto, os Comandos das Armas das Províncias e a comandar, pessoalmente, o Comando das Armas da Corte (atual Iª Região Militar).

Essa organização perdurou até a regulamentação, em 6 de janeiro de 1899' da Lei que criou o Estado-Maior do Exército e a atual Iª Região Militar.

A partir da República, os ministros da guerra passaram a ser militares (exceto Pandiá Calogeras, 1919-22), ao contrário do que ocorreu no Império, como já destacado. Neste chefiaram a pasta da guerra parlamentares, deputados ou senadores, e exepcionalmente, militares-deputados ou senadores e, conforme se constata da relação geral publicada na História do Exército Brasileiro (v.l, p. 1-2). Muitos dos militares fizeram carreira mais de políticos do que de chefes militares, ou cabos de guerra.

Substituiu-se assim o Ajudante General, comandante do Exército em nome do Ministro, pelo Estado- Maior, assessor do comandante do Exército, e o Ministro da Guerra, a partir de 1967, passou a ser Ministro do Exército.

Ao Ministro da Guerra competia defender, junto ao Gabinete de Ministros, os interesses de sua pasta (verbas, leis etc).

Ministro da Guerra, Presidente do Conselho de Ministros por 4 anos e meio, Senador e Conselheiro de Guerra, Caxias ficou, como se diria, com a faca e o queijo na mão para atender às necessidades do Exército, que ele conhecia como ninguém.

Junto com o Ajudante General, mais ligado à Tática e à Estratégia, foi criada a Repartição do Quartel Mestre General, ligado à logística. Ambos despachando direto com o Ministro.

O Ajudante General tinha a seu cargo: planos e operações militares; trabalhos de História Militar em apoio ao planejamento de operações; administração da justiça, da instrução e do ensino militar; administração do pessoal e da reserva, tudo enfim referente a pessoal - organização, justiça e disciplina, etc.

O Quartel Mestre era uma espécie do Intendente-mór. Era o responsável, no Exército, pela aquisição, depósito, recolhimento, conservação, suprimentos e transporte de armamento, munições, equipamentos e materiais diversos; pelas comunicações; pelos arsenais e fábricas, remonta, hospitais e farmácias, próprios nacionais, obras militares e pelo asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus.

Fora essa a estrutura que Caxias implementara no Exército do Sul quando ao seu comando, na Guerra contra Oribe e Rosas (1851- 1852), durante a qual teve, como Ajudante General, o fluminense coronel de Artilharia José Mariano de Matos, que aderira a Revolução Farroupilha.

Mariano de Matos fora Ministro da Guerra e da Marinha, Vice-presidente e Presidente interino da República Rio-Grandense e, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império do Brasil. Foi ele o autor da idéia do Brazão Farrapo, adotado, em 1891, como o do Estado do Rio Grande do Sul.

O Quartel Mestre era o topo de um canal técnico que ia até o Tenente Quartel Mestre das unidades, tendo estágios e nomes própios nos diversos escalões, como Deputado do Quartel Mestre das divisões e brigadas. Essa estrutura funcionou bem na Guerra do Paraguai.

Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuia poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.

Foi Ajudante General do Exército, ou comandante de fato do Exército no Impériopor longos 15 anos, o tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, pai do Visconde da Penha, Marechal João da Fonseca Costa, que fora colaborador de Caxias. Este, em reconhecimento, lhe deixou, em testamento, sua *invicta* espada de campanha. Ambos foram ligados por laços de parentesco e amizade aos Lima e Silva.

O tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, Visconde da Gávea (1803- 1890), nasceu no Rio de Janeiro em 24 de abril de 1803, quatro meses antes-de Caxias. Era filho de um oficial de Infantaria de mesmo nome. Fez carreira na Cavalaria, no atual Regimento dos Dragões da Independência de Brasília.

Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuia poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.

Comandou um esquadrão no combate à Confederação do Equador, em 1824, tendo lutado no bairro da Boa Vista. A expedição fora comandada por seu parente e pai de Caxias, coronel Francisco Lima e Silva, de quem logo a seguir seria ajudante-de-ordens, no Comando das Armas de São Paulo, em 1828.

De fato, com a abdicação de D. Pedro I, foi ele ajudante- de-ordens do tio de Caxias, Brigadeiro José Joaquim Lima e Silva, Visconde de Magé, que comandara o Batalhão do Imperador e o Exército Libertador da Bahia, em 2 de julho de 1823.

Na Revolução Liberal de 1842 de São Paulo, foi para lá enviado à frente de 280 homens, tendo sido na ocasião, como tenente-coronel, ajudante-de-ordens de seu parente e amigo, o então Barão de Caxias, enviado para pacificar a província rebelada, além de ser responsável *pelo Detalhe*, nome à época do Boletim Diário.

Promovido a coronel, comandou, por cerca de 8 anos, o atual Regimento de Dragões da Independência, de Brasília, de 7 de setembro de 1847 a 7 de fevereiro de 1855.

Comandou também as Armas da Bahia, atual 6ª Região Militar por 5 meses, em 1855, tendo como ajudante-de-ordens seu filho, João, já consagrado colaborador de Caxias na Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52)

Comandou ainda a Guarda Nacional da Corte, de 6 de fevereiro 1858 a 22 de abril de 1868, por mais de 10 anos, quando organizou contingentes enviados ao Paraguai.

Foi titulado Barão da Gávea, em 17 de março de 1871. De 1873 a 1888, por 15 anos, exerceu a função de Ajudante General de dezenove ministros da guerra, parlamentares, deputados ou senadores, como interinos ou efetivos, em face da grande rotatividade entre liberais e conservadores. Esse fato revela a importância da função de Ajudante General, criada por Caxias.

Eis os ministros de que foi Ajudante-General: Visconde do Rio Branco

(1872-73); João José de O. Junqueira (1873-75 e 1885-86); Duque de Caxias (1875-77); Luiz Antônio Pereira Franco (1876); Marques de Herval general Osório (1878-79); Eduardo Andrade Pinto (1878); João Lins V. Cansanção Sinimbú (1879); Te- nente-general Antônio Corrêa Câmara, Visconde de Pelotas (1880-81, por ocasião morte de Caxias); Barão Homem de Mello (1881); Franklin Dória e Barão de Loreto (1881-82, criador da Bibliex como fonte de consulta); Afonso Augusto M. Pena (1882-84); Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1882-83); Antônio Joaquim Rodrigues Jr (1883-84); Felipe Franco de Sá (1884); Cândido Maria de Oliveira (1884-85); Engenheiro Militar Antônio Eleutério Camargo (1885); Alfredo Chaves (1886-87); Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1887-88) e Thomaz Coelho (1888).

O Marquês da Gávea deixou a função de Ajudante General em razão de protesto que lhe foi enviado pelo Clube Militar, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, protesto de recusa do Exército em fazer o papel de capitão do mato na perseguição de escravos fugidos.

Deixou o cargo de que pedira exoneração em 17 de maio de 1888, quatro dias decorridos da Lei Áurea, após a qual, como se constata pela imprensa da época, a Princesa Izabel passou a ser chamada a *Redentora* e o Exército de *Redentor dos escravos*.

Foi ele Ajudante-General de Caxias (1875-77), quando em esforço coordenado, reformaram e ampliaram o atual Palácio Duque de Caxias, o qual adquiriu o aspecto que tinha no dia 15 de novembro de 1889, da Proclamação da República.

Até bem pouco tempo, decoravam o refeitório de oficiais da la Região Militar dois enormes óleos feitos na época. Um do Duque de Caxias em campanha, ao lado de um canhão, e outro do Marquês da Gávea, na atual Praça da República, tendo ao fundo, em reforma, o atual palácio Duque de Caxias. O óleo de Caxias foi destinado à Academia Militar das Agulhas Negras.

O Marquês da Gávea foi reformado, pela República, aos 86 anos, em 30 de janeiro de 1890, após 76 anos de serviço. Faleceu em 13 de junho de 1890.

Ele e seu filho, Marechal João Fonseca da Costa, sentaram-se lado a lado, por cerca de 8 anos, como Conselheiros de Guerra, de igual forma que Caxias sentou ao lado do pai por guase igual período no Senado do Império.

O marechal João Fonseca Costa, Visconde da Penha, é estudado por Laurêncio Lago, em *Os Generais do Exército Brasileiro*, 1860-1889. Rio, Biblioteca Militar, 1942, pp. 67-72. Acompanhou, como alferes, o Duque de Caxias na Revolução Farroupilha (1842- 45). Foi seu ajudante-de- ordens no Comando das Armas da Corte e Rio de Janeiro (1848-51) e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Retornando ao Rio, continuou nessa função, sendo Caxias Comandante das Armas da Corte, interrompendo para servir de ajudante-de-ordens do pai, o então brigadeiro Manoel da Fonseca Costa, comandante das Armas na Bahia, ser o assistente e ajudante-de- ordens do Ajudante General do Exército (o tio de Caxias e Visconde de Suruí) e coronel chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra do Paraguai. Brigadeiro, em 14 de novembro de 1869, recebeu consagrador elogio de Caxias.

A concluir-se das Memórias de Alfredo de Taunay, passou maus momentos até retirar-se para o Rio por motivos de saúde, em 12 de julho de 1869, depois de 5 meses junto à equipe do Conde D'Eu. Deve ter sofrido muito com a guerra

de alfinetes que lhe moveram.

Barão da Penha, em 1874, foi promovido a marechal- de-campo, em 20 de julho de 1876, sendo Caxias Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros. Nesse posto ele vai assistir à morte de Caxias, em 1880.

Fiel ao Império, acompanhou a Família Imperial no exílio. Pediu reforma em 21 de janeiro de 1890 e faleceu, em Paris, em 9 de janeiro 1902, aos 79 anos.

Descendente seu confiou, em 1925, a espada que recebera de Caxias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde, em 1930, serviu de modelo dos espadins de Caxias, símbolo dos cadetes do Exército.

Por tudo se conclui a estreita ligação familiar e profissional dos Fonseca da Costa com os Lima e Silva, durante todo o tempo que perdurou o Império.

Indiscutivelmente, os Fonseca da Costa prestaram assinalados serviços militares ao Brasil e estamos seguros de que Caxias estará satisfeito com o resgate histórico que aqui fazemos de seus ilustres e devotados colaboradores e parentes, Manoel Antonio e seu filho João Fonseca Costa.

Passemos pois a apreciar as realizações em pról do Exército pelo Duque de Caxias.

## • Realizações em sua la investidura no Ministério da Guerra (1855-57)

- As promoções nas armas passaram a ser feitas todas na mesma data (Dec 1634,1855) atendendo à justos reclamos da tropa.
- O rendimento da cavalhada do Exército, melhorou, ao ser contratado um veterinário e um picador o célebre Luiz Jácome, carioca, que tirou curso de Hipologia na Inglaterra e que foi consagrado pelos pósteros dando o nome ao picadeiro do Colégio Militar.

Luiz Jácome foi instrutor de equitação da Escola Militar durante a Guerra do Paraguai, quando propoz ao Exército adotar seu *Sistema de doma racional de cavalos, éguas e muares chucros.* Depois de Caxias, foi também instrutor de equitação de D. Pedro II.

Estudado seu sistema, pelo marechal João Manoel Mena Barreto, que tombaria morto no assalto de Perribebuí, após se imortalizar na defesa de São Borja, (1865) no comando de Voluntários da Pátria, este emitiu o seguinte parecer: posto em execução no Exército o Sistema Jácome, em pouco tempo será abolido do Orçamento a rubrica Remonta.

O sistema era de grande interesse militar, assim como sua publicação *Livro* do Ferrador, cuja importância assim Jácome justificava: Por falta de um cravo perde-se uma ferradura e, por causa desta, uma batalha.

Era um problema relevante a boa técnica de ferrar, num Exército hipomóvel. Tanto que, ao ser contratada a Missão Militar Francesa, veio junto um marechal de Logis que, ao leitor desavisado, parecería, à primeira vista, um marechal especialista em logística, mas que, em realidade, era um sargento ferrador.

- No tocante à formação de oficiais, transferiu a ins tração prática ou profissional do largo do São Francisco para a Fortaleza São João, enquanto se construía a Escola Militar da Praia Vermelha, que fechava a praia entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia atuais.

Escolheu uma área, o Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para servir de campo de exercícios e de tiro à Escola Militar profissionalizada, uma grande preocupação sua.

Dionízio Cerqueira dá-nos uma idéia dessa profissionalização antes da Guerra do Paraguai, no seu clássico *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. A partir de 1874, ela sofreria o impacto da Reforma do Ensino (Dec 5529, de 17 de janeiro de 1874) que introduziu o bacharelismo militar, o qual perduraria até 1905, quando a Escola Militar foi fechada e, a seguir, extinta, para ser reaberta em Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra.

Presidia, em 1874, o Gabinete de Ministros o Visconde do Rio Branco. Era seu Ministro da Guerra o conselheiro João José de Olliveira Junqueira e, comandante da Escola Militar, fazia 23 anos, o marechal

Polidoro Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Tereza. Engenheiro militar, sem experiência militar em campanha, Polidor ligou-se ao desastre de Curupaiti, o que determinaria a sua substituição no comando pelo Marquês de Caxias.

- Outra medida de grande alcance na racionalização e padronização da administração das unidades do Exército foi a criação, nestas, dos Conselhos Econômicos.
- A criação da Pagadoria das Tropas da Corte facilitou a administração do Exército.
- Deu-se especial atenção à nova regulamentação do Corpo de Saúde do Exército.
- Atacou-se o problema crucial do Recrutamento Militar, expondo o problema ao Gabinete de Ministros, que ele integrava, e ao Senado, de que era um membro, da seguinte forma:

O recrutamento forçado admitido entre nós é sistema tortuoso, irregular e improfícuo. Enquanto não tivermos uma Lei de Recrutamento, uma lei fundada nos sadios princípios de justiça e de equidade. Lei que obrigue todos os cidadão de qualquer condição a prestar tempo de serviço militar na força armada regular, em determinadas circunstâncias. Lei que encoraje a voluntariedade, por isenções e favores, para a prestação de serviço militar, bem como os engajamentos dos que já serviram o tempo previsto em lei, é questão fechada para min, que nunca teremos um exército composto de elementos de moralidade e ordem, como convêm ao bom desempenho de sua nobre missão. Mais uma vez invoco o patriotismo (do parlamento), para que doteis o Exército com lei sobre tal matéria, com base no princípio das nossas instituições e em nossos costumes.

Só em 1874 seria votada uma lei do Serviço Militar, mas, descrumprida por 42 anos, só foi implementada em 1916, com o 1º Sorteio Militar.

A Lei nº 2556, de 27 de setembro de 1874, regulamentada pelo Decreto nº 5.881 de 27 de fevereiro de 1875, estabelecia:

O Recrutamento para o Exército e Armada (Marinha atual) será feito:

Parágrafo 1º: Por engajamento e renganjamentos voluntários.

Parágrafo 2º: Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente, na conformidade da lei 2556 de 27 de setembro 1874. O sorteio só foi implementado a partir de 1916, sendo Ministro da Guerra o marechal Caetano de Farias, durante a la Guerra Mundial.

- Realizações em sua 2ª investidura no Ministério da Guerra.
- Reformulação das doutrinas de Instrução, de emprego operacional, e de Justiça e Disciplina do Exército, que se encontravam bastante desatualizados.

A doutrina de emprego operacional era desordenada, segundo A. de Carvalho, em *Caxias* (Rio, Bibliex, 1972, p. 161):

A Infantaria obedecia as instruções já fora de uso em Portugal, de Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria seguia as Instruções de Doutrina do marechal inglês Carr Beresford, do início do século. A Artilharia seguia a Doutrina da Guarda Real Francesa do general Pardal e a da extinta Comissão Prática de Artilharia.

A Disciplina e a Justiça Militar ainda se baseavam nas doutrinas do Conde de Lippe, quase centenárias.

Caxias adaptou a doutrina vigente em Portugal de influência ainda inglesa para as três armas, às circunstâncias de nosso Exército. E ressaltou na justificativa: enquanto não se organize uma tática privativamente nossa, de acordo com as realidades operacionais sul-americanas...

Com isso tomou-se o pioneiro do ideal de uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira genuína, conforme ressaltou, o coronel Amerino Raposo em, *Caxias* e a *Doutrina Militar* (Bibliex, 1959).

- No tocante à Disciplina e à Justiça Militar, conseguiu, como Senador, Conselheiro de Guerra, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Guerra, a aprovação do: Regulamento Cor- recional das Transgressões Disciplinares de um novo Código Penal Militar.

Foi com essa doutrina de instrução, emprego, justiça e disciplina que o nosso Exército enfrentou a Guerra do Paraguai, apoiada numa organização institucional mais ágil, representada pelas figuras do Quartel Mestre General e do Ajudante General.

- Caxias voltou a bater, em 1862, na tecla do Serviço Militar Obrigatório e insistiu:
- ...o único meio de se conservar (manter) no Império um Exército, ainda que pequeno, mas o indispensável à sua defesa, é o de chamada obrigatória para o serviço das armas, dos indivíduos que, em vossa sabedoria, julgardes que devem constituir a massa recrutável de nossa população.
- Ele defendeu, no Senado, a idéia da criação de Colônias Militares que constituiu grande avanço, de expressiva projeção geopolítica, ao criar núcleos políticos nacionalizadores em vazios demográficos junto as nossas fronteiras, em especial: num país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos baldo (carente) de população civilizada e, em outros, apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso com Estados (nações) em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento (criação) de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, como também medida política (dirse-ia geopolítica) de reconhecida necessidade.
- Caxias dedicou atenção especial à fabricação da pólvora (ainda com fumaça), na Fábrica de Estrela.

Ele recebeu informação confidencial de Américo Costa, da Legação do Brasil na Prússia, em 1º de outubro de 1861, sobre a descoberta de uma nova

pólvora pelo capitão Shultze, do Exército dessa nação, que havia sido experimentada satisfatoriamente na fortaleza de Spandaw.

Seguramente tratava-se de pólvora sem fumaça, cuja fabricação começou no início do século, na Fábrica de Piquete construída pelo Ministro da Guerra Marechal João Neponuceno Mallet. Ela foi a primeira da América do Sul e constitui um marco de sua administração, ao lado da criação do Estado-Maior do Exército.

Do grande pintor Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, Caxias recebeu a seguinte informação confidencial de Berlim, datada de 3 de setembro de 1861:

Na Escola Politécnica de hiena, assistí a experiências de um novo bronze, que oferece dupla vantagem sobre o atual. E mais sólido e mais elástico, e com ele se poderá fazer Artilharia mais leve, o que será de grande auxílio para o transporte e manobra na nossa guerra (a do Paraguai ?)

Os homens que aí vejo, pacientes, com natureza para tais ensaios, por terem gênio particular para isso,

são o Conselheiro Mello, do Observatório, ou o dr Capanema (pioneiro da telegrafia no Brasil) e, talvez, o dr Azevedo Coutinho, da Casa da Moeda, porque é muito paciente e tenaz para tudo. E este ensaio se pode fazer sem embaraços, porque não envolve complicações e despesas grandes

Em ocorrência (época) alguma se procurou mais a arte de destruir do que na atual, em que todos os governos se armam por causa de uma mútua desconfiança.

Em breve eclodiriam, ao nosso ver, três pioneiras guerras totais: a de Sesseção, nos Estados Unidos, a da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, e a Franco-Prussiana.

Com as medidas abordadas nas duas oportunidades em que foi ministro da Guerra cumulativamente como *Chefe do Governo, Caxias* preparou o melhor possível o Exército para o confronto que seria a Guerra do Paraguai.

## • Realizações em sua 3ª e última investidura no Ministério da Guerra.

- Logo no início de sua gestão, Caxias conseguiu a aprovação do Regulamento para a Disciplina (sentido de organização) e Serviço Interno dos Corpos Arregimentados em Quartéis Fixos. Equivalia ao atual RISG Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Possui disposições comuns a todas as armas. Havia nele uma grande preocupação com o manejo das cavalhadas, que representavam a mobilidade. As atribuições afetas ao comandante de unidade ainda são de muita atualidade. Foi aprovado pelo Decreto 6373, de 15 de novembro de 1876.
- Caxias, que a havia construído, na sua primeira investidura como Ministro da Guerra, promoveu a ampliação da Escola Militar. Conseguiu adquirir armamento de retrocarga Com- blain para a Infantaria, além de transformar, de percussão periférica para central, 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer de retrocarga.
- Na sua 3ª gestão foram *construídos os fortes de* Uruguaiana, Corumbá e Ta- batinga, de projeção na defesa da fronteira e na geo- política brasileira. Veja-se hoje a importância dessas cidades no intercâmbio do Brasil com a Argentina, a Bolívia e a Colômbia.

- Nela foi criado o Corpo de Transportes, no Rio Grande do Sul, destinado a transportar materiais e pessoal, dos portos fluviais ou estações fer roviárias para as unidades de fronteira e vice-versa.

O corpo de Transporte, ao comando do major Bento Gonçalves da Silva Filho (neto do líder farrapo) foi capturado pelos federalistas no cerco, seguido de massacre por degola da Cavalaria Civil, em Rio Negro, atual Hulha Negra, em 28 de novembro de 1893.

Quando aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, o futuro marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, usou meios desse Corpo para deslocar-se, de corona, até Rio Pardo.

- Caxias criou as Companhias de Telégrafos, as pioneiras da Arma de Comunicações, para apoiar o surto telegráfico acorrido quando, Chefe do Governo (1875- 77), foram ligados ao Rio, pelo telégrafo, às cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, para atender à necessidades preventivas de Defesa Externa.

O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos ex-combatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.

- Adquiriu a Ilha do Bom Jesus, local do asilo de Inválidos da Pátria, instituição que, até bem pouco tempo, amparou militares invalidados em operações militares.

Em 1985 ela abrigava a Companhia de Comando da la Região Militar, ocasião que foi recolhido seu livro Histórico ao Arquivo Histórico do Exército, onde se encontra.

- Também nessa sua gestão deram-se a criação dos cursos de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul, da Escola Prática de Tiro de Campo Grande (local da Escola de Realengo), e do Corpo Eclesiástico do Exército (capelões) e dinamizaram-se os Depósitos de Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes de Artilheiros (pioneiros do SENAI) na Fortaleza São João.

Foram dadas garantias a veteranos Voluntários da Pátria do Paraguai. O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos excombatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga, que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.

- Caxias criou estímulos ao recrutamento, para atender à Fábrica de Ferro de Santana do Ipanema, à Fábrica de Pólvora de Estrela, aos hospitais, farmácias etc.

Em resumo Caxias, preocupou-se com os Voluntários da Pátria, com o ensino profissional de menores, com os militares inválidos em ação de guerra, com a normalização da vida nas casernas, com o aperfeiçoamento do ensino no tocante a sua praticidade, com cursos de Infantaria e Cavalaria e a Escola Prática de Tiro de Campo Grande (Realengo), com a atualização do armamento do Exército, do de carregar pela boca pelo de retrocarga e de percussão periférica, e de fortificar alguns pontos desguarnecidos da fronteira, proporcionando grande intercâmbio com nações vizinhas.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

## PROJEÇÃO DE CAXIAS NO DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA DO EXÉRCITO

Sendo a doutrina militar representada, numa definição simples, como a maneira pela qual um Exército é organizado, equipado, instruído, motivado (moral) e empregado operacionalmente, passaremos a apreciar a projeção de Caxias no desenvolvimento da doutrina do Exército, em face da sua atuação nas funções que exerceu como Ministro, Senador e Chefe de Governo, atrás comentada.

## Quanto à organização:

Caxias procedeu profunda reforma administrativa, com a criação das funções de Ajudante General e de Quartel Mestre General do Exército. Ele criou os Conselhos Econômicos nos Corpos de Tropa, que lhes racionalizaram e padronizam a administração. Teve aprovado o Regulamento para a Disciplina (ordenamento administrativo) e Serviços Internos dos Corpos de Arregimentados e Fixos, com projeção no campo da Instrução e do Equipamento. Promoveu a criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelães), e a adoção do novo Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército (Dec 1900/57). Insistiu reitera- damente junto ao Parlamento para a adoção do Serviço Militar Obrigatório, que foi concretizado em 1874.

A criação do corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, teve repercussões na organização e no emprego, de Companhias de Telégrafos, para fazer face ao surto da telegrafia iniciado em 1852. Com ela estabeleu uma linha de Segurança Interna, no Rio de Janeiro: QG - Palácio Imperial Quinta da Boa Vista - Polícia Militar (atual QG da PMRJ) - Arsenal de Guerra - Arsenal de Marinha.

Caxias deu apoio ao aproveitamento de menores carentes como aprendizes militares, no Arsenal de Guerra, e aprendizes artilheiros, na Fortaleza São João, contribuindo para a renovação de técnicos e de artilheiros. Ele construiu os fortes de Uru- guaiana, Corumbá e Taba- tinga, com reflexos na Organização já comentada. Promoveu o contrato de veterinário e de picador, com vistas ao manejo racional das cavalhadas do Exército. Deu estímulos à maior produtividade das fábricas de pólvora de Estrela, e de ferro, de Santana do Ipanema, em São Paulo.

#### Quanto ao Equipamento:

Promoveu a aquisição parcial de armamento retro- carga, para a Infantaria e a Cavalaria, de canhões Krupp para a Artilharia e a transformação de 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer, de percussão periférica para percussão central.

#### Quanto a Instrução e Ensino:

Retirou a formação profissional de oficiais do Largo do São Francisco para a Fortaleza de São João, enquanto durou a construção da Escola Militar da Praia Vermelha formadora da geração de jovens oficiais que combateram na Guerra do Paraguai (Deodoro, Floriano, Tibúrcio etc). Promoveu a destinação do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para manobras e instrução de tiro da Escola Militar; a dinamização da formação de menores aprendizes artífices e artilheiros já citadas; a criação da Escola Prática de Tiro (em geral) de Campo Grande, com sede no antigo prédio que seria ocupado, de 1913 a 1944, pela Escola Militar do Realengo; a criação dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, na Província do Rio Grande do Sul; e a instrução do Exército segundo doutrina apoiada na adaptação das Ordenanças de Portugal para as três armas.

#### •Quanto à Motivação (Desenvolvimento do Moral):

Incentivou-a com a adoção de data única para as promoções nas três armas; a criação de Pagadoria para as tropas da Corte; a adoção de novo Código Penal Militar, mais brando, que substituiu os draconianos e centenários Artigos de Guerra do Conde de Lipe, e do Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares, padronizando punições procuraram erradicar abusos e arbitrariedades de algumas autoridades, conforme justificou ao adotá-lo; a criação de Colônias Militares, avós dos Pelotões de Fronteira, onde eram aproveitados militares reformados por idade ou incapazes para o Serviço Militar, na dupla missão de vivificá-las, política e economicamente, e defendê-las, se necessário, como se fez em Dourados, sob a liderança do tenente Antônio João; da compra da Ilha de Bom Jesus, sede do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição criada para amparar militares brasileiros inválidados quando em serviço; da garantia de vantagens aos Voluntários da Pátria, quando de seus alistamentos para Guerra do Paraguai; da sua iderança carismática, que foi capaz de anular ou de desestimular esforços erradicadores do Exército, retomados com vigor após a sua morte e a de Osório, em 1880 e 1879, respectivamente.

#### Quanto ao Emprego

Antes das guerras contra Aguirre e Rosas e do Paraguai, promoveu a adoção das Ordenanças de Portugal para as três armas adaptada às realidades operacionais sul-americanas, que viven- ciara nas 5 companhias militares que comandara. Aumentou a operacionalidade do Exército, com o Corpo de Transportes e as Companhias de Telegrafias. Consolidou a estrutura administrativa e logística de zona de retaguarda, representada pelo Ajudante General e o Quartel Mestre General.

### **CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS**

Caxias não podia tudo. Dependia para as reformas que desejava para o Exército, da Câmara e do Senado, que eram mais simpáticos à Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça. A Guarda competia de modo desigual com o Exército no recrutamento, o qual raramente conseguia atingir

os efetivos que a lei lhe facultava.

Falecidos os senadores Caxias e Osório, já em 1881 foi fundado, na Santa Cruz dos Militares, o Diretório Militar. Esse Diretório visava a eleger militares dos três partidos para, na Câmara e no Senado, tentarem minimizar a falta de ambos os líderes na proteção dos assuntos do Exército.

Nesse contexto, surgiu a primeira revista militar, a Revista Militar Brasileira, atual Revista do Exército Brasileiro, que, em 1882, em editorial, traduziu o ânimo dos militares da seguinte forma: *Um pais como o Brasil que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata o mérito militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a dedicatória ao Serviço Pública....* 

Caxias, conservador, e Osório, liberal, foram essenciais como obstáculos à erradicação do Exército e moderadores das hostilidades políticas e culturais contra ele.

Aí está estampado, em parte, o espírito de descontentamento do Exército, logo após a morte de ambos. Amigos íntimos e até confidentes, embora militares de agremiação políticas rivais, fizeram juntos a política do Exército e não política no Exército, como mais tarde o general Goes Monteiro iria preconizar.

Desaparecendo essas lideranças as hostilidades de que eles eram obstáculos tomaram vulto e despertaram reação igual e contrária, traduzida pelo Diretório Militar, pela Questão Militar, pela Fundação do Clube Militar, pela deposição do Gabinete Ouro Preto e pela proclamação pacífica e tranquila da República, seguida de sua sangrenta consolidação para sufocar as reações armadas que a ela se fizeram, de 1891 a 1915.

Deodoro, ao depôr o Gabinete Ouro Preto, respon sabilizou-o de *possuírem* firme propósito em abater e mesmo de dissolver o Exército. E o que se pode concluir da obra de Ernesto Senna, o repórter da Proclamação da República, Deodoro, subsídio para a História-Notas de um Repórter (Rio, Imp. Nacional, 1939).

Se Caxias tivesse sobrevivido até 1890, como o seu parente da mesma idade e colaborador, Marques da Gávea, é possível que a República não tivesse se implantado, pelo menos via Exército, com apoio de parte da Marinha.

Caxias, na primeira vez que exerceu o cargo de Ministro da Guerra, teve seu Ministério contemplado com uma média de 27% do Orçamento; da segunda (1861- 62), cerca de 21 % em média, e da terceira cerca de 13% em média. O percentual durante a Guerra do Paraguai foi de cerca de 46% e, durante a Guerra de 1851-52, de 36,7%. Conclui-se, pois que Caxias não tirou partido de sua posição de Chefe do Governo para dotar o Exército de maiores verbas.

Caxias conseguiu com seu carisma e prestígio civil e militar minimizar o que interpretaria muito bem o general Aurélio de Goes Monteiro:

Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações que se dizem

militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o do verdadeiro soldado.

Tal contexto cultural foi modificado, a partir da Revolução de 30, pelo próprio general Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército e assessor do Ministro Dutra, ao orientar seus subordinados:

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército... A política do Exército consiste na preparação para a eventualidade de uma guerra. E esta preparação interessa e en- volvefodas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza -eno campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo o interesse nacional.

Parte desse pensamento, cremos que, implementado, ajudou a mudar o panorama cultural de repulsa histórica ao espírito militar. Para isso, muito contribuiu o ensino modernizado nas atuais Escolas de Sargentos das Armas, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando e Estado-Maior que, aos poucos, consolidaram no Exército, o verdadeiro espirito do soldado, contrário ao dos pretorianos e milicianos que a Primeira República conseguira imprimir em alguns setores de Exército, por pressões oligárquicas.

Dão a medida do que foi o grande equívoco do ba- charelismo militar no Ensino (1874-1905), os ilustres e abalizados chefes: Marechal Setembrino de Carvalho, pacificador do século XX no Ceará (1910), no Contestado (1916) e na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, e o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, líder dos Jovens Turcos e que chefiou a Comissão Mista Brasil - EUA em Whasington durante a II Guerra Mundial."

Goes Monteiro se consagrou como grande pensador militar brasileiro no seu livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército.* (Rio, Adersen Ed, s/d.). Seu arquivo pessoal foi trabalhado pelo Arquivo Histórico do Exército, dada a sua relevância a o interesse que tem despertado, inclusive em historiadores e cientistas políticos, nacionais e estrangeiros. Ele é aqui lembrado porque muito aprendeu com a vida e obra de Caxias, ao ponto de produzir como Ministro da Guerra (1934- 35), alentado artigo de 40 páginas, *Caxias como Comandante-em-Chefe* (Revista Militar Brasileira, 25 agosto 1935, Especial p.231- 271), na qual o Presidente Getúlio Vargas de próprio punho escreveu, balizando a projeção de Caxias na Unidade Nacional:

O Duque de Caxias, nas lutas internas em que foi chamado a intervir, nunca se deixou ganhar por ódios políticos ou por paixões subalternas. Agia sempre dentro de um equilíbrio perfeito entre o dever do cidadão e o prestígio da função militar, orientado sempre pelo sentimento da Unidade Nacional.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

### CAMINHOS HISTÓRICOS ESTRATÉGICOS DE PENETRAÇÃO E POVOAMENTO DO VALE DO ALTO E MÉDIO PARAÍBA Cláudio Moreira Bento

#### Introdução

A descoberta do ouro em Minas Gerais e a seguir em Cuiabá e Goiás de c. 168-1725, determinaram a abertura de caminhos para transportar em segurança para o Rio de Janeiro, seja de Minas, no tocante ao seu ouro descoberto entre 1681-1695, seja de São Paulo o ouro descoberto em Cuiabá em 1719 e o de Goiás descoberto em 1725, além de outras minas deste precioso metal e de diamantes e, em maioria descobertas por bandeirantes paulistas.

Este esforço para o estabelecimento de **caminhos** através do Vale do Alto e Médio Paraíba, ou através dele, se constituiu em fator de progressivo devassamento, povoamento, incorporação e integração da citada região ao restante do Brasil Colônia. Ao oeste, com Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e, ao Sul, através de São Paulo, pelo Tropeirismo de Mulas e com o Nordeste, através da Bahia, capital da Colônia até 1762 ,ao longo do rio São Francisco "0 Rio dos Currais" e mais tarde o "Rio da Integração Nacional."

Entre estes **caminhos** estratégicos históricos, focalizaremos os abaixo numerados, para facilidade didática e de referências a serviço da síntese. Outros caminhos estratégicos além destes foram focalizados por Capistrano de Abreu em **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora.. Briguiet,1960.

#### Caminho 1

— Caminho São Paulo - Lorena (ex vila da Piedade) de acesso paulista as minas que descobriram em Minas Gerais 1681-95. Balizado pelas atuais localidades: Mogi das Cruzes - Jacareí - São José dos Campos - Caçapava — Pinda -Taubaté (base de partida das bandeiras)- Aparecida - Guará - Lorena - Garganta do Embaú na Mantiqueira e sul de Minas .

#### Caminho 2

— Primitivo Caminho dos índios Guanás ou Caminho Velho.Um caminho anfíbio (terra - mar- terra) ligando o Rio de Janeiro com as minas de ouro de Minas Gerais e assim balizado: Rio de Janeiro - Santa Cruz - Sepetiba (por terra) - ilhas da baia de Angra dos Reis — Parati (por água) - Vila Facão (atual Cunha)- Guaratinguetá (porto Paicaré ) - Lorena - Garganta do Embaú na Mantiqueira (entre Piquete e Cruzeiro atuais)e sul de Minas .

Os caminhos 1 e 2 faziam junção em Guará. Vila Facão, nome em razão da transposição da Serra do Mar para o Vale do Paraíba a serra lembrar um

fação

#### Caminho 3

— Caminho Novo ou de Garcia Rodrigues (filho do bandeirante Femão Dias Pais o devassador e fundador de Minas Gerais). Caminho inicialmente balizado pelo Rio de Janeiro — travessia da Serra dos Órgãos — rio Paraíba do Sul — foz do Paraibuna — subida do Paraibuna - transposição da Mantiqueira — atual Barbacena, a bifurcação de caminhos demandando os vales auríferos dos rios das Mortes e das Velhas. Ao longo dele surgiu Paraíba do Sul povoado que se desenvolveu em tomo da fazenda onde se estabeleceu Garcia Rodrigues, ponto de partida de povoamento de áreas adjacentes.

#### Caminho 4

— Caminho Novo ou Caminho Vila da Piedade (Lorena atual) -Fazenda Santa Cruz -Rio de Janeiro. Caminho também chamado de Via Cezarea (em São José do Barreiro) e balizado por Lorena - Silveiras - São José do Barreiro - Bananal -Serra das Araras - São João Marcos (Vila do Príncipe hoje inundada por represa no Ribeirão das Lages)- Seropédica - Santa Cruz - Rio de Janeiro

Caminho idealizado para " escoar os quintos de ouro devidos ao governo vindos de Mato Grosso e Goiás através de São Paulo e, por terra, até o Rio de Janeiro, livre da ameaça de piratas e corsários e de acidentes marítimos .

Estes caminhos históricos estratégicos evoluíram para as atuais vias de transportes retificadas e melhoradas, ao longo de mais de um século .Ou seja: Os caminhos 1 e 4 resultaram na moderna rodovia Marechal Dutra ligando Rio - São Paulo e a mais importante do Brasil hoje explorada pela Nova Dutra. .0 Caminho 3 resultou na atual Br 3 ligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte.

O Caminho 2 o primitivo Caminho dos Guanás, perdeu sua expressão pelo desenvolvimento tecnológico, sendo substituído hoje, pela rodovia turística São José dos Campos — Porto de São Sebastião. E ,até hoje, o acesso Parati — Cunha ainda é muito difícil .

O primitivo Caminho Novo que uniu Rio — São Paulo por terra ,de 1785-1873 e que teve dias gloriosos com o café plantado ao longo dele ,entrou em decadência com a ligação ferroviária Rio- São Paulo no anos 70 do século passado .Nos anos 20 deste século, com o surto rodoviário então inaugurado pelo presidente Washington Luiz com seu lema "Governar e construir estradas" ele teve duas décadas de movimento até ser inaugurada a Via Dutra em 1950.0 esgotamento das terras pelo café e mais a ferrovia Rio-São Paulo e em 1950 a Via Dutra, determinaram a decadência do primitivo Caminho 4, onde, em 1932, a fronteira Rio — São Paulo foi cenário de renhidos combates entre revolucionários de 32 e governistas com seu Quartel General em Resende. Foi sobre o primitivo Caminho 4 que em 1842, em Silveiras, governistas da Policiai da Corte ,enviados do Rio de Janeiro e infiltrados através do Caminho 2 bateram os revolucionários em Silveiras em Trincheiras.

Os primitivos Caminhos 1, 3 e 4 se transformaram nos dois mais

importantes eixos estratégicos terrestres ligando as capitais São Paulo — Rio de Janeiro — Belo Horizonte e Brasília — vértices do Quadrilátero do Poder Nacional.

A importância destes caminhos históricos estratégicos foi num crescendo durante o Ciclo do Ouro e continuou no vale do Alto e Médio Paraíba durante o Ciclo de Café iniciado, repetimos, em Resende. Ciclo que obrigou a abertura e exploração de caminhos ligando por terra, através de passagens na Serra do Mar, o Vale do Paraíba até os portos de Angra dos Reis e Parati. Isto para escoar em lombo de mulas de 1800-1863, o café valeparaibano para os portos de Angra dos Reis, Parati e deles para o exterior, até a construção das ferrovia Rio - São Paulo na citada década de 70 do século passado.

Por cerca de uma década 1860-73, o café produzido em Resende e adjacências foi escoado via fluvial pelo Paraíba até as pontas dos trilhos da ferrovia Piraí - Rio.

Ao longo dos Caminho 4 e do 3 foram decididas, nas alturas das fronteiras Rio de Janeiro com São Paulo e Rio de Janeiro com Minas Gerais no Vale do Médio Paraíba, a sorte das revoluções de 1842 e 1964. E no Caminho 3 ,no Vale do Paraíba mineiro ,a sorte da revolução de 30 partida de também de Minas com destino ao Rio de Janeiro, bem como também a revolução de 1964 E no Caminho 4, na Fronteira Rio de Janeiro - São Paulo, na altura de Resende Itatiaia, foi decidida a sorte da Revolução de 32, o que dá a medida da importância estratégica militar dos citados caminhos. Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação!

Para um melhor entendimento da projeção histórica dos 4 caminhos históricos estratégicos focalizados, recorreremos à Cronologia, disciplina auxiliar da História, balizando fatos direta e indiretamente a eles ligados para que o leitor e o pesquisador interessados, as enriqueçam com as suas reflexões ilações e conclusões pessoais.

Trataremos de preferência as localidades por suas denominações atuais, sendo que as denominações primitivas constam da bibliografia.

Trataremos os caminhos por seus números que convencionamos na Introdução para maior facilidade de referências.

Traduziremos em linguagem atual o sentido dos documentos antigos que transcreveremos no todo ou em parte. Documentos também constantes da bibliografia consultada.

#### Cronologia

1565-João Ramalho iniciou o devassamento do vale do Paraíba paulista até Lorena (antiga Vila da Piedade), combatendo índios que ameaçavam São Paulo. Deu início ao balizamento do **Caminho 1.** 

1597-Martim Correia de Sá, saindo do Rio de Janeiro com 700 portugueses e 2.000 índios, percorreu o **Caminho 2** e atingiu o Sul de Minas.

1624-1654 Holandeses invadem o Nordeste e tem lugar as Guerras Holandesas no Nordeste, por 30 anos.



Cronologia dos caminhos históricos estratégicos

1674-1681 Fernão Dias Pais Leme partiu de São Paulo ao longo do **Caminho 1** com a sua bandeira e atingiu Sabará .Descobriu ouro e diamantes e devassou e fundou Minas Gerais, onde integrou o Sudeste do Brasil com o Nordeste através do rio São Francisco até Salvador, capital da Colônia.

- 1680 Expedição marítima do Rio de Janeiro fundou Colônia do Sacramento defronte a Buenos Aires ,e por cuja posse Portugal e Espanha lutaram militar e diplomaticamente por 97 anos, com reflexos no Sudeste .
  - 1688 Paulistas santistas fundam Laguna em Santa Catarina.
- 1690 Documento em tomo desta data refere: Descoberto o ouro em Minas e divulgada a sua existência, logo os paulistas seguiram para lá pelo (Caminho 1) e os do Rio de Janeiro logo fizeram caminho para as minas pelo (Caminho 2), ou dos Guanás.
  - 1694 Foram descobertas as minas de ouro de Vila Rica (Ouro Preto).
- 1698- O Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro solicitou a Garcia Rodrigues que abrisse um caminho (Caminho 3) ligando a Baia da Guanabara aos Campos Gerais e minas de Ouro Preto, Sabará etc, sem o risco do inimigo no mar (perigo de corsários e piratas no trecho Parati Sepetiba, passagem obrigatória do ouro levado para o Rio pelos Caminhos 1 e 2.).

1700 — As minas de ouro de Minas são atingidas pela fome em razão das fortes chuvas as isolarem de sua base abastecedora, a Bahia,através do rio São Francisco. E assim retratou a tragédia Lima Junior em **A Capitania de Minas Gerais...:** 

A fome atingiu Ouro Preto, os gêneros alimentícios custavam cifras altíssimas e eram raros. A fome foi agravada por uma epidemia de varíola que devastou vários arraiais. Os animais eram vigiados para não serem devorados pelos famintos. As cheias dos rios, em 1699 e 1701, agravaram a fome, impedindo a chegada de alimentos. Começou o êxodo dos famintos que caiam de fome em caminho. Lembra a tragédia o local Campo das Caveiras onde foram encontradas milhares delas dos que tentavam fugir da fome em Ouro Preto .Os viajantes eram assaltados por famintos que morriam aos magotes de espada e tiro ao primeiro embate .Foi um quadro aterrador!

- 1700 Tem lugar uma grande Corrida do Ouro para Minas Gerais. De todos os locais do Brasil e de Portugal migram enormes massas humanas para explorarem o ouro e diamantes lá descobertos.
- 1708-1709 Tem lugar a Guerra dos Emboabas. Ou de migrantes (emboabas) de Portugal e de várias partes do Brasil contra os paulistas que haviam devassado, descoberto e exploravam a minas .Os paulistas foram derrotados e Minas Gerais saiu da jurisdição paulista .Guerra que a **História do Exército** focaliza em seu v 1 (p.307).
- 1709 De set-out. os **Caminhos 1 e 2** foram percorridos, de ida e volta, por expedição militar paulista hierarquizada ,forte de 1300 homens, divididos em companhias de Infantaria e piquetes de Cavalaria e ao comando de Amador Bueno, Visavam uma revanche de derrota que os emboabas impuseram aos paulistas no Capão da Traição. Depois de renhidos combates se retiraram face a forte resistência encontrada, organizada previamente ao saberem da expedição vingadora.
- 1709 Portugal para não ficar despovoado proibiu migrações para Minas. Sua proibição é desobedecida .Se esvaziam São Paulo >Rio de Janeiro e Nordeste cujas populações se dirigem em corrida de ouro para Minas Gerais.
- 1710 O corsário francês Du Clerc invadiu o Rio de Janeiro. Foi derrotado, preso e morto misteriosamente. Garcia Rodrigues salvou o Tesouro do Governo no rio, transportando-o para lugar seguro na Serra da Mantiqueira no **Caminho 3**, o que lhe valeu, por Alvará de 16 set 1715, o direito de fundar uma vila numa passagem do rio Paraíba ,o que aconteceria 86 anos mais tarde, com a fundação de Resende em 1801 de que era donatário seu neto Cel Fernando, como adiante se verá e que herdou o direito do avô.
- 1710 Paulistas de Taubaté e Guará ,ao conhecerem a invasão do Rio desceram pelo **Caminho 2** para o litoral ,para lutar contra Du Clerc, o que causou grande alegria ao Rei que agradeceu em carta a solidariedade paulista.
- 1711 0 corsário francês Du Guay Trouin invadiu o Rio de Janeiro. Retirou-se a aproximação de coluna ao comando do Capitão General de Minas Gerais que desceu ao Rio pelo **Caminho 3**, com forte tropa que reuniu.

- 1711—Novo decreto tenta estancar em Portugal a Corrida do Ouro para Minas, mas sem grandes resultados.
- 1711— São criadas a vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará, onde se localizavam as ricas minas de Minas Gerais, tal o progresso que atingem.
  - 1713—E criada a vila de São João dei Rei, local de ricas minas de ouro.
- 1717 O Capitão General do Rio de Janeiro viajou a Minas pelo **Caminho 2** e observou:

Que em Parati havia um capitão Lourenço Carvalho, casado com uma mulata que possuía 300 escravos que transportavam Serra do Mar acima, até Guaratinguetá (porto Paicaré) cargas, pois no **Caminho 2**, não podiam ser usados cavalos em razão da aspereza do caminho. Levou 5 dias de Parati ao Vale do Paraíba e 20 dali até as primeiras minas do Ribeirão das Mortes (rio das Mortes)

- 1719 Portugal reitera proibição de migração portuguesa para o Brasil.
- 1719 Descobertas as minas de ouro em Cuiabá, por bandeirantes .
- 1719 Veio de Portugal uma companhia de Dragões ,com 41 homens, para apoiar a manutenção da ordem em Minas Gerais e Jogo a seguir, uma 2ª Companhia e só em 1735 a 3ª- originando o Regimento de Dragões de Minas.
  - 1720—Foi criada a capitania de Minas Gerais desligada da de São Paulo.
- 1721— Revolta de Vila Rica(Ouro Preto) esmagada pelos Dragões e o seu líder, Felipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado por crime de lesa majestade. Foi uma manifestação nativista.
- 1723 Frei Agostinho de Santa Maria observou em viagem pelo Caminho 2: Que Parati virá a ser muito populosa pelos muitos negócios e comércio que nela existem .Pois é porto de mar aonde chegam pessoas de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Munhungava e Taubaté. Pessoas estas que descem ao porto de Parati para comprarem sal, azeite, vinho e tudo o mais. Ali vem ter igualmente muitos moradores das Minas com ouro para negociar, como de Parati partem muitas pessoas (Caminho 2) que vem do Rio de Janeiro com destino as minas de ouro.
- 1725 São criadas as casas de fundição de ouro de Vila Rica (Ouro Preto), Sabará ,São João dei Rei e Vila do Príncipe em Minas Gerais e extintas em 1736, reabertas em 1851 e extintas em, definitivo em 1803 .Em 1725 foi aberta em Ouro Preto uma Casa da Moeda que foi extinta em 1736.Neste período funcionou uma casa de moeda falsa em Paraobeba 1730 e outra em Tijuco (Diamantina) 1732(Segundo o gen Severino Sombra em sua **História Monetária do Brasil).**
- 1725 Laguna SC mandou uma expedição que permaneceu longo tempo em São José do Norte atual, visando a exploração do gado vacum selvagem existente no Rio Grande e Uruguai atuais Foi a Frota de João de Magalhães, marco do povoamento português do atual Rio Grande do Sul. Tem inicio o período áureo de tropeadas de gado vacum das campanhas do Uruguai

e gaúchas para Laguna. E na esteira dos tropeiros surgem ao longo do litoral gaúcho invemadas de passagem e pouco depois lagunenses se infiltram e se radicam com estancieiros em tomo de Porto Alegre atual. Paulistas passam a explorar as vacarias existentes no Sul, com vistas a abastecer as minas de Mato Grosso Goiás e Minas Gerais, ligando assim as minas de ouro e diamantes à exploração do gado selvagem ou chimarrão existente no extremo Sul.

1725 — O bandeirante Anhanguera descobre minas de ouro em Goiás.

1725 — O Capitão General de São Paulo determina a abertura do (Caminho 4): Vila da Piedade( Lorena atual) Fazenda Santa Cruz -(Rio de Janeiro 'para ligar São Paulo ao Rio de Janeiro por terra para o transporte, em segurança ,dos quintos de ouro de Mato Grosso e Goiás para o Rio de Janeiro, a salvo da intervenção de piratas e corsários pelo litoral '.Veja-se os ataques de Du Clerc e Du Gay Troin em 1710 e 1711 ao Rio de Janeiro. Caminho origem da antiga rodovia Rio São Paulo, que entrou em declínio com a abertura da Via Dutra em 1950. Caminho 4 que foi assim balizado logo que aberto em 1778:

Lorena - Cachoeira Paulista (viagem amena junto ao Paraíba e suas planícies). Cachoeira Paulista - Silveiras (caminho galga região de montanhas suaves de cumes arredondados), Silveiras — Areias (terras altas cortando matas compactas e sombrias, tendo-se de atravessar os córregos Melado, Estiva e rio Itagaçaba). Areias — São José do Barreiro (toma-se a direção sudeste com travessias dos ribeirões Santana, Pau d' Alho e o Barreiro). São José do Barreiro - Bananal (Travessia dos ribeirões Feio, Formoso, Cachoeira, Barreiro, Alambari, Turvo, e Bananal). Bananal — São João Marcos (Tomando o rumo sudeste travessia dos ribeirões Pirapitinga e Carioca. Contorna-se o morro do Frade, ultrapassagem do vale do rio Piraí e daí em diante, seguindo por íngreme caminho na Serra das Araras, dela se desce contornando os flancos dos morros, tendo a esquerda abismos de mataria no fundo de longas escarpas e, descendo, com vagar e cuidado, até atingir-se São João Marcos) São João Marcos — Fazenda de Santa Cruz (com travessia dos rios Itaguaí e Guandu, em terreno de planície litorânea da Baixada Fluminense.

E foi ao longo deste caminho difícil que surgiram as localidades vale paraibanas de Cachoeira Paulista, Silveiras, Queluz, Areias, São José do Barreiro, Formoso, Bananal e São João Marcos (antiga Vila do Príncipe e hoje inundada por represa do Ribeirão das Lages).

Este caminho foi aberto pela iniciativa privada por ordem do Governo de São Paulo e sofrendo forte oposição:

- a) Do Governo do Rio de Janeiro em defesa de interesses de Angra dos Reis e Parati, sob o argumento de impedir a construção de uma caminho terrestre ligando Parati - Angra dos Reis - Sepetiba - Santa Cruz - Rio de Janeiro a salvo de ações de corsários.
- b) Do Governo de Minas Gerais que pretendia estender o **Caminho 3** até Goiás e Mato Grosso e por .ele conduzir o ouro sem passar por São Paulo.
- 1727 O tropeiro Francisco Souza Faria abriu um caminho mais direto do Rio Grande do Sul atual para atingir São Paulo e de lá abastecer as minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Caminho litorâneo até Araranguá quando

dali atingia Lages atual, Lapa, seguia por Curitiba, Castro no dorso da Serra Geral até atingir Sorocaba, entreposto de distribuição dos produtos carreados do Sul. Caminho que foi concluído pelo tropeiro cel Ordenanças Cristovão Pereira de Abreu que de uma feita conduziu através deste caminho 3.000 animais que tomaram o destino das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

O Ciclo do Ouro no Brasil coincidiu em linhas gerais com o término do Ciclo da Prata no Peru que era transportada no lombo de mulas por tropeiros espanhóis, até o mar do Caribe. Com a descoberta de ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás muitos destes tropeiros espanhóis se voltaram para explorar o abastecimento das minas de ouro e diamantes. Exemplo disto foi o do tropeiro espanhol Bartolomeu Chevar que conduziu dos atuais campos rio grandenses, uruguaios e argentinos para a região aurífera mineira, em 1754, 3.780 cabeças de muares usando os **Caminho 1** e parte do **Caminho 2**.

O lucro dos tropeiros de mulas vindos de Colônia do Sacramento portuguesa e mesmo das províncias argentinas atuais de Corrientes e Entre Rios avoluma-se a partir de 1733. E é compensador, mesmo pagos os impostos .E seu comércio cresce na mesma proporção da produção de ouro e diamantes .São Paulo e Minas são proibidos de criarem mulas pois se concorressem com o Sul seria um golpe no povoamento e defesa do Rio Grande do Sul .Segundo Guilhermino Cezar:

"...O Tropeiro de mulas desvendou os mistérios do Rio Grande, afugentou ou aliciou o índio ,abriu caminhos, formou invernadas e estâncias e ligou entre si áreas econômicas distintas, como a pecuária extrativa sulina, com mineração de ouro e diamantes no Sudeste e Centro Oeste, para onde transportou vacuns de corte e de cria, couros e principalmente mulas de sela e de carga e impôs aos portugueses objetividade na questão de dilatação e defesa de nossas fronteiras

#### Para Pandiá Calógeras em Res Nostra:

Os tropeiros e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeu do tropeirismo, o dono da tropa era personagem de destaque...."

1728-Foi criada uma Casa de Fundição de Ouro em São Paulo que foi extinta em 1736,recriada em 1851,extinta em 1762, recriada e, 1788 e extinta em 1819, segundo o gen Severino Sombra em Carta Monetária do Brasil Colonial.

1732-36 Lagunenses se estabelecem com estâncias em tomo de Porto Alegre atual e continuam a explorar o Rio Grande do Sul atual e a fornecer gado de corte e de cria, bem como muares de sela e carga e cavalos para o Sudeste e Centro Oeste. Estância tem o sentido aí de permanência num lugar, Quem recebia a terra tinha o compromisso de uma permanência mínima na mesma, ou de estância mínima ,estar num lugar por um tempo mínimo. Daí o nome de estância dado as grandes propriedades pecuárias sulinas. Origina-se desta época o nome do Rio Grande do Sul chamado de Rio Grande do Sul para distingui-lo do rio Grande, formador do Triângulo Mineiro, onde existia um

Registro por onde passavam riquezas das e para a minas de ouro de Goiás e Cuiabá. Com o tempo foi suprimido o e ficou só Rio Grande do Sul.

1733 — O gen Gomes Freire de Andrade foi nomeado Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, função que exerceria por 30 anos seguindo orientação geopolítica do Marquês de Pombal e de Alexandre de Gusmão.

1737 — Foi fundado o Rio Grande do Sul por expedição naval ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais que foi recebido em Rio Grande atual por tropeiros locais que forneceram um contingente para o futuro Regimento de Dragões do Rio Grande. Participaram desta expedição 41 Dragões de Minas que passaram a guarnecer guarda no arroio Chuí e um pelotão de Infantaria que passou a guarnecer um fortim então levantado em São Miguel. Até então a estratégia portuguesa era a de infiltrar lentamente, por terra, povoadores portugueses do Rio Grande, terra de ninguém. Dragões de Minas que originariam o Regimento de Dragões do Rio Grande criado em 1739.

Isto era para prevenir outro surto expansionista jesuítico que com suas missões Tape, Guaira e Itatins ameaçaram, em sua expansão para o Leste, separar os atuais Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do restante do Brasil.

- 1738 Foi criada a capitania subalterna de Santa Catarina subordinada ao Rio de Janeiro, sob o comando de Silva Pais que até 1741 transformou a ilha numa base militar naval terrestre bem fortificada, para melhor apoiar a Colônia do Sacramento, disputada a ferro e fogo por Portugal e Espanha.
- 1739 Foi fundado o povoado de São João Marcos, hoje inundado pela represa do Ribeirão das Lages, localidade que seria séria rival política de Resende por longos anos.
- 1744 Bandeira vinda das minas de Airuoca, ao comando do ten cel de Ordenanças do Regimento de Mogi das Cruzes Jacareí, descobriu Resende atual, então chamada N.S da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, logo a seguir capela e freguesia subordinada a São Paulo.
- 1744 São desbravadas as regiões onde hoje se erguem Barra Mansa e Volta Redonda, pelos descobridores de Resende, vindos de Airuoca Minas.
- 1745 Foi aberto pela iniciativa privada um caminho Airuoca Campo Alegre (Resende atual) Barra Mansa Serra das Araras Santa Cruz Rio de Janeiro. Seu uso foi proibido para prevenir o descaminho de ouro e contrariar interesses do comércio de Angra dos Reis e Parati e dos moradores do **Caminho 3. O Caminho 4** demoraria 40 anos a passar perto de Resende atual.
  - 1746 São Paulo perde o status de Capitania
- 1748 Mato Grosso foi elevado a Capitania independente, dada a sua importância econômica crescente e nela criada uma Companhia de Dragões.
- 1752-54 —Tem lugar no Rio Grande do Sul a Guerra Guaranítica entre os exércitos de Portugal e Espanha demarcadores do Tratado de Madri de 1750 e os índios dos Sete Povos das Missões, liderados pelos jesuítas. Este foram derrotados em Caiboaté e Churieby.

Neste mesmo período entraram no Rio Grande cerca de 585 casais de açorianos destinados a substituir nos Sete povos das Missões índios

missioneiros que deviam evacuá-los pelo Tratado de Madri de 1750.

- 1755 Lisboa foi atingida por violentíssimo e destruidor terremoto.
- 1759 O Marquês de Pombal expulsou de Portugal e de seus domínios os jesuítas pela resistência que opuseram nos Sete Povos, O Colégio de Santa Cruz (atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia) passou a ser residência dos vice reis e assim eliminada a resistência jesuítica a abertura do **Caminho 4** Rio São Paulo .Jesuítas que haviam em época diversas criado os seguintes atrativos econômicos no Sul:
- 1— índios aldeados em suas reduções 1627-41 que foram preiados por bandeirantes, para compensar o estancamento da entrada de escravos, cujas fontes foram dominadas pelos holandeses que ocuparam o Nordeste 1624-54.
- 2 Gado vacum que jesuítas semearam em suas 11 estâncias no Rio Grande e Entre Rios se tomaram poderoso atrativo econômico para o Sudeste e Centro Oeste, no abastecimento de boca dos mineiros de ouro e diamantes e movimentação das mesmas e transportes em muares decorrentes.
- 1762 Foi criado em 27 janeiro o Vice Reino do Brasil com sede no Rio de Janeiro que substituiu Salvador como a capital do Brasil Colônia. Deslocouse o Poder da Colônia para fazer frente a ameaças espanholas no Sul do Brasil e melhor proteger o ouro que ali era embarcado para Portugal
- 1763 Forte Exército espanhol, mao comando do gen Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul pelo litoral e conquistou a vila de Rio Grande que dominariam por 13 anos. Esta invasão dispersou por diversos locais os imigrantes açorianos e em particular ao longo do rio Jacuí.
- 1763 São Paulo retoma ao status de Capitania, para melhor apoiar militarmente o Rio Grande do Sul invadido pelos espanhóis.
- 1765 O clima é de guerra nas fronteiras do Sul e do Oeste. Situação que perduraria pelos próximos 11 anos. A construção do **Caminho 4** Rio São Paulo sofre percalços pala ação das intempéries, falta de recursos, de povoadores e de vontade política e pelas oposições já referidas.
- 1765 Assume a paróquia da freguesia de Resende atual, o padre Henrique José de Carvalho que se toma um grande opositor do traçado do **Caminho 4** e propõe uma variante passando por Resende atual.
- 1766 O Colégio de Santa Cruz, expulsos os jesuítas do Brasil passou a ser residência de verão do Vice Rei. Sua posição então era estratégica e de acesso ao Rio de Janeiro pelos **Caminhos 1 e 3** e pelo projetado **Caminho 4.**
- 1767 Paulistas dão inicio a construção da Fortaleza N.S dos Prazeres do Iguatemi, no sul do atual Mato Grosso do Sul atual. Empreendimento em região insalubre que consumiria preciosas vidas de seus defensores paulistas.
  - 1772—Fundada a atual cidade de Porto Alegre por Provisão de 26 março.
  - 1772 Foi estabelecido um Correio Militar ao longo do Caminho 4.

Em cada parada criada devia estar pronto para transportar as malas postais para a seguinte, um oficial e 4 ordenanças .As paradas eram em Mogi das Cruzes, Jacareí Taubaté Pinda e Guará .Este serviço ganhou em 1792 em Lorena, uma sala para abrigo, como segurança, das malas postais. Este

serviço foi estatal por mais de 50 anos, tomando-se privado em 1815, Havia um Correio alternativo pelo **Caminho 1**, sendo que em Cunha existia a única tropa de Cavalaria de Milícias para agilizar as comunicações Rio - São Paulo e deste com o Sul em guerra e, particularmente no período 1774-78.

- 1774 Tem início em Minas Gerais o célebre Colégio do Caraça, nome originário das montanhas circundantes lembrarem enorme caras humanas.
- 1775 O **Caminho 4** não reunia condições de conforto para viagens. Guará e Lorena eram paradas obrigatórias de viajantes do **Caminho 4**.
- 1775 Reconquistado o Forte São Martinho ao norte de Santa Maria atual, aos espanhóis e que era chave de acesso aos Sete Povos das Missões.

1775—Foi construído o Forte de Coimbra na Fronteira com o Paraguai.

1775 — O novo Capitão General de São Paulo Gen Martim Lobo de Saldanha viajou do Rio a São Paulo pelos **Caminho 2** anfíbio, e **Caminho 1**, numa viagem de 17 dias .Fez o seguinte itinerário: Rio - Sepetiba - ilha das Pescarias - ilha Paracuca - ilha Grande - ilha Gipóia - Parati (viagem em canoas com ventos e mau tempo). Paratisopé da Serra do Mar - (subida da serra em grande parte a pé pela aspereza do caminho) - Aparição - Vila Facão(Cunha atual)- Paraipitinga - Guaratinguetá - Aparecida - Pinda -Taubaté- São José(dos Campos)-('....Que só é vila porque os moradores são índios e se acham dispersos pelas roças.,.')-Jacareí - Mogi das Cruzes - São Paulo .Não usou o **Caminho 4** ('....por não adequado e não oferecer conforto....). A ele caberia concluir o **Caminho 4** nos próximos 3 anos.

1775-76 O padre Carvalho citado', vigário de Resende atual solicitou ao Capitão General de São Paulo Gen Lobo de Saldanha, para reabrir o caminho Airuoca - Resende - Barra Mansa atual - Serra das Araras, o que lhe foi negado, surgindo, como compensação, a idéia de uma variante ao **Caminho 4** passando por Resende e que atingisse o Rio, deixando São João Marcos fora dele. O Governo de São Paulo autorizou a variante. E teve lugar uma série de oposições e boicotes a idéia do padre Carvalho, lideradas por autoridades de Guará e São João Marcos. E a variante foi iniciada em meio a estrepitosa controvérsia que resultou em prisões e obrigatoriedade dos seus construtores não retomarem a Taubaté antes de que a variante não fosse construída .0 Governo de São Paulo do Gen Lopo Saldanha, confuso com a argumentação dos interesses em conflito, seguiu o parecer do Ouvidor Geral ,depois de muitas marchas e contramarchas no caso. Ou seja:

**O Caminho 4** "....por São João Marcos é mais curto. Evita infinitos alagadiços e não necessita passar pela freguesia de Santana (a dos Tocos, hoje sob a represa do Funil?) e por Paraíba Nova (Resende atual. Não concederei aos moradores de Santana dos Tocos e de Paraíba Nova (Resende) os privilégios prometidos os quais dou por quebrados e sem nenhum vigor, por ser Santana (dos Tocos) coito de criminosos e de homens de má consciência que nela se refugiaram .E casso as prerrogativas e faculdades que dei ao padre José Henrique de Carvalho, de Campo Alegre (atual Resende) e pedindo-lhe a devolução das Ordens e Portarias sobre o assunto..."

O padre Carvalho resistiu até aonde lhe foi possível, não devolvendo os

trabalhadores paulistas e as Ordens e Portarias solicitadas pelo Governo de São Paulo. E nesta oposição ele foi apoiado pelo Governo de Minas. Gastou muito com a variante, sendo indenizado pelo governo de São Paulo que ordenou a prisão dos opositores do **Caminho 4** sem a variante por Resende O padre Carvalho reagiu e denunciou ao Vice Rei que paulistas estavam invadindo, sem permissão, terras do Rio de Janeiro e solicitou prisão para eles. E anunciou que prenderia os paulistas que ultrapassassem o rio Piraí, sem a permissão do Vice Rei, quando teria ameaçado de morte o construtor do **Caminho 4.** O Governo de São Paulo argumentou, em carta, ao Padre Carvalho sobre os inconvenientes da variante pretendida por Resende:

"....O caminho é sempre perigoso, especialmente na estação das chuvas em razão dos ribeirões que ele atravessa encherem e não permitirem passagem. Que mesmo na estiagem em várias travessias, os cavalos são obrigados a nadarem e em outras os cargueiros serem descarregados e os cavalos de sela terem de serem tracionados pelas rédeas, com muito cuidado para não caírem no rio.

Que neste projeto de variante por Resende só se podia ver enganos e interesses particulares e que todas as pessoas de experiência e sérias informam que o **Caminho 4** em construção é mais curto, mais direto e mais livre dos mencionados inconvenientes, por retificar uma grande curva ,evitar muitas lagoas e mais 3 dias de viagem, acrescidos pela variante que atravessaria os numerosos afluentes do rio Paraíba em seus baixos cursos como os ribeirões Vermelho, Santana, Barreiro, Bananal e Piraí, sendo preferível atravessá-los em suas cabeceiras sem a necessidade de recorrer-se a canoas...."

- 1776 Os espanhóis foram expulsos do Rio Grande do Sul pelo Exército do Sul mobilizado com recursos de todo o Brasil. Fim de uma dominação que durou 13 anos .e para qual todo o Brasil concorreu .
- 1776 Espanhóis partidos de Assunção conquistam a Fortaleza N.S dos Prazeres do Iguatemi construída pelos paulistas, para fixar efetivos espanhóis que poderíam reforçar a frente Sul.
- 1777 Expedição ao comando do gen Pedro Ceballos Vice Rei do Rio da Prata, vinda da Espanha, conquista a ilha de Santa Catarina, fracassa em sua tentativa de atacar o Rio Grande do Sul e conquista definitivamente Colônia do Sacramento.
- 1777 —Tratado de Santo Ildelfonso devolve Santa Catarina a Portugal e consagra a posse espanhola dos Sete Povos e de Colônia do Sacramento, portanto lesivo aos interesses de Portugal.
- 1777 Foi mandado fechar o caminho rio Paraíba Piquete atual Delfim Moreira atual Pouso Alto Baependi, para prevenir descaminho de ouro e por onde transitavam'... criminosos e índios fugidos...'

Lorena era convergência do Caminho Velho (Caminho 2) com o Caminho 1 (São Paulo - Lorena) e que dela demandavam a Garganta do Embaú na Mantiqueira, que dava acesso à região aurífera, a qual só podia ser

atingida legalmente por Lorena, que só passou a chamar-se assim em 1788 .Antes era vila da Piedade .Lorena foi um capitão general paulista que era filho natural do rei D. José, segundo consta.

1778 — Foi fundada a povoação de Corumbá em Mato Grosso.

1778 — Foi concluído o **Caminho 4** na largura ordenada "**de um tiro de pistola**," E o Governador de São Paulo Gen Lopo Saldanha escreveu a Guará:

"Devo assegurar que para satisfazer a minha vaidade, basta-me haver aberto o **(Caminho 4)** entre o Rio de Janeiro e São Paulo o que há 40 anos se tentava-se sem conseguir-se."

E neste ano pela primeira vez foram transportados de São Paulo para o Rio de Janeiro os **quintos de ouro de El Rei.** 

Em realidade, este Caminho Novo (Caminho 4) foi aberto de 1725-78 durante 53 anos. Caminho 4 que unido com o Caminho 1 resultaria na Via Dutra hoje explorado pela iniciativa privada pela Nova Dutra.

As dificuldades para a sua abertura em 53 anos resultaram:

- Da precariedade de recursos técnicos e econômicos.
- Dos numerosos e variados obstáculos naturais a serem vencidos com os precaríssimos recursos técnicos da época.
- —A oposição de Parati, de Angra dos Reis, e ilha Grande e dos governos do Rio de janeiro e de Minas Gerais, dos jesuítas do Colégio de Santa Cruz e do vigário de Paraíba Nova (Resende).

A contrariedade deste com o abandono da variante por Resende atual resultaria em ele ter conseguido transferir a então Freguesia da Paraíba Nova (Resende) da jurisdição paulista para a do Rio de Janeiro ou do Vice Rei.

- —A crise de 17 anos decorrente da extinção da Capitania de São Paulo.
- Da obra ser tocada pela iniciativa privada empobrecida.

Paulo Reis que aprofundou no estudo deste Caminho 4 e na sua obra relacionada na bibliografia fez uma Ressalva a p. 109 mencionando informe ou murmúrios de Saint Hilaire em 1822 ,sem base em fontes primárias que a variante fora abandonada por terem os moradores de São João Marcos que ficariam fora dela, pago 3.000 cruzados ai Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana o que vinha de encontro ao construtor do Caminho Cap Mór de Guaratinguetá Manuel da Silva Reis que possuía terras em Areias e Bananal fora da variante por Resende. E para esta versão faltam elementos.

Este **Caminho 4** combinado com **Caminho 1** foi fundamental para o desbravamento e povoamento do Alto e Médio Vale do Paraíba que pouco mais tarde acolheria o Ciclo do Café.

1779 — Tem início em Pelotas atual,a indústria do charque ou saladeril do Brasil, que passa a alimentar com carne bovina seca e salgada, concentrações escravas no Sudeste, incluindo as minas e no Nordeste na industria canavieira e as guarnições de navios, pela praticidade de sua conservação, transporte e preço acessível, inaugurando o Ciclo do Charque, segundo Alvarino F. Marques em **Episódios do Ciclo do Charque.** Porto Alegre: F.DIGAL, 1987.

Obra que aborda este assunto com profundidade. Charque que iria alimentar expressivamente a lavoura do café que deu origem, quase ao mesmo tempo ao Ciclo do Café, ao longo dos **Caminhos 4 e 1.** 

- 1782 O Vice Rei determinou ao Capitão Joaquim Xavier Curado, do atual Batalhão Sampaio, que organizasse uma força militar com os fazendeiros e moradores de Resende para expulsar da região índios bravios vindos de Minas que estavam agredindo e expulsando fazendeiros da margem esquerda do Paraíba e maltratando e humilhando os Puris, habitantes,,da região que deviam ser aldeados em São Luiz Beltrão (atual Fumaça), do que ele se desincumbiu muito bem afugentando o índios hostis e aldeando os Puris, aos quais distribuiu terras e criou condições de segurança a região.
- 1789 Inconfidências carioca e mineira reprimidas corpo suplício de Tiradentes à forca, com seu esquartejamento e espalhamento de partes de seu corpo ao longo do **Caminho 3** Rio Minas, por onde ele havia escoltado remessas de quintos reais para o Rio de Janeiro, como alferes do Exército Colonial
- 1792 Criação pelo Vice Rei Conde de Resende no aniversário da Rainha d. Maria I e sob a égide do príncipe Regente D. João, na Casa do Trem (atual Museu Histórico Nacional) da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, destinada a formar no Brasil oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e, Engenheiros militares e civis. Academia que se constituiu A Pioneira do ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil. West Point nos EUA a 2ª Academia fundada, data de 1801. De 1792-1800 verifica-se forte surto migratório para o Rio Grande do Sul dos Caminhos 1, 2 e 4, em razão da prosperidade sulina com as charqueadas inclusive, com a previsível expansão de sua fronteira pecuária, no após guerra 1763-76, decorrente da expulsão dos espanhóis do Rio Grande. Serve de amostragem obra de Ilka Neves. Primeiros povoadores e batismos em Canguçu RS 1800-13. Pelotas:Editora UFPelotas, 1998, com nossa apresentação.
- 1800 Por volta deste ano a primitiva Paraíba Nova (atual Resende)toma-se pioneira do Ciclo do Café inaugurado no Brasil e ao longo do Caminho Airuoca Resende com mudas de café trazidas da fazenda Mendanha no Rio de Janeiro pelo padre Antônio do Couto da Fonseca. E dali se espalhou pelo Brasil. Assim existem registros em Resende que em 2 mai 1802, o gaúcho capitão Miguel Pedroso Barreto natural de Triunfo RS e 1º Tabelião de Resende e filho de um dos conquistadores da Fortaleza de Santa Tecla em Bagé atual, vendeu dois cafezais nas cabeceiras do ribeirão Taquaral e, em 7 mai 1802, o cap Antônio Pereira Leite que integraria a Guarda de Honra do Príncipe D. Pedro em 7 set 1822 no Grito do Ypiranga e seria o fundador de Itatiaia -RJ, adquiriu cafezais em Ribeirão Raso.
- 1801 Fundada Queluz, por ordem do Governo de São Paulo, como aldeia puri, para retirá-los da região entre Lorena e Resende atuais, objeto de povoamento com concessão de sesmarias e abertura de caminho a margem esquerda do Paraíba. Aldeamento puri que teve vida curta!

- 1801— Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul onde foram conquistados os Sete Povos das Missões etc e no Mato Grosso território até o rio Apa. Este em resposta a ataque espanhol ao Forte de Coimbra em de 16-24 set
- 1801— É criado a vila município de Resende cuja instalação teve lugar em 29 set com a presença de seu donatário honorário cel Fernando Dias Pais Leme da Câmara, bisneto do bandeirante Fernão Dias Pais Leme e neto do Garcia Rodrigues, o construtor do **Caminho 3** que leva o seu nome. O cel Fernando veio pelo **Caminho 4**, desde Japeri transportado em rede, por estar doente e impossibilitado de cavalgar.
- 1803 Aldeamento de índios Coroados no local que deu origem a cidade de Valença. Nome homenagem as ligações do rei D. José de Portugal com Valença na Espanha. Esta aldeia teve vida curta de cerca de 9 anos Dela surgiu a cidade de Valença.
- 1803—Nasce no Porto da Estrela, da Baia de Guanabara, dentro de uma variante anfíbia do **Caminho 3**, Luiz Alves de Lima e Silva, o maior general brasileiro que passou à História como O Pacificador.
- 1808 Transmigração da família Real de Portugal para o Brasil, forçada por Napoleão.
  - 1809 O Rio Grande do Sul é elevado a Capitania independente do Rio.
- 1810 Segundo Oliveira Viana, o município de Resende já estava coberto por cafezais.
- 1812 Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental ao comando de D. Diogo de Souza.
- 1815 Batalha de Waterloo em que Napoleão foi derrotado definitivamente
  - 1815 Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve.
- 1820 Criada a Conservatória (com o sentido de reserva indígena) de Coroados e outros índios, em Conservatória atual, com índios que migraram de Valença e outros existentes no local. Aldeamento que durou pouco menos de 7 anos. Valença foi fundada a aldeia com índios catequizados da Aldeia de Fumaça atual em Resende que foi a mais bem sucedida.
- 1821 Fim das guerras contra Artigas e incorporação ao Brasil do atual Uruguai como a sua Província Cisplatina. Legião de São Paulo tem importante papel no êxito militar desta campanha e fornece o primeiro historiador do Brasil Reino Unido o cel Diogo de Morais Arouche Lara.
- 1822 Saint Hilaire viajou pelos **Caminho 4 e 1** em direção a São Paulo. Observou existirem perto de Resende consideráveis plantações de café de 40 a 100 mil pés cujo lucro era empregado na compra de escravos, e acrescentaríamos, de mulas. Estas para movimentarem as fazendas e trans portarem o café em lombo de mulas para os portos de Angra dos Reis. O declínio do Ciclo do Ouro em Minas coincidiu em linhas gerais com o início do Ciclo do Café no Vale do Paraíba. E as mulas do Rio Grande do Sul até então vendidas para as regiões auríferas, penetram com seus tropeiros agora brasileiros, ao longo dos **Caminhos 1 e 4** para serem vendidas aos

cafeicultores e a empresários de transporte de café em lombo de mulas para os portos litorâneos, através da Serra do Mar. Exemplo eloqüente foi o do tropeiro gaúcho viamonense ten Domingos Gomes Jardim, casado com uma Escobar de Vacaria que passou por Resende com uma grande tropa de mulas que vendeu no Rio onde obteve uma sesmaria em Bulhões- Resende, onde se radicou e foi um motor de seu progresso e empresário de transportes do café para Angra dos Reis por caminho que abriu pelo Ariró até Manducaba, de 9 léguas, menos 3 léguas que o de Angra e idealizador e líder da construção da la ponte unindo as partes de Resende, separadas pelo rio Paraíba.

1822 — O Príncipe Regente D. Pedro percorreu o Caminho 4 Rio - São Paulo a cavalo, com reduzida comitiva de 14-25 agosto, uma viagem de 11 dias, tendo, em 7 de Setembro, as margens do Ypiranga, em São Paulo, proclamado a Independência do Brasil tendo a escoltá-lo uma Guarda de Honra composta maciçamente de 38 valepaibanos, dos quais 9 de Pinda,6 de Taubaté e 5 de Resende/ Itatiaia. E entre estes o maj. Davi Gomes Jardim filho do citado tropeiro e empresário Domingos. Foram as seguintes as etapas da viagem do príncipe com pernoites: Rio - pernoite em Santa Cruz (14 ago), (Fazenda Real, atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia)- São João Marcos hoje sob a represa do Ribeirão das Lages(15 ago); Bananal (16 ago); Areias (17 ago); Lorena (18 ago); Guará (19 ago); Pinda (20 ago); Taubaté (21 ago) (onde se incorpora à comitiva a Guarda de Honra); Jacarei (2 ago); Mogi das Cruzes (23 ago); Penha (24 ago) e São Paulo (25 ago). Neste mesmo ano viajou pelo Caminho 4 o cientista Saint Hilaire cujo relato de sua viagem deixou-nos na obra citada na bibliografia. Retrataram aspectos dos Caminhos 1, 2, 3 e 4, os pintores Debret e Rugendas.

#### Considerações finais

Os Caminho 4 e o 1 de 1778 -1873 por quase um século estreitaram as relações entre São Paulo, Minas Gerais e o Sul do Brasil, região produtora de muares que movimentavam as fazendas de café e o transporte do mesmo do vale do Paraíba para os portos de mar. Assim ,do Rio para São Paulo desciam sal, ferro e outros produtos importados e, de São Paulo, e ao longo do Caminho 4 subiam bovinos ,tropas de mulas toucinho, fumo açúcar e café .

Neste período intensificou-se aos longo desses caminhos caravanas de viajantes, tropas de mulas e bovinos em filas indianas e ao longo dele roças, povoados nascentes e ramadas destinadas ao pouso de viajantes, construídas com tetos de palmeira ou sapé, apoiadas em altos esteios e próximas de vendas para atender necessidades e pastos para as tropas de cavalos ,mulas e bovinos. Dentre elas destacou-se o pouso Rancho Grande em Bananal, coberto de telhas e fechado nas laterais. Pousos que abrigavam a todos democraticamente, sem distinção de cor raça e posição social.

O gado vacum que por ele passava, o fazia com prejuízos ao mais confortável trânsito de viajantes a cavalo e de tropas de comércio de muares. O gado bovino de corte proveniente do Campo Alegre (Resende atual) desfrutava

de bom conceito no Rio, por engordado com o pasto capetinga que crescia nas orlas das matas da região.

E assim concluímos esta abordagem como um observador postado em Resende/Itatiaia para demonstrar a importância estratégica crescente sob os ângulos político, social, econômico e militar dos caminhos 1, 2, 3 e 4, para o devassamento povoamento e integração do Vale do Alto e Médio rio Paraíba, ao restante do Brasil e, ainda hoje são os mais importantes, com suas variantes, para a integração terrestre no Quadrilátero do Poder Nacional, hoje com seus vértices em São Paulo, Rio de janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

# Fontes consultadas e indicadas para aprofundamentos incluindo estudos do autor pertinentes ao tema.

- 1 . ALMEIDA, Aluízio. Vida e morte do tropeiro. São Paulo: Ed. Martins, 1971.
- 2 . BENTO, Cláudio Moreira. A Guerra de restauração do Rio Grande do Sul 1774-76.Rio de Janeiro:BIBLIEx, 1997.
- 3 \_\_\_\_. História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes. Porto Alegre: SENAI, 1996. VI.
- 4 \_\_\_\_ O Vale do Paraíba na História Militar do Brasil. Volta Redonda: Gazetilha, 1996 (Contribuição ao XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba do 1EV em Resende Itatiaia).
- 5 \_\_\_\_\_ .. Os Puris da Vale do Paraíba paulista e fluminense. Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba - Migrações no Vale do Paraíba. São José dos Campos: UNIVAPJ994.
- 1 \_\_\_\_-. A Saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende (1835-992). Rio de Janeiro:SENAI,1992.
- 2 .\_\_\_\_. A participação militar de São Paulo e Paraná na Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1774-78, **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná.** 1978.p.75-104.
- 3 .\_\_\_\_.. A contribuição paulista ao combate a Revolta na Armada e a Guerra Civil 1893-95. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** 1995. p.59-82.
- 4 .CEZAR, Guilhermino. **História do RGS Período colonial.** Porto Alegre:Ed.Globo,1970.
- FONSECA, Pedro Ari. Tropeiro de Mula. Passo Fundo: Gráfica Correio da Manhã,
   1985.
  - 6 .FORTES, João Borges. Rio Grande de São Pedro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1930.
- 7 . LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950. (Focaliza caminhos de penetração no Vale do Paraíba).
- 8 .LIMA JUNIOR, Augusto. **A Capitania de Minas Gerais. Origens e formação.** Belo Horizonte: CEC, 1965.
- 9 .PIZARRO, **Monsenhor. Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: lmp.Nacional,1946.9v.
- 10 .RAMOS, Agostinho, **Pequena História de Bananal.** São Paulo: CEACH, 1978.[Interessa Cap. II, Caminho Novo, sesmarias estradas e caminhos e do Caminho Novo **(Caminho 4)** a Via Dutra].
- 11 .REIS, Paulo Pereira dos. **O caminho novo da Piedade no Nordeste da Capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.(Estuda com profundidade as fontes ligadas a abertura do **Caminho 4**).
  - 12 .SAINT HILAIRE, Augusto. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a São Paulo e

Minas Gerais 1822. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1932.

- 13 .SOUTO, Reinaldo Maia. São José do Barreiro. Resende, s/d. (Menciona Via Cesaréa o **Caminho 4).**
- 14 . SOMBRA, Severino. **Carta Monetária do Brasil Colonial.** Vassouras: Univ. Severino Sombra, 1992.
- 15 .TAUNAY, Affonso d'Éscrangnolle. **História das bandeiras paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- 16 .WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no** século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987.

#### Comentários

#### CAXIAS E A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA

O Coronel Amerino Raposo Filho, em *Caxias e os problemas militares brasileiros* (Rio, SGeEx, 1969. v. 1ª série subsídios doutrinários) intitulou de *Caxias inspirador de nossa doutrina militar* o capítulo VI. Nele o coronel destacou e demonstrou a notável visão estratégica de Caxias e sua capacidade de adaptação, ao realizar, durante a sua vida, operações militares completamente diversas e em teatros de operações distintos: inicialmente, foram os *raids* audaciosos para conter as revoluções em São Paulo e Minas Gerais; depois o apelo à guerrilha legal, para combater as guerrilhas balaia, no Maranhão, e farrapa, no Rio Grande do Sul; e finalmente, no Paraguai, as manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, essa última culminando em cerco.

Vale lembrar que, na Guerra de 1851-52, empreendimento militar que liderou, Caxias adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Como Ministro da Guerra (1856), ele a transplantou no Exército, o que veio a constituir profunda reforma administrativa caracterizada pela criação das figuras do Ajudante General do comando das Armas da Corte e da figura do Quartel-Mestre-General, encarregado da logística, diretamente a ele subordinados.

Na segunda vez que assumiu o Ministério da Guerra (1861), apoiado na imensa experiência operacional que colhera, adotou, com adaptações às realidades operacionais sul-americanas vivênciadas, as *Ordenanças de Portugal* para as armas, até que se dispusesse, como declarou, de umdoutrina específica genuinamente nossa.

Para o autor atrás citado, a manobra de flanco do Piquiciri seria ímpar na História Militar Universal. Foi de concepção audaciosa aliada à rapidez e à surpresa da sua execução que culminou com o cerob de todo o Exército adversário na frente secundária de fixação O adversário foi batido quando intentava a fuga, não a uma retirada. Caxia teria sido, assim, pioneira em manobra de cerco.

Para o Coronel Amerino as atuações operacionai: de Caxias estariam a sugerir uma doutrina militar fundamentada na segurança, tática e estratégica em todas as direções. Sua não observância pelo adversário, resultou para este em derrota, na Dezembrada Para Amerino, Caxias não foi um teórico mas essencialmente prático em relação à Arte e Ciência Militar. Segundo o

Marechal Castello Branco, ele possuía, em alto grau, o senso do praticável e a convicção de que a Arte Militar é toda execução.

Desse modo, Caxias teria escrito as bases da nossa doutrina militar terrestre com a ponta da sua espada e no campo de batalha, tal como o fizeram Frederico, o *Grande*, Napoleão, Suvorow e Sherman.

Amerino Raposo sugeriu, aos profissionais com responsabilidade na formulação da doutrina militar terrestre brasileira, que mergulhassem no estudo crítico de nossas guerras internas e externas, para delas emergir aquilo que orientaria o novo comportamento, no sentido do que deveria animar a nossa Força Terrestre e, em consequência, ajudar a caracterizar a guerra a ser conduzida nos diversos teatros de operações do País e da América do Sul. Quando alguém pediu, à Missão Militar Francesa, logo que aqui chegou, que nos ensinasse tática e estratégia, os franceses informaram que ambas estavam embutidas na História Militar Terrestre Brasileira, de onde deveríam ser resgatadas com o estudo crítico à luz dos fundamentos da Arte Militar, a arte do Soldado. A partir daí, vários oficiais mergulharam nos estudos assim aconselhados, e deles saiu, como exemplo eloqüente, o General Augusto Tasso Fragoso, com suas obras a Batalha do Passo do Rosário e A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, que o fizeram o Pai da História Militar Crítica em nosso Exército.

O Coronel Amerino sugeriu doutrinas táticas terrestres com apoio nas atuações de Caxias. E explicou: Doutrina com intensa solicitação à surpresa, à audácia, à rapidez de movimentos, às manobras flexíveis, com estruturas leves e aptas a viver em grandes espaços, isoladas e, até à própria sorte. Doutrina que responda às peculiaridades de nossos teatros de operações, de nosso potencial humano e de nossas possibilidades econômico-industriais.

O que sugeriu pode ser facilmente identificado na expulsão de feitorias européias no Baixo Amazonas e afluentes, na luta de trinta anos contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco e na luta contra invasões espanholas no sul (1763-77). Nelas desenvolveu-se uma doutrina militar terrestre genuína denominada, na Europa, de *guerra brasílica* e, no Rio Grande do Sul, de *guerra à gaúcha*.

Com apoio na guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, esse tipo de guerra teria sido apropriado por Caxias, na Revolução Farroupilha, ao entregar a condução das operações, no campo tático, a dois *experts* nessa maneira de guerrear. Vale lembrar que, na pacificação do Maranhão (1838), Caxias usou a guerrilha para combater a guerrilha balaia, ação que mais tarde inspirou comandos paraguaios para a solução de problema semelhantes.

Mais tarde, na luta pela independência do Acre, o gaúcho Plácido de Castro desenvolveu também uma doutrina militar genuína para enfrentar os bolivianos, apropriando-se de muito da *guerra à gaúcha* que praticara na Guerra Civil 1893-95 no sul, como major federalista.

Doutrinas com essas característica e inspiração, citadas por Amerino Raposo e com os precedentes históricos que apontamos, seguramente podem e devem ser implementadas para a defesa preventiva da Amazônia Brasileira. Aumentaria, em muito, a capacidade dissuasória das forças terrestres encarregadas de sua defesa, contra tentativas várias que possam pôr em risco a integridade, a unidade e a soberania do Brasil na área, no insondável Ter-

ceiro Milênio.

Sobre a defesa da Amazônia leia-se o valioso artigo do Tenente-Coronel Luiz Alberto Bringuel, *A Estratégia da Lassidão*, que responde às nossas reflexões e considerações aqui feitas e do qual' tomamos conhecimento depois de havermos escrito esta parte. Ensina-nos o Tenente-Coronel Bringel:

Lassidão é a estratégia do fraco que valendo-se de alguns fatores a seu favor, reage no campo militar, evitando um engajamento decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, impondo-lhe o máximo desgaste e enfraquecendo- lhe assim, a vontade de combater, visando obter na opinião pública do adversário forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.

E a guerra brasílica e a guerra à gaúcha tiveram características de lassidão que encontram suas raízes no pensamento militar português, com base na política de dilatar a fé católica e o Império de Portugal pelo mundo. Embora um país minúsculo territorialmente, conseguiu se impor e manter importantes territórios nos quatro cantos do mundo, inclusive o Brasil, por 322. Eis o seu pensamento, na feliz interpretação do General Paula Cidade: Julgada a causa justa, buscar a proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.

Dessa forma, eles conquistaram e mantiveram a Amazônia inviolável de 1640 a 1822.

O Coronel J.B. Magalhães, assinalado pensador militar e biográfico do General Osório, ao prefaciar o trabalho focalizado do Coronel Amerino, assim viu o valor, para o presente e o futuro do Exército, do aproveitamento crítico da história das Forças Terrestres Brasileiras, como força operacional com experiências guerreiras expressivamente vitoriosas:

Tudo o que existe deriva do que existiu antes. E é isto que dá valor positivo aos registros da História, permitindo fazer-se uma filosofia capaz de orientar com acerto as atividades humanas. E, analisando como atuaram em bem do progresso as elites de ontem, é que as elites de hoje e do amanhã poderão produzir eficazmente, consideradas as modificações ambientais.

Sobre Caxias, ele assim interpretou-lhe a projeção como chefe militar:

Caxias foi chefe militar de escol. Atuou em época de acentuadas transformações nos mecanismos da guerra. Soube utilizar os meios de que dispunha, dando-lhes uma orientação apropriada ao seu maior rendimento.

Caxias teve à sua disposição, e empregou, os meios que a descoberta da máquina a vapor, que gerou a Revolução Industrial, produziram: navios de guerra a vapor; telégrafo; balões cativos, importados do Exército do Norte do EUA e empregada nos reconhecimentos para flanquear Humaitá; linha férrea, construída e operada por nossa Marinha, para apoiar unidades navais que operaram no Rio Paraguai entre duas fortalezas inimigas e munição e armamentos abu dantes, produzidos indi trialmente e não mais ar sanalmente.

Caxias, como Minist da Guerra, lançou també as bases da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, e tocante à regulamentação da disciplina, da justiça militar e dos serviços gerais. Desde então, novidadi têm, como base de partidos regulamentos específicos que baixou em 1856, 1862 e 1875.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

# A NECESSIDADE DE UMA "HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA"

A Amazônia, pela extraordinária projeção econômica e geopolítica que lhe está reservada no Terceiro Milênio, está cada vez mais ameaçada de, unilateralmente e em nome da *Nova Ordem Mundial*, ser internacionalizada e declarada patrimônio da humanidade. São ameaças reais, conforme testemunho de abalizadas autoridades civis e militares.

O poder econômico internacional, com seus capitais concentrados nas nações do G7 e, em especial, na única potência mundial hegemônica, os Estados Unidos da América, pretende congelar a exploração das riquezas da Amazônia, para colocá-las a serviço dos seus objetivos, contrariando interesses da sociedade brasileira e comprometendo a soberania do nosso País.

As ameaças de intervenção na Amazônia têm vindo à baila na voz de líderes de grandes potências. Impõe-se, portanto, ao Brasil, *fazer o seu dever de casa* na Amazônia e ficar em condições de de- fendê-la a todo custo. Para isso, será de real valor o levantamento crítico da História Militar da Amazônia, em especial, da sua História Militar Terrestre. Ele poderá ajudar a melhor orientar o esforço de defesa, como ocorreu, a partir de 1922, na Região Sul.

Sobre a projeção estratégica mundial da Amazônia, que a torna motivo de cobiça internacional, bem escreveu o Coronel Gélio Fregapani, especialista em assuntos da área, na quarta capa de seu recente livro *Amazônia - a Cobiça Internacional: a Verdade que Poucos Conhecem.* 

O exame, ainda que superficial, do mapa demográfico mundial, mostra-nos regiões superpovoadas e regiões despovoadas. Entre estas, destacam-se o Sahara, a Antártida, as vastidões geladas da Sibéria, o norte do Canadá, o Alasca, as alturas nevadas do Tibete - ou alguns outros maciços - e a Amazônia. Todas são regiões praticamente inabitáveis, exceto a última. Levando-se em conta a explosão demográfica mundial, a terra desabitada, mas habitável, tende a ser objeto de cobiça. Se for a única, corre perigo maior.

Ante essa realidade, manifestam-se pressões baseadas em concepções forjadas, segundo as quais, acima das fronteiras nacionais, está o interesse da humanidade. Nossa Amazônia, com sua riquíssima biodiversidade, água abundante e vastíssimas riquezas minerais ainda inex- pioradas, passa a ser, naturalmente, motivo de inquietação.

A descoberta recente de incríveis jazidas minerais ameaça cartéis e pode alterar radicalmente a ordem econômica mundial, a balança pendendo a favor do Brasil. Conhecemos demonstrações da difícil aceitação dessa realidade. Certamente, os detentores do poder mundial cogitarão de usar todos os meios para impedir o aproveitamento das circunstâncias favoráveis ao Brasil. Serão capazes até de atos de beligerância, conforme registra a História da humanidade.

Trata-se pois de perigo potencial real e imediato. Urge prevenir o risco,

para que as gerações do Terceiro Milênio não precisem recorrer às armas, na defesa da integridade nacional. E disso decorre a importância do estudo da História Militar Crítica da Amazônia, o que tentaremos justificar.

Cita Camões, o poeta soldado, em Os Lusíadas, que a Disciplina Militarprestante (leia-se Doutrina Militar) não se aprende senhores, na fantasia, senão vendo (estudo da História Militar), tratando (exercitando- se) e pelejando (experiência de combate) e grandes capitães da História têm reafirmado a importância do estudo crítico da História Militar e não da História descritiva.

É do Marechal Ferdinand Foch, comandante da vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, essa afirmação, quando ainda professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar os aliados: Para alimentar o cérebro Comando de um exército na paz, para prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar. E, do pensador militar brasileiro, Coronel J.B. Magalhães, ao prefaciar o livro do Coronel Amerino Raposo Filho, Caxias e os Nossos Problemas Militares (Rio de Janeiro: SGEx, 1969 - série subsídios doutrinários): Tudo o que existe deriva do que existiu antes. E isso que dá valor positivo aos registros da História, permitindo elaborar-se uma doutrina capaz de orientar com acerto as atividades humanas.

Não obstante, o livro da História Militar Crítica da Amazônia não existe, como existe o do sul iniciado, em 1922, pelo General Augusto Tasso Fragoso, atendendo a conselhos da Missão Militar Francesa.

E, nestes últimos 77 anos, a prioridade foi o sul.

A Amazônia é, ppis, um deserto de estudos desse tipo, feitos por historiadores militares. Dos civis que têm escrito sobre o tema, descritivamente, cito os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Artur César Ferreira Reis, Silvio Meira e Leandro Góes Tocantins. Os dois primeiros, já falecidos, possuem valiosas obras capazes de apoiar os estudos aqui propostos. A obra de todos eles consta do *Dicionário de Historiadores Brasileiros*, editado em cinco volumes pelo IHGB.

Estudo valioso se constitui também o do General Carlos de Meira Mattos, Uma Geopolítica para a Amazônia.

Em 1973, produzimos a plaqueta *Centenário do Libertador do Acre Plácido de Castro*, editada pela SUDAM e distribuída amplamente pelas escolas da área a pedido do Coronel Milton Câmara Sena, seu superintendente. No mesmo ano, como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro, a convite do General Adauto Bezerra de Araújo, de Brigadeiro Faria Lima e do Governo do Acre, tivemos oportunidade de pesquisar *in loco*, por uma semana, a campanha militar pela libertação do Acre. Constatamos, na oportunidade, muitas originalidades guerrilheiras ao entrevistarmos ex-combatentes como o sargento Feitosa, mateiro de Plácido de Castro, ao qual ele deu sua bússola, homem que cortou a corrente que barrava a navegação em Porto Acre. Foi luta cheia de ensinamentos para a defesa da área. O mais singular era o *navegarse* na selva, abrindo picadas novas para evitar caminhos entre seringais, sujeitos a emboscadas. Plácido de Castro liderou a resistência vitoriosa contra o *Bolivian Syndicate*, formado por capitais privados americanos e ingleses, um autêntico Cavalo de Tróia, que visava ao domínio das fontes de produção de

borracha da Amazônia, com apoio em força armada. As lutas militares e diplomáticas, que culminaram com a incorporação do Acre ao Brasil e a fixação dos limites do Brasil no Amapá, são ricas para meditações e recolhimento de lições.

Julga-se que muitos fatos relacionados com a História Militar Terrestre da Amazônia tiveram seus registros perdidos. Estima-se que, em torno de Tefé, aconteceram fatos militares importantes.

A revolta da Cabanagem e a impunidade de seus adeptos forarn motivadas pela ausência do Estado na imensa área amazônica. Poderia ter sido vitoriosa, perdendo o Brasil, nesse caso, o domínio da foz do Amazonas, pela interferência francesa a partir do Amapá, se maior capacidade intelectual, militar e política tivessem tido suas lideranças. Ela ameaçou seriamente a unidade do Brasil na Regência. A reação vitoriosa no Amapá, em 1895, sob à liderança de Cabralzinho, diante do desrespeito à nossa soberania, por uma Companhia de Infantaria francesa transportada por uma canhoneira, foi por nós abordada no *Noticiário do Exército* (n² 8.430 de l² de maio de 1992), sob o título *O Combate da Vila Amapá, de 15 de maio de 1895.* 

A própria documentação relativa ao Forte Príncipe da Beira era desconhecida. Sobre ele, em seu bicentenário, conseguimos escrever uma página no *Letras em Marcha* (setembro de 1976), abordagem que repetimos, ampliada, em 1982, no álbum a *História do Brasil Através de Seus Fortes,* editado pelo GBOEx. Até então, existiam dúvidas sobre de onde vieram as pedras para a construção das muralhas. A história do Forte só foi abordada com mais profundidade em 1985, com o trabalho bilíngüe *Real Forte Príncipe da Beira,* patrocinado pela Odebrecht, de autoria do Coronel José Maria de Souza Nunes. O Forte, esquecido e abandonado, foi redescoberto pelo Marechal Rondon, coberto pela selva. Em suas ruínas, estava gravada a seguinte citação, em placa testemunha do espírito que presidiu a epopéia de sua construção:

A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isto é obra e serviço dos homens de El- Rei de Portugal, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal e tem de se cumprir!

Resgatamos também a história do Forte São Joaquim do Rio Branco, em Roraima, na *Revista Militar Brasileira* (v. 106, janeiro/junho de 1975, p. 51-54).

Os fortes da Amazônia constituíram um arco de proteção à cobiça estrangeira, colocados estrategicamente nos acessos fluviais aos rios da nossa região: no Guaporé, o *Príncipe da Beira*; o *Tabatinga*, no Solimões; o *Marabitanas* (Cucuí) e o *São Gabriel*, no Rio Negro; o *São Joaquim*, na confluência dos formadores do Rio Branco; o do *Presépio* e *Macapá* na foz do Amazonas. E, aprofundando as defesas no interior do vale, os fortes de *Santarém*, *São João da Barra*, dos *Óbidos*, do *Desterro* e *Toere*.

Sendo a História Militar da Amazônia um laboratório de táticas, logística e estratégia visando à sua defesa, impõe-se com urgência, salvo melhor juízo, um estudo histórico militar crítico integrado das Forças Armadas, sobre os conflitos internos e externos que a envolveram.

É do Presidente Médici a declaração abaixo, feita no IHGB, ao ser empossado seu Presidente de Honra (3 de junho de 1970):

Não se governa bem sem História e historiadores! Aqui podemos afirmar que não se governa bem sem História e historiadores. E nós brasileiros podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pa- cificamente, nenhum país cresceu mais do que o Brasil pela pesquisa e análise de nossos historiadores.

A essa necessidade se contrapôs, porém, durante longo tempo, o desprestígio da História Militar, por haver sido ministrada de forma descritiva, e não crítica, na Escola Militar.

A inflexão teve início efetivo com o General Álvaro Cardoso, foi dinamizada pelo Coronel Francisco Ruas Santos e acreditamos ter ajudado a consolidar, cooperando, em 1978, na elaboração dos livros-texto bastante ampliados, editados com o apoio do EME, *História da Doutrina Militar e História Militar do Brasil*, e produzindo o manual *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*, ora reeditado pelo Estado-Maior do Exército. São livros até hoje usados como livros-texto.

Para enfrentar militarmente as ameaças potenciais sobre a Amazônia, existem soluções que objetivam integrá-la e desenvolvê-la com a preservação ambiental e das comunidades indígenas - SUDAM, Zona Franca, Pacto Amazônico, FUNAI, Calha Norte, SIVAM e implantação de malha rodoviária integradora pelo Exército, além da criação prevista, em Manaus, de um Centro de Biotecnologia.

Na falha ou fracasso de todos esses planos, por falta de cooperação internacional sincera, e se houver intervenção militar, é de se esperar o apelo à guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, de que o nosso processo histórico é rico de exemplos. E solução inspirada no pensamento militar português decorrente de seu ideal político de dilatar a Fé e o Império, tão presente e vivo em Os Lusíadas e assim interpretada pelo General Paula Cidade: Julgada a causa justa, pedir a proteção de Deus e atuar ofensivamente mesmo em inferioridade de meios.

Desse pensamento, deu imortal exemplo o Coronel Ricardo Franco, construtor do Forte de Coimbra. Atacado por poderosa força invasora, em 1801, não se rendeu, respondendo da seguinte forma ao ultimato inimigo: A inferioridade numérica foi estímulo que sempre animou os soldados lusobrasileiros a não abandonarem seus postos e a defendê-los até as últimas conseqüências. Ou repelir o inimigo, ou sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes, cuja defesa lhes confiaram.

Mais tarde, em 1865, o Tenente Antônio João e seus bravos resistiram a uma avassaladora invasão e a ela fez frente, justificando: Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus comandados servirão de protesto solene contra invasão do solo sagrado da minha pátria.

Nunca é demais lembrar e repetir que, nas guerras holandesas, a resistência durante trinta longos e sofridos anos foi feita com base na estratégia do fraco contra o forte, a guerra de guerrilhas. A diferença entre a estratégia luso-brasileira e a holandesa foi assim estabelecida por Antônio Dias Cardoso, o mestre da emboscada, tático e estrategista da Insurreição Pernambucana (1645-54), ao responder a um oficial inimigo que lhe disse que venceríam o próximo confronto porque lutariam dispersos como os patriotas: *Melhor para nós, pois cada soldado nosso ê um capitão, e cada soldado de vocês ne-*

cessitará ter ao lado um capitão que o obrigue a combater! Nem que, em 1763 e 1774, duas invasões do Rio Grande do Sul, pelo litoral e pela campanha, terminaram por controlar dois terços do seu território. Para expulsá-los, mais uma vez, recorreu-se à resistência com o emprego desse tipo de guerra. Ela foi conseqüência da seguinte diretriz emanada do Rio de Janeiro às fracas forças do sul: A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas, localizadas nos passos dos rios e arroios e nas matas. Desses locais sairão ao encalço dos invasores, para surpreendê-los, causar- lhes baixas, arruinar-lhes as suas cavalhadas, gados e suprimentos e ainda trazer- lhes em constante e contínua inquietação.

Plácido de Castro aprendeu esse tipo de guerra como major federalista e dela muito tirou proveito para sua luta que culminou com seu êxito militar no Acre. Foi usando a guerrilha, repetimos, que Cabralzinho resistiu ao controle do Amapá, em 1895. Foi também se valendo da *guerrilha contra a guerrilha* que o Duque de Caxias pacificou a Balaiada, em 1838, no Maranhão, e a Farroupilha, em 1845, no Rio Grande do Sul. Não pode ainda ser olvidada a guerra de guerrilhas movida por Pedro Teixeira para expulsar os invasores europeus do estuário e do Baixo Amazonas, e de como a resistência dos Cabanos, usando a guerfilha, prolongou-se por anos a fio.

Hoje, a resistência na Amazônia contra forças invasoras esmagadoramente superiores, segundo estudiosos brasileiros, seria a Estratégia da Lassidão: estratégia do fraco contra o forte em que o fraco, valendo-se de alguns fatores em seu favor, reage no campo militar, evitando um confronto decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, enfraquecendo-lhe assim a vontade de combater, visando a obter, na opinião pública do inimigo, forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.

A Coluna Miguel Costa/Prestes foi uma variante da Lassidão, bem como a Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul.

Sinceramente, confiamos no povo e nos parlamentos das grandes nações, onde algumas lideranças imperialistas falam em internacionalizar a Amazônia e em desconsiderar a soberania que sobre ela exercem o Brasil e seus vizinhos. Que eles não deixem repetirem-se, na Amazônia, os dramas vividos por filhos dos Estados Unidos e da França no Vietnã, na Indochina e na Argélia. Valeu o preço pago no Vietnã? A perda de 46 mil jovens mortos, 300 mil feridos, 1.800 desaparecidos e de dezenas de milhares desajustados, em maioria das classes mais humildes? Não existirão formas de essas nações democráticas apoiarem a integração e o desenvolvimento com preservação ecológica da Amazônia, sem ferirem às soberanias das nações donas do território?

Hoje, alguns ingleses, holandeses e belgas já trazem, em seus carros, adesivos com a frase: *Você já matou hoje o seu brasileiro?* É fruto da caluniosa satanização do Brasil pela mídia internacional a serviço do poder econômico mundial que a controla!

Por tudo isso, impõe-se, como medida preventiva, um estudo da História Militar Crítica da Amazônia para dela extraírem-se lições de tática, estratégia e logística e, assim, não se continuar a justificar o pensamento de um militar vivo, que não autorizou revelar seu nome:

A história de nossa História Militar deixou, em sua esteira, um monte de escombros de fracassos, equívocos frustrações, falsas interpretações de seu real valor e desvios de parte das instituições criadas para preservá-la e explorá-la a serviço do alavancamento doutrinário de nossas Forças Armadas, com apoio na vitoriosa experiência militar brasileira de quase cinco séculos. Essa, riquíssima, mas inexplorada, é, em grande parte, responsável pela conquista e manutenção de um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre, como querem alguns.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

## BICENTENÁRIO DA GUERRA DE 1801 NO RIO GRANDE DO SUL E DA CONQUISTA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

**RESUMO** 

O artigo oferece ao leitor uma síntese histórica sobre a definição final da fronteira meridional do Brasil, ao evocar a passagem do seu bicentenário.

#### **PALAVRAS-CHAVES**

Portugal, Espanha, Rio Grande do Sul, Sete Povos das Missões.

Em 1801, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra na Europa. O conflito estendeu-se ao Brasil, envolvendo os territórios do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do

Sul atuais.

No Rio Grande do Sul durou, de 14 de julho a 17 de dezembro de 1801, 5 meses e 3 dias. Foi planejada e comandada pelo Governador do Rio Grande de então, o Tenente-General Sebastião Veiga Cabral da Câmara que, em la de abril de 1776, como coronel, comandara o Regimento de Bragança na reconquista da Vila de Rio Grande. Foi ele o primeiro a entrar na cidade, depois de expulsos os espanhóis que a ocuparam por 13 anos.

De 1777 a 1801, o Rio Grande do Sul atravessou um período de paz e de grande desenvolvimento, ao lado de um inconfbr- mismo generalizado de seu povo com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que reduziu expressivamente o território da 3ª Região Militar (3ª RM) atual delineado pelo Tratado de Madri, de 1750.

Nessa época, a Comandância Militar estava dividida, pelo Rio Camaquã, em fronteira do Rio Grande, sob jurisdição da vila do Rio Grande, Quartel-General da Comandância Militar, e a do Rio Pardo, sob jurisdição de Rio Pardo, sede do Regimento dos Dragões do Rio Grande.

As hostilidades tiveram início na fronteira do Rio Grande, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza. Foram atacadas as guardas espanholas ao sul do Rio Piratini, a fronteira de fato (municípios de Canguçu e Piratini atuais) até o Rio Jaguarão.

Essa operação foi conduzida pelo Major Vasco Pinto Bandeira, que, segundo consta, era irmão do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e filho do primeiro comandante de uma unidade de linha no território da 3ª RM, Capitão

Francisco Pinto Bandeira, a primeira companhia formadora do Regimento de Dragões.

Na fronteira do Rio Pardo, os Dragões, ao comando do Coronel Patrício Correia Câmara, expulsaram os espanhóis da guarda de São Gabriel do Batovi e, a seguir, a de Santa Tecla, que foi arrasada pela segunda vez e definitivamente.

Os espanhóis de Batovi e de Santa Tecla recolheram-se ao forte de Cerro Largo (atual Mello). A Guarda São Sebastião retirou-se para São Borja, no Passo do Rosário.

A partir de Santa Maria atual, quarenta Dragões aventureiros, sob orientação do Coronel Patrício da Câmara comandante da fronteira do Rio Pardo, lançaram-se, a partir de Santa Maria atual, sobre a guarda espanhola de São Martinho e, dali, sobre os povos de São Miguel, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, terminando por incorporar definitivamente os Sete Povos pela forca das armas.

Seguiu-se a conquista do atual município de Santa Vitória, a partir dos arroios Taim e Albardão, fronteira de fato, conquista feita pelo Capitão-de-Milícias Simão Soares da Silva e o Tenente-de-Dragões José Antunes de Porciúncula, à frente de cem milicianos e 36 Dragões de Rio Pardo. Eles atacaram, de surpresa, as guardas do Chuí e de São Miguel que retraíram para o forte de Cerro Largo.

Face a esses ataques, os espanhóis reagiram, a partir do forte do Cerro Largo, ao comando do Marquês de Sobremonte, governador de Buenos Aires. O Contingente da fronteira do Rio Grande chocou-se com um outro, espanhol, lançado de Cerro Largo na direção do Passo N. S. da Conceição do Rio Jaguarão (atual Centurión). E teve lugar o combate do Passo das Perdizes, em 17 de outubro de 1801.

Essa manobra espanhola foi diversio- nária, destinada a cobrir o lançamento, de Cerro Largo, em socorro das Missões, do Tenente-Coronel José Ignácio de la Quin- tana, forte de 600 homens.

A Fronteira do Rio Pardo reagiu, enviando trezentos Dragões, que conquistaram São Borja, depois de violento e muito disputado combate. Eles acompanharam a coluna Quintana e ofereceram-lhe tenaz resistência, em São Gabriel e Rosário do Sul atuais, obrigando-a a retirar-se para Cerro Largo.

Estimulados pelas vitórias das guardas do Chuí, São Miguel e Passo das Perdizes, na fronteira do Rio Grande, e pelas de São Borja, Rosário do Sul e São Gabriel atuais, na fronteira do Rio Pardo, o Comando Militar do Rio Grande decidiu conquistar a base de operações espanhola, o forte de Cerro Largo, aproveitando a ausência, ali, da Coluna Quintana lançada em socorro a São Borja.

Enquanto isso se passava, o governador *de Buenos Aires, Marquês de Sobre*monte, mobilizou recursos para socorrer o ameaçado forte de Cerro Largo, cerrando sobre ele e o encontrando desamparado.

Com a morte do Governador Veiga Cabral, em 5 de novembro de 1801, cerca de 42 dias antes do término da guerra, ele foi substituído no Comando Militar e Governo do Rio Grande pelo Brigadeiro Francisco Róscio. Este

ordenou uma concentração de todas as forças do Rio Grande no Passo N. S. da Conceição do Jaguarão, face à concentração espanhola no forte Cerro Largo.

Sobremonte cerrou suas forças para o Passo N. S. da Conceição do Jaguarão em 30 de novembro de 1801. A concentração portuguesa foi ali reforçada em 5 de dezembro, com quinhentos homens transferidos do Taim e de Albardão, aprofundamentos das defesas nos arroios Chuí e São Miguel.

Ainda a 5 de dezembro de 1801, o comandante espanhol mandou um *ultimatum* ao heróico Coronel Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira do Rio Grande, dando-lhe 24 horas para evacuar a região. Recebeu a seguinte resposta: *Nem 2.400 anos conseguiríam desalojá-lo do local. Que tentassem para confirmar!* 

Em 10 de dezembro de 1801, a fronteira do Rio Grande foi reforçada pela do Rio Pardo, com a chegada do Coronel Patrício Correia Câmara, à frente de quatrocentos Dragões milicianos e voluntários.

Em 13 de dezembro de 1801, o Marquês de Sobremonte ordenou a retirada de sua tropa para o forte do Cerro Largo, *consciente da superioridade portuguesa* e do perigo que corria de ser batido em campo raso.

Em 17 de dezembro de 1801, foi publicada, no Rio Grande, a paz entre a Espanha e Portugal. O Coronel Patrício, em 20 de dezembro, retornou ao Rio Pardo, em razão da suspeita, não confirmada, de que outra coluna Quintana fora lançada na direção dos Sete Povos para reconquistá-los.

Aliás, em 29 de novembro, uma coluna de cem espanhóis e oitenta índios, apoiados em duas peças de Artilharia, haviam sido rechaçados pelos conquistadores dos Sete Povos. Fora o segundo ataque à conquistada São Borja - o primeiro viera pelo Rio Uruguai. Em Porto Alegre, em condições de reforçar as tropas do Rio Grande, encontrava-se o Regimento Extremoz, de Portugal, e que participara da reconquista da Vila do Rio Grande, em 1776.

A guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos. Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados, armas, cavalos e os uniformes que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares Ligeiras, particularmente na fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

Enfim, foi uma guerra vitoriosa, com o apoio logístico, predominante da iniciativa privada ou do povo gaúcho.

A guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos.
Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados,

armas, cavalos e os uniformes, que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares Ligeiras, particularmente na fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

Os resultados da guerra foram excepcionais para o Rio Grande do Sul. Foram conquistados, pela força das armas, as riquíssimas pastagens dos Sete Povos das Missões, dos territórios entre os rios

Jaguarão e Piratini, da margem esquerda do Rio Santa Maria, até a linha do Tratado de Santo Ildefonso, divisória das bacias da Lagoa dos Patos e do Rio Uruguai, e o território do atual município de Santa Vitória.

Enfim, compensou-se de certa forma o que o Tratado de Madri de 1750 equitativamente previra, só ficando de fora do Rio Grande o atual território conhecido por Distrito de Entre-Rios.

Esses territórios não foram devolvidos por não terem sido exigidos, em razão de a Espanha ter-se sentido compensada com a cidade portuguesa de Olivença, que ela conquistara nessa guerra.

Passou a ter grande movimento o caminho terrestre de articulação das sedes das fronteiras do Rio Grande, Rio Pardo e do Distrito das Missões, então criado, seguin do o seguinte itinerário: Rio Grande - Pelotas - Canguçu - Encruzilhada - Rio Pardo - Santa Maria - São Borja.

Surgiu na divisão territorial, da atual 3ª RM, o Distrito Militar das Missões, que se desligou da Fronteira do Rio Pardo e é hoje área a cargo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Santiago dol Boqueirão.

Eis uma guerral que tem sido pouco estudada e dela só é enfatizada, pela tradição, a conquista dos Sete Povos como sendo uma iniciativa de quarenta aventureiros. Em realidade, eles atuaram dentro de um amplo contexto estratégico que envolveu o Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e- Terra do Brasil e Conde de Resende, o governador e comandante militar do Rio Grande, Tenente-General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, e os das fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, os coronéis Patrício e Marques de Souza.

A guerra foi estudada pelo Coronel Jonathas Rego Monteiro, em *Campanha* de *1801*, com apoio em fontes primárias consultadas no Itamaraty, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

A guerra de 1801 incorporou, ao Rio Grande do Sul, os seguintes municípios (atuais): Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Herval, Pinheiro Machado, Bagé, São Gabriel e parte de D. Pedrito (margem direita do Santa Maria). E, nas Missões, os atuais São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Ijuí, São Miguel, enfim todos os municípios que se encontram nas Missões.



- Na parte escura, os territórios incorporados ao Rio Grande do Sul, após a guerra de 1801.
- O território abrangido pelos atuais municípios de Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário, Santana e parte de D. Pedrito constituíam o Distrito espanhol de Entre Rios.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

## DUQUE DE CAXIAS, ALVO DE MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA

Caxias tem sido, ao longo de sua v.a, e depois de morto, alvo de manipulações da História que viraram ver dades para alguns. Vez por outra, se constata, por parte de pessoas sérias, manifestações de conceitos errôneos ou manipulados sobre Caxias. Dentre as manipulações que têm prosperado, alinhem-se entre outras:

1. Haver Caxias, como comandante da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1838, haver reprimido um levante de escravos liderado por Manoel Congo, com sangrento massacre praticado pelo líder e alguns de seus companheiros.

A acusação é feita em livro por Carlos Lacerda na década de 1930, quando

militante comunista.

A obra, cuja reedição foi autorizada pelos proprietários da TV Rio Sul, de Resende, e donos da fazenda onde teve lugar a revolta liderada por Manoel Congo, foi, em desrespeito e de forma leviana, noticiada em coluna de *O Globo* e assinada por conhecido jornalista.

Pesquisas recentes da OAB-Rio, que se aprofundaram no assunto com base documental, nada encontraram a respeito. Caxias apenas se deslocara até Vassouras para avaliar a situação, em face da possibilidade de a revolta envolver escravos que trabalhavam para seus donos na Fábrica de Pólvora de Estrela, na raiz da serra de Petrópolis, podendo extrapolar o problema para o âmbito da segurança nacional, por ser a Estrela a única fábrica de pólvora do País.

A revolta foi reprimida por autoridades e forças locais, chamados pedestres, sob a liderança do Coronel da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, ancestral de Carlos Lacerda. Manoel Congo foi julgado em janeiro de 1839, tendo sido condenado e executado na forca, sob a acusação de haver morto dois perseguidores.

Hoje, no bairro Pedreira, de Vassouras, foi erigido um memorial a Manoel Congo. A culpa do incidente perante a comunidade negra do Brasil tinha que ser lançada em alguém. E o escolhido foi o Duque de Caxias, em realidade um pioneiro abolicionista, ao assegurar, em Iº de março de 1845, liberdade aos escravos que lutaram ao lado dos farrapos, contrariando orientação superior partida de escrava- gistas que dominavam o Governo.

Essa versão manipulada responsabilizando Caxias, e não o Coronel Francisco Peixoto citado, conseguiu abrigo inclusive no Diário Oficial do Rio de Janeiro, segundo consta à revelia do governador do estado.

2. Haver Caxias comandado repressão violenta, em 1842, em Silveiras-SP, em combate a revolucionários liberais que haviam massacrado, implacavelmente, autoridade policial local.

É o que se contava e se espalhava, no Vale do Paraíba, como verdade absoluta.

Na realidade, a região do Vale do Paraíba paulista estava, nessa época, subordinada ao Rio de Janeiro e a repressão citada foi praticada por Guardas Permanentes do Rio, sem nenhuma subordinação a Caxias, fato que foi esclarecido na *História Militar do Vale do Paraíba*, plaqueta de nossa autoria.

3. Haver, em conluio com o comandante do Exército Farrapo, General David Canabarro, traído as tropas farrapas, no Serro dos Porongos, em 14 de novembro de 1844.

Essa insinuação fez parte de um ofício forjicado. O Coronel Chico Pedro, que poderia tê-la confirmado em suas memórias, caso o fato tivesse realmente ocorrido, nelas nada mencionou. Trata-se de documento falso como o foram as cartas falsas que provocaram a revolução de 1822, bem como a pseudo Ata do Clube Militar de uma reunião realizada em 22 de junho de 1922, reunião que não houve, na qual se acusa um Tenente Algayer, que nunca esteve no Clube Militar, de ofensas inomináveis a chefes do Exército, que não estavam na

reunião que não houve, inventada que foi em 1930, em Recife, conforme abordamos exaustivamente em artigos vários em O Guararapes, 1996.

4. Haver, na Guerra do Paraguai, em conluio com o Presidente Mitre, lançado, a montante do Rio Paraguai, cadáveres de soldados coléricos para atingir adversários políticos do presidente argentino.

A acusação é feita por um livro já com mais de 30 edições chamado *Guerra do Paraguai Genocídio Americano*, em que seu autor, ignorando ou desprezando a heurística, no tocante a autenticidade, fi- dedignidade e integridade das fontes para que História traduza verdade e justiça, manipulou como quis sua *estória* e vem colhendo lucros e louros de seu trabalho calunioso, com muito boa acolhida no público cívico-masoquista no Brasil.

Esse fato, em que o autor do livro dizia basear-se em documentos, levou o General Jonas Correia, ex-presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Buenos Aires. No Museu Mitre, não se surpreendeu ao ser-lhe mostrado o *documento* apontado pelo autor irresponsável. Tratava-se de um panfleto político circunstancial. E aí está seu livro, que não veio para esclarecer mas para confundir e faturar, que tem sido periodicamente reeditado.

Mais uma vez, a imprensa supostamente séria, em matéria recentemente publicada, potencializa irresponsavelmente essa infâmia contra Caxias, o qual tem agora por parceiro D. Pedro II, quando se refere a carta de Caxias ao Imperador existente no Museu Imperial e ali descoberta por pesquisadores da UFF.

A manipulação da História tem-se constituído uma praga no Brasil.

O fato não é novo. Já em 1872, amigos e admiradores de Caxias publicaram, às suas expensas, a obra *Brasilicus*, que rebateu críticas infundadas ao seu comando no Paraguai, quando ele estava fora do poder, provedor da Irmandade Santa Cruz dos Militares que era à época.

Assistimos, e não é ficção, por volta de 1991, em curso de História da Universidade Federal Fluminense, no Museu Nacional, dizer-se para jovens estudantes que o Duque de Caxias foi useiro e vezeiro em expulsar posseiros de terras no estado do Rio de Janeiro.

Essas manipulações não terão fim Terão, sobre inocentes úteis, o efeito de calúnias que, comparadas a um saco de penas lançado ao vento, jamais poderão ser recolhidas todas para serem desmoralizadas. Sobretudo em nossos tempos, em que os órgãos de informação de massa não se preocupam em promover debates amplos e democráticos sobre a História do Brasil, para que a verdade termine por aparecer e o povo possa exercer seu sagrado direito de julgar a informação e escolher a versão de acordo com a sua consciência.

Enquanto a História do Brasil não for escrita com apoio em fontes confiáveis aprovadas pela Heurística aplicada a seleção de fontes autênticas, fidedignas e íntegras, teremos história manipulada e biografias conspurcadas.

Ao leitor responsável é necessário espírito crítico para indagar: *em que fontes se baseou o autor para afirmar tal fato*. Se não lhe parecerem boas, deixá-las-á de lado.

Ao historiador cabe avaliar as fontes históricas em que fundamenta seu

trabalho e ao, leitor atento, se o historiador fez bom uso das fontes em que baseou seu trabalho, uma vez que o papel aceita tudo que nele se escrever, inclusive mentira.

Ao retornar do Paraguai, Caxias foi acusado por um deputado liberal de haver trazido do Paraguai mais cavalos do que teria direito.

Em reunião do Senado de 15 de julho de 1870, em um longo discurso defendeu sua atuação no comando dos brasileiros e dos aliados no conflito, ao ponto de sentir-se cansado e ser-lhe concedido uma pausa para continuar, a pedido do Ministro da Marinha.

Nela Caxias assim explicou o episódio tão manipulado pela oposição, segundo A. de Carvalho, em *Caxias*, p. 280:

... Até aqui se quis imputar-me um crime de haver trazido do Paraguai os mimais de meu uso. Os meus amigos não deram grande apreço a essa acusação. Mas nem por isso deixarei de defender-me...

... Eu tinha direito a trazer 6 cavalos e 12 bestas de bagagem. Trouxe 3 cavalos e 4; nestas. Creio que não fui além daquilo que ooderia fazer. Ainda sofro no meu soldo o desconto do valor desses animais, porque não estive em campanha cinco anos.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

# GETÚLIO VARGAS E A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA DO EXÉRCITO (1930 - 1945)

O Presidente Getúlio Vargas, cujo cinqüen- tenário de falecimento ocorreu em 24 de agosto de 2004, em suajuventude, foi, por cinco anos, militar do Exército. Inicialmente como soldado e sargento do 6ª Batalhão de Infantaria, em São Borja, em 1899. A seguir, como aluno da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo em 1900,1901 e 1902 até maio. E, finalmente, como 2ª sargento de Infantaria do 25ª Batalhão de Infantaria, na Praça do Portão, em Porto Alegre em 1902 e 1903, tendo, nesse ano, participado da Expedição Militar até Cuiabá, em função da Questão Acreana. Deu baixa do Exército ao retornar de Cuiabá, em dezembro de 1903, para cursar a Escola de Direito, onde ingressou como aluno ouvinte, matriculando-se em 1904 no 2ª ano.

Em 1906, Getúlio ingressou na política. Fundou o Bloco Acadêmico Castilhista, do qual fizeram parte os então alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, no Casarão da Várzea, Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que exerceríam importante papel nas vida e obra de Getúlio Vargas e principalmente no Exército, como seus ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército e executores das ações do governo Vargas para o Exército, objeto da presente interpretação.

Em Rio Pardo, na mesma Escola e na mesma época, estudaram os seus, mais tarde, destacados amigos e colaboradores - o já citado Eurico Gaspar

Dutra e Mascarenhas de Morais.

E mais os generais Bertoldo Klinger, filho de Rio Grande, e Francisco de Paula Cidade, de Porto Alegre, estes últimos destacados historiadores militares.

Em discurso para as Forças Armadas, em 12 de dezembro 1940, Getúlio Vargas, filho de um herói da Guerra do Paraguai e do combate à Guerra Civil 1893/95, General Honorário Manoel do Nascimento Vargas, recordou aos ouvintes, com orgulho, sua condição de ex-inte- grante do Exército, com estas palavras:

"Como vós, fui soldado e encontrei, na camaradagem das armas, uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse, com 0 que continuo servindo ao Brasil, somando 0 meu esforço ao vosso eaode todos os patriotas, para tomá-lo cada vez mais próspero."

E foi fardado, como chefe da Revolução de 1930, que ele se deslocou de trem de Porto Alegre ao Rio, onde, fardado, assumiu o Governo do Brasil.

Sua contribuição para o progresso do Exército foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo, a doutrina do Exército, em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução e Motivação e Emprego, atingiu sua maior expressão ao longo do processo histórico brasileiro.

Um sintético inventário, feito segundo os campos doutrinários citados, corrobora nossa afirmação, ao mesmo tempo em que se lhe faz justiça por evocar a projeção de sua obra na Segurança Nacional.

## Organização

O efetivo do Exército de 1930-1945 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens. O aumento destinou-se a fornecer quadros e tropa para as 50 unidades criadas: 13 unidades de fronteira; unidades-escola na Vila Militar no Rio de Janeiro, então Capital Federal; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de artilharia; escolas novas e para as estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas. Para disciplinar toda a organização, foram promulgadas: as leis de Organização do Exército e do Ministério da Guerra; do Serviço Militar; das Promoções; da Inatividade etc. Foram baixados os regulamentos básicos: Disciplinar (RDE); Serviços Gerais (RISG), de Continência (RCont), de Administração (RAE) e um conjunto de instruções, portarias etc., que alteraram profundamente a organização do Exército, que passou a ser comandado de instalação condigna, construída então e que é, hoje, Palácio Duque de Caxias, defronte à Praça da República, no Rio de Janeiro.

Fato significativo e de grande projeção na defesa nacional foi a criação, no Exército, da Arma de Aviação, que, a partir de 1941, com material e pessoal, passou para o Ministério da Aeronáutica. Igualmente significativo, pela sua imensa projeção na integração nacional, foi o Correio Aéreo Nacional (CAN).

### **Equipamento**

Visando a reduzir a dependência externa de material bélico, foi criado o

Quadro de Oficiais Técnicos, e implantada a Indústria Bélica Brasileira, através da construção das fábricas de Itajubá, Juiz de Fora, Piquete, Curitiba, Andaraí, Bonsucesso e Caju, além da remodelação dos arsenais do Rio de Janeiro e de General Câmara, das fábricas de Estrela e do Realengo. Essas fábricas entraram em declínio *cor* a importação de excedentes militares dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial e, hoje. que não foram extintas constituem a infraestrutura da IMBEL, Indústria de Material Bélico, vinculada ao Exército.

No setor de apoio logístico, foram cridos os estabelecimentos Mallet (depósitos de material de intendência, de engenharia, de comunicações, de veterinária e de saúde) no R dejaneiro; os hospitais militares de Porto Alegre, Bahia, Alegrete, Santo Ângelo e Belém: sanatório de Itatiaia; os pavilhões de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército; a Policlínica Central do Exército e o Inst tuto de Biologia do Exército, ambos na então Capital Federal; as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre. Tindiquera e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã e do Rincão.

Grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército, que facilitou sobremodo exercício mais seguro do comando sobre todo o Exército, articulado no território nacional O material de artilharia, em especial o de costa, passou por uma sensível modernização e atualização com o concurso de uma Missã Militar Norte-Americana, contratada em 1939

A indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos militares inclusive equipagens de pontes B4, cujos pontões tiveram seu primeiro teste, de forma inusitada, como portadas de desembarque de material em Fernando de Noronha, feito pelos pontoneiros do atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, durante a Segunda Guerra Mundial.

### Ensino e instrução

As transformações e os progressos nesses setores foram mais revolucionários no sentido da profissionalização do Exército e da sua consolidação como força operacional. No tocante ao ensino, foram construídas, condignas e monumentais, as escolas de Estado-Maior e a Técnica do Exército (hoje Instituto Militar de Engenharia), na Praia Vermelha. Da mesma forma, a monumental e distinta entre as melhores escolas militares do mundo - a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), cumprindo uma promessa da Revolução de 1930. Foi igualmente construída a Escola de Artilharia de Costa da Urca. Foram criadas a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), no antigo Casarão da Várzea, a de Fortaleza (EPF) e a de São Paulo (EPSP); e ainda criados os centros de preparação de oficiais da reserva em todas as regiões militares - os CPOR.

Essa estrutura de ensino do Exército foi ainda enriquecida com a criação das unidades- escola na Vila Militar, no Rio de Janeiro, da Escola de Educação Física do Exército e do Gru- pamento-Escola de Artilharia Antiaérea.

Para ordenar essa estrutura, foram promulgadas as leis do ensino e do magistério militar, e baixadas instruções para regulamentar as escolas e normas para uma mais apurada seleção física, intelectual e moral dos candidatos ao oficialato do Exército.

Nesse contexto, prestaram relevantes serviços ao ensino no Exército os generais Augusto Duque Estrada e Mário Travassos, respectivamente, o último comandante da Escola Militar no Realengo e o primeiro comandante da AMAN, em Resende.

A filosofia do ensino no Exército, de predominantemente científica e teórica até 1905, passou, até 1920, ao extremo oposto, tornando-se predominantemente prática, segundo o General Eurico Dutra. No governo de Vargas, Dutra como ministro da Guerra, foi procurando o equilíbrio entre a cultura geral e a prática. Baseou-se o Ministro Dutra nas *Memórias* do Marechal Ferdinand Foch, herói em Marne e Flandres, comandante da batalha de Somme e generalíssimo que conduziu os Aliados à vitória na Primeira Guerra Mundial e escreveu a certa altura:

"O futuro demonstrará a necessidade da cultura geral ao lado do saber profissional militar, para quem, como 0 militar, vive em presença de sucessivos fenômenos sociais que exigem, para a sua compreensão, um certo saber político e moral. Assim, não pode um militar, sob pena de segregar-se socialmente, contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa."

O citado Marechal Foch, que saiu da cadeira de História Militar na Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, emitiu este importante e realista pensamento:

"Para alimentar 0 cérebro de um exército na paz, para melhor 0 preparar para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que 0 livro da História Militar."

Foram entusiastas dessa idéia de equilíbrio da cultura geral com a profissional entre nós e a implantaram mais tarde no Brasil, um como ministro da Guerra e o outro como comandante da Escola Militar do Realengo, depois de 1930, os generais Leite de Castro ejosé Pessoa, que, na Primeira Guerra Mundial, lutaram no Exército francês e freqüentaram a Escola Militar de Saint Cvr.

O então Coronel Mascarenhas de Morais, como comandante da Escola Militar do Realengo na década de 1930, deu grande impulso à cultura geral, profissional e especializada dos futuros oficiais, ao implantar a biblioteca central da Escola e criar uma biblioteca especializada em cada arma, além de outras nos diversos departamentos (educação física, equitação, veterinária etc.).

Durante o período 1930-1945, o Exército se beneficiou, por nove anos, do concurso da Missão Militar Francesa e, por cerca de seis anos, da Missão Militar Norte-Americana. Esta, contratada depois da histórica visita ao Brasil, de 25 de março a 7 de abril de 1939, do General George Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA.

No tocante à operacionalidade do Exército, registraram-se grandes progressos. Os períodos de instrução das unidades eram observados e fiscalizados com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras no Vale do Paraíba e em Saicã. Esta última contou com o estímulo da presença do próprio Presidente Vargas. A instrução de serviço em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos para cada arma ou serviço, regulamentos de organização do terreno (OT); de

serviço em campanha, de tiro de armas portáteis (RTAP) e de instrução dos quadros e da tropa.

Para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que consolidou a Reforma Militar, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, agora, também e principalmente, como editora; foi modernizada a Imprensa Militar; e estimulada e prestigiada pelos ministr os militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, bem como a revista *Nação Armada*.

Para a ampla difusão da doutrina do Exército, criou-se o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF). Ele editou regulamentos em substituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que se cristalizaram em torno da revista *A Defesa Nacional*, em 1913, usando editoras civis.

O Serviço Geográfico do Exército proporcionou um grande apoio à instrução ao levantar mais de 25.000 km² em cartas. Assim, possibilitou a dispensa de cartas de território europeu, sobre as quais os oficiais brasileiros estudavam em exercícios táticos, chamados, impropriamente, de jogos de guerra, segundo o grande historiador, geógrafo e sociólogo militar brasileiro General Francisco de Paula Cidade, também contemporâneo, em 1902, na Escola do Rio Pardo, do então Sargento Getúlio.

Na prática, a consolidação da cultura geral dos oficiais gerou algumas distorções e produziu reações. Entre as distorções registram-se as opiniões contrárias ao aspecto genérico do estudo de Psicologia, Sociologia e Filosofia em detrimento de conhecimentos aplicados ávida castrense. Outro desvio, no nosso entender, foi o estudo descritivo, e não o crítico, da História Militar. Essa modalidade era exaltada por grandes capitães da História como a verdadeira escola da guerra, em razão dos ensinamentos colhidos do estudo crítico que realizaram das experiências que tiveram lugar no campo de batalha e que a História Militar registrou. No tocante à Geografia Militar, o desvio se deu quando ela foi confundida com a Geografia Geral ou com os Estudos Brasileiros, deixando-se de lado os aspectos topotáticos e topoestra- tégicos e outras características geográficas de interesse das operações militares nos diversos escalões, conforme foi a intenção do Coronel José Pessoa ao introduzi-la na Escola Militar do Realengo, com apoio no que observara ao cursar a Escola Militar de Saint Cyr e tendo como professor no Realengo, e depois na Escola de Estado-Maior do Exército, o Coronel Francisco de Paula Cidade, autor da célebre obra Notas de Geografia Militar Sul-A mericana.

## Motivação

Esse importante campo da Doutrina Militar relativo às forças morais da guerra, tão evidentes nas vitórias de Guararapes, recebeu substancial estímulo no período em estudo através de diversas ações. O passado militar brasileiro foi rebuscado, pesquisado, interpretado, cultuado e amplamente difundido pelos periódicos militares, pela Biblioteca do Exército, pela Imprensa Militar e a Nacional, como foi o caso da Livraria Globo em Porto Alegre. Tarefa de resgate histórico a que se dedicaram inclusive ilustres chefes do Exército, como o Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, que pesquisou e escreveu sobre os grandes chefes da Cavalaria brasileira, cuja galeria iconográfica que

mandou desenvolver, hoje, encontra-se no Curso de Cavalaria da AMAN.

Os estudos feitos tornaram possível, mais tarde, em grande parte, a sua consolidação na História do Exército Brasileiro - *Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército em 1972, em projeto presidido pelo Coronel Francisco Ruas Santos.

Em 1940, o General José Pessoa iniciou histórico artigo na *Revista da Escola Militar*, com seguinte argumento:

"E da tradição que se nutre a alma da nação. Das relíquias do passado retiram os povos as forças com que vencerão no futuro. Difundir, pois, o conhecimento' da Historia do Brasil é o grande dever de todos nós. Esse conhecimento nos desvendará a grandeza moral de que se cobriram nas lutas pela nossa Independência, unidade política e grandeza territorial os nossos antepassados."

Oficialmente, o culto aos heróis do Exercito do passado mereceu ênfase, sob o seguinte argumento, ao tempo do Presidente Getú- lio Vargas:

"O mérito excepcional sempre foi raro. Daí a necessidade do culto aos heróis mortos de mérito excepcional. Ele desenvolve nosso sentimento de veneração, exemplifica e exalta a virtude para o estímulo dos moços. Aí suas qualidades deixaram sulcos indeléveis que sempre servirão de lições para o presente e o futuro."

Assim, o Duque de Caxias mereceu culto especial. Foram exumados seus restos mortais e os da sua esposa e colocados no Panteão a Caxias, em cerimônia histórica, alem de criado o Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército, cópia fiel, em escala, da heróica espada do Pacificador, a qual, desde 1925, é patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que o duque pertenceu como membro honorário.

Outros heróis brasileiros do Exército como Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Andrade Neves e Antonio João etc. foram cultuados condignamente. Mereceram ênfase as comemorações do centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto, no Rio, em cerimônia junto ao monumento ao Consolidaclor da República. Homenagens essas estimuladas pessoalmente por Getúlio Vargas, que, através de seu pai, aprendera a admirar o marechal.

Foi inaugurado monumento aos heróis de Laguna, na Praia Vermelha, e restaurados diversos monumentos históricos. Recorreu-se enfaticamente à História Militar através do concurso, em cerimônias cívicas de projeção nacional e no assessoramento superior, de destacados historiadores ou pensadores militares do Exército tais como: generais Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício e Souza Docca, coronéis J. B. Magalhães, Paula Cidade, Lima Figueiredo, Afonso de Carvalho, Cordolino de Azevedo, De Paranhos Antunes, Jonas Correia e outros.

No setor civil, registre-se destacada colaboração, entre outras, de Pedro Calmon - divulgador ímpar, através de seus escritos e da sua inspirada e privilegiada palavra, de nossas tradições e glórias militares - e de Gustavo Barroso e Eugênio Vilhena de Morais..

Para reconhecer o mérito militar, foi criada a Ordem do Mérito Militar. As unidades históricas ganharam estandartes, nomes e distintivos, e algumas, uniformes históricos, como a AMAN e os Dragões da Independência.

O antigo Batalhão do Imperador, extinto pela Regência, foi recriado com o nome de Batalhão da Guarda Presidencial. Depois da Intentona Comunista, que provocou tantas vitimas inocentes no Exército, o culto à memória das mesmas adquiriu grande expressão. Essa tradição se mantém acesa até o presente, visando prevenir acontecimentos como aqueles que violentaram as tradições do povo brasileiro e que tiveram como alvo o Exército, desde então a maior barreira ao avanço do comunismo internacional no Brasil.

Quanto à motivação, poderiamos alinhar, ainda, a valorização do reservista pela criação de seu dia; a elaboração do Estatuto dos Militares; a construção de vilas militares nas fronteiras sul e oeste, em Amambaí, Campo Grande, Mato Grosso, Quarai, Uruguaiana, São Borja, Foz do Iguaçu, Coimbra, Óbidos, Guajará- Mirim, São Luiz, Dom Pedrito, Bela Vista e General Câmara, além das de Quintaúna em São Paulo, Santa Cruz no Rio de Janeiro, Socorro no Recife e Vila Operária na Fábrica Estrela da Raiz da Serra, para não citar a remodelação da Vila Militar no Rio de Janeiro.

Muito significativo foi a FEB, antes de partir para a Itália, ter ido buscar inspiração nos Montes Guararapes. Ao retomar ao Brasil, foi lá depositar os louros da vitória, proferindo seu comandante, Mascarenhas de Morais, palavras antológicas hoje lá inscritas em bronze no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

## **Emprego**

Durante o período Vargas, o Exército atuou na segurança interna contra Revolução Constitucionalista de 1932. Dela tirou precisas lições sobre a necessidade de dispor de melhor controle sobre a indústria bélica e melhor distribuí-la pelo território nacional. Em São Paulo, o parque industrial revelou notável capacidade de mobilizar-se em apoio à Revolução, como á havia ocorrido antes, durante a Guerra Civil 1893/95. combinada com a Revolta da Armada.

O Exército enfrentou em boas condições **os** levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio dejaneiro (Praia Vermelha e Campo dos Afonsos).

Na segurança externa, pela primeira vez na História do Brasil, o Exército, representado pela FEB, lutou em teatro europeu sob o comando do Marechal Mascarenhas de Morais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a defesa territorial do Brasil sofreu rigoroso teste, com a articulação de tropas do Exército para defender o imenso litoral, notadamente no saliente nordestino, na Baía de Guanabara e no estratégico arquipélago de Fernando de Noronha.

Em todas as oportunidades mencionadas, ficou evidente a validade do esforço notável despendido, durante o governo de Getúlio Vargas 1930-1945, para o desenvolvimento da doutrina do Exército.

Findo o período Vargas, f(cou evidente o grande salto operacional dado pelo Exército. Anos de trabalho sério e ingente permitiram a ele absorver, ainda na Itália, o impacto da mudança da doutrina francesa para a norte-americana, obtendo muito bom desempenho no Velho Mundo, onde se consagrou pelas vitórias de Monte Castelo, Montese e tantas outras.

Não há como negar que a visão de estadista do Presidente Vargas se estendeu às Forças Armadas. No Exército, ele encontrou o apoio patriótico e inteligente e muito objetivo dos ministros da Guerra, generaisjosé Fernando Leite de Castro (1930-32), Augusto Inácio de Espírito Santo Cardoso (1932-34), Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1934-35) João Gomes Ribeiro Filho (1935-1936) e Eurico Gaspar Dutra (1936-45).

Havia, por parte do Presidente Vargas, a consciência de que nenhum país sustenta sua condição de grande nação se não o for, também, do ponto de vista militar. O Barão do Rio Branco, grande estimulador do fortalecimento das nossas Forças Armadas, afirmava que não há diplomacia eficiente sem o respaldo militar.

No período Vargas, coerente com seu projeto de resgate do sentimento de brasilidade, o ideal do Exército era ser "um exército disciplinado e poderoso, em acordo com a nossa grandeza, e defensor da nossa soberania, de um Brasil eterno, vindo de u m passado de glórias

Já o Estado-Maior do Exército, por meio de seu chefe, General Aurélio de Góes Monteiro, justificava esse ideal sob o argumento de que "a neutralidade e O pacifismo não subsistem sem força que os assegurem, pois, na ordem internacional, a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas ou, na falta delas, com as de um forte aliado".

As ações de Vargas, em seu primeiro governo, permitiram que as Forças Armadas, em particular o Exército, pudessem se desenvolver e progredir em sua doutrina, de forma a se tornarem, de fato, o braço armado da Nação brasileira, respaldando-lhe o crescimento e garantindo-lhe a soberania.

## Referências bibliográficas

- BENTO, Cláudio Moreira. "As manobras de Saicã" in História da 3ª Região Militar 1989/1953. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p. 324/346 fotos
- \_\_\_\_."Reflexos do suicídio do Presidente Vargas no CMS" in Comando Militar do Sul 4 décadas de História 1953/1995. Porto Alegre: Pallotti, 1995. p. 83/84.
- ESTADO- MAIOR DO EXÉRCITO. Historia do Exército Brasileiro-perfil militar de um povo. Rio de Janeiro: Sergraf, IBGE, 1972, 3 v.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense, 1983. v. 4. p. 3436/3505.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Anais do Exército Brasileiro* -Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1938-40. 3v

Relatório dos Ministros da Guerra -1930-45. (Coleção BIBLIEX)
- Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

#### MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES

## O gaúcho que comandou a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial em defesa da liberdade e democracia

Em 13 de novembro de 2015, transcorre o aniversário de nascimento do marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ele ajudou a consagrar como a terra sulina dos marechais e dos historiadores militares. Coube-lhe a suprema honra, na Segunda Guerra Mundial, em função de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de comandar as principais ações militares do Brasil, levadas a efeito contra o nazi-fascismo.

Primeiro, ao bem organizar a defensiva no Nordeste, "O Trampolim da Vitória", a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas em Natal e Recife, e da ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão partindo da África, até a conquista desta pelos Aliados.

Segundo, ao comandar a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de "a maior aventura da História do Brasil e do Povo Brasileiro", depois classificada pelo Congresso Brasileiro como "o mais brilhante empreendimento militar do Brasil na República."

Atuação brilhante, pela qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Casa da Memória Nacional, em sua função de Tribunal da História, consagrou Mascarenhas de Moraes "Como herói nacional, e recomendá-lo como exemplo de patriota moderno." Se o Duque de Caxias, sócio honorário do IHGB, instituição que abriga desde 1925 sua heróica e invicta espada de campanha, é o maior soldado do Brasil e a maior Espada do Império, Mascarenhas de Moraes é o maior soldado da República. Ambos os líderes militares providenciais, com que contou a Pátria Brasileira, em três dos seus mais graves momentos, para conduzir o Brasil à Vitória, em guerras externas, a que foi forçado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio à Guerra de Conquista. Caxias é hoje o Patrono do Exército e da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), consagrado na condução das guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1865-70), em defesa da integridade e da soberania do Brasil.

O marechal Mascarenhas destacou-se na primeira guerra extracontinental de que o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, em aliança ou contra representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito da História da Humanidade, em defesa da democracia e da liberdade mundial. A medida que passam os anos, à semelhança de Caxias, que foi o seu modelo em vida, vem se agigantando na projeção da vida e obra do nosso marechal "que somente viveu do Exército e para o Exército, ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reservas e vacilações". Em função disso, nosso herói recebeu justas e honrosas homenagens, tais como: do povo norteamericano, três citações presidenciais, consagradoras de sua obra como cabo de guerra de projeção internacional; dos gaúchos, a oferta de Espada de Ouro

— hoje no Museu da República —, honraria concedida antes ao general Osório, também gaúcho, e o maior líder de combate de nossa História; do Povo Brasileiro, através da Assembléia Constituinte em 1946, a concessão das honras de marechal-de-exército; e do Congresso e Executivo do Brasil, em 1951 (Lei nº 1.448, de 10 dez 51), a sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no posto de Marechal-de-Exército. Honraria igual à concedida depois da I Guerra Mundial, pela França, aos seus marechais que a conduziram à Vitória e, pelos Estados Unidos, ao general John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra na Europa.

O nosso marechal faleceu em 17 de setembro de 1965, aos 85 anos, cercado de todo o respeito do Exército e da Nação e da veneração de seus comandados da FEB, que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto, com a consciência tranquila de haver trasladado da Itália os mortos na campanha da FEB para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob o argumento: "Eu os levei para o sacrifício cabe-me trazê-los de volta", exímia e edificante atitude do maior soldado brasileiro contemporâneo. E cumpre-nos realçar os relevantes serviços que prestou ao desenvolvimento da cultura, ao culto às tradições militares nacionais, da Geografia e da História do Brasil.

Como comandante da Escola Militar, 1935/37, quando no Realengo (EMR), oficializou, estimulou e dinamizou a Biblioteca Central, a dos Cursos das Armas e Serviços e a da Sociedade Militar Acadêmica, integrada por cadetes. Sociedade presidida, entre outros, pelos cadetes Aurélio de Lyra Tavares e Jarbas Passarinho, ambos hoje patronos de cadeira na FAHIMTB. E criou outras, especializadas. Tudo visando a despertar nos futuros oficiais o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da cultura geral, profissional e especializada. Na fase Defensiva do Nordeste, contra um possível ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração, para si e para seus comandados, nos Montes Guararapes, através de cerimônia cívico-militar memorável, de trasladação para a igreja, mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas, dos restos mortais dos heroicos Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Montes Guararapes, em 21 de abril de 1971, foi inaugurado como o 1º Parque Histórico Nacional, pelo presidente Emílio Médici. Parque Histórico do qual recebi a honrosa missão como oficial do estado-maior do então IV Exército, de coordenar o seu projeto, construção e inauguração e escrever como missão o meu primeiro livro: As Batalhas dos Guararapes - Descrição e Análise Militar. Recife: UFPE, 1970.

Ao retornar da Itália, vitorioso, Mascarenhas foi depositar os louros conquistados pela FEB nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas, que, desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritas, em bronze, em focal de destaque ao mesmo nível da Igreja N. Sra. dos Prazeres. Como demarcador das novas fronteiras, do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil. Sua obra específica merece respeito e consagração dos brasileiros e em especial dos seu conterrâneos do Rio Grande do Sul. Prestou meritório serviço à Memória Nacional ao produzir as obras *A FEB por seu comandante e Marechal Mascarenhas de Moraes* —

Memórias, 2 v., fontes preciosas de nossa História Contemporânea, que o consagraram como patrono de cadeira da Federação de Academias de História Militar Terrestre (FAHIMTB), que fundamos em Resende em 1º de março de 1994, no aniversário do término da Guerra do Paraguai. FAHIMTB foi, desde então, acolhida em instalações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que ele comandara no Rio de Janeiro, como Escola Militar do Realengo. Essas obras, ao lado de trabalhos históricos que produziu, focalizando o Duque de Caxias como a Maior Espada do Império e o general Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar Francesa (MMF) no nosso Exército, também o consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, fruto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação.

As suas *Memórias*, em particular, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como Instituição e Força Operacional, no contexto de Reforma Militar. E mais, indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, como um guia do oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é hoje padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno. Além de ser exemplo de ilustre e exemplar ^cidadão, cabo de guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso. E para Menotti dei Pichia, "o marechal historiador", que ajudou a fazer e a escrever um dos mais belos capítulos da História Contemporânea, ao comandar a FEB na Segunda Guerra Mundial.

## A infância e o despertar para a carreira das Armas

Jango, como era conhecido em família, recebeu influência cultural e espiritual de seu avô materno, pelotense que estudou no Caraça, em Minas. Seu avô venceu na vida, tornando-se estancieiro próspero em São Gabriel, onde foi vizinho e amigo de De- odoro da Fonseca. Sua infância foi feliz. Aos 10 anos, a Revolução Federalista de 93, com seus barbarismos, obrigou-o a migrar para Porto Alegre, em companhia dos pais, com significativa perda patrimonial. Em Porto Alegre, durante o dia auxiliava a mãe numa padaria, enquanto o pai percorria o Rio Grande como caixeiro-viajante. A noite estudava. visando à Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, cedendo à vocação de soldado. Esta, despertada na infância "ao deslumbrar-se com o brilho das espadas, o vibrar de clarins e com os desfiles do Regimento de Mallet, aos domingos, para assistir missa na Matriz". E, como era tradição no Império, "com suas fardetas ajustadas, guritões de verniz, gravatas de couro e calças alvíssimas".

Iniciou a carreira militar em 1º de abril de 1899, na Escola Tática do Rio Pardo, em turma de civis, onde se destacava, e onde conheceu "a figura minúscula, como eu, de Bertoldo Klinger" e "Getúlio Vargas, senhor já daquele sorriso que nunca o abandonou".

Sobre essa escola, publicamos, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, a obraEscoZas *Militares de Rio Pardo 1859/1911* (Porto Alegre: AHIMTB/Gênesis, 2005), que resgata a vida naquela Escola dos alunos Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Bertoldo Klinger — este, memorialista que nos ajudou neste resgate, o mais difícil que enfrentamos, por carência de

fontes primárias.

Mascarenhas concluiu a escola com destague, no início de 1902, quando tomou contato com o Rio, terra adotiva, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha. Ali foi colhido, ao final do 3º ano, pela Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, da qual se recusou, de pronto, como poucos, a participar. Fechada e extinta a Escola, foi mandado apresentar-se à tropa como soldado raso de Infantaria e logo a seguir de Artilharia na Fortaleza de São João. Ali colheu, através do sargento Fontoura, um correto exemplo de profissional modelar e consciente. Em 23 de agosto de 1905, após exames, foi de soldado a alferesaluno, posto lembrança do que classificou de "um Exército de teóricos", a cuja última turma pertenceu. Aliás, denominação abandonada, desde então, em função do Regulamento de 1905, pela atual de aspirante a oficial. Regulamento que transformou o episódio político da Revolta da Vacina na maior revolução doutrinária ou cultural do Exército. Isto por se constituir em ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo militar. E, na prática, por elevar os padrões de operacionalidade do Exército, dos descoloridos e tristes de Canudos e Revolução Federalista, para os destacados padrões atingidos pela FEB, que Mascarenhas teve a honra e o privilégio cívi- co de conduzir à Vitória na Itália.

Coube-lhe assim, como representante da última turma do bacharelismo da Praia Vermelha, impregnada por um Positivismo mal interpretado no Campo Militar, dar a volta por cima e tornar-se o maior expoente do profissionalismo militar, ao comandar a FEB.

### Demarcador de fronteiras no Brasil- Bolívia no Acre

Sua primeira missão foi na demarcação das fronteiras com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, em função do Tratado de Petrópolis de 1903. Nela, demorou-se cinco longos anos. Percorreu os vales dos rios da Prata, Paraná, Paraguai, Madeira, Abunã, Xipamano, Rapina e Amazonas. Num intervalo da missão, cursou Engenharia e Estado-Maior. Como engenheiro, praticou na construção do Forte Copacabana. Acusou de ridículo e pretensioso o Ensino Militar da época, ao conferir a um 2º tenente o título de oficial de estado-maior. Este modificado pela Missão Francesa, ao entendimento atual. Conseguiu driblar a malária e aumentar suas rendas para auxiliar seus pais e realizar o sonho de constituir família. Consciente, de forma clara, dos momentos históricos que viveu, registrou a coincidência de quatro conterrâneos gabrielenses terem tido participação ativa na incorporação do Acre ao Brasil: Gentil Norberto, ao iniciar a Revolução Acreana; Plácido de Castro, ao colocarse à frente do movimento armado e torná-lo vitorioso; o diplomata e jurista J. F. Assis Brasil, como negociador plenipotenciário, junto com Rio Branco, do Tratado de Petrópolis de 1903; e, fmalmente, ele Mascarenhas de Moraes, como um dos demarcadores das novas fronteiras com a Bolívia, no Acre.

## Início de suas ligações sentimentais

De retorno da demarcação no Acre, em 1915, tiveram lugar duas fortes ligações sentimentais: primeiro, o casamento com sua conterrânea Adda

Brandão, com quem viveu ligação modelar e teve um casal de filhos; a segunda, sua ligação com o Regimento de Artilharia Montada - Grupo Floriano, onde penetrou afetivamente nos mistérios de Artilharia, inclinação despertada na infância à vista do heroico e legendário Regimento Mallet e por ouvir suas bélicas tradições. Ali foi guia seguro e esclarecido o seu amigo desde o Rio Pardo, o capitão Bertoldo Klinger, que cursara, de forma brilhante, Artilharia no Exército Alemão.

Era a época da Revolução Cultural, levada a efeito em *A Defesa Nacional* por Klinger, Leitão de Carvalho, Euclydes Figueiredo, Paula Cidade, entre outros. Klinger e Paula Cidade eram gaúchos. Klinger, filho de Rio Grande, e Paula Cidade, porto-alegrense e meu patrono no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Ambos são hoje patronos de cadeiras numeradas na FAHIMTB.

Consciente disso e das constantes intervenções da Escola Militar na vida política do Brasil, desde a campanha republicana, no Império, o coronel Mascarenhas de Moraes fez um levantamento de todos os movimentos ocorridos em escolas do Exército (Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre e Rio Pardo). Determinou suas causas e tratou de erradjcá-las.

Ao eclodir a desastrada Intentona Comunista de 1935, empregou os cadetes na erradicação do foco na Escola de Aviação, em apoio à ação da Vila Militar e à reação liderada pelo então tenente-coronel Eduardo Gomes no l° Regimento de Aviação. Coube a cadetes render e conduzir à sua presença, na Escola Militar, os dois principais chefes do levante na Escola de Aviação e conduzi-los, presos, à la Região Militar.

O dia 27 de novembro de 1935 foi também marco da erradicação de revoltas da Escola Militar, fruto da manipulação externa, da pureza e romantismo cívico da juventude militar, combinada com desassistência interna. Sobre isso, registrou o coronel Mascarenhas: "Sob o meu comando, pela primeira vez no Brasil, os alunos da Escola Militar saíram do quartel para defender a ordem e as instituições". E continuou:

Mediante assistência dedicada e permanente, diligenciei no sentido de que os cadetes, futuros chefes, fossem preservados da deformação mental provocada pelo espírito revolucionário extremista, apregoado pelo Comunismo e Integralismo. Foram sobretudo orientados e instruídos no respeito à Lei e à Disciplina, fundamentos de todo o Ordenamento Jurídico do Brasil.

Em janeiro de 1936, dirigiu, em presença do Chefe da Nação, aos aspirantes da turma de 1935, saudação que chamou de "Modesto Catecismo", com 15 itens, para orientar a vida dos aspirantes e que conserva até hoje grande atualidade. Dele, destaco quatro conselhos, frutos de reflexão madura duma vivência militar de 35 anos. Conselhos de um chefe extremamente responsável e, mais do que isso, o pai de um dos cadetes em forma:

- "Ampliai vossa cultura profissional, em proveito próprio e no do adestramento da Tropa que comandais" (cultura e operacionalidade).
- "Economizai e conservai, com carinho, os bens da Fazenda Nacional e em especial o material de guerra que, além de caro, é diminuto para nossa necessidade" (economia e zelo pelos bens da Nação).
- · Sede brandos e justos para com vossos comandados, subordinados e

leais para com os superiores, severos con- vosco, abnegados no serviço, tudo na forma sublime do sacerdócio militar" (justiça, lealdade, dar o exemplo - carreira militar, sacerdócio).

"Senti bem a força de vossa autoridade, sem vos esquecerdes de que ela é uma delegação do próprio Estado, através de todos os escalões da Hierarquia. Ela emana da Soberania Nacional e, como tal, só se exerce em defesa do Brasil e de suas Instituições" (autoridade militar é delegação para defesa da Pátria).

Modesto Catecismo também ouvido pelo aspirante Carlos de Meira Mattos, mais tarde seu capitão na FEB, seu amigo, prefa- ciador de suas *Memórias*, e hoje seu biógrafo, considerado uma das maiores autoridades em Gepolítica do Brasil, também ex-comandante da AMAN e o primeiro a tomar posse como acadêmico da FAHIMTB, inaugurando a cadeira numerada Marechal Mascarenhas de Moraes, cadeira hoje que tem por,titular seu único neto o acadêmico Cel Art Roberto Mascarenhas de Moraes. E mais, pelos cadetes do 2º ano, entre os quais o seu próprio filho Roberto Brandão Mascarenhas de Moraes. No 1º ano, formavam, entre outros, os cadetes João Baptista de Oliveira Figueiredo e Délio Jardim de Mattos. Entre os capitães e tenentes que integraram a FEB muitos eram seus ex-cadetes na Escola Militar.

Pelo Boletim Escolar nº 31, de 6 de fevereiro de 1937, reconheceu e oficializou a Biblioteca Escolar, bem como as dos cursos e a da Sociedade Acadêmica. Autorizou os departamentos de Equitação e Educação Física a organizar bibliotecas especializadas.

Seu gesto sucedeu de um ano ao da criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é patrono da cadeira nº 79. Antecedeu um ano a reorganização da BIBLIEX com o espírito, então, de dar preferência a trabalhos de militares do Exército, para estimular o surgimento de novos escritores militares e apoiar, como biblioteca de consulta, os militares da Guarnição do Rio. Tudo como parte de um contexto de apoio e estímulo ao desenvolvimento e difusão da corrente do Pensamento Militar Brasileiro que emergiu da Reforma Militar e a orientou. Pensamento visando ao longo prazo, à formulação de uma Doutrina Militar Brasileira genuína — sonho que vinha sendo sonhado e perseguido por Caxias, Deodoro, Floriano, Medeiros Mallet, Hermes e Clodoaldo da Fonseca e pelos "Jovens Turcos" da revista *A Defesa Nacional*, os veteranos de nosso Exército, que lutaram ao lado da França na la Guerra, os integrantes da Missão Indígena da Escola Militar do Realengo 1919/1921, os pensadores militares J. B. Magalhães e Castelo Branco e muitos outros, que seria exaustivo enumerar, até 1945.

Como outros eventos marcantes de seu comando na EMR registrem-se: o recebimento do Espadim de Caxias, das mãos do presidente Getúlio Vargas, pelo primeiro recipiendário do Espadim de Caxias a atingir a Presidência da Nação e a Chefia Suprema das Forças Armadas, o ex-presidente general João Figueiredo; o envio de representação de um pelotão de Cavalaria a Porto Alegre, para o Centenário da Revolução Farroupilha; a definição de 23 de abril, data de início do funcionamento da Academia Real Militar em 1810, como data oficial do aniversário da Escola Militar, hoje AMAN; a consagração da Escola

Militar como Campeã Universitária de Atletismo; e, finalmente, a incorporação à Escola, em 25 de fevereiro de 1937, do bronze "Pela Pátria, pela Humanidade", alegoria ao gesto heroi- co do aspirante Humberto Pinheiro Vasconcelos, que deixou mutilar sua mão e braço, colocado do lado de fora da sala, por uma janela, para evitar que granada de mão, acionada acidentalmente, atingisse a tropa que instruía numa sala.

A partir de 1936, o coronel Mascarenhas registrou o brilhante auxílio que passou a receber do então major Tristão Alencar de Araripe, emérito instrutor da Tática Geral na ECEME, como seu diretor de ensino, personalidade que se destacou na Segunda Guerra Mundial na defesa de Fernando de Noronha e, depois, como historiador e presidente, diversas vezes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, além de membro do IHGB e comapdante da Escola de Estado-Maior, e também um grande defensor do ensino de História Militar Crítica à luz dos Fundamentos da Ciência e da Arte Militar e não como História Descritiva.

## Atuação na Segunda Guerra Mundial

A ação de nosso herói moderno foi providencial, relevante e vitoriosa na Segunda Guerra Mundial. Tanto na fase Defensiva, no Nordeste, como na Ofensiva, na Itália, em resposta ao acordo Militar Brasil-EUA (Mar 1942).

Na fase Defensiva, como comandante da 7ª Região Militar, no Recife para:

Assegurar a integridade do Nordeste, 'O Saliente Nordestino' incluído no cinturão de Defesa Estratégica dos EUA, contra possível ataque alemão partindo da África, até que ocorreu o desembarque vitorioso americano naquele Continente.

O correto e eficaz desempenho dessa missão é atestado pela citação do presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, ao conceder-lhe a Ordem da Legião do Mérito:

Conduta excepcionalmente meritória, de setor que incluía bases aéreas e portos. Organizou e dirigiu a defesa dos mesmos quando era constante a ameaça de ataques. Sua previsão, excelente critério, iniciativa, habilidade para organização, faculdade inventiva e superior direção, contribuíram de maneira inestimável para a continuação do esforço de guerra no Nordeste.

Nessa honrosa missão, teve o concurso de cerca de 50.000 militares. Entre eles, alguns historiadores do IHGB. O primeiro, o general Estevão Leitão de Carvalho, que lhe "fez inspeção severa e preciosa com observações úteis e plausíveis". O terceiro, após ter deixado o Nordeste, o general Tristão de Alencar Araripe, no comando da defesa de Fernando de Noronha "A guarnição sacrifício", cujos 99 canhões 152 foram desembarcados em trabalhos hercúleos e épicos, pelos pontoneiros do 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, que tive a honra de comandar em 1981/82. Canhões que foram instalados e apontados pelo nosso estimado confrade nos IHGB e

IGHMB general Francisco de Paula Azevedo Pondé, também presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e hoje patrono de cadeira na FAHIMTB.

Na fase Ofensiva, coube-lhe conduzir a FEB à vitória, nos campos da Itália. Feito maior que trataremos sinteticamente por se achar bem preservado e divulgado e com suas fontes significativamente arroladas, pelo coronel Francisco Ruas Santos, expedicionário da FEB e introdutor, na AMAN, em 1961, do ensino de História Militar Crítica, à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar — trabalho editado pela BIBLIEX, sob o estímulo de seu diretor, à época e também nosso ilustre consócio, Gen Umberto Peregrino, que se preocupou em editar trabalhos sobre a FEB e que apoiou o marechal, através da BIBLIEx, na primeira cerimônia realizada no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ainda em construção no Aterro do Flamengo. História da FEB cujas fontes primárias reunimos numa sala especial no Arquivo Histórico do Exército, quando o dirigimos, em 1985/1991, sendo secretário do Exército o hoje acadêmico emérito Gen Ex Jonas de Morais Correia Neto, ocasião em que conseguimos mudar o nome de Arquivo do Exército para Arquivo Histórico do Exército, com sua missão definida em placa de Bronze em sua entrada.

Atuaram em apoio ao marechal mais três ilustres consócios e chefes militares. Primeiro, o general Estevão Leitão de Carvalho, como representante do Brasil na Comissão Mista BrasiLEUA, intermediário entre os dois governos, em tudo que se referia à FEB e ex-comandante da Escola de Estado-Maior.

Segundo, nosso confrade no IHGB, o então tenente-coronel Nelson Lavanére-Wanderley, pioneiro do primeiro voo do CAN, e hoje seu patrono e também patrono de Delegacia da FAHIMTB em Santos Du- mont, MG, e como integrante da comitiva do marechal na África, para os primeiros contatos com oficiais dos EUA no TO do Mediterrâneo e que permaneceu naquele TO, como oficial de ligação de aeronáutica das forças brasileiras com as norte-americanas.

Em terceiro lugar, o então tenente-coronel Aurélio Lyra Tavares, integrando a Chefia do Estado-Maior do Interior no Brasil, encarregado de assuntos relacionados com a FEB, na Itália, cujos detalhes nos fornece em sua obra O Brasil de minha geração v.2 e que, na qualidade de ministro do Exército, baixou ato em 1968, incluindo foto e dados sobre o marechal, no Almanaque dos Oficiais do Exército, logo a seguir à página reservada ao Duque de Caxias — como Patrono do Exército.

Além das vitórias colhidas na FEB pelo marechal Mascarenhas e os cerca de 25.000 brasileiros que comandou (militares do Exército e Força Aérea, enfermeiras e civis do Banco do Brasil), merece destaque o grande feito pouco percebido e enfatizado, mesmo por especialistas.

Feito semelhante ao milagre da transmutação da água em vinho! Ele consistiu na adaptação da FEB na Itália, da Doutrina Francesa em implantação há 24 anos no Brasil, para a Doutrina Americana, graças à criatividade e adaptabilidade do soldado brasileiro e o valor de chefe do futuro marechal.

Eram doutrinas com diferenças gritantes em seus processos e equipamentos. A americana era baseada na motorização, no fuzil Garand, nos canhões 105 e 155, na observação aérea etc., coisas desconhecidas do Brasil,

com seu Exército hipomóvel, voltado para a defesa das fronteiras Sul e Oeste e não para uma expedição ultramarina.

Durante a campanha, Mascarenhas tomou duas decisões históricas de grande repercussão na sucessão de vitórias da FEB, segundo Meira Mattos.

A primeira foi a centralização do comando, depois dos insucessos de Monte Castelo, particularmente o preparo e conduta das operações de combate. Daí por diante, as ações da FEB foram conduzidas com sucessos assinalados pelas vitórias de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Collechio, entre outras. Sobre isso, escreveu: "A FEB somente passou a resplandecer no cenário da guerra, quando centralizei em minhas mãos o comando periclitante de nossa Divisão Expedicionária".

A situação traz-me à lembrança a conduta da guerra do Paraguai, até o desastre de Curupaiti, que determinou a ida de Caxias para assumir o Comando Único e Centralizado. A primeira vista, p uma preciosa lição da História Militar do Brasil. E um assunto importante a ser analisado como lição.

A segunda foi embarcar a Infantaria nos caminhões da Artilharia, na fase da Perseguição às forças inimigas em retirada. O marechal foi formado na era hipomóvel. Esta decisão determinou a surpresa tática das unidades alemãs que tiveram a retirada cortada pela FEB, através do rio Pó. Isso resultou na rendição de 15.000 alemães e o abreviamento da campanha. Esse feito traz à lembrança a manobra desbordante de Caxias, de Piquici- ri, através do Chaco, com o desembarque de surpresa, em Santo Antonio, entre o grosso adversário e a capital Assunção.

Por sua brilhante atuação no comando da FEB, Mascarenhas de Moraes foi alvo das citações do presidente dos Estados Unidos cujos termos sintetizo:

Demonstrou em grau superlativo, habilidade, liderança e coragem. Conduziu a FEB por 299 dias de ação contínua, contra o inimigo, sob intempéries por ele desconhecidas. Suas tropas fizeram cerca de 20.000 prisioneiros. Cumpriu todas as missões recebidas dos oficiais do Exército dos EUA, sob cujas ordens serviu, demonstrando suas magníficas qualidades de líder de combate.

E em outra citação:

Dirigiu hábil e corajosamente operações contra resistências sob condições adversas do terreno. Neste afã se expôs a grave perigo nas áreas avançadas. Pela sua vigorosa e sábia direção, a FEB mostrou adaptabilidade e zelo na execução de cada missão. O largo conhecimento profissional e habilidade para cooperar e coordenar com as unidades aliadas, envolvidas nas operações, granjearam-lhe créditos e estão em acordo com as mais altas tradições dos exércitos aliados.

Do povo brasileiro recebeu consagração através de Projeto de Lei nº 115 de 1948 do Congresso Nacional, assinado por 143 deputados, entre os quais sócios do IHGB, general Jonas Correia e Afonso Arinos. Foi também deputado signatário Euclides Figueiredo, Jovem Turco e Missionário Indígena, e pai do ex-presidente general João Figueiredo. O projeto foi transformado na Lei nº 1.488 de, 10 de dezembro de 1951, sancionada pelo seu antigo calouro do Rio Pardo, o então presidente Getúlio Vargas e com o seguinte espírito: Investidura

no posto de marechal-de-exército, reversão e permanência no serviço ativo até morrer.

Na justificação do projeto, seus signatários se expressaram, entre outros, nos seguintes termos:

Sob seu bravo comando, a FEB realizou os mais gloriosos feitos. Onde quer que tenha atuado antes da guerra, deixou a marca de uma forte individualidade e de militar dotado das virtudes essenciais à profissão de soldado. Democrata nas idéias e nos hábitos, discreto, inimigo do ruído em torno de seu nome e atos. Modelo, em resumo, do oficial completo para quem o serviço da Pátria é o objetivo supremo da existência. Na direção das tropas, no estrangeiro, longe da Pátria, mostrou, finalmente, como era de fato incomum a sua capacidade de chefe militar e de esplêndido condutor de homens. Capacidade de comando revelada pela ascendência sobre os subordinados, baseado no exemplo e na confiança que soube conquistar, pela prática das verdadeiras virtudes militares e provas positivas e permanentes das qualidades de chefe.

## Significação histórica

O marechal Mascarenhas de Moraes é símbolo e padrão do soldado brasileiro moderno. Comandou à vitória forças brasileiras, na Itália, no esforço de guerra dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, que culminou com a derrocada da ameaça nazi-fascista no maior conflito da Humanidade.

Por essa razão, principalmente, conquistou lugar de grande relevo, entre os maiores guerreiros do Brasil, cultuados, evocados e apontados como exemplos à Nacionalidade,

Nosso marechal conheceu em vida a glória e a consagração, como herói nacional militar, em demonstrações espontâneas oportunas e justas de parte do Povo Brasileiro e do Exército do Brasil. Iniciando a vida militar, como aluno, passou pela graduação de soldado raso e atingiu a culminância da hierarquia militar no posto de marechal, por vontade soberana do Povo Brasileiro. Esta, manifestada através do Congresso Nacional. Por vontade desse mesmo Povo Brasileiro reconhecido, teve o privilégio da vitaliciedade no Serviço Ativo e o de ser soldado na ativa por 65 anos, até morrer.

Sua espada honrada só foi desembainhada em defesa da Lei, da Ordem e das Instituições, no campo interno, e da democracia e da liberdade mundial, no campo internacional. Prestou assim brilhantes serviços, de grande projeção no Brasil, em sua marcha rumo à conquista de seu destino de grandeza.

Concentrando no comando da FEB, na Itália, e no retorno vitorioso da mesma, grandes poderes legais e potenciais, de fato, em suas mui dignas mãos, jamais abusou dos mesmos; virtualmente soldado, não cedeu às tentações políticas, em que caíram vários generais, ao retornarem cobertos de glórias do campo de batalha, conforme o registra a História da Humanidade.

Suas glórias imortais e consagradoras, como a maior espada até o presente, da República, ele as conquistou com soldados tropicais no montanhoso e por vezes nevados campos de batalhas na Itália, já sexagenário, e na condição de o mais velho general Aliado em campanha, naquele Teatro

de Guerra.

Lá, segundo seu oficial de operações, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, nosso herói afrontou a morte com serenidade, expondo-se aos lances e perigos da guerra, com característica de ato de bravura. Esta, reconhecida em citação do presidente Harrry Truman dos EUA. Bravura capaz de justificar a concessão de medalha específica a "única que não recebeu e que mereceu mais do que ninguém" e que completaria as suas 27 condecorações, das quais 11 nacionais e 16 internacionais.

Escolhido por sua ciência e virtudes para comandar a FEB, segundo o acadêmico Menotti del Picchia, o marechal que aliava dignidade à bravura, transformou aquela força, de um punhado de bravos, num corpo de combate, homogêneo, eficiente, não raro audaz e impetuoso, que nos trouxe as vitórias de Castelnuovo, Montese, Fornovo e o instante épico de Monte Castelo, que iluminou de glória: as virtudes do soldado brasileiro.

Nosso marechal à frente da FEB, a História o comprova^ revelou ao Brasil, um espírito superior, ao chamar a si a responsabilidade do revés e dividir os louros da vitória. Mostrou-se modelar como chefe e líder militar brasileiro, consciente e com alto grau de seus deveres e responsabilidades em sua histórica missão de "comandar a maior aventura militar do Brasil na República". Ele revelou calma, equilíbrio intelectual e emocional no insucesso e humildade e modéstia na vitória. Foi organizador silencioso, discreto, meticuloso e previdente. Estrategista e tático inspirado. Planejador sóbrio e objetivo. Condutor sereno, tenaz, enérgico, perseverante, estoico e capaz dos maiores sacrifícios.

O grande historiador brasileiro Dr. Pedro Calmon assim definiu o marechal Mascarenhas de Moraes:

Herói providencial por ter sido, sem injustiça, sem ilegalidade, sem egoísmo e impelido por sua única paixão, compatível com os deveres cívicos — a paixão do Bem

Comum. Providencial por ter feito, como soldado modelo, do destino nacional a sua diretiva da glória sem mácula, a sua ambição, do sacrifício o seu timbre heráldico, das vitórias ganhas pelo país, os títulos impessoais de sua carreira militar honrada.

Todos os seus feitos, que o consagraram na galeria dos maiores soldados guerreiros do Brasil, foram praticados sem alardes, arruídos, violência desnecessária e abusiva. Não se embriagou com a glória. Não tripudiou sobre os vencidos. Ao contrário, exigiu para os prisioneiros de guerra trato humano coerente com as melhores tradições brasileiras e recusou assinar proclamações que expusessem seus homens a manipulações psicológicas.

Como gaúcho, foi fiel às características de firmeza e doçura do gaúcho histórico, que encontraram no general Osório a sua expressão maior e mais autêntica. Características inscritas na bandeira da República Rio-Crandense sob a forma de dois amores-perfeitos.

Firmeza no combate, ao lutar com toda a bravura, garra, firmeza, tenacidade e determinação. Doçura, depois da vitória, traduzida pelo respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido.

Foi além, a expressão viva da dignidade e do respeito à ética e a encarnação da lealdade autêntica à Ordem, à Lei e às Instituições, pelo quê sua dignidade pagou alto preço em 1930.

Não foi um líder carismático, arrebatador. Mas sim líder que firmou sua liderança em função de suas elevadas capacidades profissional, militar e administrativa. Esta, decorrente das aptidões de muito bem planejar, organizar, comandar, controlar e coordenar. Tudo embasado em inteligência e saúde mental invejáveis; caráter superior; espírito público e integridade em grau superlativo; coragem física e moral, provada em diversas ocasiões; capacidade de decisão e de diagnosticar situações humanas, como no caso de seu estadomaior antes da vitória de Monte Castelo; grande capacidade de autoanálise, autodomínio e fortaleza de espírito, que resistiu na guerra às enormes pressões, que não lhe deixaram sequelas na paz, caso comum entre veteranos de campanhas.

Comparando-o com um *iceberg*, a ponta era representada por sua figur^humana que ele classificou certa feita de minúscula. Sob ela, a parte restante e a maior do *iceberg* era representada por seu espírito superior e providencial, para comandar os brasileiros na primeira participação militar extraconti- nental da Nacionalidade.

Chefe e amigo de seus subordinados, foi o arquiteto de seus entusiasmos, levou, todos os dias, em todos os recantos de sua zona de ação a sua presença, a sua assistência moral, a palavra certa e sobretudo a confiança. Na paz, continuou atento aos seus destinos e na luta pela defesa de seus legítimos interesses.

Além das qualidades excelentes e modelares de cabo de guerra e cidadão brasileiro, foi esposo modelar. Alimentou um amor- -veneração correspondido por sua esposa, Adda Brandão, exemplo de filha, esposa, mãe e avó de soldados do Exército Brasileiro. Heroína brasileira moderna, que repousa ao lado do marechal, no Mausoléu dos

Veteranos da FEB, no cemitério São João Batista, que inauguraram com seus veneráveis despojos. Eis mais um traço comum do marechal com o Duque de Caxias, entre tantos outros estudados em *Letras em Marcha* pelo seu oficial de Logística na FEB, o falecido general Agnaldo Senna Campos, autor do anteprojeto do célebre distintivo da FEB *A cobra está fumando.* 

### Bravo histórico e providencial cabo de guerra brasileiro!

Marechal Mascarenhas de Moraes, hoje denominação histórica da gloriosa la Divisão de Exército, da Vila Militar, que carrega as mais caras tradições da la Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB, à frente da qual colheste com teus bravos soldados, louros inacescíveis para armas brasileiras, na Itália na II Guerra Mundial.

Hoje, esta Memória Evocação presta-te, por justiça e dever, uma das poucas homenagens que te eram devidas e, mais do que isso, para consagrar-te! Como historiador e geógrafo brasileiro e, fundamentalmente como padrão,

símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno, com projeção histórica que mais se aproxima do ínclito Duque de Caxias — o Patrono do Exército. Como general brasileiro, que conquistou, nos campos de batalha na Itália, lugar na galeria dos capitães da História Militar Mundial; o de maior soldado latino--americano deste século e um dos maiores da História do Brasil e que esteve à altura e honrou as tradições militares brasileiras dos Guararapes, Catalan, Taquarembó, Passo do Rosário, Monte Caseros, Paissandu, Passo da Pátria, Tuiuti, Curuzú, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Campo Grande.

Bravo Marechal Mascarenhas de Moraes! Que o teu imortal exemplo de soldado gaúcho moderno continue a inspirar e alicerçar o presente e o futuro do Brasil e em especial o do Exército Brasileiro — o teu Exército — o Exército (lo Duque de Caxias — O Pacificador.

Finalizando: O major de engenheiros Alfredo de Taunay, ao falar em nome do Exército, no sepultamento do Duque de Caxias, assinalou como maior característica do Patrono do Exército "A grandeza de sua simplicidade". Do marechal Mascarenhas, falando em nome das instituições históricas que eu presido ou integro, creio, interpretando os sentimentos gerais, podemos afirmar que suas maiores características foram a grandeza de sua dignidade e a de sua consciência profissional.

### Referências

BENTO, Cláudio Moreira. Marechal Mascarenhas de Morais - Significação Histórica. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 344:119-136, jul/set 1984. (Nossa oração no Centenário do Marechal a convite do Dr. Pedro Calmon). . O Dia da Vitória. Letras em Marcha. 07 mai 1977. . A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Volta Redonda: Gazetilha, la ed. 1994 e 2ª ed. Porto Alegre: ANVFEB: Contursi Produções, 2000. A la ed. com prefácio do General Plínio Pitaluga e a 2- ed., de José Conrado de Souza, ambos acadêmicos da FAHIMTB e veteranos da FEB. Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br .As duas faces da Glória. In Revista A Defesa Nacional, nº 255, abr/jun 1992, p. 131. .Marechal Mascarenhas de Morais. Significação histórica - síntese. In Revista do Clube Militar, nov/dez 1983, p. 21/24. Mensário Letras em Marcha nº 146, nov 1983. Diário Popular Pelotas nov 1983 e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo 69, 1983, p. 93ss. .Evocação do Comandante da FEB nos 60 anos do Dia da Vitória. In: O Guararapes nº 45 da AHIMTB, abr/jun 2005, disponível em Informativo no site www.ahimtb.org.br

\_\_\_\_\_.et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. A participação do Brasil na 2-Guerra Mundial. In: Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões

externas... Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014, p. 388/420.

\_\_\_\_\_.Palavras finais na posse como acadêmico do general Domingos Ventura Pinto Junior na cadeira Marechal Mascarenhas de Morais, disponível em artigos no site www.ahimtb.org.br

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro:** Perfil Militar de um Povo. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

FAHIMTB. **Orações de posse** na Cadeira Marechal Mascarenhas de Morais: Gen Carlos de Meira Mattos, Cel Germano Seidl Vidal, Gen Domingos Ventura Pinto Junior e Cel Roberto Mascarenhas de Moraes, no Arquivo da FAHIMTB, na AMAN.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **João Baptista Mascarenhas de Moraes.** In: Terra dos Marechais. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 77/103.

MASCARENHAS DE MOARES, Roberto. **Meu avô Mascarenhas de Moraes** (depoimento de quatro páginas cedido ao autor).

MATTOS, Carlos de Meira. **Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época.** Rio de Janeiro: BIBLIEx,1983 (Tomos I e II).

. Traços da personalidade do Comandante da FEB. In *Revista Militar Brasileira*, n° especial dedicado à FEB, 1973 p. 84-85.

OLIVEIRA, Tácito Theophilo Gaspar de. **Marechal Mascarenhas de Moraes, Centenário.** In Revista do Instituto do Ceará, 1981, Tomo 97, p. 1/7.

PERES, Carlos Roberto (org). **Cel João Baptista Mascarenhas de Moraes.** In: Dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: IPSIS-Graf. Ed. 2011, p. 88/89.

VIDAL, Germano Seidl. **A figura excelsa de Mascarenhas de Moraes.** In Revista do Exército, v. 139, 3° quadrimestre 2002.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

# O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO — Concurso Literário Tasso Fragoso Cláudio Moreira Bento

Como parte das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, a Biblioteca do Exército promoveu, em 1988, um concurso literário sobre o tema "O Exército e a Abolição", em duas categorias: Concurso Literário Tasso Fragoso, para oficiais das Forças Armadas e civis, e Concurso Literário Franklin Dória, para suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas.

Na presente edição, A Defesa Nacional publica o trabalho vencedor do Concurso Tasso Fragoso, da autoria do Coronel R/1 Cláudio Moreira Bento.

# INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto de reflexões acerca do negro e descendentes no Brasil, não podería faltar um ensaio reflexivo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal, impõe-se uma apreciação retrospectiva da evolução histórica do relacionamento do negro e descendente com o Exército - este entendido como as Forças Terrestres que no Brasil antecederam a Independência e o Exército Brasileiro propriamente dito, desde a Independência, quando foi criado, até a Abolição, e mais além, até os dias atuais.

Veremos que a contribuição do negro e seus descendentes foi marcante e efetiva no campo militar, para ajudar a legar aos brasileiros de hoje um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se, vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceitos e de discriminação racial, e mesmo de racismo.

Apesar dessas manchas, a situação do Brasil é invejável, segundo se conclui de Arnaldo Toynbee, em *A Sociedade do Futuro:* 116

"A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do *Brasil, México, Paquistão* e *Havaí*, e venha abandonar esse preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato de as diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades do aspecto físico". Em torno do mesmo assunto, ressalta o mesmo historiador: "Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segregadas há mistura de raças. No entanto, o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo para o mundo, e a maioria dos homens envergonha-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão branco confraterniza normalmente com um cão preto".

Se Toynbee aponta uma situação privilegiada para o Brasil no tocante a integração racial, o Exército tem historicamente desfrutado uma situação, acreditamos, ainda"mais privilegiada de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constatar essa singularidade é obra do simples raciocínio e verificação, e o presente estudo se propõe a apresentar uma amostragem dessa verdade.

Ao longo deste trabalho, veremos que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade no Brasil foi sendo conquistada por ele mesmo, como combatente nos campos de batalha do Brasil, de 1500 a 1888, em lutas internas e externas, mormente como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Diz J. B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil:* "As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a

\_

massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras, e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim, escapavam do Serviço Militar de 10 anos, sujeitos a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"A própria deserção era estimulada pela impunidade.

"Desse modo, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e índios, que no Império vão compor a grande massa de soldados, como se verá, recrutados nas camadas mais humildes da população brasileira."

Assim, o Exército contou com maciços contingentes de negros e descendentes, até particularmente 16 de outubro de 1910, data do 1º Sorteio Militar, realizado sob a inspiração e determinação do Presidente Wen- ceslau Braz, emprestando ao Exército um caráter de fato nacional.

Em que pese essa grande e maciça presença do negro e descendentes no Exército, como aconteceu e ainda acontece nos mais variados setores de atividade no Brasil, o acesso aos altos postos de direção tem sido exceção.

Na República, conta-se o Marechal João Batista de Mattos, já falecido, e seu genro, General-de-Brigada Job Lorena de Santana, ora na Reserva. No Império, o Brigadeiro José Mariano de Mattos, mulato, que foi Ministro da Guerra da República Rio Grandense (1836-44) e Ministro da Guerra do Império, em 1864, e que referenciaremos, em local próprio, como pioneiro abolicionista, cuja cor da pele é revelada por escritos irônicos de seus opositores.

As fontes que serviram de base para o presente estudo não distinguem, porém, a cor dos militares do Exército. Por exemplo, ao estudar os assentamentos, no Exército, do grande abolicionista, 1º tenente de Engenheiros André Pinto Rebouças, o pesquisador só conhece ter sido ele um negro, por sua foto ou pela lenda criada em torno de seu nome. Por documentos oficiais é difícil distinguir-se a cor da pele do soldado brasileiro.

A participação do negro e dos descendentes em nossas lutas do Sul (1680-1870) foi tão marcante e efetiva, a ponto de serem eles cognominados suíços da América.

Ao estudar-se a Abolição e a República percebe-se estreita vinculação entre ambas e, mais que isso, a participação fundamental do Exército para torná- las gradualmente realidade, a partir do término da Guerra do Paraguai, quando ele foi colocado em posição secundária e, muitas vezes, amesquinhado ou oprimido pelo Governo.

Isto é de fácil constatação na rica bibliografia histórica da época.

## O NEGRO E DESCENDENTES NAS FORÇAS TERRESTRES DO BRASIL (1500-1822)

## O Negro nas Guerras Holandesas (1624-54)

Embora a presença do negro se tenha feito sentir nas invasões dos franceses (no Rio de Janeiro - França Antártica, e no Maranhão - França Equinocial), e no Ciclo das Bandeiras, ela se tornou marcante e distinta nas guerras holandesas (1624-54).

É consenso, entre a maioria dos historiadores e intérpretes do processo histórico brasileiro, que a vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes despertou o espírito de Exército e de Nação no Brasil.

Para esse momento basilar concorreram - com sacrifício, sangue, vidas e heroísmo - brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão de representantes dessas três raças, após um caldeamento intenso no Brasil de quase 150 anos.

Assim se destacaram e se imortalizaram, na memória nacional, o índio (ou pardo) Felipe Camarão, o mulato Vidal de Negreiros, os brancos João Fernandes Vieira e Antônio Dias Cardoso e o preto, mais tarde Mestre de Campo (Ad Honorem), Henrique Dias.

Antes das batalhas dos Guararapes (19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649), nas quais os negros e descendentes tiveram papel de relevo para a vitória dos luso-brasileiros, ocorreram as importantes batalhas de Monte das Tabocas (3 de agosto de 1645), em Vitória de Santo Antão (atual), e a de Casa Forte (10 de agosto de 1845), no atual bairro de Casa Forte no Recife. Elas puseram fim ao Exército de Campanha Holandês, sediado no Recife.

Na primeira, em momento crítico, a grande maioria de negros escravos que constituía a Reserva foi lançada sobre os holandeses, mediante ordem de João Fernandes Vieira, líder político e econômico do movimento. Eles decidiram a batalha que abriu a campanha vitoriosa da Insurreição Pernambucana.

Na segunda, de Casa Forte, quando Henrique Dias foi ferido gravemente, seus negros prestaram então valioso concurso.

Em 1647, antes da 2º Batalha de Guararapes, os holandeses tentaram induzir Henrique Dias a cooperar com eles. Ele assim lhes respondeu, em carta: "De quatro nações se compõe o meu terço: Minas, Ardas, Angolas e Criolos. Os Criolos são tão malévolos que não temem e nem devem. Os Minas são tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome. Os Ardas são tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe e os Angolas são tão fortes que nenhum trabalho os cansa".

Ao final das guerras holandesas, Henrique Dias conseguiu que a Rainha de Portugal, em 17 de outubro de 1657, ou cerca de dois séculos e meio antes da Lei Áurea, libertasse muitos de seus soldados ameaçados de reescravização por seus antigos senhores.

Em reconhecimento ao importante papel desempenhado por ele e seus bravos, para o despertar dos espíritos de Exército e de Nacionalidade do Brasil nas guerras holandesas, foram organizadas unidades com o nome de *Henriques,* integradas por negros que prestavam serviços não remunerados em Pernambuco, Bahia, Minas e Rio de Janeiro até a Independência.

O Marquês de Pombal enviou ao Marque do Lavradio, Vice-rei do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, em ofício de 9 de março de 1755, instruções a respeito, as quais referem, a certa altura:

"Sua Majestade manda transportar de Pernambuco um batalhão de 600 homens dos pretos chamados *Henriques* para servirem, ou na dita ilha de Santa Catarina ou no Rio Grande de São Pedro....manda Sua Majestade prevenir a V.Excelência que os referidos pretos,... são descendentes do grande Henrique Dias o qual, à testa de gente de sua cor, que uniu em corpo, ajudaram a lançar os holandeses, quando estes foram mais belicosos, fora de Pernambuco Sua Majesta de manda tratar os oficiais do corpo do Henrique como os das outras tropas, sem diferença alguma, manda-o V. Excelência aí tratá-los da mesma sorte, não permitindo que os desprezem, obrarão maravilhas contra os castelhanos".

Os Henriques passaram a fazer parte da força que defendeu a ilha de Santa Catarina, então importante base militar para apoiar o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Bohn, em São José do Norte (atual), com o objetivo de expulsar os espanhóis da Vila do Rio Grande, que dominavam desde 1763.

Um grupo de Henriques foi enviado, da ilha de Santa Catarina a São José do Norte, para construir 13 jangadas, com madeiras enviadas desde Pernambuco. Elas tiveram papel relevante no transporte das tropas que, partindo de São José do Norte (atual), atravessaram o canal da Lagoa dos Patos e assaltaram a Vila do Rio Grande, na madrugada de 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula.

Quando Santa Catarina foi invadida, em 1777, pelo Vice-rei do Prata, D. Pedro Ceballos, muitos soldados *Henriques*, recusando-se à rendição, foram ter ao Rio Grande. Foi um alteres dos *Henriques* que deu um toque de heroísmo que comoveu a todos que dele tiveram notícia, e mais uma vez comprovou o valor dos *Henriques*. Para não render-se aos espanhóis de D. Pedro Ceballos, enrolou as bandeiras do seu Regimento no corpo e, com elas protegidas do invasor, após longa e penosa jornada, entregou-as em Pernambuco. Deus sabe o nome desse bravo? Grande parte do seu regimento retraiu para o Rio Grande do Sul para lá reorganizar-se para resistência, então liderada pelo Ten Gen Henrique Bohn.

Em homenagem a todos os Henriques que auxiliaram na defesa do Brasil de 1641-1822, redistram-se a seguir traços da vida e da obra do que emprestou seu nome a tão valorosa tropa de homens negros.

## O Mestre-de-Campo (Ad Honorem) Henrique Dias

Henrique Dias, cuja memória é hoje cultuada como um dos arquitetos da unidade e integridade da Pátria, pelos valorosos e relevantes serviços militares prestados ao Brasil no período dos holandeses em Pernambuco (1630-1654), inicialmente como Capitão e, a partir de 1639, "como Cabo e Governador de todos os pretos e mulatos do Brasil", nasceu em Pernambuco, filho de pernambucanos e neto de escravos angolanos.

Não existe referência histórica sobre sua vida anterior a 1638, início de sua atuação militar, bem como se havia sido escravo ou não, sendo de presumir-se

tenha nascido no início do século XVII.

Em período crítico para as armas pernambucanas (1633), em razão de os holandeses terem recebido reforços e sido guiados pelo traidor Calabar, Henrique Dias apresentou-se ao Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para combater a seu lado "em tudo que lhe fosse determinado".

Esse comovente gesto, apresentando-se num momento crítico e indefinido para as armas pernambucanas, vem demonstrar o grande amor que votava a Pernambuco, aos portugueses e à Igreja Católica, e que ditou, à sua consciência, o caminho do dever.

Ao apresentar-se a Matias de Albuquerque, por sua liderança sobre seus companheiros, foi feito capitão.

No período que culminou com a queda do Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade - 1635), participou de combates no Curado, Igarassu, Apicucos, e da defesa dos fortes de Nazaré e Arraial do Bom Jesus.

Rendido o Arraial, obteve permissão dos holandeses para permanecer em Pernambuco.

Em 1636, não suportando o invasor, saiu à campanha e juntou-se aos bravos companheiros Vidal de Negreiros, Francisco Rebelo, Sebastião Souto e Antônio Dias Cardoso, os quais, desesperadamente, travavam luta contra o invasor, impedindo, de todas as formas, que ele deitasse raízes em solo brasileiro. Nessa ocasião, participou de diversas ações, destacando-se a queima de canaviais da várzea do Capibaribe, da derrota, em Porto Calvo, comandada por Nassau, e da expulsão dos remanescentes do bravo exército de Pernambuco, do Sergipe para a Bahia, em novembro de 1637, por Von Sckoppe. Em 1638, participou da defesa de Salvador.

Em 1639, embarcou na esquadra do Conde da Torre, com o fim de auxiliar na restauração de Pernambuco. Derrotada a esquadra, desembarcou no Rio Grande do Norte e empreendeu enorme retirada por terra, desde a Ponta dos Touros até a Bahia, inicialmente separado e posteriormente em companhia de Luiz Barbalho.

Nesse épico feito militar, relatado em duas cartas de seu próprio punho e reveladas pelo historiador J. Antônio Gonçalves de Mello Neto, Henrique Dias participou com destaque em diversos combates, em especial no de Goiana-PE, onde, em ataque de surpresa, foram mortos 500 dos 1300 homens que compunham o efetivo holandês, muitos dos quais integrantes da guarda de Maurício de Nassau. Com a restauração de Portugal e a consequente paz com a Holanda, Henrique Dias permaneceu na Bahia.

Na Insurreição de Pernambuco, cujo plano esteve a cargo do Governador-Geral da Bahia, Antônio Teles, foi o primeiro a deixar a província rumo a Pernambuco, simulando, como parte do plano, ter fugido e ter em seu encalço, para puni-lo, Filipe Camarão.

Não chegou a tempo para participar do combate do Monte das Tabocas, mas foi reforçado por 50 negros, aos quais Fernandes Vieira havia concedido a liberdade, após o combate.

Participou, com bravura, do combate de Casa Forte (1645) e estabeleceu sua estância em local no Recife que ainda conserva esse nome - o mais próximo do inimigo, "tendo no meio o Capibaribe e a distância do desaforo gritado".

Nesse local, de seu quartel, que possuía uma torre, ele observava os movimentos dos holandeses.

Em 1647, expedicionou ao Rio Grande do Norte e, após seu retorno, participou da 1º Batalha dos Guararapes, como comandante da Ala Direita.

Nessa ocasião, suportou estoicamente e sem reforços, o violento e avassalador ataque da reserva holandesa - 1500 homens ao comando do Cel Von der Branden.

No dia seguinte à batalha, foi encarregado de conquistar Olinda, o que realizou com brilho Participou também, com bravura, da 2ª Batalha dos Guararapes.

Pelo seu destemor e intrepidez em combate, Henrique Dias foi o restaurador de Pernambuco mais vezes ferido, e até com gravidade.

O Barão do Rio Branco alinhou 8 ferimentos, e J.A.G.M. Neto afirma ter sido ferido em 8 ocasiões com um total de 9 ferimentos, assim registrados:

- Em 15/Jul/1633, no Cura- um ferimento a bala;
- Em 08/Set/1633, em Igarassu, dois ferimentos a bala;
- Em 30/Mar/1634, no Arraial, um ferimento;
- Em 26/Dez/1635, na Várzea, um ferimento;
- Em 18/Fev/1637, em Porto Calvo, um ferimento a bala;
- Em 17/Ago/1645, em Casa Forte, um ferimento;
- Em 19/Fev/1649, em Guararapes, um ferimento a bala;
- Em 1648 em alto-mar, um ferimento.

Em Porto Calvo, recebeu um ferimento na mão esquerda, após o que teve de amputá-la, participando do resto da guerra com uma só mão. Em Casa Forte, ferido numa das pernas, somente abandonou o combate após o seu término, quando ele próprio se medicou, recuperando-se com o uso de lã de carneiro frita em óleo de peixe. Na 2ª Batalha dos Guararapes, recebeu um ferimento a bala no baixo ventre, com sério risco para sua vida.

Depois da guerra, quando retornava de Portugal, onde fora pleitear justa recompensa pelos serviços prestados, o navio em que viajava foi assaltado por piratas e ele foi atingido, também, por uma bala.

Essa série de ferimentos e mais o fato de haver, num combate em Apicucos, à frente de seus bravos e temíveis soldados, morto com suas próprias mãos 5 inimigos, dizem bem do valor de Henrique Dias, conhecido pela alcunha de "Boca Negra".

Portugal e Espanha, que mantinham o ânimo de seus vassalos na luta através de recompensas várias, denominadas "mercês", conferiram a Henrique Dias, e por sua solicitação, diversas delas, muitas das quais não chegaram a concretizar-se.

Na partilha das mercês não foi feita justiça a este bravo à altura da sua comovente, corajosa, constante e decisiva participação na Restauração de Pernambuco, motivando sua ida a Portugal, em 1656, para pleiteá-las pessoalmente.

Eis as mercês que lhe foram concedidas:

• Em 1633, foi nomeado Capitão dos homens de cor e, em 1639, "Cabo e Governador dos pretos e mulatos que serviam ou que viessem a servir sob

suas ordens em todo o Brasil";

- Em 1644, foi nomeado Capitão-mor dos pretos de guerra de Angola, cargo que não assumiu, por ser sua presença essencial à Insurreição Pernambucana em marcha;
- Em 1658, após 25 anos de serviços, foi-lhe conferida a patente de Mestre-de-Campo "ad honorem" de seu terço, de tão gloriosas tradições na preservação da integridade e unidade da Pátria Brasileira e um dos alicerces da grande democracia étnica que é o Brasil.

Uma grande e muito merecida honraria foi a que recebeu da rainha de Portugal, ao decidir, quando lhe propuseram a extinção do terço de Henrique Dias, que enquanto este vivesse não seria sua unidade extinta e, a partir de então, de direito, considerada Terço.

Como bens materiais, recebeu as terras compreendidas entre o rio Capibaribe e a atual avenida Conde de Boa Vista, abrangendo o atual bairro Boa Vista e parte do bairro de Graças (Dérbi e Capunga), nelas compreendidas, então, casas que pertenceram ao holandês Vanufel e à olaria de Gaspar Coque.

Nas casas de Vanufel, que ficavam numa ilha da curva do Capibaribe, Henrique Dias instalou seu QG quando do cerco do Recife, depois de fracassado o plano de conquista rápida dessa cidade delineado por Antônio Teles, Governador-Geral da Bahia, e acalentado por D. João IV.

Sua estância, no atual bairro de Boa Vista, era o "front" de então, e Henrique Dias controlava os movimentos dos holandeses de uma torre que existia na casa de Vanufel, como já mencionado.

Henrique Dias teve promessa do hábito da Ordem de Cristo, a mais alta comenda de Portugal, mas, como não possuía filhos varões, requereu esta e dois hábitos de Santiago ou Aviz para os que viessem casar com suas três filhas e uma renda para seu sustento.

Quando eclodiu a Insurreição Pernambucana, como parte da mobilização, correram editais em nome do Rei, prometendo liberdade aos negros que combatessem pela causa.

Após a vitória do Monte das Tabocas, João Fernandes Vieira deu o exemplo, ao libertar 50 escravos que conquistaram a liberdade por bravura em combate.

Henrique Dias pleiteou à Rainha a liberdade de alguns de seus homens ameaçada por alguns senhores, após haverem lutado 13 anos. A Rainha, num gesto reeditado em maiores proporções, anos depois, despachou favoravelmente, em 17 de outubro de 1657, dois séculos e meio antes da Lei Áurea.

Henrique Dias passou o restante de sua vida ocupado como Mestre-de-Campo de seu Terço e com os religiosos da igreja de sua estância, que mandaram construir em 1646, de taipa e coberta de telhas, e que, em 1708, achava-se em ruínas, obrigando a que fosse construída outra próxima. Faleceu em 7 ou 8 de junho de 1662, no Recife. Foi sepultado, às expensas da Fazenda Real, no Convento de Santo Antônio, em local desconhecido.

### O Negro nas Guerras do Sul de 1680 a 1777

De 1680, ano da fundação portuguesa da Colônia do Santíssimo

Sacramento (no atual Uruguai) defronte a Buenos Aires, por uma expedição organizada no Rio de Janeiro, ao comando de D. Manuel Lobo, até a restituição desta aos espanhóis, por força do Tratado de Santo Ildefonso (1777), a contribuição militar do negro e seus descendentes, seja como homens livres, seja como escravos, foi relevante para dilatar o território do Brasil, desde Laguna (atual), em Santa Catarina, limite Sul do Tratado das Tordesilhas de 1494, até o rio da Prata, temporariamente, e até os rios Jaguarão, Quaraí e Uruguai no Rio Grande do Sul, definitivamente.

A fundação de Colônia do Sacramento contou com o concurso de 60 escravos, dos quais 41 de D. Manuel Lobo. Isso representou cerca de 30% do efetivo da expedição, afora os livres não discriminados.

Para aproximar, desde o Rio de Janeiro, o apoio militar da Colônia do Sacramento, foi fundada, em 1684, Laguna-SC, limite meridional do Tratado das Tordesilhas. A expedição segundo Alcântara Machado, em *Vida e Morte das Bandeiras*, era integrada por dez brancos e cinqüenta negros e mulatos (cerca de 80% da expedição).

Decorridos 41 anos, alguns desses negros e mulatos de Laguna, partindo dessa localidade, integraram a frota de João Magalhães, composta, em sua maioria, por pretos e mestiços dessa raça. Eles foram postar- se em São José do Norte (atual), no Rio Grande do Sul, com as seguintes finalidades:

- proteger o Sangradouro da Lagoa dos Patos para o oceano da interferência de espanhóis e dos Tapes;
- melhorar as condições de travessia do Sangradouro, construindo e explorando jangadas e canoas;
  - estabelecer aliança com os Minuanos que habitavam o litoral;
- transferir o gado chimarrão (selvagem) do Sul para o Norte do Sangradouro da Lagoa dos Patos;
  - estabelecer ligação terrestre com a Colônia do Sacramento;
  - operar registro de cobrança de taxas sobre o gado destinado a Laguna;
- impedir a fuga de escravos negros, de Laguna para os domínios de Espanha, ou para junto dos índios do rio da Prata.

A Frota de João Magalhães exerceu essas missões por cerca de 2 anos e meio. Segundo Arthur Ramos, em o *Negro como Soldado*, "em fim do século 18 e começo do 19, o negro foi um dos arquitetos da sociedade rural e militar criada no Rio Grande do Sul através de prolongadas lutas.... Toda esta expansão foi acompanhada por constantes combates, refregas, escaramuças e entreveros, nos quais o negro deu mais que sua simples participação".

Em 19 de Fev 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou, à tardinha, na atual cidade do Rio Grande-RS e fundou o primeiro estabelecimento oficial português com o nome de Presídio Jesus-Maria-José.

Segundo Guilhermino Cézar, em *História do Rio Grande do Sul*, o negro e descendentes, provenientes principalmente das estâncias de Viamão, "participaram, conforme prova documental", entre os 160 homens do grande sertanista e tropeiro, Coronel-de-Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, que aguardavam em terra o desembarque de Silva País, e entre os 260 homens trazidos por Silva País, na qualidade de negros e mulatos libertos (integrantes de frações de tropas-de-linha do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia) ou

como escravos dos oficiais de maiores posses da expedição, coisa comum na época.

## O Negro na Guerra Guaranítica (1754-56)

Para compreender-se melhor a posição do negro e descendentes face ao Serviço Militar no Brasil Colônia, é mister entender-se as circunstâncias existentes à época.

O Marquês de Pombal, no início do século XVIII, baixou lei considerando livres todos os negros desembarcados em Portugal. Isso equivaleu à abolição da escravatura em Portugal, cerca de século e meio antes do Brasil.

Era vedado, nesta época, o Serviço Militar direto aos negros e descendentes escravos no Brasil, tanto nas tropas-de-linha, como nas milícias e ordenanças. Essa restrição não atingia os negros e descendentes livres.

No entanto, foi prática comum as tropas levarem grandes levas de escravos e utilizá-los indiretamente no Serviço Militar, em trabalhos de abastecimento e transporte, na qualidade de escravos à disposição das unidades, como escravos estatais.

É o caso, por exemplo, do Exército Demarcador que, ao comando do General Gomes Freire de Andrade, atuou no Rio Grande do Sul (1751-55), com a finalidade de demarcar o Tratado de Madrid de 1750, e que teve, junto com o Exército de Espanha, de enfrentar a Guerra Guaranítica (1754-56), decorrente da reação dos índios dos Sete Povos das Missões, sob orientação dos jesuítas, em abandonar a região a ser entregue aos portugueses, em troca das Colônias do Santíssimo Sacramento.

O Exército Demarcador de Gomes Freire era composto de 1633.

homens, dos quais 190 eram escravos de suas unidades e de particulares, e assim distribuídos:

- "Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro 22 escravos:
- Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro (atual Regimento Sampaio) - 25 escravos;
- Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro (atual Regimento Avaí) -13 escravos:
  - Infantaria de Santos (Cia.)
  - 7 escravos;
  - Regimento de Dragões do Rio Grande 70 escravos;
  - Escravos do General Gomes Freire e de particulares
  - · 32 escravos:
  - Companhia de Aventureiros Paulistas 3 escravos;
  - · Outros escravos com distribuição não declarada 6 escravos."

Assim, o Exército Demarcador possuía cerca de 0,9% de seu efetivo de escravos do seu serviço, afora os particulares, cerca de 0,2%.

Testemunho iconográfico da presença do negro no Exército Demarcador são as cartas panorâmicas, em número de quatro, pintadas pelo Quartel Mestre General do Exército Demarcador, Coronel Miguel Ângelo Blasco (italiano). Essas cartas registram uma enchente no rio Jacuí, em 1754, focalizando o Passo São Lourenço, em Cachoeira do Sul (atual) e que colheu o Exército de

surpresa.

Nelas aparecem escravos operando canoas ou cozinhando.

Foi nessa ocasião, em Rio Pardo, prestes a marchar para o Passo São Lourenço, que, em 28 de agosto de 1754, o General Gomes Freire de Andrade baixou um ato discriminatório contra as mulheres negras livres e escravas, ao proibir que elas acompanhassem a marcha do Exército.

As penas para as mulheres que desobedecessem seriam: "Se for mulher casada, condenação a um ano de prisão. Se for mulher nobre, pagará multa de 400 réis. Se for mulata ou negra livre (forra), será marcada no rosto. Se for mulher escrava, será submetida a leilão em praça pública".

Isso prova também a presença da mulher acompanhando o Exército Demarcador, uma tradição em nossas lutas do Sul, internas e externas, silenciada em relatórios e pelo historiador.

Em 1864, quando o Exército Brasileiro internou-se no Uruguai, na Guerra contra Aguirre, as mulheres foram proibidas de acompanhar o Exército. O General Osório, rendido à tradição e aos costumes locais, permitiu que elas o fizessem, logo após assumir o comando.

Na última campanha do Exército Demarcador, que culminou com sua entrada em São Miguel, registram-se diversos incidentes envolvendo escravos. Em 6 de setembro de 1754, Gomes Freire de Andrade executou um negro como ladrão, por enforcamento. Em 22 de março de 1754, próximo a Santa Maria, foi encontrado, trucidado por índios, após severamente torturado e seviciado, um escravo que fora 4 dias antes açoitado por seu dono, um oficial da Expedição. Em 18 de maio de 1756, após os Exércitos de Portugal e Espanha penetrarem em São Miguel, um escravo de um soldado foi morto com sete lançados, numa emboscada dos índios missioneiros.

No dia 26 de maio de 1756, os índios chacinaram um escravo que colhia alimentos em suas roças. Seu corpo foi deixado rodeado pelas batatas e aipim que colhia. Em 10 de junho de 1756, morreu afogado um escravo, ao virar sua canoa, quando atravessava o rio São Miguel. Em 14 de junho, quatro dias depois, faleceu um escravo cozinheiro do General Gomes Freire de Andrade. Foi sepultado no interior de uma capela, junto ao rio Uruguai.

Esses são traços da memória da participação sofrida do negro no Exército Demarcador.

O enorme contingente negro (cerca de 150), afora os soldados livres, encontraram, nas Missões, índias sem maridos, dentre os quais, cerca de 1400 mortos na hecatombe de Cai- boaté, em 10 de fevereiro de 1756. Presume-se que, no espaço de 6 meses, os negros da expedição tenham entrado em contato sexual com elas e daí tenham resultado filhos miscigenados.

Para apoiar a marcha do Exército Demarcador, de Porto Alegre a Rio Pardo, foram recrutados, em São Paulo, 200 aventureiros paulistas descendentes de bandeirantes. Eles foram para Porto Alegre, em 1751, com a missão de construírem canoas para o transporte de cargas do Exército Demarcador, rio Jacuí acima.

Esse contingente possuía cerca de 14% de negros e descendentes: "Antônio, negro livre, seis escravos do Capitão Mateus Camargo (Clemente, Manoel e Félix, criolos; Damião nascido em Angola, Francisco e Inácio) e dois escravos de Francisco Camargo, que integraram a primeira guarnição-militar de Porto Alegre."

Esse contingente, formando duas Companhias de Aventureiros, apoiou depois toda a campanha do Exército Demarcador.

Em Rio Pardo, quando o Capitão Mateus Camargo construía uma ponte flutuante sobre o rio Pardo, para apoiar a marcha do Exército Demarcador para o Passo do São Lourenço, no rio Jacuí, foi atacado, em julho de 1754, por tropas missioneiras ao comando do índio Sepé Tiaraju. Nesse combate, foram mortos três dos seis escravos do Capitão Mateus, seguramente mais um sangrento sacrifício do negro.

## O Negro na Guerra de Restauração do Rio Grande (1763-74)

Em apoio ao Exército do Sul que, ao comando do Tenente General Henrique Bonh, se destinava a expulsár os espanhois do atual Rio Grande do Sul, existiu um corpo de guerrilhas ao comando do Major Rafael Pinto Bandeira, "a primeira espada continentina"

Suas tropas possuíam bases de guerrilhas em Canguçu e Encruzilhada do Sul (atuais). Nelas encontrava-se um contingente expressivo "de negros valientes que el temor non conociam", segundo Guilhermino Cézar na expressão de um sargento espanhol que escreveu um poema, ao chegar em Colônia do Sacramento, após ouvir relatos da ação do intrépido Pinto Bandeira e que, abaixo, se transcreve:

"Alli nos desembarcamos Com sumo gusto y placer Como se dexa entender Segun los sustos que passamos Mas apenas acampamos Quando ya mi compania Com otras quatro tenia Ordem de salir corriendo Contra um fidalgo tremendo Que hurtar cavallos venia Pinto Bandeyras Ilamado Era em efeito este tal Fidalgo de Portugal Yera coronel graduado Lleva siempre a su lado Segun voces diferentes HORROR DE NEGROS VALIENTES QUE EL TEMOR NO CONOCIAM Mas por Dios que no queriam Hacer-se nunca presentes".

O sentido da poesia é o seguinte:

"Desembarcamos em Colônia do Sacramento com grande gosto e prazer, como não podería ser de outra forma, após os grandes sustos pelos quais passamos. Apenas acampamos, a minha e mais 4 companhias receberam ordens de marchar ao encontro de um fidalgo que vinha arrear cavalos. Esse fidalgo de Portugal era o coronel graduado Rafael Pinto Bandeira. Ele trazia sempre ao seu lado, segundo testemunhos diferentes, uma grande quantidade de negros valentes que desconheciam o medo, mas, por Deus, não queriam nunca o combate convencional".

O fato de não oferecerem combate convencional era natural. Como guerrilheiros travavam uma guerra de desgaste contra o inimigo, através principalmente das *arreadas*. Estas consistiam em operações militares de retirada dos possíveis caminhos da invasão espanhola ao Rio Grande do Sul, do gado cavalar e vacum manso ou *chimarrão*. O primeiro usado como meio de transporte dos exércitos adversários; o segundo, como alimentação autotransportável - ambos essenciais ao êxito do deslocamento de uma tropa militar apreciável nas campanhas do Sul.

A socióloga norte-americana Madalena Wallis Nichols, em *O Gaúcho,* refere a existência, de 1773 a 1774 nas companhias uruguaias, de negros e mulatos *gaudérios* (gaúchos).

Assinale-se que só o Regimento de Dragões possuía, em 1756, 70 esciavos.

Estudos que temos procedido nos levaram a concluir que negros e descendentes estiveram presentes com Rafael Pinto Bandeira nos combates de Santa Bárbara, Tabatingaí e Santa Tecla - no último em número de 80.

Estatística confiável dava, para o atual Rio Grande do Sul, em 1780, três anos do término da guerra, cerca de 5.102 escravos, ou 29% da população, não computados os negros e descendentes livres.

## O Negro nas Guerras do Sul de 1801-1822

Em 1801, a Espanha invadiu a cidade de Olivença. No Brasil, foi a oportunidade de os portugueses, em troco, dilatarem as fronteiras no Sul até os rios Jaguarão e Santa Maria e, no Mato Grosso, até o rio Apa. Como a Espanha não devolveu Olivença na Europa, Portugal não devolveu o que conquistara no Brasil.

Os negros livres ou escravos tomaram parte nessa conquista, como escravos, acompanhando as estâncias que foram mobilizadas por seus donos para o esforço de guerra então realizado.

Do furriel dos Dragões, Gabriel Ribeiro de Almeida, que participou da conquista das Missões, tem-se a seguinte informação:

"O mesmo espírito de patriotismo que havia feito com que os povos preferissem entrar voluntariamente em guerra, fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa. Pois, os que não podiam dar dinheiro, davam panos, bois, cavalos, carros, *escravos*, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado. E isto se continuou a praticar em toda a guerra."

Temos convicção de que a participação do negro foi efetiva também na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental (1812) e nas Guerras

contra Artigas (1816 e 1820) que culminaram com a incorporação do atual Uruguai ' ao Brasil (1821-28) com o nome de Província Cisplatina.

De Saint Hilaire em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, retiramos as valiosas informações contidas no tópico seguinte.

## Um Mulato no Comando do Forte de São Miguel

Saint Hilaire, ao passar por Chuí, encontrou comandando a fronteira o Capitão Manoel de Joaquim de Carvalho, também comandante do Forte de São Miguel. Sobre ele escreveu:

"O Capitão das guerrilhas comandante do Forte São Miguel é um grande mulato de cabelos brancos, de figura muito curiosa. Cumulou-me de gentilezas...

"... O Capitão serviu-me mate e, em seguida, levou-me ao fortim, situado a alguns passos de sua casa...

"Os soldados acantonados em São Miguel são guerrilheiros, corpos de voluntários, formados no correr da guerra atual (guerra contra Artigas-1820-21), pelo estancieiro Bento Gonçalves da Silva.

"O capitão Manoel Joaquim de Carvalho era um simples soldado, mas fez tais prodígios de valor que, numa região onde predominam os brancos, guindaram-no, apesar de sua cor, ao posto de capitão".

Foi por certo pensando também em homens como o Capitão Manoel Joaquim, que Saint Hilaire observou, sobre os rio- grandenses:

"Em geral os homens desta Capitania (atual Rio Grande) são extremamente corajosos.

"Contam-se deles milhares de feitos que demonstram sua intrepidez. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas... Para guerrear deixam, sem pesar algum, suas famílias, mas após a vitória procuram voltar para suas casas.

"Nunca desertam por covardia, fazendo-o com frequência quando os deixam inativos."

Bento Gonçalves, aqui citado, libertou negros em Guaíba, para formar parte da tropa com que atacou Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, e deu início à Revolução Farroupilha.

Segundo Alcides Maya, com apoio no que lhe contou Apoli- nário Porto Alegre, ambos citados por Osório Santana Figueiredo, "Bento Gonçalves costumava mandar queimar incenso nas antigas senzalas transformadas em alojamentos de guerreiros negros, na intenção de despertar a consciência cívica dos soldados de cor preta".

# O NEGRO DO EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA À ATUALIDADE

## O Negro no Dia do Fico

Como já foi dito, é consenso, entre expressiva parcela de nossos historiadores, que o espírito de Nação Brasileira e o de suas Forças Armadas foram despertados na vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes, com o concurso de grande quantidade de negros e descendentes e, em especial, dos negros do terco de Henrique Dias.

Da mesma forma, pode-se dizer que em 9 de janeiro de 1822, tendo por palco o Campo de Santana, atual Praça da República e, como catalisador, o

Quartel do Campo de Santana, atual Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, ocorreu o nascimento de fato do Exército Brasileiro e do Brasil Independente.

Nesse dia, enorme massa popular, tropas milicianas e de ordenanças aglutinaram-se em torno das tropas de linha no Rio de Janeiro, fiéis ao Príncipe D. Pedro, ao comando do General Francisco Xavier Curado, comandante-dasarmas da corte, sediado no quartel do Campo.

O motivo dessa histórica concentração de povo e tropa foi garantir militarmente a permanência do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil e obrigar as tropas portuguesas da Divisão de Portugal, ao comando do General Avilez, a embarcarem para Portugal.

Foi o dia decisivo para a Independência do Brasil, conseguido sob pressão militar, e que passou à história como o *Dia do Fico.* 

O fato histórico foi possível como resultado da vontacs política de representantes das três raças e suas combinações, por miscigenação, em patriótica e harmônica combinação.

Ilustra a participação do negro nos pródromos de nossa independência, nela própria e na sua consolidação pela força das Armas, uma pintura de João Baptista Debret, no pano de boca do Teatro da Corte, apresentado publicamente nas festas de coroação'de D. Pedro I.

O quadro focaliza em primeiro plano, à esquerda, um soldado negro do Império, oferecendo seu filho ao Imperador e, ao lado do soldado, sua companheira tomando conta do seu fuzil.

Essa gravura foi escolhida para ilustrar a segunda e a terceira capas da coleção *História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo*, editado pelo Estado-Maior do Exército, no Sesquicentenário da Independência, em 1972.

Pinturas de Rugendas e Debret, dessa época, focalizam diversos militares do Exército, negros.

## O Negro na Independência

Com a Independência e a organização do Exército Brasileiro, os negros passaram a ganhar liberdade ao ingressarem na Força, que não mais permitia o uso de escravos em suas atividades, tendo sido abolidas as designações de tropas pela cor de seus integrantes (Pardos e Henriques).

Portarias de 25 e 30 de março de 1824 estabeleceram que "escravos que assentarem praça, em lugar de pessoas livres, não devem ser de menores qualidades físicas e morais". Portaria de 26 de março de 1824 determinou que "os negros que ofereceram para assentarem praça no Exército haviam de mostrar que são homens livres."

Com esses atrativos muitos escravos apresentaram-se ao Exército como livres. Muitos deles foram, no entanto, reclamados por seus donos.

Nesses casos, o Exército os conservava em segurança no quartel, até a legalização, contra eles, dos direitos de seus senhores (Portaria de 20 de fevereiro de 1823).

O general Aurélio de Lyra Tavares, destacado escritor e historiador militar, ex-Ministro do Exército e membro da Academia Brasileira de Letras, assim se referiu às servidões impostas à organização do Exército Brasileiro, após a

Independência, em o Exército e Nação.

"Recorreu-se ao voluntariado, ao recrutamento forçado, ao aproveitamento de escravos alforriados e aos sentenciados, mediante concessão de liberdade condicional, além da contratação de tropas mercenárias...

- "... Foi assim que as fileiras do Exército Brasileiro se abriram a toda a sorte de elementos, fundamentalmente heterogêneos.
- "O Exército Brasileiro devia, antes de tudo, recuperá-los, educá-los e integrá-los, dando a todos a condição de soldados do Brasil.

"Através desse novo Exército Brasileiro que então surgia, grande número de escravos passou a adquirir direitos que somente às vésperas da República seriam conferidos por lei... a grande maioria de negros do Brasil".

E prossegue:

"Foi assim o Exército Brasileiro, desde o início, uma grande e insubstituível escola de educação e de valorização do homem brasileiro, no quadro da nacionalidade brasileira em formação.

"E foi por obra deste Exército, constituído de grande número de negros e mulatos livres improvisado para a missão de defender e preservar a Integridade Nacional e a ordem interna em todo o vasto território do novo Império, que pôde o Brasil enfrentar e vencer as vicissitu- des que puseram em perigo a sua Integridade no século da Independência".

Gilberto Freire, talvez o primeiro entre nós a estudar, em *Casa Grande e Senzala*, a magnífica contribuição cultural do negro brasileiro, assim sintetizou o papel do Exército e das Forças Armadas do Brasil, na valorização do homem brasileiro, nele incluído o negro:

"A melhor lição das Forças Armadas do Brasil às demais é esta: a da valorização do homem e não apenas do equipamento, e a da valorização do todo e não apenas parte de seu elemento humano; do soldado e não apenas do oficial".

## **Caxias Liberta Lanceiros Negros Farrapos**

Em 1º de março de 1842, em Ponche Verde, o Barão de Caxias recebeu 120 ex-escravos que lutaram, particularmente como lanceiros, pela causa da República Rio Grandense (1826- 45) e ao preço da conquista da liberdade.

Caxias deu cumprimento à cláusula IV do convênio que ele fez e manteve com os republicanos farroupilhas: "São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à Revolução".

Ele os recebeu e, para melhor protegê-los, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército, estacionados na Província do Rio Grande do Sul. '

Assim procedendo, contrariou os escravocratas que queriam que ele cumprisse as Instruções Reservadas (art. 5º) recebidas do Ministro da Guerra, Cel Jerônimo Coelho (Partido Liberal), de 18 de dezembro de 1844, que estabeleciam: "Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta corte, à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino".

O conveniente destino seria a Imperial Fazenda de Santa Cruz, como escravos estatizados, o que seria uma traição inominável aos republicanos não

farroupilhas.

Caxias recorreu ao seguinte artifício, segundo se conclui de Henrique Oscar Wiedrsphran: aplicou, no caso, um aviso do Ministério da Guerra, de 19 de novembro de 1838, "que assegurava liberdade, com a retirada da Província do Rio Grande, a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais".

Considerou que o aviso se aplicava aos lanceiros farrapos e infantes negros que lhe foram apresentados em Ponche Verde. Em consequência, os libertou. E, ao invés de enviá-los ao Rio ou para fora do Rio Grande, os aproveitou como excelentes lanceiros, nos três regimentos de Cavalaria Ligeira do Exército Imperial.

Assim Caxias, sob a inspiração de sentimentos cristãos de justiça e humanidade, e mais os de autêntica brasilidade, sustentou o cumprimento da cláusula IV do Convênio de Ponche Verde que pôs fim à Revolução Farroupilha. Entre cumprir o artigo 5 das Instruções Reservadas que implicava em manter lanceiros negros farrapos escravos (além de enviá-los para Santa Cruz); e libertá-los totalmente, conforme a cláusula IV do Convênio de Ponche Verde, resolveu libertá-los e incorporá-los aos regimentos de Cavalaria Ligeira da Província.

Acreditamos que tenha sido uma solução sábia, e que os lanceiros negros apreciaram conservar suas liberdades no status de excelentes e respeitados soldados da Cavalaria do Exército Imperial do Brasil. Pois soldados excelentes era o que haviam demonstrado ser em quase 10 anos de lutas.

Este é um aspecto oportuno de evidenciar-se na vida e na obra do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, na oportunidade do Centenário da Abolição. É fato pioneiro, sem dúvida, no ciclo abolicionista antes da Lei Áurea.

Os lanceiros negros, organizados como tropa de 1ª Linha da Revolução Farroupilha, e depois República Rio-Grandense, eram integrados por negros libertados pela Revolução, com a condição de lutarem como soldados pela causa. Eram ex-escravos de republicanos e de imperiais.

O General Gervásio Artigas, do Uruguai, já havia usado esse expediente e a Argentina contou com negros nas suas guerras da Independência.

Os lanceiros negros foram recrutados na atual Zona Sul do Rio Grande do Sul, entre escravos campeiros e domadores, homens que amavam a liberdade, acostumados que estavam a movimentarem-se dentro dos horizontes das cochilhas gaúchas, nas lides da pecuária.

Tornaram-se excelentes combatentes de Cavalaria. Entregavam-se ao combate com grande denodo, por saberem, como verdadeiros filhos de liberdade, que esta, para si e seus irmãos de cor, ex-escravos, e seus libertadores, estaria em jogo em cada combate.

Manejavam com grande mestria sua arma predileta, a lança, que usavam mais longas que o comum.

Com essas características e instrução adequada para o combate, foram usados como tropa de choque, uso hoje reservado aos blindados.

Eram, além de rústicos, disciplinados. Faziam a guerra à base de recursos locais. Comiam se houvesse alimento disponível e dormiam em qualquer lugar. Grande número deles montava a cavalo, sem arreios ou em pêlo, na expressão

consagrada no Rio Grande do Sul.

Eram hábeis no uso de baleadeiras como arma de guerra, principalmente para abater um inimigo fora do alcance de sua lança, quer em fuga, quer manobrando para colocar-se em melhor posição tática.

Eles foram formados em um Corpo de Lanceiros, em 5 de agosto de 1936, em Pelotas, por inspiração do tio de Caxias, Major João Manoel de Lima e Silva, então Comandante-das- Armas da Revolução Farroupilha e, pouco mais tarde, primeiro general da República Rio-Grandense.

Essa tropa, que foi batizada

1° Corpo de Lanceiros da República Rio-Grandense, prestou a esta assinalados serviços.

Lanceiros negros participaram como principal força à disposição de Davi Canabarro, na expedição a Laguna, em julho de 1839, da qual resultou a proclamação da efêmera República Juliana.

Antes, em 30 de abril de 1838, no combate do Rio Pardo, a maior vitória farrapa, eles cumpriram decisivo papel.

Aliás, nesse dia, a República Rio-Grandense fez prisioneiro o maestro da banda do 1º Batalhão de Caçadores, o mais tarde famoso em Porto Alegre, Joaquim Mendanha, por sua distinção e pela consideração que lhe era tributada, inclusive, por seu amigo, Barão de Caxias.

O maestro, e, mais tarde, comendador Mendanha, preso pela República, compôs, a pedido de autoridades, o Hino da República Rio-Grandense que, desde a Proclamação da República, foi transformado em hino do Estado do Rio Grande do Sul.

Na surpresa imperial de Porongos, quase ao final da Revolução Farroupilha, muitos lanceiros negros juncaram o campo de batalha com seus corpos, em resistência titânica. Assim, as seguraram condições para que a revolução não terminasse ali, subjugada pela força das armas, e tivesse fôlego para resistir até a Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845, e negociar uma paz honrosa que, inclusive, graças a Caxias, lhes assegurou a liberdade.

Um lanceiro negro farroupilha foi imortalizado no Museu de Bolonha na Itália, em pintura que é reproduzida no *Atlas Histórico e Geográfico* do Ministério de Educação e Cultura, edição de 1966.

Foi por certo lembrando, inclusive, os lanceiros negros farroupilhas que Caxias incorporou ao Exército Imperial, em 1845, e que lutaram com Giusepe Garibaldi na expedição a Laguna, que este escreveu mais tarde em suas *Memórias*:

"Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca em nenhuma parte homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes do que os da Cavalaria Rio-Grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos".

Foi de inspiração do Coronel José Mariano de Mattos, mulato Ministro da Guerra da República

Rio-Grandense e mais tarde Ministro do Império do Brasil, a bandeira da República Rio- Grandense (1836-45).

#### O Negro nas Guerras Cisplati nas (1825-28)

Em 1825, quando mal se refazia do esforço de guerra da Independência no Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, o Brasil teve de voltar-se para fazer frente a uma invasão do atual Rio Grande do Sul, por tropas argentinas e orientais ao comando do General Carlos Alvear. Dessa guerra surgiu a independência do Uruguai.

Foi necessário alforriar-se muitos negros e descendentes, para ingresso não só na 1ª linha do Exército, como nas Milícias.

- O General Francisco de Paula Cidade, em *O Soldado de 1827,* referiu a certa altura:
- "... que testemunhas oculares da guerra Cisplatina e vários escritores platinos afirmam que argentinos e uruguaios na batalha de Passo do Rosário enfrentaram principalmente batalhões de alemães e negros".

Os alemães integravam o 27º Batalhão de Alemães e os negros, basicamente, a Infantaria do Exército Imperial do Brasil.

Nessa indecisa batalha, toda a Infantaria argentina era composta de negros veteranos das guerras da Independência da Argentina. Nela, literalmente predominaram, na Infantaria, tropas de 1ª linha do Rio de Janeiro.

Paula Cidade, depois de admitir em seu estudo a presença expressiva do negro e descendentes na Guerra Cisplatina, assinalou na obra citada:

"E foi essa massa aparente informe, de um povo em formação, composta de negros, mulatos, mulatos claros, quase brancos e brancos que, nos campos do Passo do Rosário, atendendo à voz firme de seus chefes, salvou a honra de nossas armas e a integridade do Império do Brasil".

## O Negro na Guerra contra Oribe e Rosas (1851 -52)

Em 1851, o Império do Brasil entrou em guerra contra os ditadores Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, tendo como aliado o caudilho argentino Urquiza, comandando forças das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios.

O epílogo da guerra foi a derrota das forças do ditador Rosas, em Monte Caseros, próximo a Buenos Aires, por forças argentinas e orientais comandadas por Urquiza, com apoio de uma Divisão Brasileira, ao comando do General Manoel Marquês de Souza (III) e Conde de Porto Alegre. Dessa divisão fazia parte do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, ao comando do Tenente-coronel Manoel Luiz Osório e integrado por um pugilo de ex-lanceiros negros farrapos a ele incorporados, em 1º de março de 1845, em Ponche Verde.

O Brasil contratou então, na Prússia, uma Legião Prussiana composta de pessoal e material de um batalhão de Infantaria, um batalhão de Artilharia e duas companhias de Pontonei- ros numerando cerca de 2.000 homens.

Da Unidade de Infantaria fazia parte o Capitão Eduardo Síber, que mais tarde escreveu, na Alemanha, um livro que foi traduzido por Alfredo de Carvalho, com o nome de *Retrospecto da Guerra contra Rosas* e publicado na *Revista do Instituto Histórico* e *Geográfico Brasileiro*. (Tomo 78, parte 1º; 1915, pp. 377-529).

Sobre o negro e descendentes, Síber fez as seguintes observações: "A escravidão foi extinta no Uruguai com a Independência.

"A totalidade de sua população negra, que na verdade nunca foi tão numerosa como na Província do Rio Grande de São Pedro (atual RS), foi quase inteiramente aniquilada.

"Os pretos livres tomaram parte, como soldados, nas prolongadas guerras civis e nelas sucumbiram na maioria".

Sobre a constituição do Exército Imperial do Brasil, temos importante depoimento de Eduardo Síber, que corrobora o que temos afirmado. Escreveu ele, a certa altura:

"A Infantaria é negra. A Artilharia é branca e negra e a Cavalaria predominantemente branca."

E prossegue, definindo o Exército Imperial:

"... O Brasil mantém um Exército permanente, relativamente considerável, no qual se notam, principalmente, homens negros livres e mulatos e índios alistados, ou antes, recrutados...

"Aqui se perfila um negro, com sua chata e inexpressiva fisionomia africana, entre um feio mulato amarelo e um índio acobreado..."

Para Síber, europeu e seguramente preconceituoso, aquilo era "uma repugnante mistura de raças". Mais adiante não nega, e pelo contrário, ressalta o valor do soldado brasileiro, ao escrever:

"... Homens altos e baixos, velhos e moços, indivíduos es- beltos e outros curvados pelo antigo labor de escravo, formam ali, um ao lado dos outros, na mesma fila.

"E, no entanto, estes pseudo-soldados são admiráveis em suportar privações, quer em marcha quer acampados.

"Possuem uma rijeza de corpo, uma tasciturna e indolente docilidade e uma sobriedade para comer e beber que os credenciam a transpor as vastas paragens desertas da América Meridional, sem que jamais lhes ocorra indagar para onde são conduzidos ou o motivo real que se lhes obriga marchar."

Síber julgava o soldado do Exército Imperial do Brasil dentro dos padrões europeus, fora da realidade sul-americana a que ele não conseguiu adaptar- se nem os seus companheiros prussianos, conforme demonstram estudos específicos.

Continuando suas considerações sobre a presença de negro no Exército Imperial, ele diz:

"Considerando-se que as populações negra e mulata preponderam nas províncias brasileiras do Norte, não se surpreende que toda a Infantaria seja recrutada nessas paragens, ao passo que a Cavalaria é principalmente recompletada no Sul, onde também se encontram suficientes reservas de homens brancos, para poder prescindir mais ou menos de homens negros".

É Síber que nos fornece a pista sobre a consideração que Caxias dispensava aos seus soldados.

Ao término da Guerra, Caxias, em Jaguarão, despediu-se do Exército para seguir, por sinal muito doente, para a Corte. Sobre isto escreveu Síber:

"Depois que o Conde de Caxias se despediu de seus companheiros e amigos negros, mulatos e amarelos, seguiu viagem para Pelotas".

Caxias sempre teve consideração por seus soldados independente de cor, e a recíproca também era verdadeira.

#### Um Precursor Abolicionista do Exército

Foi Ajudante-General do Exército ao comando de Caxias nessa guerra o Coronel José Mariano de Mattos, um mulato.

Ele era comandante efetivo do Exército, pois Caxias possuía outras funções como Comandante-em-Chefe, relacionada com o governo brasileiro, governos e exércitos aliados.

José Mariano fora o oficial mais preparado da Revolução Farroupilha. Cursara sete anos da Escola Militar do Largo do São Francisco.

Foi a segunda pessoa do governo da República Rio-Gran- dense (1836-44). Depois foi Vice-Presidente, presidente interino e Ministro da Guerra da referida República e um dos seus maiores cérebros. Ascendeu à condição de Ministro da Guerra do Império em 1864.

Nós o estudamos no *Diário Popular* de Pelotas, de 20 de setembro de 1985, comemorativo do sesquicentenário do início da Revolução Farroupilha. Oficial do Exército Imperial, ele se insere como pioneiro abolicionista no Brasil, mesmo antes da libertação, em Ponche Verde, pelo então Conde de Caxias, dos 120 soldados negros farroupilhas atrás mencionados.

O gesto precursor abolicionista do então Coronel farrapo José Mariano de Mattos teve lugar em Alegrete-Rio Grande do Sul, por ocasião da reunião da Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, ali realizada em 1842. José Mariano, como líder da maioria, apresentou projeto de abolição da escravatura na República Rio-Grandense, que deveria seguir os exemplos das repúblicas vizinhas do Uruguai e da Argentina, onde havia muito a escravidão fora abolida. José Mariano teve seu projeto rejeitado, por eficaz ação da minoria liderada por Vicente da Fontoura, a cujos escritos se deve o conhecimento da condição de descendente de negros do carioca José Mariano.

O álbum *Uniforme do Exército Brasileiro* retrata muitos soldados negros e mulatos em reconhecimento a essa realidade do Exército.

#### **Um Historiador Negro da Guerra Contra Oribe e Rosas**

A guerra de 1851-52 encontrou seu historiador no negro Major Ladislau dos Santos Titara, segundo o General Francisco de Paula Cidade "um homem de cor, provavelmente mestiço, ...que foi para sua época, inegavelmente, um soldado culto, cheio de serviços ao país."

Sua obra intitula-se: *Memória do Grande Exército Aliado, Libertador do Sul da América na Guerra de 1851 a 1852 e dos Acontecimentos mais Notáveis que a Precederam.* Este trabalho foi editado em Porto Alegre, em 1852, pela Tipografia B. Berlink.

Titara era natural da Bahia. Tornou-se incomparável preser- vador de fontes da História, ao publicar as da guerra contra Oribe e Rosas, em 1852, tão logo ela terminou.

Titara é o patrono da cadeira nº 40 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sua obra é estudada por Paula Cidade em *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira* (Rio, Bibliex, 1959).

É possível que Titara, através do Ajudante-General do Exército José Mariano de Mattos, tenha tido acesso às fontes que preservou.

#### O Negro na Guerra do Paraguai (1865-70)

De 1865 a 1870, o Império do Brasil e as repúblicas do Uruguai e da Argentina formaram a Tríplice Aliança que moveu guerra ao ditador Solano Lopes.

Nela, a presença do negro e descendentes brasileiros foi expressiva, conforme testemunhos insuspeitos dos aliados e dos paraguaios. Os últimos chegam a exagerar, por generalização, em obras ultra-pragmáticas como *Rugidos de Leones*, editada no Paraguai, onde todos os soldados brasileiros são apresentados como negros, inclusive o cabo Chico Diabo, sabidamente branco, ao passo que os soldados paraguaios o são como tipos europeus.

Fotos da Guerra do Paraguai, existentes na Biblioteca Nacional, e 46 gravuras do pintor argentino Cândido Lopes documentam a presença expressiva do negro e descendentes brasileiros no esforço da guerra.

A obra O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (P. Alegre, IEL, 1975) publica, na página 204, uma foto de três peças da Artilharia Brasileira, no ataque a Humaitá, de 16 de julho de 1868, guarnecidas por soldados negros.

A presença do negro foi de tal monta nessa guerra que, na Bahia, eles organizaram uma unidade de Voluntários da Pátria denominada Zuavos da Bahia.

#### Os Voluntárias da Pátria - Zuavos da Bahia

Era unidade composta só de homens negros. Seus vistosos uniforme segundo Gustavo Barroso, lembravam os dos zuavos franceses da Argélia.

Eles vieram para o tcatro-do- guerra em maio de 1865, no navio "São Francisco" (antigo "Cotopaxi", americano), em número de duas companhias. Com eles, o ilustre 1º Ten de Engenheiros André Pinto Rebouças, da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo de Exército ao comando de Osório.

André Rebouças, após sair do Exército depois de um ano na Campanha do Paraguai, aliou-se, em 1880, a Joaquim Nabuco e veio a tornar-se um dos maiores abolicionistas, com participação relevante na causa de libertação dos negros no Brasil. O fato de haver seguido para a guerra em companhia de seus irmãos de cor e co-provincianos baianos é muito significativo.

A despedida dos zuavos no Rio de Janeiro contou com o prestígio das presenças de D. Pedro II e do Ministro da Guerra Ângelo Ferraz, mais tarde Barão de Uruguaiana.

Eles se encontrariam com o Imperador cerca de 4 meses mais tarde, por ocasião do sítio e rendição dos paraguaios, em Uruguaiana, de cujo dispositivo fizeram parte.

Cândido Lopes, ao focalizar o acampamento de Curuzu, após conquistado pelos paraguaios, focalizou alguns grupos de zuavos da Bahia entre as tropas. Eles tiveram papel destacado na conquista das trincheiras de Curuzu, segundo Arthur Ramos, em *O Negro como Soldado.* 

Os zuavos integraram, no início da guerra, cerca dos 57 Batalhões de Voluntários da Pátria, os quais, comas baixas ocorridas durante a guerra foram se fundindo e se reduziram a 19. Assim, logo após os primeiros embates, a tropa de zuavos foi sendo incorporada às outras, depois de dissolvidas por

Osório.

O Conde D'Eu em seu livro *Viagem Militar do Rio Grande do Sul em 1865,* escreveu sobre os zuavos da Bahia:

"É a mais linda tropa do Exército Brasileiro. Compõe-se unicamente de negros. Os oficiais também são negros; e nem por isso piores oficiais, pelo contrário. Conversei propositadamente muito tempo com eles. Estavam a par de todos os pormenores do serviço e orgulhosos do seu batalhão."

## Recrutamento de Escravos Libertos para a Guerra

Com o decorrer do conflito, dizimadas ou neutralizadas em ações de combate, ou em função da cólera-morbo e do tifo, as fileiras do Exército e dos Voluntários foram se reduzindo a níveis críticos, particularmente ao final da guerra, na Campanha da Cordilheira.

Foi usado então o seguinte artifício: Os ricos senhores de escravos, em troca de títulos imperiais, forneciam escravos seus para ingressarem como homens livres no Exército Imperial em Operações contra o Paraguai.

A respeito, a *Semana Ilustrada* do Rio de Janeiro publicou, na época, várias gravuras estimulando esse tipo de recrutamento.

Numa delas, apresenta o comendador Mathias Roxo e seus filhos Augusto e Frederico frente ao Imperador D. Pedro II, oferecendo, já fardados, um grupo de soldados ex-escravos com a legenda "Eles fazem de seus escravos cidadãos e dos cidadãos soldados".

O Império Brasileiro, com esse tipo de recrutamento, libertou 4.749 escravos para ingressarem no Exército Imperial.

O General Augusto Tasso Fragoso, autor da mais completa história dessa guerra, sob o título: A *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (Bibliex, 1956-60, 5v), comenta, a certa altura de sua monumental obra, indexada pelo Major Francisco Ruas Santos:

"O Brasil foi acusado por libertar grande número dos seus escravos e leválos para a guerra.

"O fato é real. Devemos envergonhar-nos menos disso, do que ainda conservarmos nesta época inúmeros de nossos compatriotas sujeitos ao cativeiro.

"O Império libertou 4.745 para ingressarem no Exército" (ver quadro específico aqui publicado).

Isto, muito antes de ser uma humilhação ao Exército Brasileiro, resultou em esta instituição tornar-se, segundo o autor citado, "no maior aliado da população negra e mulata escrava, com vistas a sua emancipação total".

Outra forma aceita era a de enviarem-se escravos libertados para combaterem no local de outrem, como substitutos. Esses casos foram em número de 1.667, sobre os 4.745 acima citados.

São Paulo enviou 504 substitutos; o Rio de Janeiro 345; o Rio Grande do Sul 305 e a Corte 238. A Corte, atual cidade do Rio de Janeiro, mais a então Província do Rio de Janeiro, enviaram, juntas, 583 substitutos. As Províncias do Norte e Nordeste enviaram poucos substitutos. A recordista foi Pernambuco com 55. A Bahia só enviou 18.

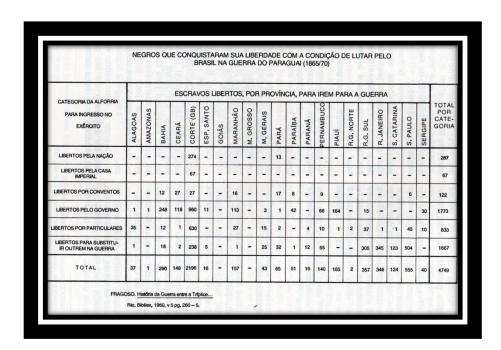
A substituição era da competência do Governo Imperial. Assim sendo, Caxias devolveu ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul dez libertos que ele enviara em substituição a praças de diversos corpos. Caxias é louvado por seu gesto. Mais adiante, o próprio Presidente da Província reconheceu que os pretensos substitutos não possuíam as qualidades precisas para combatentes em tempo de guerra e, assim, substituir soldados do Exército.

Isto é o que se infere da Ordem do Dia nº 263 do Coman- dante-em-Chefe, Marquês de Caxias, de todas as Forças Brasileiras em Operações contra o Paraguai, com o seu Quartel- General em Surubi-hi, em 16 de novembro de 1868.

A propósito da participação dos negros nos Batalhões de Voluntários da Pátria e depois como alforriados destinados ao Exército, assim escreveu o grande abolicionista Joaquim Nabuco que encontrou, em André Rebouças, um grande soldado desta causa:

"A Guerra do Paraguai é a melhor prova do que a escravidão fez do patriotismo das classes que a praticavam e do patriotismo dos senhores.

"Muito poucos desses deixaram os seus escravos, para atenderem aos interesses do país.



"Muitos alforriaram alguns negros para serem, eles, titulares do Império.

"Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte, nestas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre trabalhadores analfabetos cuja emancipação ela adiou indefinidamente, é que se sentiu bater o coração de uma nova pátria.

"Foram elas que produziram os soldados dos Voluntários da Pátria".

#### Heroísmo e dedicação do soldado negro

Dos 111.655 brasileiros que participaram da Guerra do Paraguai, segundo Tasso Fragoso, expressiva percentagem era de negros e seus descendentes.

Essa participação deu-se inclusive na Cavalaria da Guarda Nacional das Missões, a concluir-se de Dionízio Cerqueira, em trecho de suas *Reminis-cências da Guerra do Paraguai:* 

"Alguns soldados de lábios grossos, dentes alvos, maçãs do rosto salientes, nariz achatado e cabelos cacheados, caindo sobre os ombros, e um e outro negro. Parecia uma cabila de guerreiros da Mauritânia".

Arthur Ramos, que melhor estudou a contribuição do negro nessa guerra, afirmou:

"O negro teve brilhante atuação. Os batajhões negros distinguiram-se peíos seus atos de bravura, principalmente nos assaltos de Infantaria à baioneta..." E cita:

"Comovente foi o gesto do corneteiro negro Jesus, a quem foi mandado dar o toque de avançar. Antes que começasse a executá-lo, foi atingido por uma granada que lhe inutilizou os braços. Mesmo assim, caído no chão e sustentando a corneta com os lábios e pressionada sob um ponto firme do chão, executou em tempo hábil o toque de avançar até desfalecer para morrer pouco após".

Dionízio Cerqueira testemunhou a valentia de um descendente de negro, o Capitão Folião, ou Capitão Manoel Rodrigues Macedo. Ele jurara laçar um trem paraguaio pela chaminé, quando ele aparecesse próximo de Luque para disparar seus canhões sobre os brasileiros.

"Quando o trem voltou ele saiu em disparada em seu cavalo tordilho, mas ficou decepcionado de não tê-lo conseguido. Ele era um dos ajudantes- de-ordens do Brigadeiro Andrade Neves. Costumava laçar adversários e arrastálos ao galope".

Era comum a presença da mulher e, principalmente, da mulher negra lutando com seus maridos. A mulher cuidando da atividade-meio e o homem encarregado da atividade-fim.

Assim o citado Dionízio Cerqueira contou o caso do soldado negro Anselmo Pureza, que costumava cantar, quando trabalhava:

"Arrenego da vida solteira Sempre deve casar o soldado Deixar de fazê-lo é ser tolo E por gosto perder bom bocado Deve sempre o soldado cuidar Em o cano da arma limpar Para não se enferrujar A mulher trata tudo com mimo Traz a chapa limpa com ouro E a boneca de cera trabalha Pra pulir esta coisa de oiro".

## Negros amigos de Taunay e Dionízio Cerqueira

A concluir-se dos brilhantes escritores militares Visconde de Taunay e Dionízio Cerqueira, testemunhas cronistas e atores dessa guerra, grande parte dos oficiais possuíam bagageiros e ordenanças negros.

Taunay escreveu, ao referir-se à dedicação do soldado negro Manoel Faria, camarada do seu companheiro Chichorro da Gama e colega, na Comissão de Engenheiros, de André Rebouças:

"Era incansável, sempre ao lado e à cabeceira do seu des- venturado oficial. Entretanto, oh raça negra capaz de tantos sacrifícios! Esse homem tanto tivera que sofrer por causa do próprio Chichorro."

Alfredo de Taunay refere-se ao seu excelente camarada, o negro Floriano Alves dos Santos, que o "servia com extrema dedicação e de quem jamais teve o menor motivo de queixa ou desgosto".

Tendo o camarada Floriano adoecido, "apresentou-se em seu lugar, nas funções de camarada, Jatobá, negro possante, caminhador incansável e soldado do 21º Batalhão de Infantaria.

"Com efeito não deu má cópia de si, mas certamente não tinha os desvelos, a presteza e as habilitações- do meu Floriano".

Dionízio Cerqueira refere-se, em suas citadas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, a seus dois amigos fiéis, Antônio Faus- tino, bagageiro, e Francisco Antônio, seu camarada, no batalhão ao comando do mais famoso e intrépido comandante de unidade nessa guerra, o Coronel Antônio Tibúrcio de Souza, que mais tarde terá lugar de destaque no abolicionismo no Ceará, a primeira província a libertar seus escravos.

Antônio Faustino fora ferido gravemente, em Estabelecimento, e Francisco Antonio, em Lomas Valentinas. Deles disse o baiano Dionízio, mais tarde Ministro da Guerra, na República;

"Antônio Faustino e Francisco Antônio eram valentes criolos e meus amigos dedicados".

Ao seu grande amigo e camarada, soldado Antônio Faustino, o mais tarde General Dionízio Cerqueira dedicou, em suas célebres e bastante citadas *Reminiscências*, as últimas palavras das mesmas e a sua maior homenagem:

"Quando entrei em sua sapataria, achei-o pondo tombas (remendos) num sapato e assobiando em surdina o Hino Nacional. Morreu pouco após.

"Minha mãe mandou depositar em seu caixão uma coroa de sempre-vivas, com a legenda: Saudades do seu amigo, e, na outra ponta da fita lia-se meu nome Dionízio Cerqueira".

É de se deduzir que amizades como essas entre negros e brancos, como as personalizadas pelos dois maiores memo- rialistas da guerra, tenham se repetido milhares de vezes. Eram amizades de molde a ferir a sensibilidade dos brancos e convencê-los da necessidade de abolir a escravidão no Brasil.

Segundo o ilustre historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, durante o prolongado conflito do Paraguai, negros e descendentes haviam lutado ombro a ombro com os brancos e revelado ótimas qualidades militares, espírito de sacrifício, bravura e alto sentimento de compreensão na defesa da Pátria Comum. E isso, por certo, não passou desapercebido na memória pósguerra dos combatentes brancos e, principalmente, chefes militares.

Como se verá, foi dos campos do Paraguai que sopraram definitivamente os ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos que lutaram lado a lado, ombro a ombro, com os brancos e pardos numa longa, penosa e sofrida guerra, em defesa da Soberania e integridade da Pátria Comum, o Brasil.

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o abolicionismo começou a ganhar força. Ele intensificou-se a partir de 1879, com a atuação parlamentar de Jerônimo Sodré, logo secundada por Joaquim Nabuco e outros próceres, como André Rebouças, veterano dessa guerra.

Foi no ano em que falecia o Marechal-de-Exército Manoel Luiz Osório, grande herói da Guerra do Paraguai. Ano também em que Caxias, muito doente, estava recolhido à Fazenda Santa Mônica, em Valença, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

Outros líderes do Exército que sucederam a Osório e a Caxias - o Marechal-de-Exército José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, participaram de campanha abolicionista. O primeiro da tribuna do Senado e, o segundo, como Presidente do Clube Militar, que assinou petição à Princesa Izabel, decisiva para tornar irreversível a promulgação da Lei Auréa, em 13 de maio de 1888.

## O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Vimos, nas partes precedentes, que uma maneira de o negro escravo conquistar a liberdade era através do ingresso no Exército, como soldado.

Os próprios 120 lanceiros negros a que o então Barão de Caxias assegurou pessoalmente a liberdade, em Ponche Verde, Província do Rio Grande do Sul, em função de cláusula que convencionou com os revolucionários farroupilhas, mantiveram esta liberdade intocada com o *status* de soldados do Exército Imperial.

Vimos contigentes enormes de negros, numerando mais de quatro milhares, conquistarem a liberdade para ingressarem como livres no Exército, na Guerra do Paraguai.

Veremos agora alguns fatos marcantes da adesão do Exército à causa abolicionista.

#### A Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marquês de Souza e Conde de Porto Alegre, sugeriu, em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthenon Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.

O Parthenon foi fundado pelo General Marquês de Souza, que havia assistido, em Ponche Verde, a entrega dos 120 lanceiros negros, dos quais incorporou alguns no Regimento de Cavalaria Ligeira subordinado ao seu comando. Ele também comandara a Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, contra Rosas e o 2º Corpo do Exército, em Curuzu e Curupaiti. Em Curuzu se destacaram os zuavos da Bahia e, em Curupaiti, entre as cerca de mais de 4 milhares de baixas, expressiva parte foi de heróicos brasileiros negros e descendentes, que ali ajudaram a alicerçar, com suas vidas, o futuro do Brasil.

A sociedade presidida pelo Conde de Porto Alegre destinava-se a libertar

crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Em 20 de março de 1870, decorridos vinte dias do término da Guerra do Paraguai, foi instalada a Sociedade Emancipadora de Escravos da Capital do Império, cerca de sete meses após a de Porto Alegre, sugerida e presidida pelo heróico General Manoel Marques e Conde de Porto Alegre.

Sua atitude deve ter provocado reações como a seguinte, ocorrida em Canguçu-RS: Quando do retorno das tropas dessa cidade, ao comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre, no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública ocorrida no, desde então, cerro da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador da Maçonaria local e professor régio, que assinalou que "as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores."

## A Reunião da Loja Maçônica Fé

Não se pode precisar quando oficiais do Exército fundaram durante a Guerra do Paraguai a Loja Maçônica Fé, em Assunção.

Sabe-se, no entanto, que em 1870, por ocasião da visita a Assunção, do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil, junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçônica Fé loca, integrada por Oficiais do Exército e da Marinha, se reuniu em sessão magna em honra ao Visconde do Rio Branco, que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro que, então, apelou ao Visconde do Rio Branco, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

"Libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda, na escravidão, um sem número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

"Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raie também o sol da liberdade.

"É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas, de vossos sentimentos generosos."

Respondendo ao apelo do Major Felipe Neri, orador da

Loja, o Visconde do Rio Branco prometeu:

"Asseguro solenemente que empenharei todas as minhas forças para que triunfe quanto antes esta causa, que é da Humanidade e também a causa do verdadeiro interesse e futuro engrandecimento de minha Pátria."

O apelo da Loja Maçônica Fé ao Visconde do Rio Branco frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, por ele apresentada e defendida com veemência em cumprimento à promessa feita a

oficiais do Exército em Assunção, o que mencionou de sua tribuna.

## Abolição - Consequência da Guerra do Paraguai

"Pode-se alinhar, entre as conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai) a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada havia, na tropa brasileira em campanha, a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo ombro a ombro com a elite do Exército. Isso proporcionou a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deu-lhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Estes homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas-nacionais e os Voluntários da Pátria que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes", segundo a História do Exército Brasileiro.

Segundo Oliveira Lima, "nas fileiras do Exército, como nas tripulações da Esquadra, era comum ver-se a predominância de negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões".

A partir da Lei do Ventre Livre, segundo ainda a fonte citada, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico General Tibúrcio Ferreira de Souza se enganjou no processo. O Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do trabalho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1º Diretoria e do Corpo Social do Clube Militar, em 1887 e 1888.

Pode-se dizer que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha e, profundamente, o Exército Imperial.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército, André Pinto Rebouças, cuja vida e obra no Exército apreciaremos em anexo ao presente trabalho.

## Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Izabel

Segundo se conclui de R. Magalhães Júnior, em *Deodoro a Espada contra o Império* (S. Paulo, 1957), o abolicionismo penetrou nos quartéis e lá fez morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio, inclusive, da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, ele declarou em manifestação popular que recebeu: "Estou profundamente convencido que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão".

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado em Pernambuco. Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em sua

defesa, tendo declarado na ocasião: "Somente espírito parpartidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado".

Joaquim Nabuco, em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos, proclamou: "A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O Governo está empregando soldados brasileiros como capitães-do-mato na pega de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-do-mato?"

## O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes apresentados, como amostragem, criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de outubro de 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Izabel - petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

"Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem, a Vossa Alteza Imperial, vênia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica...

"...Esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade nas famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque viviam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

"Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra. Uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquis- tá-lo, é capaz de tudo: de um momento covarde, torna-se um herói; ele, que antes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade...

"... Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

"Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiríam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

"O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem

calmos, sem ruído, mas tranquilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a deshonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

Vejamos, em rápidos traços, os antecedentes abolicionistas de três ilustres militares, Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira, responsáveis, em grande parte, pela idealização, redação e assinatura dessa célebre petição transcrita que o Clube Militar enviou à Princesa Izabel.

O Marechal Deodoro, signatário da petição, desde 1873, junto com seus irmãos, filhos da espartana brasileira Rosa da Fonseca, haviam em conjunto dado liberdade a todos os escravos da família. Mais tarde repudiou a Abolição como obstáculo do progresso nacional, conforme mencionado. A única medalha que levou ao tú mulo foi a da Confederação Abolicionista.

Benjamin Constant fora salvo de afogamento no Rio Paraíba, em 1849, por uma bondosa preta escrava. Seu sentimento antiescravagista chegava ao ponto de não aceitar que um escravo lhe entregasse um copo d'agua. Ele foi o ideólogo abolicionista no Exército e no Clube Militar.

Em novembro de 1886, por ocasião da morte do grande abolicionista, o Conselheiro José Bonifácio, o Moço, Benjamin Constant suspendeu sua aula de Astronomia, na Escola Normal. Então proferiu palavras de elogio ao Senador, um dos campeões abolicionistas no Parlamento.

Notícia desse fato foi publicada truncada em uma edição da *Gazeta da Tarde*. Esse jornal, em 5 de novembro de 1886, publicou carta de Benjamin Constant esclarecedora, na qual, a certa altura, ele fez a sua profissão de fé abolicionista:

"Não há, a meu ver, cruzada mais nobre, que mais desperte interesse à causa da Humanidade e, portanto, a todos os de espírito e de coração, que esta, de se procurar arrancar ao cativeiro arbitrário e degradante, mais de um milhão de infelizes sem lar, sem Pátria e sem família, em um século em que o movimento geral humano se traduz, felizmente, de modo cada vez mais enérgico e acentuado, no sentido da progressiva elevação moral da nossa espécie.

Nessa mesma ocasião, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Rio Pardo-RS, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em *A Federação*, que veio a tornar-se a principal vertente da chamada Questão Militar, que, no fundo, era de motivação abolicionista.

Em conseqüência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela imprensa, em face do que foi punido.

Em sua defesa, saiu a guarnição do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e mais o Senador Marechal-de-Exército Correia de Câmara, e o jornal *A Federação*.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à imprensa para expressarem seus pensamentos, independente da Censura, menos em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Madureira e Cunha Matos, por haverem se defendido pela imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sá e Simplício de Resende; para a criação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887; para a Petição à Princesa Izabel, em 26 de outubro de 1887, pela libertação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugidos; para a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fato importante que Sena Madureira não viveu para ver, por haver morrido um pouco antes.

Sena Madureira anteriormente, conforme mencionado, como comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo (1880-84) nela recepcionou, o líder jangadeiro negro Francisco do Nascimento, o Francisco do Nascimento, o Dragão do Mar, aprovando o gesto dos jangadeiros cearenses que recusavam transportar escravos em suas jangadas, como boicote à escravidão, atitude que, no dizer de Joaquim Nabuco, transformou a jangada "em símbolo abolicionista".

Por isso, Sena Madureira foi destituído do comando e enviado para o Rio Grande.

#### **Um Testemunho do Marechal Rondon**

O Marechal Cândido Mariano Rondon, testemunha desses acontecimentos como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as conseqüências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra ou do Exército, Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros, na obra *Rondon Conta a sua Vida:* 

"Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, Içgicamente se encadeiam: a Lei Áurea (libertação dos escravos) e a Proclamação da República....

"Já era antigo o anseio de libertar os escravos...

- "... A Questão Militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, consequência do erro político da monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo...
  - "... O dissídio se alargava.

"Em 188 (sic), o General Manoel Deodoro da Fonseca enviou uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a Abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar".

Assim Rondon viu, na petição dirigida pelo Clube Militar à Princesa Izabel, datada de 27 de outubro de 1987, com o fim de dispensar o Exército de encargos de captura de escravos, como a Lei Áurea de fato.

#### Um Caso de Omissão do Exército na Captura de Escravos

Ilustra, entre outros, a omissão do Exército na captura de escravos o

seguinte incidente registrado pela História do Exército Brasileiro:

"O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente, para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira, avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anspeçada (antiga graduação entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio. Este, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anspeçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

"O alferes Gasparino não consentiu na chacina dos demais escravos que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido."

Desta forma, agiu ao modo que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos índios: "Morrer se preciso! Matar, nunca!"

## Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército à Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito, sob o título "O Dia Máximo", alusivo ao Dia da Abolição e publicado, no dia 14 de maio de 1888, em *O País*, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Izabel, de 26 de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos.

"Foi o trono, que convocou a postos o Exército, para abrir, nas serranias de São Paulo, a caçada aos cativos foragidos, no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

"Mas os soldados brasileiros não se prestaram *a* descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativeiro sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranquilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição incruenta.

"Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora, selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do Sul, pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

"Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições".

Em razão da contribuição do Exército à Abolição foi-lhe, à época, atribuído o epiteto; "Libertador".

## As Lideranças Militares e a Abolição, segundo Joaquim Nabuco e Tasso Fragoso

Joaquim Nabuco referiu, certa feita, com muita agudeza de espírito: "Os oficiais brasileiros são antes de tudo solidários com os seus soldados. Pois sabem a triste afinidade entre eles e a escravidão". Com isso queria dizer que muitos soldados do Exército egressos da escravidão possuíam entes queridos escravos e que, para libertá-los, contavam com a solidariedade de seus oficiais.

Na Bahia, por exemplo, entre tantos outros, o General Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, que assinara Petição do Clube Militar de 26 de Out 1887 à Princesa Izabel, recebeu com grande alegria, como presente de aniversário, a carta de alforria do pai de dois de seus soldados.

Atitudes como essas foram comuns entre as lideranças do Exército depois do término da Guerra do Paraguai.

A esse respeito também escreveu o General Augusto Tasso Fragoso, autor da *Guerra Tríplice Aliança contra o Paraguai*, ao comentar que 4.749 escravos, para um efetivo por volta de 100.000 do Exército Imperial, foram libertados para nele ingressarem e lutarem na guerra. "Isto, antes de ser uma humilhação para o Exército resultou em a instituição tornar-se a maior aliada da população mulata e escrava, com vistas a sua emancipação".

#### NOTA:

Data das Guerras de Portugal com a Espanha, a construção, por volta de 1768, no estuário do Amazonas, com braço de negros escravos a atual Fortaleza Santo Antônio de Macapá. Ela é a silhueta que figura na Medalha de Serviços Amazônicos, instituída pelo Ministro do Exército, General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, para premiar militares do Exército que lá serviram.

# ANEXO O Abolicionista André Pinto Rebouças e o Exército

Pertenceu ao Exército, por 11 anos, o grande abolicionista e engenheiro civil André Pinto Rebouças.

André Rebouças integrou o Exército de 1855 a outubro de 1866, de praça a 1º tenente do Corpo de Engenheiros.

Era natural de Cachoeira - Bahia, nascido em 13 de janeiro de 1838, filho do advogado negro Antônio Pereira Rebouças. Ingressou no Exército Imperial aos 17 anos, como praça voluntária, no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, que havia sido atingido por uma epidemia de cólera morbus. Foi aí que conheceu, como sargento enfermeiro, o mais tarde intrépido e legendário no Paraguai, Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza - depois general - que tomou parte ativa e jogou todo o seu prestígio de herói guerreiro na campanha abolicionista do Ceará. Em 8 de fevereiro de 1855, André Rebouças foi reconhecido cadete de 2º Classe do Exército e, a 15 de março, foi matriculado no 2º ano da Escola Militar do Largo de São Francisco, no Curso de Engenharia Civil, onde ingressara como civil, no 1º ano, em 15 de março de 1854, junto com o seu irmão Antônio.

Foi promovido a alferes aluno em 29 de março de 1857, sendo então

desligado do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Foi promovido a 2º tenente para o Corpo de Engenheiros, em 10 de abril de 1857.

Em 10 de fevereiro, após freqüentar 5 anos a Escola Militar do Largo do São Francisco, matriculou-se, em 4 de fevereiro de 1859, na Escola de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, ficando adido ao Batalhão de Engenheiros, no térreo da referida escola.

Em 4 de janeiro de 1861, concluiu o curso da Arma de Engenheiros. Foi desligado do Batalhão de Engenheiros e apresentado ao Corpo de EngeO Abolicionista André Pinto Rebouças e o Exército

Pertenceu ao Exército, por 11 anos, o grande abolicionista e engenheiro civil André Pinto Rebouças.

André Rebouças integrou o Exército de 1855 a outubro de 1866, de praça a 1º tenente do Corpo de Engenheiros.

Era natural de Cachoeira - Bahia, nascido em 13 de janeiro de 1838, filho do advogado negro Antônio Pereira Rebouças. Ingressou no Exército Imperial aos 17 anos, como praça voluntária, no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, que havia sido atingido por uma epidemia de cólera morbus. Foi aí que conheceu, como sargento enfermeiro, o mais tarde intrépido e legendário no Paraguai, Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza - depois general - que tomou parte ativa e jogou todo o seu prestígio de herói guerreiro na campanha abolicionista do Ceará. Em 8 de fevereiro de 1855, André Rebouças foi reconhecido cadete de 2ª Classe do Exército e, a 15 de março, foi matriculado no 2º ano da Escola Militar do Largo de São Francisco, no Curso de Engenharia Civil, onde ingressara como civil, no 1º ano, em 15 de março de 1854, junto com o seu irmão Antônio.

Foi promovido a alferes aluno em 29 de março de 1857, sendo então desligado do 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Foi promovido a 2º tenente para o Corpo de Engenheiros, em 10 de abril de 1857.

Em 10 de fevereiro, após freqüentar 5 anos a Escola Militar do Largo do São Francisco, matriculou-se, em 4 de fevereiro de 1859, na Escola de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, ficando adido ao Batalhão de Engenheiros, no térreo da referida escola.

Em 4 de janeiro de 1861, concluiu o curso da Arma de Engenheiros. Foi desligado do Batalhão de Engenheiros e apresentado ao Corpo de EngeEngenheiros, em 5 de janeiro.

Em 31 de janeiro de 1861, foi-lhe concedido licença para estudar Engenharia Civil na Europa, pelo espaço de 2 anos, com os vencimentos que percebería se estudasse no Brasil, na Escola Central.

Em 24 de janeiro de 1863, foi colocado à disposição do Presidente do Estado de Santa Catarina, no contexto da Questão Christie entre o Brasil e a Inglaterra, devendo, no caminho, verificar as fortalezas de Santos e executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina, seu local de trabalho e moradia naquela província, onde permaneceu cerca de 1 ano, até retornar, em licença, para apresentar, ao Ministro da Marinha, um aparelho que projetou para uso no dique Imperial da Ilha das Cobras.

Em 5 de julho de 1864, foi nomeado Cavalheiro da Ordem de Cristo. v

Em 16 de maio de 1865, foi nomeado membro da Comissão de Engenheiros junto ao Exército Brasileiro no Rio da Prata, em operações contra o Paraguai.

Ele atuou na Comissão de Engenheiros até depois da Batalha de Tuiuti, de 24 de maio de 1866.

Em 23 de julho de 1866, depois de cerca de 13 meses de campanha, apresentou-se no Rio ao Corpo de Engenheiros, tendo, em 27 de julho, sido elevado a Cavalheiro da Ordem de Cristo.

Decorridos cerca de dois meses, pediu demissão do Exército Imperial, em 15 de outubro, "visto ter-se aplicado à profissão de Engenheiro Civil".

André Rebouças prestou ao Brasil os seguintes serviços quando no Exército, de 1854 a 1866, segundo se conclui do exame de seu dossiê no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro - Seção de História do Exército.

## Serviços ao Exército na paz

Depois de haver estudado na Escola de Guerra, André Re- bouças estudou na França e na Inglaterra, por quase dois anos, os seguintes assuntos: fundação de ar comprimido; estradas de ferro (técnica e administração) portos de mar.

Sobre esses assuntos, fez relatórios à Congregação da Escola Central do Exército. Na Europa, em 1862, durante seu curso, foi encarregado de Hidráulica, na Comissão de Exposição Internacional de Londres, sobre o que produziu dois relatórios.

De retorno ao Brasil, foi mandado a Santa Catarina para executar trabalhos na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, dentro do contexto da Questão Christie.

Ali dirigiu a construção de um paiol. Projetou, ainda, uma ponte sobre oBiguassu e emitiu parecer sobre a projetada ferrovia Santa Catarina-Rio Grande do Sul. Depois, no Maranhão, estudou um dique e o porto.

Na Paraíba examinou a ponte de Sanhavá e trabalhou no projeto do Porto de Cabedelo.

#### Serviços de Guerra

André Rebouças integrou a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército, ao comando do General Osório, de 16 de março de 1865 a 1² de julho de 1866, quando foi licenciado para voltar ao Rio, por motivos de sáude. Nessa guerra, tomou parte na expedição fluvial Uru- guaiana-Itaqui-São Borja; opinou contra o bombardeio da vila de Uruguaiana, ocupada pelos paraguaios; participou da conquista da ilha da Redenção, em 10 de abril de 1866, quando morreu o Tenente-Coronel João Carlos Vilagran Cabrita. Foi então encarregado das fortificações e do diário de bombardeamento do forte de Itapiru. Trabalhou no serviço de pontes para a passagem do Exército, em Passo da Pátria, quando da invasão aliada do Paraguai e procedeu o levantamento do campo de batalha de Tuiuti de 24 de maio de 1866, que foi mandado litografar

em Buenos Aires.

Apresentou, como tenente, um Plano de Guerra.

André Rebouças firmou o seguinte requerimento de demissão do Exército Imperial, dirigido a D. Pedro II:

"Senhor

Diz André Pinto Rebouças, 1º tenente do Corpo de Engenheiros, que tendo os Engenheiros Militares, em virtudes das últimas disposições do Governo Imperial, perdido as principais vantagens da carreira militar, quando empregados em trabalhos civis, e desejando o suplicante dedicar-se inteiramente a esta especialidade, mui submissamente requer e "Pede a Vossa Majestade Imperial seja servido concerder-lhes sua demissão do serviço do Exército.

"Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1866.

"Ass.: André Pinto Rebouças".

Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS

- Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

## MARECHAL-DE- CAMPO MANOEL DEODORO DA FONSECA-Sua saúde ações e objetivos políticos no dia 15 de novembro de 1889

Neste artigo o autor discute, à luz de bem elaborada pesquisa, os fatos marcantes do dia 15 de novembro de 1889 e as razões que levaram o Marechal Deodoro da Fonseca a proclamar a República como forma de governo da Nação Brasileira.

Conferência proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 8 de agosto de 1989.

## INTRODUÇÃO

A idéia popular dominante sobre a Proclamação da República é que ela teve lugar depois da entrada do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca no interior do Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, então sob as ordens diretas do Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército.

Nessa ocasião, depois de dominada a situação, Deodoro para alguns teria proclamado a República, ao vivá-la tão logo transpôs a Porta Principal do Quartel-General, conforme cena imortalizada por Rodolfo Bernardelli, na tela "Proclamação da República", cujo original se encontra na Academia Militar das Agulhas Negras.

No entanto, recorrendo-se às poucas testemunhas disponíveis sobre o assunto, a idéia que fica é que o Marechal Deodoro, naquela hora, não proclamou a República. Ele simplesmente derrubou o Gabinete Ouro Preto, reunido na Secretaria da Guerra no Quartel-General, no segundo andar, sobre o portão do QG. E isso foi o que, em realidade, aconteceu.

As fontes existentes permitem reconstituir-se satisfatoriamente as ações do Marechal Deodoro nesse dia, mas não com segurança os seus intentos políticos, bem como reconstituir- se os lances principais da muito bem urdida, sucedida e incruenta conspiração político-militar. Pois seus segredos foram levados para o túmulo, em especial pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Tenente-Coronel Benjamin Cons- tant Botelho de Magalhães e Major Solon Ribeiro, seus principais protagonistas no Exército, deixando assim um buraco negro na história do 15 de novembro de 1889, que dá origem a várias versões.

Da análise da situação, à luz das fontes disponíveis, é possível fazer-se a seguinte interpretação:

Com a morte de Osório e Caxias, emergiram os problemas entre a classe militar e o governo, que deram origem à Questão Militar, ao longo da qual despontaram, como líderes da classe militar, o Marechal-de-Exérci- to José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, assinalados heróis da Guerra do Paraguai. E a luta de ambos durou de 1881 a 1889.

Em 1881, o Marechal Deodoro e seu irmão, o General Severiano Martins (não confundir-se com o Dr. João Severiano) já integravam o Diretório Militar que se reunia no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares. Ele visava a incentivar oficiais do Exército e da Marinha a disputar cargos eletivos pelos Liberal e Conservador para, na Câmara democraticamente, acautelarem interesses da classe militar que não vinham sendo atendidos e que vieram dar origem à citada Questão Militar (1883-88). Ambos os partidos. Liberal e Conservador, "cristia- nizaram" os candidatos militares. Nenhum se elegeu. Isto, segundo Américo Jacobina La- combe, em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18 de julho de 1989, no Curso "Os Militares e a Proclamação da República", foi causado pelo desequilíbrio entre as classes dos bacharéis em Direito e dos Militares na administração pública e representação parlamentar.

Daí surgiu, ainda mais tarde, segundo se deduz de carta do Dr. João Severiano ao seu irmão Marechal Deodoro, quando este foi enviado em missão a Mato Grosso, depois da fundação do Clube Militar (26 Jun 1887), um esforço conjunto dos partidos Liberal e Conservador para anular a influência crescente, no Exército, do Marechal Deodoro da Fonseca e de seu irmão, General Severiano Martins, então Ajudante-General do Exército, (com a função de comandar todo o Exército e, diretamente, o Comando-das-Armas da Corte, personagem que acaba de merecer oportuno e valioso estudo do general Alberto Martins da Silva, grande estudioso da família Fonseca.

O partido Republicano, em crescimento acelerado, a tudo percebia e aguardava o momento ideal para tirar proveito, em prol da República, desse confronto entre a classe militar e o governo.

Deodoro, ao penetrar no interior do Quartel-General, sem reação, segundo Pedro Calmon, apoderou-se da situação, conquistou o governo e passou a presidir o futuro".

Acreditamos que nessa ocasião, Deodoro só desejasse substituir o Gabinete de Ministros ou o Gabinete Ouro Preto, e que só teria sido levado a assinar a Proclamação da República à tarde, em sua casa, ao ser informado da disposição do Imperador D. Pedro II, de substituir o gabinete deposto por ele, por outro chefiado pelo senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, velho e figadal desafeto de Deodoro. Falta mais elementos para concluir-se definitivamente sobre esse fato.

Segundo o ex-ministro do Exército, General-de-Exército Aurélio de Lyra

Tavares, em recente livro, *Aristides Lobo e a República*, "Deodoro, ele próprio, como chefe natural, não estava seguro das consequências e das responsabilidades que lhe caberiam depois, nem até que ponto iria chegar, limitando-se, quanto à eventualidade natural, da composição do futuro ministério, a expor o seu pensamento; ficaria a seu cargo e de Benjamin Constant a decisão sobre assuntos militares, ao passo que as de caráter civil caberiam a Quintino Bocaiúva com os políticos civis engajados no movimento".

É possível que os fatos, em 15 de novembro de 1889, tenham tido o seguinte curso: conquista do Quartel-General por Deodoro; derrubada do Gabinete Ouro Preto; desfile liderado por Deodoro pelas ruas do Rio de Janeiro até o Arsenal de Marinha, onde conquistou apoio oficial da Armada; tentativa de D. Pedro II de formar o Gabinete Silveira Martins, o que teria desgostado muito Deodoro; pressão dos republicanos militares e civis em prol da República; proclamação da República por Deodoro, em casa, à tarde, rendido após estar seguro de haver dominado a situação e empolgado o poder de modo irreversível.

Um buraco negro que ficou na história da Proclamação da República. Consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do Marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889.

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, em *Floriano*, escreveu: "O Marechal-de-Campo Floriano Peixoto é, incontes- tavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo Ajudante-General do Exército, praticamente o comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplicidade de atitude, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto, reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte."

E aqui é importante que se refira ao que disse o líder civil do movimento, Quintino Bocaiú- va, sobre o Marechal Floriano na conspiração de que resultou o 15 de novembro: "O Floriano era dos nossos, havia muito. Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conheciam. De vez em quando dizia: Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem!" (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva,* 1987, V. 1. p. 646.)

O Marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

Desde 15 de novembro de 1889, os historiadores não têm conseguido traduzir uma versão aceitável dos diálogos travados entre Deodoro e o Visconde de Ouro Preto, por ocasião da deposição do Gabinete de Ministros respectivos, reunido na Secretaria da Guerra.

As palavras colocadas nas bocas do Marechal Deodoro e de Ouro Preto merecem, versões diversas.

O próprio Visconde de Ouro Preto, ao escrever sobre o episódio no exílio, atribui a Deodoro estas palavras, em seu Manifesto de Lisboa: "O Marechal Deodoro declarou que o Ministério estava deposto e que organizaria outro, de acordo com indicações que iria levar ao Imperador" e, quanto a este, concluiu, "teria sua dedicação, pois era seu amigo e devia-lhe atenções".

Essa versão foi rebatida por Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Marechal, no trabalho "Deodoro e Ouro Preto" in: Deodoro e a Verdade Histórica (Rio, Im-

prensa Nacional, 1933 pp. 103-114).

Assim, em torno do objetivo político fundamental do Marechal Deodoro em 15 de novembro de 1889, existem duas correntes:

- 1- Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor só o Gabinete Ouro Preto, por ser hostil ao Exército, e substituí-lo por outro que proporia ao Imperador;
- 2- Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor o Gabinete Ouro Preto e, em seguida, implantar a República.

Coloco-me ao lado desta última corrente.

Politicamente, o Marechal Deodoro não se definia como republicano e sim como conservador, em razão de "só os conservadores terem defendido o Exército". Mas possuía uma larga vivência com familiares republicanos.

A operacionalidade do Exército e o trato justo dos problemas da classe militar, descurados de 1870 a 1889 pelo Império, foram as motivações principais de sua luta, que culminou com a Proclamação da República.

A Reforma Militar, executada em grande parte por seu sobrinho Marechal Hermes da Fonseca, de 1904 a 1914, era seu sonho profissional, segundo captou, por tradição familiar, seu parente, o historiador Roberto Piragibe da Fonseca, filho de seu sobrinho e ex-ajudante- de-ordens Clodoaldo da Fonseca. Era o ideal que Deodoro chamava de "Reforma Redentora" do Exército, mas que não lhe foi possível sequer encaminhar, pois esse problema vital até sofreu um retrocesso, com o Regulamento de Ensino de 1890 do Ministro da Guerra Benjamin Constant, de inspiração positivista, que agravou ainda mais o problema da operacionalidade do Exército, pela predominância do bacharelismo militar sobre o profissionalismo militar, o qual só foi reabilitado a partir do Regulamento de Ensino de 1905.

"Eu sou eu e as minhas circunstâncias" afirmou o filósofo Ortega y Gasset. Assim abordaremos, a seguir, as circunstâncias político-militares que envolveram o Marechal Deodoro, de 1870 até 15 de novembro de 1889, e neste dia, para melhor compreendê-lo e o seu papel na História da centenária República em que vivemos, que não poderá deixar de fazer-lhe justiça, como o seu proclamador ideal e providencial, e por haver preservado o Exército naquela quadra.

## Antecedentes político-militares de Deodoro antes da Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Deodoro voltou da Guerra do Paraguai sacralizado por seu heroísmo e sua legenda de bravo. Conquistou as promoções de major, tenente-coronel e coronel por atos de bravura. Foi também premiado por outros feitos de bravura, por condecoração específica a título de "reiterados atos de bravura" em combate. Nessa guerra, em certo momento, salvou a vida do General Osório, o legendário.

Cronologicamente, devemos assinalar:

- 1873 Deodoro é coronel comandante do Regimento Mallet, em São Gabriel-RS, quando ingressou na Maçonaria, na loja Rocha Negra, fundada para promover a Abolição e a (Instrução Pública. Loja Maçôni- ca que mereceu, do General Mo- rivalde Calvet Fagundes, recente estudo em livro. Mais tarde, como Chefe de Governo, foi elevado a Grão Mestre da Maçonaria no Brasil).
  - Deodoro e irmãos dão liberdade aos escravos da família.

- **14 de outubro de 1874 -** Deodoro deixa o comando do Regimento Mallet, por ter sido promovido a brigadeiro. Foi designado comandante da Fronteira Livramento-Quaraí.
- **23 de Fevereiro 1881 Deo**doro participa, no Rio de Janeiro, da Fundação do Diretório Militar, junto com seu irmão General Severiano Martins entidade que, mais tarde, iria desaguar no Clube Militar, tendo, como órgão de divulgação, o jornal *O Soldado*.
- **1883** É apresentado projeto de lei instituindo um montepio, à base de contribuições dos militares, e alterando a reforma dos militares. Esse projeto suscitou reações na classe militar, e foi abandonado.
- 1º de janeiro de 1884 É editado o primeiro número do jornal A Federação, dos republicanos gaúchos, que passou a apoiar os militares na Questão Militar.
  - **30 de agosto de 1884 -** Deodoro é promovido a Marechal-de-Campo.
- 23 de agosto de 1885 Deodoro é nomeado Quartel- Mestre-General do Exército e, portanto, responsável pelo apoio logístico, em estacionamentos do Exército.



Última fotografia do Generalíssimo Deodoro, tirada em 1891 para o quadro a óleo de F. Machado existente no Palácio do Congresso do Amazonas.

Coronel Manoel Deodoro da Fonseca, em São Gabriel, como comandante do atuai Regimento Mallet, ano de 1873, quando ingressou na Loja Maçônica Rocha Negra, então fundada por militares e civis para "promover a abolição da escravatura e a educação pública."

**26 de setembro de 1885 -** Deodoro é nomeado comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

Março 1886 - O Tenente- Coronel Sena Madureira publica artigo abolicionista em Porto Algre. Atacado pela Imprensa violentamente, pelo parlamentar Franco de Sá, revidou também pela imprensa. Em conseqüências foi punido. Recebeu a solidariedade da classe militar e de seus líderes, Marechais Deodoro e Câmara, e teve início a principal vertente da chamada Questão Militar.

- **30 de março de 1886 -** Júlio de Castilhos, em *A Federação*, atribui, em artigo "A Classe Militar", que o governo "ofendeu os brios do Exército no incidente Sena Madureira".
- **3 de setembro de 1886 -** Deodoro, como Presidente Interino do Rio Grande do Sul, interpelado pelo Ajudante-General do Exército, pelo fato de não ter coibido seu subordinado, Sena Madureira, de discutir publicamente pela imprensa, responde que não o fez em razão do regulamento vedar discussões pela imprensa entre militares, mas não entre militares e civis.
- **30 de setembro de 1886 -** Deodoro, ainda Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande, permite que toda a guarnição do Exército de Porto Alegre se reunisse e homenageasse Sena Madureira, ao que se juntou o jornal republicano *A Federação*, de Júlio de Castilhos.
- 4 de outubro de 1886 Deodoro, inquirido pelo Presidente do Conselho de Ministros-Cotegipe sobre punição não imposta a Sena Madureira, reafirma "a impraticabilidade de aplicação dos regulamentos militares disciplinares aos atos públicos entre civis e militares", o que equivalería a deixar-se os militares sem defesa, enquanto que as imunidades parlamentares "tudo permitiam", no caso, a um senador. Nesse dia, Deodoro, conservador, e Câmara, liberal, fazem as pazes políticas e irmanam-se na Questão Militar.
- **6 de outubro de 1886 -** Deodoro solidariza-se, em carta, a Cotegipe, com os militares do Rio Grande perseguidos pelo Ministro da Guerra (um civil).
- 19 de outubro de 1886 O senador Gaspar Silveira Martins, no Senado, conclama o governo a prender Deodoro, recolhê-lo à Corte e submetê-lo a Conselho de Guerra. (Deste senador, consta versão de que seria o Presidente do Conselho de Ministros que sucedería Ouro Preto, derrubado por Deodoro em 15 Nov 1889, caso não tivesse proclamado a República.)
- 1º de novembro de 1886 Deodoro é substituído na Presidência do Rio Grande do Sul (cargo político), depois de censurado por Cotegipe por "incentivar manifestações de indisciplina".
- **16 de novembro de 1886 -** Deodoro responde a Cotegipe e reafirma sua solidariedade aos militares ofendidos por parlamentares.
- **22 de dezembro de 1886 -** Deodoro, a pedido, é exonerado do Comando das Armas e da Vice-Presidência da Província do Rio Grande do Sul.
- **8 de janeiro de 1887 -** Deodoro participa, na casa do Senador Marechal Câmara, de homenagem ao Tenente-Coronel Sena Madureira, punido por defender-se de acusações públicas formuladas por um senador, e por ter sido demitido do comando da Escola de Tiro do Rio Pardo.
- **10 de janeiro de 1887 -** Deodoro e Sena Madureira, exonerados de seus comandos, retornam à Corte. '
- 29 de janeiro de 1887 Deodoro e Sena Madureira são recepcionados por alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, em suas chegadas ao Rio. Em conseqüência, o irmão de Deodoro, Brigadeiro Severiano Martins pede demissão do comando da Escola Militar.
- **2 de fevereiro de 1887 -** Deodoro preside reunião no Teatro Recreio Dramático, onde a oficialidade presente aprova moção destinada a recorrer-se ao Imperador para anular punições decorrentes de avisos cancelados. Deodoro é constituído representante da reunião com aquele fim.
  - 3 de fevereiro de 1887 Deodoro se dirige, em carta, ao Imperador,

solicitando anulação de punições baseadas nos já revogados avisos disciplinares.

- **5 de fevereiro de 1887 -** Deodoro é demitido do cargo de Quartel-Mestre-General, ficando sem comissão por longo tempo.
- 12 de fevereiro de 1887 Joaquim Nabuco alerta a Monarquia que ela estava lançando as Forças Armadas nos braços dos republicanos. Deodoro escreve a D. Pedro II e acusa o Ministro de trair o Imperador na Questão Militar.
- 11 de maio de 1887 Deodoro é absolvido, pelo Superior Tribunal de Justiça, da acusação de desvio de verba do Exército, feita por Euletério Camargo, parlamentar liberal gaúcho, ex- Ministro da Guerra e também Engenheiro Militar, a mando de Gaspar Silveira Martins.
- **Maio de 1887 -** Deodoro e Câmara firmam Manifesto dos Generais, redigido em parte por Ruy Barbosa, solicitando o cancelamento das punições de Sena Madureira. O manifesto atinge o seu objetivo.
- **20 de maio de 1887 Gas**par Silveira Martins consegue que o Senado aprove moção ao governo para cancelar punições, O que Cotegipe acede. E isso marcou a fim da Questão Militar.
- **21 de maio de 1887 Deo**doro é alertado, por Júlio de Cãstilhos, em A *Federação*, bem como o Exército, que a atitude conciliatória do governo em relação à classe militar visava a "encobrir uma pérfida vingança no futuro, já que o Gabinete Cotegipe permanecia no poder".
- **26 de junho de 1887 -** Deodoro preside a fundação do Clube Militar, quando é aclamado seu presidente. A entidade surgiu como corolário da Questão Militar. (Ver *Revista do Clube Militar* n<sup>9</sup> 281, 1987, comemorativa do centenário do Clube

Militar.)

- 10 de julho de 1887 Flo- riano, em carta a João Neiva, escreve: "Vi a solução da Questão Militar. Excedeu, sem dúvida, a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por todo este país. Portanto, há necessidade de uma ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada. Mas não há quem desconheça,e aí estão os exemplos de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido. O que pensas a respeito?" (Fonte: MIRANDA, Salm. *Floriano*, p. 56.)
- **26 de outubro de 1887 -** Deodoro firma, como Presidente do Clube Militar, petição à Princesa Regente Isabel, pedindo para liberar o Exército de encargos relacionados com a prisão da escravos fugidos. Essa fato, segundo o Marechal Rondon, acelerou a Lei Áurea e equivaleu a decretá-la de fato.
- **Março de 1888 -** Dá-se a queda do Gabinete Cotegipe, em função de incidente com a classe militar, gerado pela prisão, em xadrez policial, de oficial reformado da Marinha. Este fato incendiou os ânimos do Clube Naval.
- **28 de julho de 1888 -** Deodoro é nomeado para o comando das Armas da província de Mato Grosso. Foi uma manobra para afastá-lo da Corte e o seu irmão, Severiano Martins, de Ajudante-General do Exército.
- 2 de março de 1889 Deodoro regressa de Mato Grosso, onde comandou o destacamento de Conservação, composto inclusive de tropas da guarnição da Corte. Foi um artifício para afastá-lo do Rio. Depois quiseram subordiná-lo ao Coronel Cunha Matos, Presidente da Província e ele manobrou e retornou

ao Rio.

- **2 de junho de 1889 -** Gaspar Silveira Martins assume a Presidência do Rio Grande do Sul. Assume o Gabinete de Ministros o Visconde de Ouro Preto.
- **8 de julho de 1889 -** O Marechal Floriano é nomeado, interinamente, Ajudante-General do Exército. Fora vetado, pela Princesa Izabel, para ser Ministro da Guerra.
- **9 de setembro de 1889 -** Espalha-se o boato sobre a idéia de entregar-se a segurança da cidade do Rio de Janeiro à Guarda Nacional, em substituição ao Exército, cujas unidades começaram a ser transferidas para o interior do Brasil.
- 13 de setembro de 1889 Deodoro recebe homenagem da oficialidade do 23º Batalhão de Infantaria, por motivo de seu retorno de Mato Grosso. Os promotores foram punidos e transferidos.
- 4 de novembro de 1889 Deodoro recebe, em sua casa (atual Casa de Deodoro, do Museu Histórico do Exército, Tenente-Coronel Benjamin Constant e outros oficiais que o convidam para aderir à conspiração para proclamar a República. Nessa ocasião, Deodoro teria aderido ao movimento ao declarar a Benjamin Conétant: "Você tem razão, Benjamin, o velho já não governa mais. Vamos fazer a República." (Segundo Heitor Lyra em História da Queda do Império).
- **9 de novembro de 1889 -** Em reunião do Clube Militar, é delegado, a Benjamin Constant, poderes para levar o problema às últimas conseqüências. Aí ficou decidida a Proclamação da República.
- **10 de novembro de 1889 -** Deodoro recebe em sua casa visita de Benjamin Constant, que lhe comunica as deliberações do Clube Militar. Benjamin atuou no sentido de procurar convencer Deodoro da necessidade de derrubar-se a Monarquia. Nesse dia, o 22º Batalhão de Infantaria embarca, por ordem do governo, para fora do Rio, aconselhado pelos conspiradores a não reagir.

Benjamin Constant mostra a Deodoro sua preocupação acerca da real posição de Floriano Peixoto, ao que teria respondido Deodoro: "Não há dificuldade. Nas questões militares, sempre que abordei Floriano, ele declaroume que não se metería em coisa alguma para derrubar o ministério. Uma vez, porém, ele pegou um botão de sua farda com dois dedos e falou - Seu Manoel, a monarquia é inimiga disto. Se for para derrubá-la, estarei pronto. Já vêem os senhores que quem assim fala há de acompanhar-nos."

(Fonte: MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e Depoimentos para a História.* Rio, F. Alves, 1913).

11 de novembro de 1889 - Oficiais de 1º Regimento de Cavalaria, do 9º Regimento de Cavalaria, do 2º Regimento de Artilharia, além das Escolas Superiores de Guerra e Militar, firmam pactos de sangue em apoio a Benjamin Constant, a quem aderem sem reservas para lutar contra o "espezinhamento e aniquilamento do Exército".

Todos esses elementos, menos a Escola Militar, aquartela- vam-se em São Cristóvão e constituíam a 2ª Brigada do Exército. Delas faziam parte os alferes alunos Cândido da Silva Rondon e Augusto Tasso Fragoso.

Deodoro recebe, em sua casa, em reunião articulada por Benjamin Constant com Aristides Lobo, este, mais o líder civil do movimento, Quintino

Bocaiúva, Ruy Barbosa e Francisco Glycério. Foi a união da liderança civil com a militar.

**12 de novembro de 1889 -** Reassume o ministro da Guerra, o Visconde de Maracaju, enfermo havia 2 meses.

Face a insistentes rumores na imprensa de queda iminente da Monarquia, Ouro Preto e o Ministro da Guerra foram tranquilizados pelo Ajudante-General do Exército, Marechal Floriano Peixoto de que "a situação era de completa normalidade".

O Barão do Rio Apa, irmão do Ministro da Guerra, passa o comando da 1ª Brigada ao Brigadeiro Almeida Barreto.

13 de novembro de 1889 - Deodoro convoca, à sua casa, o Marechal Floriano Peixoto. Este comparece ao encontro entre as 10 e 11 horas da manhã. Deodoro comunica-lhe a posição de sublevação do Exército e que ele se encontrava à frente dos seus companheiros, segundo duas fontes citadas por Salm de Miranda em *Floriano* (Rio, Bibliex, 1963, pp. 104-108).

São distribuídos, desde o dia anterior, nos quartéis do 1º e 10º Batalhão de Infantaria, 1º e 9º Regimento de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia, exemplares dos jornais *Correio do Povo e País*, abordando as péssimas condições em que a Monarquia deixara o Exército.

14 de novembro de 1889 - O Marechal Floriano alerta o Ministro da Justiça para a conspiração em curso e invoca sua lealdade ao Governo e sua disposição de combate qualquer levante contra ele.

Benjamin Constant consegue, no Clube Naval, a adesão do Chefe de Divisão, Eduardo Wandenkolk, ao movimento para derrubar a Monarquia.

Deodoro tem sua vida ameaçada ao ser tomado de forte crise de asma brônquica crônica, tendo que ficar até o início da noite, no Andaraí, na casa do seu irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde, segundo informou o General Médico Dr. Alberto Martins da Silva.

O Major Solon Ribeiro, futuro sogro de Euclides da Cunha, espalha, na Rua do Ouvidor, boatos de que foram presos pelo governo, ao anoitecer, o Marechal Deodoro e Benjamin Constant, e de que a Guarda Negra, integrada por ex-escravos e organizada, em 1888, por José do Patrocínio, para defender a Princesa Izabel dos escravagistas, iria atacar a 2ª Brigada, em São Cristóvão. O boato surtiu efeito e precipitou os acontecimentos.

Floriano não comparece à reunião na casa de Ouro Preto, a fim de esclarecer sobre a carta que enviou ao Ministro da Justiça.

Ouro Preto se recusa a desmentir rumores da prisão de Deodoro, o que faz muito tarde.

O Marechal Floriano mantém-se evasivo em relação a Ouro Preto, enquanto a conspiração caminha acelerada.

#### 15 de novembro de 1889 -

O Visconde de Ouro Preto, ainda de madrugada, decide reunir todo o Gabinete de Ministros, no dia seguinte, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, para enfrentar a sublevação da 2ª Brigada, de que tomou conhecimento.' A seguir telegrafa ao Imperador, informando-lhe da sublevação.

Segundo Quintino Bocaiúva, "nesse mesmo dia 15, o Ministério reunido tomaria providências e nós, os republicanos, seríamos trancafiados. E coisa interessante! Os planos que traçamos por longos dias, para apanhar reunido o

Ministério, foram por si mesmos nesse dia realizados. O Ministério veio, por iniciativa própria, meter-se em ratoeira no Quartel-General, impossibilitando qualquer ato de energia da parte do governo contra a revolução".... (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino ....* p. 645).

## Ações e movimentações do Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889.

Já apresentando um pouco de melhoras do ataque de asma brônquica que o atacou no dia 14, quase o levando à morte, Deodoro retornou, ao final da noite de 14, da casa de seu irmão Dr. João Severiano da Fonseca, no Andaraí, para a sua casa. Mandava, por seu irmão, o 2º Tenente reformado Pedro Paulino, e por seu sobrinho, Hermes da Fonseca, ambos republicanos, recado a Benjamin Constant de que se colocaria à frente da 2ª Brigada vinda de São Cristóvão. Assim, atendia ao alerta recebido do Dr. Benjamin Constant, através de sua esposa, em sua casa, no fim da noite de 14 e, seguramente, também de Quintino Bocaiuva, segundo depoimento deste.

Deodoro levantou-se cedo, fardou-se de Marechal-de-Campo e embarcou, sem a espada, numa caleça, levando, num saco, seus arreios. Foi ao encontro da 2ª Brigada e a encontrou na altura do Gasômetro, hoje Companhia Estadual de Gás. Reconhecido, foi aclamado calorosamente. Assumia o comando das tropas da 2ª Brigada, assim dispostas em colunas: 1º Regimento de Cavalaria; oficialidade da Escola Superior de Guerra, transformada em guarda de honra de Benjamin Constant (que trazia a seu lado Pedro Paulino, irmão de Deodoro); o 2º Regimento de Artilharia, com 16 peças, 80 protegidas por homens a pé do 9º Regimento de Cavalaria; e, na retaguarda, uma carroça de munições e, sobre os armões, cunhetes de munição de Infantaria, para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar e algumas praças do 1º Batalhão de Engenheiros, esperados da Praia Vermelha, ao comando de Marciano, irmão de Benjamin Constant.



Deodoro, com certa dificuldade, em razão dos efeitos do ataque de asma do dia anterior, deslocou-se na caleça até próximo do Campo de Santana. Ali montou no baio nº 6 do 1º Regimento de Cavalaria, cedido pelo Alferes do 1º Regimento de Cavalaria, Eduardo Barbosa, ajudado por Pedro Paulino, e foi colocar-se à frente do portão do Campo de Santana, já aberto.

Deodoro ficou junto ao Portão do Campo de Santana e dispôs a tropa defronte o Quartel-General do Exército, onde se encontrava reunido o Gabinete Ouro Preto.

Deodoro determinou, ao General Almeida Barreto, que defendia o Quartel-General, entre este e a Estrada de Ferro, mas comprometido com a revolução, que ele se incorporasse ao dispositivo revolucionário. Isso só aconteceu 15 minutos depois de Benjamin Constant, pessoalmente, transmitir-lhe o pedido de Deodoro. Essa tropa era constituída de Imperiais Marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia da Corte.

Deodoro fez um sinal de irritação com o braço e de pedido de silêncio à tropa quando esta ovacionou Quintino Bocaiúva em sua chegada ao Campo, montado num cavalo tordilho, depois de ter dado um viva à República. (Fonte: Senna, *Deodoro*).

Deodoro percebeu estar se aproximando do Quartel-General, para nele ingressar, o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, e mandou prendê-lo por seu Ajudante-de-Ordens, Tenente Adolfo Pena Filho. O Barão de Ladário resistiu, à bala, à ordem de prisão dada em nome de Deodoro. Atirou, com uma pistola de dois canos. Um tiro no Tenente Pena Filho e outro em Deodoro, errando ambos. A escolta reagiu e feriu levemente à bala o Barão, que só não foi morto em virtude da ordem de Deodoro: "Não atirem neste homem!" O Barão foi medicado na antiga residência do Conde de Itamarati, pouco depois transformada em sede do Governo da República.

Deodoro, ao tomar posição, tinha enviado o Tenente-Coronel Silva Teles, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria, ao Marechal Floriano, dizendo que já podia conferenciar com Ouro Preto. Ouro Preto responde negativamente, justificando que nenhum comando fora confiado a Deodoro pelo Governo e que ele, Ouro Preto, não podia conferenciar com um general que se apresentava em revolução contra o Governo legal.

Deodoro, pouco depois das 9 horas, aproximou-se do Quartel- General, defendido por cerca de 1000 homens ali dispostos durante a madrugada, ao comando do Barão de Apa, irmão do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, ambos primos de Deodoro.

Com o concurso do Capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão e praças 16 peças, 80 protegidas por homens a pé do 9º Regimento de Cavalaria; e, na retaguarda, uma carroça de munições e, sobre os armões, cunhetes de munição de Infantaria, para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar e algumas praças do 1º Batalhão de Engenheiros, esperados da Praia Vermelha, ao comando de Marciano, irmão de Benjamin Constant.

Deodoro, com certa dificuldade, em razão dos efeitos do ataque de asma do dia anterior, deslocou-se na caleça até próximo do Campo de Santana. Ali montou no baio nº 6 do 1º Regimento de Cavalaria, cedido pelo Alferes do 1º Regimento de Cavalaria, Eduardo Barbosa, ajudado por Pedro Paulino, e foi colocar-se à frente do portão do Campo de Santana, já aberto.

Deodoro ficou junto ao Portão do Campo de Santana e dispôs a tropa defronte o Quartel-General do Exército, onde se encontrava reunido o Gabinete Ouro Preto.

Deodoro determinou, ao General Almeida Barreto, que defendia o Quartel-General, entre este e a Estrada de Ferro, mas comprometido com a revolução, que ele se incorporasse ao dispositivo revolucionário. Isso só aconteceu 15 minutos depois de Benjamin Constant, pessoalmente, transmitir-lhe o pedido de Deodoro. Essa tropa era constituída de Imperiais Marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia da Corte.

Deodoro fez um sinal de irritação com o braço e de pedido de silêncio à tropa quando esta ovacionou Quintino Bocaiúva em sua chegada ao Campo, montado num cavalo tordilho, depois de ter dado um viva à República. (Fonte: Senna, *Deodoro*).

Deodoro percebeu estar se aproximando do Quartel-General, para nele ingressar, o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, e mandou prendê-lo por seu Ajudante-de-Ordens, Tenente Adolfo Pena Filho. O Barão de Ladário resistiu, à bala, à ordem de prisão dada em nome de Deodoro. Atirou, com uma pistola de dois canos. Um tiro no Tenente Pena Filho e outro em Deodoro, errando ambos. A escolta reagiu e feriu levemente à bala o Barão, que só não foi morto em virtude da ordem de Deodoro: "Não atirem neste homem!" O Barão foi medicado na antiga residência do Conde de Itamarati, pouco depois transformada em sede do Governo da República.

Deodoro, ao tomar posição, tinha enviado o Tenente-Coronel Silva Teles, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria, ao Marechal Floriano, dizendo que já podia conferenciar com Ouro Preto. Ouro Preto responde negativamente, justificando que nenhum comando fora confiado a Deodoro pelo Governo e que ele, Ouro Preto, não podia conferenciar com um general que se apresentava em revolução contra o Governo legal.

Deodoro, pouco depois das 9 horas, aproximou-se do Quartel- General, defendido por cerca de 1000 homens ali dispostos durante a madrugada, ao comando do Barão de Apa, irmão do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, ambos primos de Deodoro.

Com o concurso do Capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão e praças Ouro Preto, de pé, apoiado no encosto da óadeira. Dirigiu- se ao Ministro da Guerra com estas palavras: "Adeus, primo Rufino." A seguir, falou que se colocara à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas recebidas do governo, as quais enumerou. Declarou que o Ministério estava deposto e que todos os ministros poderíam retirar-se para suas casas e que seria organizado outro gabinete, de acordo com indicações que ia levar ao Imperador...

As críticas eram dirigidas a Ouro Preto e a Cândido de Oliveira.

No tocante ao Imperador, segundo Ouro Preto, Deodoro teria declarado: "Elé tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos." Esta declaração é rebatida como caluniosa por Clodoaldo Fonseca (*Deodoro e Ouro Preto*, p. 109).

Ouro Preto afirmou que, sempre que Deodoro referia-se ao Exército, Benjamin Constant completava "e também a Armada".

Ouro Preto comportou-se com brio e dignidade. Pouco antes tentara por

tudo levar o Ministro e o Ajudante-General a resistirem cercados a forças superiores apoiadas por 16 bocas de fogo. A essa altura foi que um filho do Marechal Câmara, Ajudante-de-Ordens de Floriano, ter-lhe-ia dirigido o seguinte alerta: "Esta ordem, Sr. Ministro, pode provocar entre nós apenas uma carnificina inútil e tremenda. Pense V. Exa. na responsabilidade que terá tal loucura ordenando." (Fonte: EDMUNDO, Luiz. *Como se Fez a República,* p. 163).

Deodoro desceu para confraternizar, defronte do Quartel-General, com as tropas do Exército, Marinha, Polícia e Bombeiros, e colocou-se à frente das mesmas para um desfile.

O 2º Regimento de Artilharia, enquanto Deodoro confraternizava com a tropa no interior do Quartel-General e depunha o Gabinete, deu uma salva de 21 tiros.

Enquanto isso se passava, já havia chegado ao Campo de Santana a Escola Militar, com praças do 1º de Engenheiros, e mais o 10º Batalhão de Infantaria, que fora mandado para prendê-la e que aderiu ao movimento.

Deodoro colocou-se à frente das tropas do Exército, da Armada, da Polícia e do Corpo de Bombeiros e percorreu o seguinte itinerário: Rua da Constituição - Largo do Rossio, atual Tiradentes (sede do Clube Naval) - Rua do Teatro - Largo de São Francisco - Rua do Ouvidor (sobrado 155 - sede do Clube Militar), da redação do *Diário de Notícias,* onde estavam Lopes Trovão, Aristides Lobo, Silvio Romero e Almeida Pernambuco, e onde Aristides Lobo discursou. Mais adiante, no jornal a *Cidade do Rio,* discursou José do Patrocínio e, na e redação da *Gazeta de Notícias,* falou Silva Jardim (segundo EDMUNDO. *Como se Fez a República,* p. 168).

A tropa dobrou na rua 1º de Março, junto à igreja Santa Cruz dos Militares, e foi fazer alto junto ao portão do Arsenal de

Marinha, de onde surgiram os chefes de Divisão e o Barão de Santa Marta, Wandenkolk e Foster Vidal.

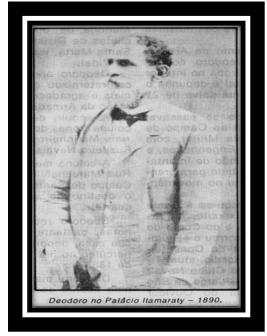
Deodoro apeou do cavalo e confraternizou com aqueles oficiais e agradeceu-lhes a cooperação da Armada.

A seguir, desincorporam da coluna tropas do Corpo de Imperiais Marinheiros e do Corpo de Fuzileiro Navais.

A coluna marchou pela atual Rua Marechal Floriano até o Campo de Santana, onde tomou o destino de seus respectivos quartéis.

Deodoro recolheu-se às 14 horas, bastante doente, para a sua casa, depois de um esforço hercúleo no dia 15 de novembro de 1889.

Deodoro manteve-se indefinido acerca da Proclamação da República. Os republicanos foram à sua casa à tarde e o encontraram prostrado. Foram recebidos por Benjamin Constant, que argumentou "não se poder impor uma forma de governo ao povo; o imperador ficará interdito. Convocaremos uma Constituinte". (Fonte; SILVA, Hélio. 1889 - *A República não esperou.* p. 127.)



Deodoro, depois de uma muito sofrida tarde, só ao anoitecer em sua casa, proclamou efetivamente a República, ao assinar, como Chefe do Governo Provisório, o Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889, referendado por seus ministros:

Aristides da Silveira Lobo - Ministro do Interior

Tenente-Coronel Benjamin Constant - Ministro da Guerra

Chefe da Esquadra E. Wandenkolk - Ministro da Marinha

Quintino Bocaiuva - Ministro das Relações Exteriores e interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O Decreto nº 1 estabelecia, entre outros pontos:

"O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º - Fica proclamada provisoriamente e decretada, como forma de governo da Nação Brasileira, a República Federativa.

Art. 2º - As províncias do Brasil, reunidas pelos laços da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil."

E prossegue dando outras providências.

Deodoro permaneceu no leito vários dias, sendo que todas as soluções foram encaminhadas por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, segundo depoimento deste, em que se refere diversas vezes à enfermidade de Deodoro em 14/15 de novembro:

"Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga, incapaz de apanhar um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre-humano, fardou-se, pediu um carro e saiu pela manhã para São Cristóvão."

"No Mangue, encontrou-se com a força (2ª Brigada) e, então, aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins! Saltou do carro, tomou um cavalo de um oficial e pôs-se à frente do corpo para comandar à vitória." (Idéias Políticas de Quintino Boicaúva. p. 644.)

A Casa de Deodoro, hoje integrando o Museu Histórico do Exército, foi em realidade o local onde tiveram curso as mais graves decisões que desaguaram no 15 de novembro, e ainda nesse e nos dias seguinte, e a primeira sede do governo da centenária República do Brasil. É monumento que precisa ser preservado a todo o custo.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- 1. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Quartéis-generais das Forças Armadas. Rio, FHE-POUPEX, 1988 (e inclusive a psquisa básica mais ampla e detalhada existente no Arquivo Histórico do Exército e IHGB) e 160 anos do nascimento do Marechal na RCM, p. 17, nº 281.
- 2. CÂMARA DOS DEPUTADOS. O Ministério Ouro Preto e a República *in: Perfil parlamentar de Silveira Martins.* Brasília, Câmara dos Deputados, 1979, p 77-84.
  - 3. CONSTANT NETO. Benjamin. *Benjamin Constant*. Rio, Leuzinger, 1940.
- 4. CORREIA, Leôncio. *A verdade histórica sobre o 15 de novembro,* Rio, Imp. Nac. 1939.
- 5. CUNHA, Epaminondas Ferraz da, Gen *O Exército (Guarnição do Rio de Janeiro) no dia 15 de novembro de 1889. Defesa Nacional,* n<sup>2</sup> 635, 1970. (Separata) (fonte básica).
- 6. DUNLOP, C.J. *História dos bondes do Rio de Janeiro.* Rio, Laemmert, 1953. v.2.
- 7. EDMUNDO, Luiz. Como s efez a República *in: A República Brasileira*. Rio, Bibliex, 1934, p 142-178.
- 8. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. O Exército e a República in: História do Exército Brasileiro. Rio, Sergraf. IBGE, 1972, v.2. p. 671-674.
- 9. FONSECA, Clodoaldo, Ge Deodoro e Ouro Preto *in: Deodoro e a Verdade Histórica*. Rio, Imp. Nac. 1937, pp. 109-111 (Fonte muito esclarecedora).
- 10. FORTES, Heitor, Gen 2º Regimento de Artilharia in: Velhos Regimentos. Rio, Bibliex, 1964, p. 95-133.
- 11. FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. Revolvendo o passado. *Jornal do Commércio*. 1940 (Transcrito *in:* SILVA, Hélio. *A República não esperou...* p. 487-489.)
- 12. GUIMARAES, Tiago. Como se fez a República, um interview com o Gen Quintino Boicaúva in: Idéias políticas de Quintino Boicaúva. Brasília. Senado Federal e Casa Ruy Barbosa. Centro Graf. Senado, 1896. vol. 1, p. 640-646 (textos selecionados por Eduardo Silva).
- 13. JORNAL DO COMMÉRCIO DE SÃO PAULO. Quinze de Novembro reminiscências e restituições históricas. São Paulo, 17 Dez 1903 (Transcrito do Visconde de Ouro Preto.)
- 14. MIRANDA, Salm de, Gen. Florianoe a conspiração republicana e no 15 de Novembro *in: Floriano*, Rio, Bibliex, 1963, p. 94-128.
- 15. MOREIRA, Ilha, Mar, Deodoro o magnânimo *in: Deodoro e a verdade histórica.* Rio, Imp Nac 1937, p 31- 98. (Atribui a Deodoro, em 15 Nov, a frase "A República é a nossa única saída e a salvação do Exército").
- 16. SENNA, Ernesto. *Deodoro subsídios para a História notas de um repórter.* Rio, 1913, p. 43-44 (Ata reunião de 09 Nov no Clube Militar).
- 17. REVISTA DO CLUBE MILITAR nº 281 e 281, 1987 (Edições históricas comemorativas do Centenário do Clube Militar em 1987). (Fontes importantes.)
- 18. SILVA, Hélio. Proclamação da República in: A República não esperou amanhecer. Rio, Ed Civilização Brasileira, 1972, p. 87-136.
- 19. TAVARES, Aurélio, Gen. Aristides Lobo e os militares *in: Aristides Lobo e a República*. Rio, José Olimpio, 1987. p. 66-71.

20. VIVEIROS, Esther de. A República. *in: Rondon conta a sua vida.* Rio, Coop Cult Esperantistas, 1969, p. 45.

#### **NOTAS**

- (1)A esse respeito, o ex ajudante-de-ordens do Marechal Deodoro, Ilha Moreira, escreveu, em 1937: "O Marechal Deodoro, em matéria de República, era assaz refletido, em se tratando de assunto de tão magna importância, como essa da transformação do regime político da nação. Assim, ele precisava cercar-se de garantias, para que não fosse vítima de um fracasso, por não haver profundamente refletido."
- (2) Segundo a Major Elza Medeiros, o peito e as costas do Marechal Deodoro estavam em chagas, em razão do uso de ventosas.
  - (3) Cláudio Moreira Bento Fundador e Presidente do IHTRGS
- (4) Membro efetivo do IHGB e sócio benemérito IGHMB membro dos IHG do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e das Academias de História de Resende, Itatiaia e Barra Mansa e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.